IN MEMORIAM

urbanismo, literatura e morte

editus
Editora da UESC

IN MEMORIAM

urbanismo, literatura e morte

André Luiz Rosa Ribeiro

IN MEMORIAM

urbanismo, literatura e morte

Ilhéus - Bahia

Editora da UESC

2017

Dedico à

Domingos Rosa de Mattos

Gilmar Rodrigues Santos (Tata Munanganga)

José Loyola Ribeiro

Manoel Carlos Amorim de Almeida

Mário de Castro Pessoa

Raymundo Kruschewsky Ribeiro (Barão de Popoff)

Raymundo Pacheco Sá-Barretto

in memoriam

AGRADECIMENTOS

Aos professores e funcionários do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Santa Cruz, pelo convívio profícuo.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, em especial aos professores Antônio Guerreiro, João Reis, Maria Hilda Paraíso e Lina Aras.

A Professora Ligia Bellini, por dividir comigo este livro.

Aos professores Evergton Souza, Elaine Norberto, Janete Macêdo, Maria Luiza Nora e Jorge Araújo pelas importantes considerações a respeito deste trabalho.

Ao professor Durval França Filho, pelo auxílio na pesquisa do acervo cemiterial de Canavieiras.

Aos funcionários do Arquivo Público da Bahia, em Salvador; do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (Cedoc), Fórum Epaminondas Berbert de Castro, Arquivo Público Municipal e Cúria Diocesana, em Ilhéus, e da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna, pela preciosa colaboração.

À Ilza Rodrigues (Mameto Mucalê), pela mão forte na hora precisa.

Aos meus irmãos, Anna Lívia e Paulo de Tarso, e ao meu filho Guilherme José, pelos laços que nos unem.

A vida dos mortos está na memória dos vivos.
Cícero

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Este livro propõe centralmente compreender práticas e representações relativas à morte no sul da Bahia, relacionando-as com o contexto histórico de emergência e florescimento do urbanismo regional. Enfoca em especial os mecanismos baseados nas práticas de construção de memória, utilizados na afirmação do poder de determinados grupos políticos. O interesse nesse objeto surgiu a partir de estudos anteriores sobre formas pelas quais as elites econômicas da região expressavam seus projetos e situação social nas intervenções urbanas e na arquitetura, inclusive a cemiterial, focalizando o município de Ilhéus[1].

Na análise das formas arquitetônicas e dos materiais empregados nos túmulos do cemitério municipal de Nossa Senhora da Vitória, percebemos o vínculo entre os discursos construídos sobre a morte e a trajetória das relações sociais locais. O que havia sido pesquisado no município de Ilhéus apontava para a necessidade de ampliar o escopo da investigação para a região como um todo, observando homogeneidade e diferença, não somente entre os cemitérios dos diferentes municípios, mas também entre zonas urbanas e zonas rurais. Fazia-se necessária ainda a ampliação das séries de imagens, assim como a incorporação dos diferentes tipos de discurso produzidos sobre a morte nos epitáfios, anúncios fúnebres, necrológios e na literatura, dos comportamentos nos ritos fúnebres, seus significados e suas mudanças históricas.

As representações do morto, as práticas funerárias, de luto e de sepultura constituem mecanismos sociais estrategicamente utilizados para perpetuar a lembrança individual ou familiar e construir uma imagem

[1] RIBEIRO, A. L., 2005.

ideal de sua existência. Segundo Halbwachs, a memória retém do passado apenas o que é "capaz de viver na consciência do grupo que a mantém"[2]. Assim, a chamada região cacaueira do sul da Bahia teve a sua identidade cultural constituída mediante a formação de uma memória que remete às suas origens como área de fronteira agrícola, aberta na mata atlântica por elementos das mais diversas procedências agrupados em núcleos familiares e políticos. Essa memória, que desempenhou um importante papel nas lutas entre grupos pelo poder local, desenvolveu-se a partir das representações produzidas como meio de legitimação social, presentes nas narrativas sobre a morte, e na iconografia cemiterial.

Os cemitérios urbanos e rurais localizados nos municípios de Ilhéus, Canavieiras e Itabuna expressam as mudanças históricas por que passou a sociedade regional no campo econômico e cultural entre o final do século XIX e a primeira metade do século passado, recorte temporal deste livro. O fenômeno da secularização dos cemitérios, surgido no bojo do processo civilizatório oitocentista, criou condições para que também o culto dos mortos fizesse parte da constituição de identidades e distinção dos indivíduos, famílias, e grupos sociais e políticos. Entre as principais medidas relacionadas com o projeto de reforma estava a transferência dos enterramentos do interior das igrejas para os cemitérios públicos extramuros.

A morte e os mortos passaram a ser um problema de saúde pública. Pela ótica higienista do período, os velórios e os cortejos fúnebres, entre outros usos funerários, seriam focos de doença, mantidos por uma mentalidade atrasada e supersticiosa que já não se adequava aos ideais civilizatórios da nação que se modernizava. Além do ambiente mais higiênico, o cemitério oitocentista deveria ter uma função educativa, tornando-se um modelo de comportamento cívico. Nele, os túmulos monumentais celebrariam os cidadãos exemplares e rememorariam suas virtudes perante a sociedade. Na formulação de João Reis, "no cemitério-modelo dos reformadores funerários, a virtude cívica substituiria a devoção religiosa"[3].

As diferenças estabelecidas entre a monumentalidade dos jazigos perpétuos e as sepulturas comuns eram análogas à distância entre os palacetes construídos pelos grandes fazendeiros e comerciantes e as casas populares dos bairros periféricos. Nas elites econômicas, o empenho na demonstração de status se verificava, sobretudo, entre os recém-enriquecidos

---

[2] HALBWACHS, 1990, p. 81.

[3] REIS, 1997, p. 133.

pelo cultivo do cacau no período da república velha, segmento formado por grupos de origens sociais que investiram intensamente no campo simbólico, buscando alcançar o prestígio das famílias de proprietários mais antigos[4].

No desenvolvimento da investigação foram pesquisados os espaços cemiteriais urbanos de Nossa Senhora da Vitória (Ilhéus), da Santa Casa de Misericórdia (Itabuna) e Municipal de Canavieiras; além dos cemitérios rurais de Cordilheira e Ferradas, respectivamente situados nos municípios de Ilhéus e Itabuna. O cemitério rural do distrito de Jacarandá, situado em Canavieiras, foi excluído devido ao estado de ruína em que se encontra e à escassez documental sobre a sua construção, o que dificultou sobremaneira o levantamento de dados.

O livro compõe-se de duas partes. A primeira constitui-se de dois capítulos iniciais, que tratam da trajetória econômica e urbana do sul da Bahia desde o fim do período colonial até o início do século XX. A segunda é constituída pelos três capítulos finais que versam sobre as representações da morte presentes especialmente na literatura jorgeamadiana e adoniana, nos necrológios e anúncios fúnebres, e nos acervos tumulares dos cemitérios acima citados.

O primeiro capítulo analisa as transformações econômicas da antiga comarca de São Jorge dos Ilhéus. De simples exportadora de farinha e madeira, principalmente para Salvador e o Recôncavo, a comarca transformou-se em uma das áreas mais dinâmicas da economia brasileira com a lavoura cacaueira, direcionada para o mercado externo. Em uma área com grande dimensão territorial e subordinada a uma economia natural, a agricultura comercial foi a base do povoamento e da geração de renda. O cacau tornou-se o sustentáculo econômico da Bahia e um dos principais produtos da pauta de exportação nacional, o que acarretou uma mudança significativa nos valores sociais e culturais presentes na sociedade regional.

A modernidade, no Sul da Bahia, traduziu-se, entre outros aspectos, no processo de melhoria da infraestrutura material dos principais núcleos urbanos do cacau e na consolidação de determinados ícones do progresso regional. Entre estes, destacamos a estrada de ferro "Ilhéus-Conquista", que ligava o interior da zona produtora ao principal porto exportador; e a catedral de São Sebastião, construída para sediar o bispado ilheense e simbolizar a importância econômica e social dos coronéis do cacau

---

[4] Sobre o assunto ver MAHONY, 1996, e RIBEIRO, A. L., 2001.

perante outros segmentos que encarnavam o poder no estado, como os plantadores de cana-de-açúcar e fumo do Recôncavo e os grandes comerciantes de Salvador.

O segundo capítulo discute as transformações urbanas nas principais cidades do sul da Bahia, Ilhéus e Itabuna. Toma os padrões arquitetônicos e urbanísticos que emergiram na época como elementos relevantes para o entendimento da trajetória social e política da região. As modificações no tecido urbano expressam os ideais civilizatórios. As cidades tornaram-se o espaço privilegiado para usufruir os benefícios introduzidos pela modernidade. Além deste fenômeno em geral, o capítulo explora como os projetos urbanísticos de higienização e do embelezamento das cidades foram apropriados pelas elites do cacau.

O terceiro capítulo examina as representações da morte na ficção de Jorge Amado e Adonias Filho sobre a temática do cacau. As obras analisadas estão marcadas pela presença fundamental da morte na composição dos seus enredos e das suas personagens. O discurso literário é analisado conjuntamente e confrontado com o discurso jornalístico sobre os conflitos armados do início do século XX na região. Nossa análise da obra ficcional enquanto representação considerou o lugar social do autor, seu posicionamento político e sua filiação literária. Os principais autores regionais serviram-se da ficção para representar o passado da zona produtora de cacau do Nordeste brasileiro como um processo de desbravamento da mata atlântica por homens destemidos, a maioria deles humildes imigrantes de várias partes do Nordeste, que enfrentaram doenças, índios e jagunços no plantio do "fruto de ouro" e construíram uma civilização com traços característicos.

O quarto capítulo do livro aborda outra visão da sociedade sul-baiana, a qual difere da imagem associada à violência e à morte "selvagem". Nos discursos construídos nos epitáfios, necrológios e anúncios fúnebres é possível perceber aspectos que remetem à ideia de morte "civilizada". Tais discursos apontam para o papel pedagógico e exortativo do momento da morte. São verdadeiras lições de vida que mostram o caminho a ser seguido, exemplificado pela figura do morto, cujas qualidades devem guardar uma estreita equivalência com a ética a ser adotada pela comunidade em que viveu. Nas pompas fúnebres apresentadas nas missas, velórios e enterros, estudados principalmente mediante a análise de fontes hemerográficas, dá-se a progressão das distinções sociais em uma sociedade cada vez mais pautada em valores típicos do individualismo, fenômeno este também presente nos símbolos tumulares.

Nos relatos sobre os ritos fúnebres, como os cortejos e as missas, são observados os comportamentos dos grupos familiares e políticos confrontados com a perda dos seus membros mais importantes. Tais comportamentos fundam-se nas regras de filiação e aliança que constituem identidades e a partir das quais se desenvolvem laços de sociabilidade[5]. O "fluxo melífluo da consagração" de um membro da família ou do partido expressa o lugar social que seus descendentes desejam usufruir[6].

O quinto e último capítulo investiga as fontes arquitetônicas cemiteriais para além da sua qualidade estética, procurando, a partir delas, compreender os projetos sociais e as visões de mundo dos seus construtores. A pompa e a singeleza traduzem as desigualdades e fornecem um mapa social do espaço da morte, de acordo com o tipo de sepultura (perpétua ou comum, vertical ou horizontal), a qualidade e diversidade do material empregado, o seu tamanho e localização espacial (zonas privilegiadas ou periféricas). O túmulo é constituído por uma sobreposição de elementos simbólicos, com o objetivo de imortalizar o indivíduo ou a família. Conforme foi afirmado anteriormente, há fortes laços entre o culto dos mortos e a memória, e entre esta e a identidade social.

---

[5] HÉRITIER, 1989.
[6] VALADARES, 1972.

CAPÍTULO I

A COMARCA DE SÃO JORGE DOS ILHÉUS, 1759-1860

> A ocupação da terra era feita tumultuariamente, desapossada do índio, na sua maioria. A caminho da mata viam-se destroços de engenhos, de serrarias, de uma época morta.
>
> *Araújo Góes*

Economia colonial: a produção de farinha e a extração de madeiras

Em meados do século XVIII, o território da comarca de São Jorge dos Ilhéus, concentrado no entorno das pequenas vilas litorâneas, iniciava a expansão da sua área econômica para as margens mais distantes dos cursos fluviais navegáveis. O território ilheense contava, então, com sete freguesias e algumas aldeias indígenas organizadas pela catequese jesuítica, cujo principal produto econômico era a farinha de mandioca[7]. O plantio da mandioca e a fabricação da farinha se faziam com a utilização da força de trabalho de índios catequizados e negros escravizados. Mesmo bastante inferior ao volume do Recôncavo, o número proporcional de escravizados em relação à população livre não deixa dúvidas sobre os esforços dirigidos à produção agrícola em Ilhéus. Pouco antes da extinção da capitania a população registrada nas paróquias somava 7.409 habitantes, dos quais 3.667, pouco mais de 45% do total, eram escravizados e constituíam a principal força de trabalho utilizada na produção agrícola para abastecimento do consumo interno e externo, especialmente Salvador e Recôncavo[8].

---

[7] No ano de 1759 a capitania de São Jorge dos Ilhéus foi extinta e transformada em comarca subordinada à da Bahia. Ambas formariam, somadas à de Jacobina, o território da Província da Bahia.

[8] SCHWARTZ, 1988.

Conforme os dados apresentados na Tabela 1, na primeira metade do século XVIII a população de escravizados da Bahia e de Ilhéus era superior ao número da população de homens e mulheres livres, existindo entre os dois grupos uma categoria denominada como criados, que somavam setecentos e vinte e quatro indivíduos. Tanto a população escravizada de origem africana quanto à das aldeias jesuíticas eram fundamentais para a economia das duas capitanias e para o aumento das terras exploradas pela agricultura.

Tabela 1 – População das capitanias da Bahia e Ilhéus (1724)

Região das Paróquias	Homens Livres	Mulheres Livres	Criados	Escravizados	Total
Recôncavo	7.653	7.438	380	24.217	39688
Salvador	6.611	5.977	273	12.132	24.993
Ilhéus	1.846	1.371	25	3.667	7.409
Sertão	725	727	56	1.266	2.744
Sergipe	1.600	1.856	20	4.200	7.676
Total	**18.435**	**17.369**	**724**	**45.482**	**79.864**

Fonte: SCHWARTZ, 1988.

O perfil do produtor da capitania era o de pequeno proprietário de terra, em sua maioria posseiro ou arrendatário, utilizando-se da mão de obra escrava, e cuja principal produção, conforme apontado anteriormente, era a farinha de mandioca. A coroa portuguesa impunha a obrigação do plantio de mandioca e vetava a sua substituição por lavouras mais rentáveis como a cana-de-açúcar e o fumo, o que durou até a segunda metade do século XVIII[9]. A coroa desenvolveu uma política estratégica em relação a priorizar a produção de farinha e outros mantimentos no atual sul da Bahia, enquanto o Recôncavo especializava-se na fabricação de açúcar para exportação[10]. Assim, o principal papel econômico do sul baiano limitou-se, por largo espaço de tempo, a fornecer alimentos para consumo de Salvador, onde havia uma preocupação generalizada quanto aos efeitos de uma crise de abastecimento dos engenhos e das frotas portuguesas que atracavam em seu porto.

A produção de farinha e a extração de madeira eram controladas por Salvador desde o período em que Ilhéus era capitania hereditária. A necessidade imperativa de abastecimento da capitania da Bahia contribuiu

[9] SILVA; LINHARES, 1981.
[10] DIAS, 2007.

para esse quadro. A instalação do governo-geral e o aumento do número de engenhos no Recôncavo contribuíram significativamente para a expansão demográfica da capitania da Bahia, cuja capital era sede dos setores não produtivos da população: a burocracia estatal, os agentes do comércio e as tropas governamentais. Por sua vez, a massa de trabalhadores dos engenhos do Recôncavo, constituída pelos povos originários e pelos escravizados de origem africana, necessitava de uma quantidade cada vez maior de mantimentos.

Teixeira da Silva propõe um esquema constituído por três áreas produtoras de farinha em torno do mercado soteropolitano. A primeira era constituída pelas vilas mais próximas à Cidade do Salvador em um raio de 100 a 220 quilômetros de circunferência, como Maragogipe, Jaguaripe e Nazaré; uma área intermediária compunha-se das chamadas "vilas de baixo", como Valença, Cairú e Camamu; e, por fim, havia uma terceira área compreendendo a vila de Ilhéus e o sul da comarca[11]. No século XVIII ocorreu o esgotamento das terras da primeira área e, gradativamente, as "vilas de baixo" passaram a constituir a principal região produtora de farinha para Salvador e o Recôncavo. Um número significativo de produtores, donos de um pequeno número de escravizados, afluiu para Valença, Cairú e Camamu.

A concentração de terras no Recôncavo, a limitação da prática de aforamento dessa área e o custo elevado da produção de açúcar, juntamente com o esgotamento das terras destinadas ao cultivo da mandioca nas vilas mais próximas a Salvador, foram elementos importantes para a transferência dos lavradores para as áreas próximas a Camamu, ou mesmo Ilhéus. Como não havia estradas em boas condições, quase toda a mercadoria era transportada por embarcações, que deveriam ser fiscalizadas pelos oficiais das câmaras e juízes ordinários das vilas. Os mestres das embarcações eram obrigados a possuir uma carta de identificação contendo a sua identidade e a quantidade de farinha embarcada em cada vila com destino a Salvador. Ali seria realizada uma conferência dos dados contidos na carta e emitido um visto, por um funcionário do governo, que deveria ser apresentado no porto da vila de origem sob pena de degredo para a África[12].

A fortaleza do morro de São Paulo, por sua localização estratégica, era fundamental na repressão ao contrabando de farinha. Todas as embarcações que faziam o transporte de farinha entre as vilas produtoras

---

[11] SILVA; LINHARES, 1981, p. 86-87.

[12] DIAS, 2007, p.116.

e o porto de Salvador eram obrigadas a passar ao largo da fortaleza, favorecendo a sua fiscalização. Camamu também possuía um papel importante na rota da farinha. Para ali convergiam as embarcações vindas das vilas mais ao sul. Da vila as embarcações seguiam rumo à barra dos Carvalhos, ao sul de Boipeba, até a vila de Cairú, de onde navegavam até o morro de São Paulo[13].

Camamu foi a mais importante vila da capitania de Ilhéus ao longo do período em que a farinha representava o principal produto agrícola da região. Aliada à capacidade produtiva da vila, o seu porto tinha um papel estratégico na distribuição comercial da farinha para Salvador. No início do século XVIII, de um total de 2.230 habitantes, 1.032 eram escravizados, um percentual bastante significativo e que mostra a importância dessa mão de obra envolvida no plantio de mandioca e na extração de madeira[14]. A produção da capitania de Ilhéus era exportada para o celeiro público de Salvador, de onde era distribuída para os centros consumidores da capital e do Recôncavo. Os preços da farinha variavam de acordo com inúmeras causas, desde as climáticas até o aumento abrupto da demanda, as quais podiam fazer com que se elevassem sobremaneira. De qualquer forma, o seu preço seguia uma tendência de alta que se manteve constante até a primeira metade do século XIX. Mesmo com a introdução de novos produtos, como o café e o cacau, a produção de farinha em Camamu continuou a manter um ritmo crescente[15].

Outra importante atividade econômica da capitania era a extração de madeira enviada para exportação à Baía de Todos os Santos. Dias chama a atenção para a natureza da indústria madeireira em Ilhéus, que não se limitava apenas a extrair os troncos e transformá-los em pranchões, mas voltava-se também para sua transformação em peças para o uso da construção naval. Uma série de estaleiros locais fabricava pequenas embarcações utilizadas nas rotas fluviais e marítimas regionais, assim como quilhas, lemes, mastros e tabuado para médias e grandes embarcações construídas em Salvador ou em Lisboa[16].

A transformação do sistema de capitanias hereditárias em comarcas fez com que a gestão dos cortes de madeira reais ficasse a cargo dos ouvidores nomeados por Salvador. Os cortes eram abertos em função das

---

[13] DIAS, 2007, p. 117.
[14] SCHWARTZ, 1988.
[15] BARICKMAN, 2003, p. 137-138.
[16] DIAS, *op. cit.,* p. 147.

necessidades do arsenal real da Marinha em Lisboa. Realizadas as entregas das encomendas, os cortes eram então fechados até nova demanda. As inúmeras encomendas para Lisboa, devido ao aumento da quantidade e da tonelagem das embarcações portuguesas, bem como o contrabando eram responsáveis pela diminuição das matas da comarca, especialmente entre Cairú e o rio de Contas.

De acordo com Morton, o aumento da necessidade de madeira para a indústria naval acompanhou o momento favorável para os produtos agrícolas de exportação ao final do século XVIII. Além disso, o terremoto que praticamente destruiu Lisboa impulsionou a demanda na construção civil oficial. Os interesses privados no corte de madeira haviam chegado a um ponto em que ocorreu uma clara resistência aos projetos preservacionistas da administração portuguesa[17]. Para fiscalizar e controlar essa produção, a administração colonial se fez mais presente através da união dos cargos de ouvidor e juiz conservador das matas. A estrutura da Conservadoria das Madeiras contava, além de com um juiz, com um escrivão, um administrador geral, cinco ajudantes e um almoxarife. Um dos mais importantes administradores de Ilhéus foi o desembargador Balthazar da Silva Lisboa, que também viria a ser proprietário de terras onde foi erguida a aldeia indígena de São Pedro de Alcântara, hoje Ferradas.

A formação acadêmica de Balthasar Lisboa, em relação ao tema dos recursos naturais, se enquadra na perspectiva iluminista, em que o meio ambiente deve ser preservado do uso indiscriminado do seu potencial econômico. A destruição das matas era interpretada como sinal de atraso e descuido administrativo. Lisboa foi um dos primeiros administradores que tratou cientificamente das questões ambientais na América Portuguesa. Vários intelectuais brasileiros da sua geração tiveram seus estudos em universidades portuguesas, para exercer funções na burocracia estatal financiados pela coroa[18].

A reforma administrativa imposta na administração do ministro Pombal (1750-1777) incentivou os estudos sobre áreas de floresta, rios navegáveis e plantio de novas culturas. Os recursos naturais foram priorizados no sentido de fortalecer a monarquia portuguesa e suas posses. Os estudiosos formados em Coimbra e Lisboa produziram uma série de investigações sobre o potencial econômico da colônia em forma de "memórias",

[17] MORTON, 1978.
[18] LIMA, A. P., 2006.

entre as quais figura a de autoria de Lisboa, do ano de 1803, sobre as matas da comarca de Ilhéus e os cortes de madeira, onde defende a redução do desmatamento e denuncia os prejuízos econômicos que poderiam advir para a coroa portuguesa.

Como juiz conservador das matas, exigiu que todos os proprietários deveriam pedir a devida licença para a extração e o comércio de madeiras. No exercício do cargo, Lisboa entrou em choque com os interesses de grandes proprietários, entre eles a influente família Sá Bittencourt, que explorava economicamente as matas de suas fazendas e engenhos, a maior parte pertencente ao espólio dos proscritos padres jesuítas. A associação entre proprietários de terras e de animais de carga com os donos das embarcações de transporte de madeira para Salvador, que teve como objetivo inicial diminuir os custos dos fretes, acabou por formar um bloco dominante nesse setor econômico da província. Esse grupo sofreu a oposição do ouvidor Balthazar Lisboa, particularmente a partir de 1797, quando uma carta régia decretava a propriedade exclusiva do governo das madeiras na orla marítima e às margens dos rios navegáveis que desaguassem no oceano. Os proprietários dessas áreas seriam indenizados com a mesma quantidade de terras em lugares a serem especificados pela coroa[19].

A reação contra o juiz conservador foi liderada por figuras influentes da política e economia baianas, como Domingos Muniz Barreto e os irmãos Manoel Ferreira Câmara e José de Sá Bittencourt e Câmara, envolvidos com extração, beneficiamento e transporte de madeiras e peças para construção naval. José de Sá apresentou à coroa uma representação de sua autoria contra as ações do juiz conservador com amplo apoio da sociedade local, inclusive de certo padre Malta, acusado por Balthasar Lisboa de explorar os indígenas de Santarém na extração de madeira[20]. Por fim, os interesses particulares prevaleceram e foram permitidos os cortes de madeira sujeitos apenas aos impostos cobrados pela coroa. O conflito entre os interesses de particulares e do governo colonial aponta a importância da extração de madeira como um setor estratégico da economia da América Portuguesa.

Por sua característica de floresta tropical, a mata atlântica era uma inestimável fonte de recursos para a coroa portuguesa devido à quantidade de espécies de madeiras e suas inúmeras aplicações para a construção

[19] LISBOA, 1913-1918.
[20] MORTON, *op. cit.*

civil e a naval. Em uma área relativamente pequena era possível encontrar diversos tipos diferentes de árvores inexistentes no hemisfério norte, como a sucupira, o vinhático, o jacarandá, o potumuju, o jequitibá, entre outras, com uma oferta quase que ilimitada para a época colonial. Mesmo com a exploração das madeiras nativas, a vila de São Jorge dos Ilhéus não conseguiu um lugar de destaque na economia colonial baiana. A menor integração com o porto de Salvador e a pouca participação na produção de farinha para o consumo do Recôncavo não favoreceu a sua posição entre as vilas da capitania. Ao longo de séculos, a zona rural teve como base uma policultura de pouca expressão e a extração de madeira. A população da freguesia dos Ilhéus estava dispersa pelas margens dos rios Santana, Cachoeira, Fundão e Itaípe, onde pequenos lavradores plantavam arroz, feijão, coco e mandioca[21].

A maior propriedade rural era o engenho de Santana, antiga posse jesuítica, que se tornou um dos mais importantes produtores de açúcar da colônia. Chegou a possuir mais de duzentos escravos, uma quantidade significativa mesmo para os padrões dos seus congêneres do Recôncavo. Além do Santana, havia pouco mais de uma dúzia de pequenos engenhos produzindo aguardente e melado e algumas serrarias para a fábrica de pranchões de jacarandá e vinhático. As margens do rio Itaípe até a Lagoa Encantada, onde passava a ser conhecido como Almada, era a zona mais povoada da freguesia. Ali estavam registradas quatro dezenas de propriedades rurais que abriam clareiras na mata. Toda essa área, situada ao norte da vila dos Ilhéus, podia ser percorrida em um dia de navegação pelo Itaípe até uma aldeia de índios *grên* situada próxima à lagoa Encantada. Em todo o percurso do termo da vila até o rio Tijuípe, ponto extremo ao norte, não havia mais do que dois pequenos povoados, Ponta do Ramo e Mamoam, habitados por descendentes dos povos originários que exerciam a atividade pesqueira e fabrico de redes de pesca com fibras de ticum[22].

Os rios Santana, Cachoeira e Fundão formavam o estuário conhecido como "rio dos Ilhéus", onde foram estabelecidas as mais antigas rotas de colonização que partiam do litoral sul baiano para o interior do continente. As margens do Cachoeira eram povoadas até a altura da sua última corredeira no banco de pedras, conhecido atualmente como Banco da Vitória, ponto onde finalizava a navegação sem interrupção desde o

[21] CAMPOS, J., 1981.
[22] DIAS, *op. cit.*, 2007.

porto fluvial de Ilhéus. Nas suas proximidades, os jesuítas haviam instalado uma aldeia datada de 1603, como parte da estratégia para a catequese das etnias nativas. A aldeia, chamada de Maria Jape, foi erguida na junção dos rios Santana e Cachoeira e nela habitavam etnias tupi e potiguar, estes para auxiliar na defesa da vila e dos engenhos de açúcar contra as incursões de povos não catequisados[23].

A ocupação das terras da freguesia de São Jorge não havia ultrapassado as terras próximas à Lagoa Encantada, ao norte; pouco mais de três léguas às margens do Cachoeira, a oeste; e o rio Acuípe, abaixo de Olivença, ao sul. A expansão ocorreu a partir das primeiras décadas do século XIX, quando diversas sesmarias foram adquiridas ou doadas a determinados indivíduos com recursos suficientes para novos empreendimentos agrícolas. Portanto, nas áreas de expansão acima citadas, se configurava um investimento em grandes propriedades adquiridas por preços baixos ou por concessão de sesmaria. O declínio da mineração do ouro e da produção açucareira foram, em parte, responsáveis por um maior investimento em novas lavouras. Uma lenta evolução econômica, desde o final do século XVIII, forneceu o impulso inicial para o desbravamento da fronteira oeste do território ilheense durante o século seguinte, o que resultou na abertura de um maior número de estradas e no acirramento da disputa pela terra inicialmente dos colonos com as etnias originárias e, posteriormente, entre si mesmos[24].

Apesar de se constituir na área mais produtiva da freguesia, os terrenos do Itaípe eram avaliados com equivalência aos dos terrenos menos valorizados de Camamu e Cairú. Em média, cada braça de terra valia 1$000 réis, enquanto ao sul da vila o valor caía pela metade. As operações de compra e venda de terras correspondiam à maior parte das transações registradas. A maioria das compras era feita com pagamento imediato, em moeda corrente[25]. As propriedades negociadas possuíam títulos de escrituras e limites estabelecidos por marcos de pedras legitimados pelo reconhecimento mútuo, prática essa que sobreviveu na demarcação das fazendas de cacau, sendo raros os cercamentos.

Levando em consideração a expansão das áreas produtivas, a comarca podia ser dividida em termos históricos e econômicos. Ao norte, as

---

[23] VIEGAS, 2003.
[24] MAHONY, *op. cit*. 1996.
[25] DIAS, *op. cit*.

freguesias de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Cairú e a do Espírito Santo de Boipeba, com uma relação de proximidade com Valença e com o sul do Recôncavo. Mais ao centro, as de Nossa Senhora da Assunção de Camamu, São Sebastião do Maraú e São José da Barra do Rio de Contas, atual Itacaré, no que poderíamos chamar de as "terras das doze léguas". A expansão inicial dessa zona seguiu as margens do rio de Contas, onde surgiram as povoações de Ubaitaba e Jequié, esta última no extremo oeste da economia cacaueira, onde a mata atlântica limitava com o antigo "sertão da Ressaca". E outra, mais ao sul, as paróquias da Invenção de Santa Cruz da Vila dos Ilhéus e de São Boaventura do Poxim (Canavieiras), cujo território tornou-se, a partir da segunda metade do século XIX, o principal produtor de cacau do Brasil.

A grande quantidade de quilombos existentes nas matas da comarca é um testemunho da dimensão da força do trabalho escravo para a agricultura. Apesar do fato de as paróquias produtoras de açúcar do Recôncavo em apresentar um número mais elevado de trabalhadores escravizados em relação à zona produtora de farinha, a quantidade de quilombos formados nas matas de Cairú, Camamu e Ilhéus foi muito superior. Schwartz presume que as condições menos severas do que o regime de trabalho nos canaviais, a dieta e o bem-estar físico, assim como a maior densidade demográfica em relação aos livres estimularam a resistência ao regime de trabalho forçado[26]. Deve-se ainda levar em conta o espaço geográfico de matas fechadas, que favoreciam a formação e a defesa dos quilombos.

Ainda na primeira metade do século XIX, havia uma forte repressão aos inúmeros quilombos existentes nas matas de Ilhéus, Barra do Rio de Contas, Cairú e Camamu, contra os quais eram organizados ataques pela guarda policial, municiada pelo governo provincial. Tais quilombos tinham uma existência relativamente curta devido aos ataques que sofriam das tropas governamentais. Mas logo eram organizados novos refúgios, que muitas vezes abrigavam desertores e foragidos da justiça, os quais, em parceria, atacavam as propriedades mais distantes. Os quilombos do Borrachudo, do Corisco e do Saburá, localizados nas matas entre Barra do Rio de Contas e Camamu, eram considerados os mais perigosos. Uma expedição policial organizada pela província, em 1838, cercou e prendeu os moradores desses quilombos, cujos líderes foram julgados e condenados

[26] SCHWARTZ, 2001.

à forca, sentença confirmada pelo governo imperial. Como não houvesse quem quisesse manejar a forca, os sentenciados foram fuzilados pela força policial[27].

Com a intensificação do policiamento dos portos tradicionais de contrabando de escravizados, os portos do sul da Bahia passaram a servir como alternativa para o tráfico. Em 1851 foi registrado o último grande desembarque de africanos na comarca, ocorrido nas proximidades da praia do Mamoam, ao norte de Ilhéus. Um negreiro comandado pelo português João Teodoro de Faria que, perseguido pelos ingleses, encalhou o navio e refugiou-se em uma propriedade na Lagoa Encantada, com um lote de cerca de quatrocentos africanos[28]. Esses últimos provavelmente haviam sido encomendados pelos Sá Bittencourt, com os quais Faria estabeleceu posteriormente relações de parentesco, mediante o casamento. Essa aquisição, mesmo que tenha sido uma das poucas registradas, não foi um fato isolado no processo de exploração de trabalhadores em regime escravo. Nesse período, o cacau, assim como as demais culturas em expansão, necessitava de braços para o plantio e a colheita das safras, que aumentavam a cada ano e transformavam economicamente o sul da Bahia.

Entre os anos de 1836 e 1837 o juiz de direito da comarca Francisco Primo de Castro, residente em Camamu, dirigiu ao governo pedido de tropas para dar combate aos quilombos. A correspondência dos juízes também denuncia o tráfico ilegal em Ilhéus. No ano de 1836, em torno de cento e doze escravos, entre homens, mulheres e crianças, haviam sido "desovados" por um brigue na Armação das Baleias, no lugar chamado Capitão, a seis ou sete léguas da vila, ao norte da barra do Mamoam. O comércio ilegal de escravizados continuou por um longo tempo no litoral ilheense. Em 1856, o juiz Ermano do Couto, de quem voltaremos a falar no quinto capítulo, denunciou ao governo da província a tentativa de desembarque de africanos pelo brigue mercante *Maria Stuart* na barra do Cururupe, a duas léguas da vila, e a saída, de Tenerife, do brigue *Pensamento* para o tráfico de africanos em Ilhéus[29].

Ainda em 1875 foi organizada uma expedição policial para destruir um quilombo localizado nas matas da fazenda Caldeiras, na Lagoa Encantada. Foram capturados pouco mais de uma dezena de escravos que

---

[27] CAMPOS, 1981.
[28] *Ibidem*.
[29] APEBa, SJ, CJI, 1836-7, maços 2395-1 e 2397.

viviam distribuídos em pequenos acampamentos[30]. A repressão aos escravizados fugitivos fez parte de um processo mais amplo de incorporação de terras que afetou diretamente as comunidades indígenas do sul da Bahia, desarticuladas pela ocupação dos seus territórios, especialmente no século XIX, com a expansão do plantio de cacau.

Aldeias, estradas e lavouras: o papel do trabalho indígena na comarca dos Ilhéus

A ampliação da área de exploração econômica baseada na mão de obra escrava era organizada em torno da incorporação dos territórios das etnias originárias. As aldeias administradas por jesuítas e capuchinhos ao longo dos séculos XVIII e XIX são os marcos mais visíveis da expansão das fronteiras no sul da Bahia. Os maiores exemplos são: a jesuítica Nossa Senhora da Escada ou Olivença e São Pedro de Alcântara ou Ferradas, erguida sob a direção dos capuchinhos. Enquanto Olivença, mais antiga, representa de muitas formas o período colonial, Ferradas simboliza a fase inicial das transformações econômicas e sociais advindas com o plantio do cacau.

Criada em 1815, a aldeia de Ferradas situava-se às margens da estrada construída para ligar as vilas de São Jorge dos Ilhéus e Vitória da Conquista, no chamado sertão da Ressaca, área entre as margens dos rios Pardo e de Contas, ocupada pelos *kamakã-mongoió.* A Ressaca era uma das áreas de expansão da pecuária extensiva entre Minas e o Recôncavo, que teve como pioneiro o capitão-mor Gonçalves da Costa. Outras estradas estavam sendo abertas pelo coronel José de Sá Bittencourt, com mão de obra nativa, para ligar a vila de Camamu ao interior, a maior parte delas em terrenos de sua propriedade. O crescente interesse pela articulação econômica da vila de Ilhéus com Minas Gerais fez com que o governo mandasse organizar, em 1810, um estudo da viabilidade de uma estrada entre essas regiões, acompanhando as margens do Pardo, a cargo do engenheiro mineiro Felisberto Caldeira Brant.

Brant era dono do engenho de Santana, a maior propriedade ilheense, e de outras posses dos expulsos jesuítas. O futuro marquês de Barbacena, educado na Academia Naval de Lisboa, transferiu sua residência para a Bahia em 1801, quando foi nomeado tenente-coronel de

[30] CAMPOS J., 1981.

infantaria do exército português. Em Salvador, casou-se com Anna Constança de Castro Cardoso dos Santos, filha de um dos mais importantes comerciantes da capital. A morte do sogro fez de Brant um dos homens mais ricos da Bahia e lhe possibilitou fazer grandes investimentos em terras. Para facilitar o comércio entre suas propriedades e Minas Novas, o atual norte mineiro, Brant custeou, entre os anos de 1812 e 1815, a abertura da estrada entre Ilhéus e o arraial da Conquista, com a mão de obra de 240 escravizados e nativos das missões.

A estrada, concluída em 1815, teve como ponto de partida o rio Cachoeira, seguindo em direção ao seu afluente conhecido como Salgado e, dali, rumo ao rio Gavião, nas proximidades de Vitória da Conquista. A estrada tinha a extensão de 42 léguas, e em dois anos de serviços havia atingido o rio Salgado. Brant seguiu em parte a rota aberta anteriormente por José de Sá e abriu uma nova rota onde foi erguido o aldeamento de São Pedro de Alcântara, futura Ferradas, que se transformou em importante centro de catequese e expansão da cultura cacaueira às margens do Cachoeira.

Os núcleos originais das atuais Ferradas e Itapé se formaram a partir de aldeamentos *kamakã-mongoió* instalados, respectivamente, por Gonçalves da Costa e Caldeira Brant. O aldeamento de São Pedro de Alcântara estava situado em terras doadas pelo ouvidor Balthazar Lisboa, a oito léguas de Ilhéus. A intenção era de utilizar os povos originários para proteger a estrada e produzir farinha para o abastecimento de Ilhéus.

Nesse período, mais especificamente em 1808, os capuchinhos iniciaram a catequese em Ilhéus, especialmente entre os *pataxó* e *kamakã-mongoió*. O frade capuchinho italiano Ludovico de Livorno foi o primeiro a ser enviado para as matas do sul da Bahia, estabelecendo sua ação de catequese na região de Ferradas. Alguns anos antes, uma grande área do território *kamakã-mongoió* fora submetida por Gonçalves da Costa com o sucesso da conquista por ele organizada sobre as aldeias da região. Nessa região foi erguido o arraial de Vitória da Conquista, que funcionou como entreposto para o comércio de gado e algodão[31]. As suas fazendas abasteciam os açougues das vilas de Jaguaripe e as povoações de Nazaré e Aldeia, atual Aratuípe, sendo o gado transportado por caminhos por ele abertos até os centros consumidores.

Aos *kamakã-mongoió* aldeados em Ferradas somaram-se os *grên* transferidos da aldeia do Almada por ordem do governo provincial, para

[31] PRADO JÚNIOR, 1989.

viabilizar o projeto de articulação do litoral com o interior pela bacia do Cachoeira. A aldeia dos *grên*, no rio Almada, foi erguida em terrenos pertencentes aos jesuítas do colégio de Santo Antão de Lisboa, entre os anos de 1694 e 1695[32]. A ausência de padres e a dispersão dos índios resultaram em que a aldeia fosse transferida para uma sesmaria vizinha pertencente aos jesuítas do Colégio da Bahia. Em meados do século XVIII a aldeia ficou sem a presença de qualquer autoridade civil ou religiosa e iniciou-se um novo abandono destas terras por parte dos seus habitantes.

Um dos proprietários vizinhos, Pascoal de Figueiredo, interessado na manutenção da aldeia, incentivou a vinda dos padres do Santana com o objetivo de reconduzir os nativos dispersos[33]. O projeto contou com a ajuda de um escravizado fugitivo do engenho de Santana que havia se refugiado entre os *grên* e conhecia a sua língua. Em troca dos seus favores, os jesuítas o alforriaram, e o vice-rei concedeu-lhe a patente de capitão dos índios. Certamente a existência daquele aldeamento contribuiu para a ocupação gradual dos terrenos do Almada e da Lagoa Encantada, funcionado como uma barreira às incursões dos índios não assimilados.

Em 1815, por iniciativa do ouvidor Lisboa, os índios foram transferidos para as margens do Cachoeira, aonde iriam mais uma vez desempenhar o papel de proteção às áreas de expansão agrícola. O desembargador Lisboa, visando ao aumento da produção em suas terras, cedeu aos *grên* alimento, roupas e ferramentas agrícolas[34]. Anos antes, Gonçalves da Costa conseguiu autorização para deslocar os *grên* para o serviço de abertura da estrada ligando suas fazendas à Barra do Rio de Contas. De acordo com o governo provincial, em 1815, cacau e café eram plantados pelos aldeados de Ferradas dirigidos pelo capuchinho frei Vicente d'Ascoli[35].

Na visão do governo português, a abertura de estradas entre a Bahia e Minas era fundamental para a exploração comercial da pecuária e de minérios, permitindo a fixação de núcleos que servissem de apoio aos viajantes e tropeiros que as percorressem. Gonçalves da Costa foi convencido das vantagens econômicas de uma estrada ligando as suas fazendas às vilas do norte da comarca de Ilhéus, onde a agricultura e a extração de madeira se tornavam importantes geradoras de renda para o governo.

---

[32] CAMPOS J., 1981.
[33] DIAS, 2007.
[34] CAMPOS J., 1981.
[35] APEBa, SCP, Série Diversos, Ofício do Ouvidor da Comarca de Ilhéus Enviado ao Conde dos Arcos, Governador Geral da Bahia, 4/7/1815, maço 230 e CAMPOS J., 1981.

A estrada tinha e extensão de oitenta léguas, através de florestas, serras e alagadiços, em direção às vilas da Barra do Rio de Contas e Camamu por onde desceu a primeira boiada para a comarca[36]. A cultura algodoeira e a pecuária foram as principais atividades econômicas responsáveis pelo surgimento da vila de Vitória da Conquista no início do século XIX. A vila, por sua estratégica localização geográfica entre as Minas Novas, o litoral sul-baiano e o Recôncavo, era a base dos empreendimentos da família de Gonçalves da Costa. Os lucros comerciais advindos da abertura de estradas que passavam por suas fazendas justificariam os inúmeros sacrifícios na luta contra o meio inóspito e milhares de *kamakã-mongoió*[37].

Enquanto Ferradas foi erguida para facilitar a comunicação do litoral com o sertão da Ressaca, a aldeia de Olivença serviu ao propósito de favorecer a colonização do sul de Ilhéus até os limites com Porto Seguro, região onde a catequese havia sido iniciada no século XVI. Os territórios das antigas capitanias de São Jorge dos Ilhéus e Porto Seguro eram tradicionalmente habitados pelos povos *maxacali, kamakã, pataxó e grên*, também conhecidos por *aimoré* no período colonial[38]. A catequese jesuítica havia estabelecido inúmeras aldeias que tinham o papel estratégico de fornecimento de mão de obra para o desmatamento e para o cultivo das terras, além de servir como base de povoamento ao favorecer a expansão da ocupação territorial[39].

A aldeia de Nossa Senhora da Escada, depois vila de Olivença, era um dos mais antigos aldeamentos jesuíticos do sul da Bahia. Uma documentação da ouvidoria da Bahia, datada de 1768, utilizada por Dias em sua tese, se refere ao mais antigo registro sobre a "aldeia dos padres": o livro de assentamento de batismos aberto pelo padre Teodósio de Moraes no ano de 1682. Dessa forma, o aldeamento teria provavelmente se originado na segunda metade do século XVII. Na data do relatório do ouvidor Luís de Veras a população local era formada por cento e vinte dois casais que somavam quinhentas e oito pessoas, entre as quais três escravizados, que residiam em casas de taipa cobertas de palhas que formavam uma praça principal[40].

Os jesuítas foram responsáveis pela pacificação de índios hostis à presença portuguesa nos seus territórios. Os aldeamentos e as extensas

---

[36] CAMPOS, *op.cit*.
[37] SOUSA M., 2001.
[38] DANTAS B., 1998.
[39] MARCIS, 2004.
[40] DIAS, 2007.

porções de terras doadas à ordem inaciana a fizeram senhora de praticamente todas as áreas agricultáveis da capitania, englobando a sesmaria das doze léguas, e o engenho de Santana com uma área de cinco mil hectares. Aos poucos os indígenas das aldeias de Olivença haviam abandonado a maior parte dos seus costumes, inclusive os idiomas nativos, expressando-se em língua portuguesa. Possuíam seus próprios juízes e capitães-mores, assim como escolhiam os seus próprios sobrenomes retirados dos brancos locais. Não raro chegavam a adotar o nome completo. Tal prática foi também adotada na região pelos escravizados negros que, quando libertados, adotavam o sobrenome dos antigos senhores.

Ao utilizarem esta e outras estratégias, os nativos "civilizados" buscaram uma forma de se adequar simbolicamente ao mundo dos colonos e buscar abrigo contra os grupos que ainda não haviam sido assimilados pela catequese e que hostilizavam os que passaram pelo processo de cristianização. Alguns nativos dessas vilas estavam tão ligados aos costumes ocidentais que haviam sido investidos em cargos civis e militares; muitos "apresentavam-se de casaca nos atos públicos e particulares"[41]. Em recentes escavações no "quadrado" de Olivença foram encontradas ossadas humanas, que podem indicar a adoção do enterro dentro ou em torno das igrejas cristãs pela população local.

Até a primeira metade do século XVIII, os padres jesuítas foram a ponta-de-lança dos esforços da coroa portuguesa para o controle das populações indígenas e para a expansão da economia colonial. Os padres jesuítas haviam exercido uma influência incontestável na economia ilheense, em parte por sua eficácia na catequese das etnias que habitavam o seu território, em parte pelo domínio de amplas propriedades rurais que praticamente monopolizavam a produção agrícola local, como a citada sesmaria das doze léguas cuja testada ia da ilha de Boipeba ao rio de Contas. Os padres arrendavam parte dos seus terrenos configurando uma classe de pequenos proprietários de mão de obra escrava produtores de farinha com pouco acesso à mão de obra nativa das aldeias jesuíticas.

A disputa pela mão de obra nativa entre padres e colonos era uma constante como se percebe na documentação oficial sobre, por exemplo, a "aldeia dos padres" ou de Nossa Senhora da Escada. No início do século XVIII, uma rebelião dos índios contra a administração jesuítica, estimulada pelos colonos, chamou a atenção do vice-rei, o Marquês de Angeja, que

---

[41] CAMPOS J., *op. cit*.

recomendou ao capitão-mor dos Ilhéus que cuidasse do imediato envio de um pároco para a aldeia. Os índios seriam obrigados a lavrar uma roça de mandioca para o mesmo e fornecer-lhe uma canoa com quatro pescadores garantindo-lhe o seu sustento. Os padres, porém, estariam limitados à administração espiritual da aldeia, enquanto a jurisdição temporal ficaria a cargo do capitão-mor como uma medida provisória para conter os ânimos[42].

A cristianização possibilitou transformar os povos indígenas da capitania em mão de obra para o cultivo da terra, na abertura de estradas e no povoamento e defesa das áreas de expansão agrícola. A produção de Olivença consistia em farinha de mandioca, feijão e banana e a alimentação era completada com frutos do mar e caça selvagem. Havia uma produção artesanal de rosários, coquilhos, fios de algodão, tabuados, estopa de embira e cabos de piaçava, estes dois últimos utilizados na construção naval e no arrasto de madeiras das áreas de corte para os portos de embarque. Ainda segundo a documentação, as terras da aldeia eram apropriadas coletivamente, sendo alguns terrenos reservados para o uso exclusivo dos padres.

Parte da população masculina de Olivença trabalhava como jornaleiros nas propriedades circunvizinhas, particularmente na derrubada de árvores. Havia treze serradores entre os oficiais mecânicos de Olivença, um alfaiate e um sapateiro. Todos os demais eram fabricantes de contas, e o que recebiam era dividido entre o missionário e o consumo de mercadorias de baixo custo, especialmente a aguardente vendida pelos colonos[43]. O comércio local consistia da venda de pequenas quantidades de farinha, rosários de contas e fibras de ticum para cordas, redes e linhas de pesca.

Os jesuítas buscaram adaptar a produção artesanal aos padrões de consumo dos colonos. Os rosários feitos de cocos da piaçava eram enviados para o colégio de Salvador, onde recebia o acabamento final e encontrava uma demanda razoável. Com a palha da piaçava também produziam chapéus, redes, esteiras e cestos vendidos no mercado de Ilhéus e enviados para Salvador. O principal sustento alimentar dos índios e dos padres era a pesca, havendo pouca referência à caça ou à coleta de alimentos como atividades econômicas dos índios da aldeia[44].

Além desses produtos, havia uma comercialização regular para Portugal de cocos e pentes de casco de tartaruga, o que teria estimulado a

---

[42] ABN, Coleção Documentos Históricos, v. 43. pp. 50-51.
[43] DIAS, 2007.
[44] PARAÍSO, 1982.

abertura de fábricas durante o reinado de José I[45]. A fibra de ticum era mais utilizada para a fabricação de cordoaria para os cortes de madeira e as embarcações. A cordoaria era fundamental para o processo de arrasto ou "puxada" da madeira feita por bois e homens até os portos de embarque no litoral. A existência de estaleiros nas vilas da capitania remonta ao século XVII. Nesse período, Ilhéus, Camamu, Boipeba e Cairú construíam embarcações e peças beneficiadas fornecidas ao arsenal da Bahia. Provavelmente esses estaleiros consumiam regularmente a produção dos aldeados de Olivença, gerando uma pequena, porém constante, receita para a população local.

Os recursos produzidos pelos oliventinos eram, em grande parte, aplicados no patrimônio da igreja de Nossa Senhora da Escada. O templo possuía coro, pia batismal de pedra, púlpito, altar-mor com friso dourado, paramentos com dezenas de objetos de luxo, como vestes de seda e franjas de ouro, panos de seda da Índia e de Damasco. O telhado de duas águas, com beiral, recobre o corpo central da igreja. A fachada, tipo empena, possui três vãos com cercadura de arenito e óculo circular. A portada, com verga reta, possui decoração em trança, encimada por frontão reto com emblema dos jesuítas em forma de sol[46].

Esse quadro difere totalmente dos apresentados pelos viajantes estrangeiros quanto à decadência das vilas do litoral do sul da Bahia e à indolência dos seus habitantes. Os relatos estão eivados da visão preconceituosa dos europeus em relação aos povos americanos e seus mestiços, tidos como exemplo da degeneração biológica do cruzamento entre diferentes "raças". A abertura dos portos da América Portuguesa para navios estrangeiros possibilitou que os cidadãos das demais nações europeias, especialmente interessados na natureza e nas sociedades indígenas, pudessem explorar as matas nativas.

Os relatos desses viajantes sobre a realidade brasileira consolidaram uma imagem impregnada de preconceitos. A maior parte desses escritos dá conta das questões relativas aos costumes indígenas e aos aspectos da natureza, não havendo uma preocupação maior em discutir aspectos econômicos e sociais dos colonos e de suas vilas[47]. As representações sociogeográficas construídas pelos escritos dos naturalistas deram forma a uma visão europeia em relação aos demais continentes: o processo de oposição

---

[45] MOTT, 1998.
[46] BAHIA, 1988.
[47] MAHONY, *op. cit*.

entre o "eu" europeu civilizado e o "outro" bárbaro[48]. O progresso científico e tecnológico ocorrido durante o século XIX correspondeu a uma ideia de superioridade cultural e biológica dos europeus em comparação aos demais povos do planeta. A percepção evolucionista do processo civilizatório gerou um alto grau de incompreensão quanto aos diferentes modos de vida encontrados nos agrupamentos humanos estudados.

Wied-Neuwied, um dos primeiros e mais importantes viajantes estrangeiros a visitar o sul da Bahia, descreveu as vilas e seus arredores, especialmente as aldeias indígenas, destacando a pobreza arquitetônica e social. Para ele as ruínas do colégio jesuíta e a simplicidade das casas da vila de Ilhéus simbolizavam a decadência dos habitantes locais[49]. Ainda segundo Wied-Neuwied, a população era irremediavelmente preguiçosa e incapaz de promover o desenvolvimento material das vilas, especialmente pela predominância de mestiços. Essa imagem negativa, construída em torno de referências eurocentradas, servirá de modelo para os futuros visitantes estrangeiros e seus escritos sobre a região, como Martius, Denis, Ave-Lallemant e Maximiliano de Habsburgo.

Inventários *post mortem*, registros eclesiásticos e o plantio do cacau

Conforme foi apontado anteriormente, desde o final do século XVIII os novos produtos agrícolas de exportação se estabeleceram nas tradicionais áreas de produção de farinha para o mercado soteropolitano. Nesse período, os derivados da cana-de-açúcar (cachaça e melado), o café, o cacau e o arroz passaram a competir com a mandioca. Apesar da tentativa oficial de frear o crescimento dessas novas lavouras, o cultivo de café e cacau se expandiu sem, no entanto, diminuir as quantidades de farinha enviadas para Salvador. A produção de farinha que, em 1799, tinha sua área estimada em 40.000 alqueires, havia dobrado, seis décadas depois[50].

A exploração desses novos produtos seguia o ritmo positivo da produção agrícola provincial que durou até as primeiras décadas do século XIX. O aumento da demanda no mercado externo favoreceu não apenas o açúcar na área tradicional de cultivo, como também possibilitou a abertura

[48] Ver DUARTE R., 2002, p. 267-288, e PRATT, 1999, p. 31 e ss.
[49] Sobre o assunto ver WIED-NEWIED, 1989.
[50] BARICKMAN, 2003.

de novas fronteiras agrícolas no sul da Bahia. A especialização em um produto de exportação, o cacau, adveio de um processo regional de crescimento e diversificação econômica que ocorria desde a segunda metade do século XVIII. Nos anos que se seguiram à independência, a agricultura de subsistência e a extração de madeira continuaram a ser as atividades econômicas, mas o cultivo de cacau era o que mais crescia.

Ao final do século XVIII as novas culturas, entre as quais cacau e café, foram responsáveis por uma lenta, mas gradual mudança econômica e social nas vilas do litoral sul-baiano. A referência mais antiga sobre o cultivo de cacau na Bahia data de 1655, quando o vice-rei D. Vasco de Mascarenhas solicitou garfos brotados e amêndoas a Paulo Martins Garro, capitão-mor do Grão-Pará[51]. Os garfos ou sementes deveriam ser enviados ao Ceará, e dali transportados para a Cidade do Salvador. Na carta que enviou ao Pará, o vice-rei confessou-se "afeiçoado ao chocolate" e julgou útil, ao Brasil, a intensificação do seu plantio, principalmente na Bahia, cuja região sul possuía um clima semelhante ao amazônico[52].

As várias hipóteses envolvendo as origens do cacau na Bahia têm despertado uma longa polêmica. Alguns autores afirmam que o cacau foi trazido do Pará, em 1746, por um francês chamado Louis Warneaux e plantado inicialmente na fazenda Cubículo, à margem direita do Pardo. Zehntner assevera que o cacau foi trazido para a Bahia no final da década de 1750 e plantado, em primeiro lugar, no município de Ilhéus. Outros situam o início do plantio no começo da década de 1780, no governo do Marquês de Valença[53]. Matias Cunha situa a introdução do cacau no sul da Bahia "por volta de 1780, quando governava a Bahia o Marquês de Valença", quando se iniciou o cultivo em diferentes pontos da antiga capitania de Ilhéus, "tocando provavelmente a Ferreira Câmara o encargo das primeiras plantações", provavelmente em sua propriedade em Camamu. Segundo Dean, o cultivo oficialmente estimulado do cacau na floresta litorânea do sul da Bahia teria ocorrido nesse período[54]. Ainda em 1783, o corregedor da comarca de Ilhéus, Nunes da Costa, comunicou ao governo da Bahia o plantio do café e do cacau, sendo que o cacau "fica com o excelente princípio de quatrocentos mil pés"[55].

---

[51] CALDEIRA, 1954.
[52] CAMPOS J., 1981.
[53] Sobre o assunto ver TAVARES, 1915; e BORGES DE BARROS, 1981.
[54] DEAN, 1996.
[55] BERBERT DE CASTRO, 1981, p. 47.

A respeito da questão sobre o local das primitivas plantações, vale ressaltar que até o ano de 1834, quando foi elevado à categoria de vila imperial, o distrito de Canavieiras pertencia ao município de São Jorge dos Ilhéus. O crescimento do consumo de chocolate na Europa e nos EUA, assim como o desenvolvimento da sua industrialização nesses locais, estimularam as autoridades portuguesas a propagar, entre os fazendeiros do sul da Bahia, o cultivo do cacau. A partir da década de 1770, a coroa portuguesa incentivou intermitentemente entre os agricultores da comarca de São Jorge, o plantio de novas lavouras para exportação, com o intuito de diminuir a dependência do comércio do açúcar.

Lavouras alternativas, como o café, cacau e algodão, tiveram seu plantio iniciado nas propriedades particulares e nas missões indígenas, ao longo do litoral. Como observa Mattoso, com a introdução de novas culturas, o governo português desejava transformar o sul da Bahia em outro Recôncavo. Desde o final do século XVIII, membros da administração colonial se empenharam em divulgar as possibilidades de exploração agrícola da região e vários estudos foram publicados sobre o assunto[56]. Ferreira Câmara, um dos principais proprietários de terras do sul baiano, produziu um importante trabalho sobre os aspectos geográficos e econômicos da comarca, apresentado perante a Academia de Ciências de Lisboa, da qual era membro.

O autor abordou as oportunidades para o desenvolvimento econômico da comarca de São Jorge dos Ilhéus e a valorização do programa do governo português de introdução do cacau na região entre os anos de 1780 e 1783. De acordo com o texto, o clima e o solo da comarca eram favoráveis ao plantio de inúmeras lavouras devido às constantes chuvas, principalmente o cultivo do cacau proveniente da região amazônica. Ferreira Câmara defendeu que o fruto representava uma excelente oportunidade de investimento, pois o valor do cacau exportado pelas colônias espanholas excedia as exportações de ouro do Brasil, devido ao intenso consumo do chocolate no mercado europeu.

Outra vantagem apontada no cultivo do cacau, principalmente em relação à cana-de-açúcar, era a necessidade de pouca mão de obra no seu plantio e manutenção[57]. O plantio intensivo do cacau encontrou uma série de dificuldades iniciais. Ferreira Câmara atribuiu parte do problema

---

[56] MATTOSO, 1992.

[57] ABPI. FERREIRA CÂMARA, M. **Ensaios de descripção fízica e econômica da comarca de São Jorge dos Ilhéus**. Memórias econômicas da Academia das Sciências de Lisboa. 1 (1789), pp. 304, 307 e 310.

à concorrência do comércio de farinha e madeira para Salvador. Os preços do cacau ainda não eram atrativos para o produtor, pois estavam abaixo dos que eram cobrados em Portugal. O mercado para o cacau trazido do Pará e plantado na Bahia era bastante restrito e o seu plantio era limitado às áreas próximas aos cursos d'água. Por outro lado, o cacau exportado pelas colônias espanholas era de uma variedade superior, o *criollo*, natural da América Central e da Venezuela[58].

Conforme a Tabela 2, a partir da década de 1835, o cacau tomou parte regular nas exportações anuais da província. Nesse período, o valor do cacau era pequeno em relação ao total das exportações provinciais, mas foi um dos raros produtos agrícolas a crescer de importância na receita da Bahia no século XIX[59].

Tabela 2 – Exportação de cacau em toneladas (1830-1890)

Décadas	Toneladas	Incremento %
1830	26	
1840	103	+296
1850	293	+190
1860	570	+91
1870	1.196	+110
1880	1.510	+26
1890	3.503	+131

Fonte: CAMPOS J.,1981, p. 525; MAHONY, 1996, p. 203.

A expansão da fronteira agrícola de Ilhéus teve um impulso decisivo com a abertura de pequenas propriedades produtoras de cacau entre a aldeia de Ferradas e o atual Banco da Vitória, ao longo do rio Cachoeira, e entre os arraiais de Aritaguá e Castelo Novo, no rio Almada, no que poderíamos chamar de fronteira oeste. Outra área, de ocupação mais antiga e próxima ao litoral, continuou a ter nas mercadorias tradicionais os seus principais produtos até o final do século, quando cedeu espaço para o cacau. A expansão da cacauicultura teve um impulso definitivo na década de 1860, com a introdução de novos tipos da planta conhecidos como *Forasteiro* e *Pará* que, devido a sua maior resistência, podiam ser explorados em terrenos não tão úmidos como as margens dos rios.

As terras dos engenhos e das serrarias que estavam com suas atividades paralisadas foram ocupadas, substituídas gradativamente pela

[58] Id, Ibid, pp. 310 e 317.
[59] APEBa, SCP, Câmara de Ilhéus, maços nn. 5540 e 5459.

produção de cacau. Com isso, o fluxo migratório para as matas da região aumentou substancialmente. A zona entre Una e Comandatuba passou a receber colonos, em sua maioria grupos familiares, vindos do norte da província, que se dedicaram ao plantio de cacau, café, mandioca, milho, arroz e feijão. Os registros indicam a vila do Conde e Inhambupe como principais centros de origem dos desbravadores dos terrenos entre Ilhéus e Canavieiras. As margens do rio Cachoeira eram as mais cultivadas e procuradas pelos recém-chegados, especialmente a zona entre a atual cidade de Itabuna e a aldeia de Ferradas[60].

O constante aumento da demanda externa valorizou o preço do cacau e a sua contribuição para as rendas provinciais. No ano de 1869, o presidente da província mencionou o cacau como um produto de significativo crescimento econômico, cujo valor, para as exportações baianas, somente deveria aumentar[61]. A safra do ano anterior, quando foram exportadas cinquenta e sete mil arrobas de cacau pelo porto de Salvador, fez o presidente da província comentar que, "o cacau enfim começa esperançoso, e sua cifra há de subir, porque é, talvez, a cultura de maior vantagem"[62].

Gradualmente, a fronteira oeste começou a ser dominada pelas plantações de cacau, expandindo-se para a área dos atuais municípios de Itabuna (antiga Tabocas) e Buerarema (antiga Macuco), na bacia do Cachoeira; e a de Uruçuca (antiga Água Preta) e Itajuípe (antiga Pirangi), na bacia do Almada. A construção de novas serrarias e engenhos havia cessado na metade do século XIX. Apesar de a produção de açúcar e aguardente não ter sido interrompida, a partir dessa época os capitais eram investidos de preferência nas plantações de cacau.

De acordo com Guerreiro de Freitas, em meados do século XIX, apesar de o produto já ter adquirido alguma importância, a produção do Pará ainda respondia por cerca de 80% do cacau exportado pelo Brasil. A Bahia participava com o restante, através da produção das comarcas do sul[63]. O cacau foi o produto que mais se desenvolveu na pauta de exportação local e as suas plantações eram maiores do que as de qualquer outro produto agrícola produzido. Na década de 1860, a produção anual de cacau correspondia a mais de 48% das exportações, o café a aproximadamente

---

[60] CAMPOS J., 1981.
[61] BARÃO DE SÃO LOURENÇO, 1869.
[62] BONDAR, 1938, p. 28.
[63] GUERREIRO DE FREITAS, 1979.

5%, enquanto açúcar, madeira e outros produtos juntos compunham o restante da produção municipal[64].

Assim como em toda a província da Bahia, sua produção agrícola era em grande parte, baseada na mão de obra escravizada que, aos poucos, foi sendo substituída pelo trabalho livre na lavoura do cacau. Como observa Mahony, os escravizados foram "instrumentos necessários" para o estabelecimento da economia cacaueira da Bahia e para a sociedade que com ela se formou. Evidentemente, nem todos os fazendeiros de cacau possuíram escravizados, nem a escravidão foi a única forma de mão de obra utilizada, mas, sem dúvida, a sua presença marcou a primeira fase do cultivo[65]. Diferentes grupos sociais foram responsáveis pelo crescimento da economia cacaueira: plantadores de cana do Recôncavo, colonos europeus, migrantes nordestinos, trabalhadores escravizados e libertos, etnias originárias e lavradores locais. O trabalho livre, de cunho familiar, desenvolvido desde a gradual ascensão do plantio do cacau, permitiu que a economia do sul baiano crescesse sem aumentar o número de escravizados utilizados na sua lavoura.

Os inventários *post-mortem* são uma das principais fontes de informação sobre a situação dos plantios e das propriedades agrícolas e sobre as mudanças ao longo do século XIX. Deles emerge a questão das diferenças entre os sesmeiros e os lavradores comuns. Enquanto os primeiros formavam um grupo essencialmente composto por brancos europeus e nacionais cujas propriedades estavam situadas em áreas próximas ao litoral e se dedicavam comercialmente a mais de uma cultura, os últimos compunham-se de membros de diversos grupos das classes populares, com uma pequena posse aberta nas matas do interior e que tinham no cacau o seu único produto comercial[66].

O número de cacaueiros plantados demonstra a importância da propriedade agrícola. Com base em dados levantados nos inventários ilheenses da segunda metade do século XIX, Mahony agrupou os plantadores em diferentes categorias de acordo com a quantidade de cacau produzido em suas fazendas. Pequenos produtores eram os que possuíam de mil a cinco mil árvores, enquanto os de médio porte possuíam entre cinco e dez mil pés de cacau. Os grandes produtores possuíam um número que

---

[64] DANTAS, 1866; APEBa, SJ, CJI, maço 2400.
[65] MAHONY, 2001.
[66] APEBa, SJ, Inventários *Post-Mortem* de Ilhéus.

variava de vinte a cem mil pés. Poucos possuíam mais de cem mil árvores de cacau, mas havia, no mínimo, dois com mais de duzentos mil pés: Pedro Cerqueira Lima e Fortunato Pereira Gallo, oriundos de Salvador e do Recôncavo, nas fazendas Almada e Santo Antônio da Ribeira das Pedras[67].

Os inventários do município de Ilhéus são eloquentes quanto ao crescimento do número de propriedades produtoras de cacau na segunda metade do século XIX. Dos quatrocentos e trinta e sete inventários registrados no Arquivo Público do Estado, somente dois são do século XVIII e quarenta da primeira metade do século XIX. O número de inventários cresce significativamente para noventa e dois na década de 1860, cento e trinta e sete na década de 1870 e cento e sessenta e cinco na década seguinte. Ilhéus exportava cacau, café, açúcar, madeira falquejada e serrada.

Tabela 3 – Produtos exportados do município de Ilhéus (1867)

Produto	Quantidade	Valor Unidade (mil réis)	Total
Cacau	31 778 @	5 000	**158:890**
Aguardente	22 576 canadas	1 000	**22:576**
Açúcar	9 624 @	2 200	**21:172**
Piaçava	26 295 @	800	**21:036**
Caixaria	1 572	12 000	**19:000**
Café	4 252 @	4 000	**17:008**
Farinha	8015 alqueires	2 000	**16:030**
Madeiras	1 599 dúzias	10 000	**15:990**
Arroz	730 alqueires	4 000	**2:920**
Algodão	136 @	13 000	**1:768**
Total			**296:390**

Fonte: APEBa, SJ, CJI, Lista dos gêneros exportados desta villa dos Ilhéos para a Cidade da Bahia, de 1 de janeiro até 30 de junho do corrente anno de 1867, maço 2399.

Conforme a Tabela 3 acima, essa produção vinha aumentando a cada ano devido à valorização dos produtos no mercado da capital da província, destino final de tudo o que era exportado, à exceção de tabuados para a província de Sergipe e de pranchões para o Rio de Janeiro. As madeiras eram transportadas por embarcações de porte vindas de Alagoas e da corte. A valorização dos produtos acima citados, as irregularidades das estações e o desvio da mão de obra existente haviam reduzido a produção de gêneros de subsistência, encarecendo-os sobremaneira[68].

[67] MAHONY, 1996.
[68] CAMPOS J., 1981.

A análise dos registros eclesiásticos dos municípios de Ilhéus e Canavieiras permitiu um olhar mais aprofundado sobre a situação das plantações de cacau na área de estudo, em meados do século XIX. As Tabelas 4 e 5 mostram que o cultivo do cacau era mais intenso em Ilhéus do que em Canavieiras, em que a maior parte das duzentas e cinquenta e sete propriedades locais registradas era composta por coqueirais próximos ao litoral. Em Canavieiras, a cultura do cacau estava em uma fase incipiente, ainda limitada às margens mais distantes do rio Pardo, enquanto a maioria absoluta das propriedades ilheenses que registraram a natureza das suas plantações produzia cacau em seus terrenos. Um total de oitenta, das noventa e seis propriedades ilheenses cujos registros declaravam a sua produção, possuía plantações de cacaueiros. Menos da metade dessas propriedades produzia mais de um tipo de lavoura, e onde era cultivada apenas uma lavoura, predominava a do cacau. Nas propriedades com duas lavouras, frequentemente eram cultivados o cacau e a mandioca.

Tabela 4 – Número de propriedades voltadas para uma produção agrícola ou associada nos municípios de Ilhéus e Canavieiras (1857-1864)

Produção	Ilhéus	Canavieiras	Total	%
Coco	03	131	**134**	**37.9**
Cacau	54	10	**64**	**18.0**
Cacau/Café	06	37	**43**	**12.2**
Cacau/Café/Mandioca	09	15	**24**	**6.8**
Café	02	15	**17**	**4.8**
Mandioca	04	13	**17**	**4.8**
Café/Mandioca	-	13	**13**	**3.8**
Mandioca/Coco	-	11	**11**	**3.1**
Cacau/Mandioca	08	02	**10**	**2.8**
Cana	03	04	**07**	**2.0**
Outras	07	06	**13**	**3.8**
Total	**96**	**257**	**353**	**100**

Fonte: APEBa, SCP, Registro Eclesiástico de Terras do Município de São Jorge dos Ilhéus (1857-1863), maço 4713, e Registro Eclesiástico de Terras do Município de Canavieiras (1857-1864), maço 4637.

Tabela 5 – Número de propriedades voltadas para a produção agrícola isolada nos Municípios de Ilhéus e Canavieiras / 353 Registros (1857-1864)

Produção	Ilhéus	Canavieiras	Total	%
Coco	03	142	**145**	**41.7**
Cacau	77	64	**141**	**40.0**
Café	17	80	**97**	**27.4**
Mandioca	21	54	**75**	**21.2**
Cana	03	04	**07**	**2.0**

Fonte: APEBa, SCP, Registro Eclesiástico de Terras do Município de São Jorge dos Ilhéus (1857-1863), maço 4713 e Registro Eclesiástico de Terras do Município de Canavieiras (1857-1864), maço 4637.

Porém, conforme a Tabela 6, tanto em Ilhéus quanto em Canavieiras a forma de aquisição das propriedades demonstra que havia um significativo investimento na compra de terras no sul da Bahia. Aproximadamente metade das propriedades que registraram a forma de aquisição foi obtida através de compra, o que traduz uma vontade de se investir em terras municipais, principalmente para o cultivo do cacau.

Tabela 6 – Formas de aquisição das propriedades rurais (274 registros)

Aquisição	Ilhéus	Canavieiras	Total	%
Compra	91	51	**142**	**51.8**
Herança	86	22	**108**	**39.4**
Doação/Concessão	08	16	**24**	**8.8**
Total	**185**	**89**	**274**	**100**

Fonte: APEBa, SCP, Registro Eclesiástico de Terras do Município de São Jorge dos Ilhéus (1857-1863), maço 4713, e Registro Eclesiástico de Terras do Município de Canavieiras (1857-1864), maço 4637.

Uma quantidade significativa de propriedades, especialmente de grande porte, eram de posse de estrangeiros. Conforme os dados da tabela 7, em Ilhéus elas chegam a quase 10% do total das propriedades registradas. No município de Canavieiras a proporção é relativamente menor, pouco mais de 5% das propriedades registradas. Analisados em conjunto, os registros de Ilhéus e Canavieiras apontam que os estrangeiros com maior número de propriedades na região eram alemães, com mais de 36%, seguidos pelos franceses, com 27, 2 %, os portugueses, com 25% e, finalmente, os suíços, com pouco mais de 10%. Em um universo de 582 propriedades registradas, 44 delas pertencem a europeus ocidentais de várias origens sociais, desde humildes proletários com pequenas posses aos grandes proprietários, muitos dos quais de origem nobre, conforme discutiremos adiante.

Tabela 7 – Propriedades rurais de estrangeiros (44 registros)

Nacionalidade	Ilhéus	Canavieiras	Total	%
Alemã	13	03	**16**	**36.3**
Francesa	04	08	**12**	**27.2**
Portuguesa	05	06	**11**	**25**
Suíça	03	02	**05**	**11.2**
Total	**15**	**19**	**44**	**100**

Fonte: APEBa, SCP, Registro Eclesiástico de Terras do Município de São Jorge dos Ilhéus (1857-1863), maço 4713 e Registro Eclesiástico de Terras do Município de Canavieiras (1857-1864), maço 4637.

Tomando os dados referentes ao município de Ilhéus, em separado, o registro eclesiástico mostra a existência, nesse período, de sesmarias e fazendas com mais de uma légua em quadro, entre elas as pertencentes

aos Sá Bittencourt, Homem D'el-Rey, Guimarães, Bastos, Cerqueira Lima, Sellman, Aguiar, Pereira Gallo e Lavigne, muitas das quais produzindo cacau comercialmente[69]. Ao longo da Lagoa Encantada existiam oito grandes propriedades e as dez léguas de terra às margens do Itaípe pertenciam em comum a cerca de duzentos indivíduos e famílias. As margens do Cachoeira, entre o atual Banco da Vitória e a vila de São Jorge, estavam divididas em três sesmarias que permaneciam intactas. As terras após o Banco da Vitória até a atual cidade de Itabuna estavam divididas em pequenas propriedades, à exceção das pertencentes ao suíço Ferdinand von Steiger-Müssengen e a Antônio Ribeiro da Silva.

Os colonos estrangeiros e outros lavradores, principalmente sergipanos, fixados às margens do Cachoeira, formavam a maioria dos proprietários de terras nessa zona. Grande parte dessas propriedades era de pequeno porte, variando entre dez a cem braças de frente, sendo o cacau a principal lavoura, plantada ao lado do café e da mandioca. Com o fim da disponibilidade de terras devolutas próximas ao litoral, a fronteira expandiu-se mais e mais em busca das melhores terras para o plantio do cacau, principalmente nas zonas de Tabocas, Água Preta e Sequeiro do Espinho, atuais municípios de Itabuna, Uruçuca e Itajuípe. Ao lado da expansão agrícola ocorreu o surgimento de novos povoados na zona rural, principalmente no final do século XIX.

A maior parte desses povoados nasceu nas proximidades das grandes fazendas, quase todos às margens de algum curso d'água. Aos poucos não somente aumentava o número de lavradores de cacau na fronteira oeste, como os agricultores das outras áreas haviam transformado as serrarias e engenhos em fazendas de cacau. A produção de açúcar, aguardente, madeira e farinha não se extinguiu, mas limitou-se à demanda local, enquanto o cacau era o produto para exportação por excelência.

A participação estrangeira na economia cacaueira

A difusão da lavoura cacaueira no sul da Bahia deu-se, especialmente a partir de dois locais: as bacias dos rios Almada e Cachoeira, em Ilhéus, de onde se alastrou para o interior e o norte; e o vale do Jequitinhonha, de onde

[69] APEBa, SCP, Registro Eclesiástico de Terras do Município de São Jorge dos Ilhéus (1857-1863), maço 4713.

se estendeu para o extremo-sul[70]. Como foi apontado anteriormente, o início do cultivo comercial no município ilheense ocorreu na primeira metade do século XIX, às margens do Almada, sendo os pioneiros principalmente suíços e alemães com capital, que investiram na construção de engenhos, onde plantaram cana-de-açúcar, café e cacau. Índios diaristas e negros escravizados formavam a base da mão de obra utilizada na derrubada de árvores, no plantio e colheita das lavouras.

Felisberto Brant foi um dos principais responsáveis pela vinda de estrangeiros interessados em investir em novas culturas no Brasil, assim como de vários intelectuais que pesquisaram os costumes indígenas, a fauna e a flora locais. Vários técnicos foram contratados para trabalhar em suas propriedades, como o maquinista escocês Mathew Falconer, o engenheiro naval Jean Level e seu cunhado François Lavigne, estes últimos acompanhados de suas famílias. Foi também responsável pela vinda do médico Jast Muller para tratar dos escravos e trabalhadores do Santana.

O primeiro grupo de europeus com algum capital chegou entre as décadas de 1810 e 1820, e contribuiu com significativas mudanças para a região, como a abertura de grandes estabelecimentos agrícolas policultores que se transformariam em importantes fazendas de cacau. A abertura das matas às margens do Almada e dos seus afluentes, e a sua progressiva substituição pela roças de cacau e café foi inicialmente levada a termo pelos Weyll, Schimidt, Borel e Saueracker, conhecidos pela população local como os "solitários do Almada". Em poucos anos foram seguidos por outros estrangeiros de diversas procedências, como os Lavigne, Scola, Adami, Hohlenwerger, e por investidores nacionais, estando entre eles as famílias Sá Bittencourt, Homem D'el-Rey, Pereira Gallo, Moniz Barreto, Marques Valente e Cerqueira Lima, que formaram entre si em uma rede de relações sociais onde figuram a vizinhança, o casamento, o compadrio e as alianças políticas.

O plantio intensivo do cacau nas matas do rio Cachoeira deu-se a partir de uma colônia de estrangeiros, principalmente de origem alemã. Esses colonos foram trazidos por Weyll e Saueracker, entre os anos de 1823 e 1824, para substituir a mão de obra escrava em suas fazendas no Almada. O período da chegada dos colonos coincidiu com o período caótico da Guerra de Independência. Várias dificuldades impossibilitaram a instalação dos colonos no Almada. Por ordem de Pedro II, incentivador

---

[70] BAHIA, 1988.

da imigração alemã, a câmara de Ilhéus pagou diárias aos colonos pelo espaço de dois anos e mandou derrubar matas e preparar roçados à margem esquerda do Cachoeira para os mesmos.

A leva de imigrantes alemães formava um grupo de vinte e oito famílias com cento e sessenta e uma pessoas, entre crianças e adultos. Alguns possuíam ofícios urbanos, como ferreiros, padeiros e relojoeiros, e trouxeram meios para se estabelecer. Apesar da falta de infraestrutura, das febres e do abandono de parte dos alemães que se transferiram para o sul do Brasil, os que ficaram foram auxiliados pelo governo imperial e municipal com dinheiro e terras às margens do Cachoeira entre o atual Salobrinho e a atual cidade de Itabuna, entre as quais as famílias Berbert, Ninck, Scher, Schuepach, Stefans, Koch, Cordier, Dahl, Wense, Khaene, Witta, Monstans, Lawinscky, Kruschewsky, Bonin, entre outras, que vieram a formar um núcleo construído com base nas relações de família, vizinhança e política.

O grupo de alemães era formado por indivíduos das mais variadas faixas etárias e ocupações. Muitos colonos vieram acompanhados de filhos e netos, como o casal Felipe Ninck e Maria Margarida Dahl. Eles vieram de várias regiões da Alemanha, mas especialmente dos centros urbanos da Prússia, da Suábia e do Vale do Ruhr: Berlim, Potsdam, Frankfurt e Meissenheim[71]. Os colonos, em sua maioria, exerciam ofícios manuais, como ferreiro, padeiro, alfaiate, carpinteiro, relojoeiro e maquinista, todos com pouca aptidão para o trabalho de camponês[72].

Em poucos meses os colonos abandonaram as terras de Weyll e retornaram à vila de Ilhéus. Há uma gravura de Wied-Neuwied que retrata as casas da "colônia de estrangeiros" nas proximidades da pequena vila. Em Ilhéus, os alemães passaram a exigir do governo brasileiro o financiamento do seu retorno à Europa. Weyll e o sócio Saueracker não haviam conseguido alojamentos adequados e ferramentas para os colonos devido às dificuldades de abastecimento pelo bloqueio naval português à Cidade do Salvador. Além da falta de infraestrutura, o clima tropical e o isolamento da propriedade de Weyll concorreram para o fracasso da colônia do Almada.

O governo imperial, interessado na permanência dos colonos em Ilhéus, cedeu áreas de terra para cada família às margens do Cachoeira, entre as proximidades do atual *campus* da Universidade Estadual de Santa Cruz e o limite entre os municípios de Ilhéus e Itabuna, núcleos de futuras

[71] MAHONY, 1996.
[72] APEBa, SJ, CJI, Eduardo Catalão ao Presidente da Província, 1887, maço 2404.

sesmarias. Foram alocados mais de quatro contos de réis para o auxílio financeiro às famílias de imigrantes pelo período de dois anos, repassados pela câmara municipal de Ilhéus. Muitos desses colonos se deslocaram para o sul do país, outros permaneceram e iniciaram o cultivo comercial do cacau nas margens do Cachoeira com sementes vindas da aldeia de Ferradas[73]. A colônia estabeleceu-se definitivamente no terreno que, "extremando a fazenda Vitória, segue até o lugar denominado Cais, na extensão de uma légua pouco mais"[74]. Esses colonos alemães, junto a outros que chegaram no decorrer do século XIX, estavam cientes do crescimento da indústria chocolateira na Europa e investiram antes no cacau do que nas lavouras tradicionais da Bahia.

Em sua visita a Ilhéus, o príncipe naturalista Maximiliano de Habsburgo relata suas impressões sobre a colônia alemã do Cachoeira. Elabora uma imagem desfavorável dos colonos, cujos filhos haviam esquecido a língua pátria e abandonado os costumes "civilizados" e haviam se tornado "totalmente brasileiros"[75]. Provavelmente os meninos alemães encontrados por Maximiliano no seu desembarque em Ilhéus fossem os filhos de Jonhann Heinrich Berbert, um dos colonos do Cachoeira, que havia enviado seus filhos para a residência da família Bezerra com o intuito de frequentarem as aulas na escola da vila. De Ilhéus o príncipe e sua comitiva se dirigiram, de canoa, ao porto da sesmaria Vitória, do barão Ferdinand von Steiger-Müssigen, filho de um suíço proprietário de terras na Áustria e casado com a filha do tenente-coronel Egydio de Sá Bittencourt e Câmara, presidente da câmara municipal de Ilhéus e proprietário da vizinha sesmaria da Esperança, ambas produtoras de café e cacau[76].

A fazenda de Steiger possuía cento e quarenta trabalhadores escravizados que trabalhavam em suas plantações e na derrubada da mata. As mulheres eram estimuladas a procriar o mais cedo possível. As que tivessem mais de seis filhos eram agraciadas com prêmios para cada nova criança que nascia. O contato mais direto com os escravizados dava a Steiger a sensação de poder tecer algumas considerações sobre o seu comportamento sob a ótica do "senhor".

Steiger, que cuidava pessoalmente dos partos, afirmou ao príncipe que o africano e seus descendentes, apesar da aparência, podiam

---

[73] BERBERT DE CASTRO, 1981.
[74] *Ibidem*, p.51.
[75] AUGEL, 1981, p. 13.
[76] EDELWEISS, 1976, p. 26.

ser considerados seres humanos, pois eram capazes de procriar, mesmo cruzando com um ser da raça branca, e os frutos desse cruzamento, por sua vez, também eram capazes de procriar, o que não ocorria com os animais híbridos como, por exemplo, as mulas. O negro, segundo seu ponto de vista impregnado da lógica europeia do período, era um ser humano, mas em um grau bastante inferior ao da raça branca[77]. Essa mentalidade acompanhou a trajetória histórica da região cacaueira e a formação dos grupos familiares e políticos, divididos em torno das ideias que faziam sobre as suas origens sociais.

Outros europeus continuaram a chegar ao longo do século. Diferentemente dos colonos proletários trazidos por Weyll, eles vieram com algum capital de sua posse ou eram relacionados com quem dispunha de recursos. A maioria veio da Europa Ocidental: portugueses, espanhóis, franceses, britânicos, suíços e italianos compraram terras em Ilhéus, abriram armazéns ou administraram grandes propriedades locais. Uma pequena e influente colônia estrangeira formada por suíços participou ativamente no desenvolvimento do cultivo e na comercialização do cacau para o exterior.

Os primeiros chegaram a Ilhéus no início do século XIX quando o cacau dava os primeiros passos na sua trajetória econômica. Henri Bordel, David Besuchet, Léo Dupasquier, Gabriel von May e Ferdinand von Steiger tinham como característica comum o ofício de militar na Suíça e a posse de grandes extensões de terras no sul da Bahia, o que sugere que as possibilidades econômicas da região estimulavam o investimento de recursos por parte daqueles cuja fabricação de chocolate seria fundamental para a indústria nacional.

Em Ilhéus os suíços adquiriram grandes propriedades às margens do rio Almada, o engenho Castelo Novo, e do rio Cachoeira, a sesmaria Vitória. Do litoral até os seus limites dominava secularmente a policultura e a extração de madeira baseada na mão de obra escrava; daí em diante estava a floresta prestes a ser incorporada à economia local por levas de sergipanos, árabes, europeus e baianos. A sesmaria Vitória havia pertencido, inicialmente, ao negociante britânico Houston Rigg Brown, que a comprou de Felisberto Brant por volta de 1823, com o intuito de explorar a extração de madeiras. Pouco depois a propriedade foi vendida ao suíço Gabriel von May, que investiu na produção tradicional de açúcar e farinha e em novos produtos como cacau e café.

---

[77] AUGEL, *op.cit*.

Entre os anos de 1821 e 1836, a fazenda foi administrada pelo suíço Jean Schuepach, carpinteiro de ofício, que terminou por abrir sua própria oficina na vila de Ilhéus. Suas três filhas se casaram com filhos de colonos alemães. Schuepach foi substituído por Jean Ritschard, também suíço, que se casou com uma das alemãs do Cachoeira e adquiriu suas próprias terras. Em 1840 a fazenda passou a ser administrada pelo suíço Jean Hohlenwerger, o qual seguiu os passos de Ritschard e contraiu matrimônio com uma das alemãs da colônia do Cachoeira. Em 1846, Hohlenwerger transferiu a sua residência para a vila, onde abriu uma casa de comércio de gêneros de primeira necessidade e de compra e venda de cacau, sendo o primeiro suíço a comercializar o produto para o exterior[78]. Seus filhos Carlos e João Carlos Hohlenwerger se casaram com mulheres das famílias Sá e Lavigne e se tornaram grandes fazendeiros de cacau na zona do Almada.

A propriedade ficou em mãos de von May até 1852, quando este regressou à Europa e a transferiu para a firma Jezler & Cia. Em 1855, a Vitória foi adquirida pelo barão Ferdinand von Steiger, último administrador da fazenda enquanto propriedade de von May, com quem era aparentado. Steiger havia chegado a Ilhéus em 1846, com 21 anos de idade, influenciado pelos relatos de Humboldt sobre o "novo mundo" e decidido a se estabelecer como fazendeiro. Steiger se casou anos antes de adquirir a propriedade, com Amélia, filha do tenente-coronel Egídio de Sá Bittencourt, cavalheiro e fidalgo do império[79].

O povoado formado nas terras da sesmaria Vitória representou durante boa parte do século XIX, o papel de principal porto e centro comercial do município. Várias firmas de compra de cacau se estabeleceram com escritórios e armazéns para o estoque do cacau. Era o ponto inicial da viagem por terra entre Ilhéus e o distrito de Tabocas, considerada, nessa época, uma das zonas mais férteis para o cultivo do cacau. O povoado do Banco da Vitória perdeu sua importância com a construção da estrada de ferro. Praticamente todo o movimento comercial foi transferido para os povoados de Castelo Novo e Rio do Braço, na zona do Almada.

Outra importante propriedade cacaueira, a antiga sesmaria Castelo Novo, foi adquirida por Henri Borel assim que chegou à Bahia, em 1817. Dez anos depois Borel ingressou na firma Meuron & Cia., da qual se tornou sócio em 1830, quando passou a residir na Cidade do Salvador. Borel faleceu no

---

[78] OLIVEIRA, 2007.

[79] *Ibidem*, 2007; MAHONY, 1996 .

ano de 1833 em sua residência, no Solar do Unhão, solteiro e sem filhos. A fazenda foi adquirida pela firma Meuron, onde também trabalhava Gabriel von May. Este, oriundo de uma família aristocrática, se radicou na Bahia em 1819 acompanhado do compatriota Leo Dupasquier, que inicialmente iria administrar a extração de madeiras e o plantio de café na fazenda Vitória[80]. Posteriormente, Dupasquier comprou suas próprias terras, entre as quais a fazenda Bom Gosto aberta pelos irmãos suíços David e Charles Besuchet, onde veio a falecer em 1862. A Bom Gosto possuía terrenos que iam do Itaípe ao Itariri, em extensa faixa de matas depois plantadas de cacau pelos membros da família Lavigne, sucessores do suíço na posse da fazenda[81].

Observa-se um evidente interesse dos suíços radicados na Bahia em explorar economicamente as terras do sul da província com a utilização de mão de obra escravizada. Alguns deles foram financiados pelos conterrâneos que haviam se estabelecido como comerciantes, entre os quais François Meuron, com uma fábrica de rapé situada no Solar do Unhão, arrendada ao barão da Torre de Garcia d´Ávila. Tanto Borel quanto von May contaram com o apoio da firma Meuron & Cia. nos seus investimentos em propriedades agrícolas em Ilhéus, sendo por ela financiados até a colheita das primeiras safras.

Outra firma suíça, a Jezler & Trumpy, iria ter um importante papel na comercialização do cacau para o exterior. Sua trajetória histórica foi narrada por um dos seus sócios e futuro proprietário Arnold Wildberger que, após a sua aquisição, a transformaria na Wildberger & Cia. Em 1829 os irmãos Ferdinand e Lukas Jezler se associaram ao também suíço Jonhann Trumpy, ex-empregado da Meuron, para a fundação da firma[82]. A Jezler e a Meuron, mais a Gex, Descorterd & Frères, em meados da década de 1830, passaram a convencer von May, considerado o maior fazendeiro do sul da Bahia a, com os demais colonos estrangeiros ali estabelecidos, plantar comercialmente cacau em suas propriedades.

De acordo com o botânico suíço Leo Zetntner, até a década de 1830 ainda não havia em Ilhéus plantações importantes de cacau, mas a partir desse período a área cultivada aumentou sensivelmente, especialmente com a vinda de pequenos lavradores que se estabeleceram entre Ilhéus e a aldeia de Ferradas[83]. O aumento da produção fez com que firmas

---

[80] OLIVEIRA, 2007.
[81] *Ibidem*, 2007.
[82] WILDBERGER, 1942.
[83] ZEHNTNER, 1914.

com capital suíço passassem a abrir filiais na região. Uma das primeiras foi a C. F. Keller & Cia., fundada em fins do século XIX. Em 1890 foram abertas as filiais de Ilhéus e Canavieiras para a ampliação do negócio de compra de cacau. A filial de Ilhéus ficou a cargo do suíço Hermann Braem e do brasileiro Ulisses de Sá Bittencourt, ambos casados com filhas de von Steiger.

A firma Keller & Cia. foi a primeira a tentar exportar diretamente o seu cacau para a Europa, sem a necessidade de pagar as taxas exorbitantes de armazenamento e embarque cobradas pelo porto de Salvador. Em 1892, a firma encomendou, na Europa, um grande veleiro para o transporte de cacau e piaçava dos portos do sul para o de Le Havre, na França. Os trapicheiros de Salvador contestaram judicialmente a legalidade da exportação direta e obtiveram ganho de causa, forçando a firma suíça a interromper as atividades de transporte do produto para a Europa[84].

Assim como os irmãos Keller, Hermann Braem e Emil Wildberger mantiveram a firma como exportadora de produtos nacionais (cacau, fumo e borracha), importadora de mercadorias europeias, agência de navegação e casa bancária. Com o falecimento de Braem, na Suíça, a firma passou à razão social Wildberger & Cia. Em 1901, a firma Keller & Cia. foi sucedida por Braem, Wildberger & Cia. Um dos seus antigos representantes em Ilhéus, C. Leibbrandt, havia se associado a Ulisses de Sá na firma Sá & Haag instalada no Banco da Vitória, cujos trapiches armazenavam todo o cacau vindo da zona do Cachoeira e o embarcava nas lanchas que o transportavam para o porto da capital. A Sá & Haag, conforme o padrão das relações entre as firmas de Salvador e suas congêneres em Ilhéus, foi financiada pela Braem & Wildberger com a obrigação de vender-lhe o montante do cacau comprado e a exclusividade na compra de charque e mantimentos.

Nas primeiras décadas do século XX, Wildberger se associaria a Hugo Kaufmann, suíço chegado em 1903 para trabalhar na filial de Ilhéus. O contrato da nova firma assegurava exclusividade de compra, para Wildberger, de todo o cacau negociado por Kaufmann, compromisso mantido até 1918, quando este último decidiu acabar a sociedade e se transformar em concorrente de Wildberger. Na primeira metade do século XX, Kaufmann e Wildberger destacaram-se nas finanças baianas pela posição de comando no comércio de cacau, posição ocupada até a fundação do Instituto de Cacau da Bahia[85].

---

[84] OLIVEIRA, 2007 .
[85] WILDBERGER, *op. cit.*

Terra, violência e poder

O processo de incorporação dos férteis terrenos do Almada e do Cachoeira caracterizou-se por questões jurídicas envolvendo os limites das propriedades cacaueiras, disputas provocadas pela intensificação da demanda no mercado exterior e a consequente valorização do produto na pauta de exportação da província baiana. O aumento das safras de cacau e a introdução de novos tipos da planta modificaram o quadro agrícola do sul baiano, incorporando faixas de terras ainda inexploradas comercialmente.

Esse processo de expansão da lavoura foi descrito como a "epopeia do cacau", a fase "selvagem" do desbravamento que antecede o período da "civilização" dos costumes. De acordo com Araújo Góes, as zonas de desbravamento davam a impressão "de um país recentemente descoberto, colonizado por levas de imigrantes." A ocupação da terra era, como consta na epígrafe deste capítulo, "feita tumultuariamente", com os fazendeiros se apropriando de terras antes pertencentes aos índios[86].

Em uma das suas conferências proferidas em Ilhéus nos anos 1930 e transcrita pelo historiador Silva Campos, J. Cardoso recordou o clima violento na passagem do século XIX para o XX, quando o município era "uma presa das mais violentas e cruéis paixões políticas". Para Cardoso, a situação moral da cidade ou a "atmosfera do ambiente" era fruto das relações humanas desenvolvidas em um período "verdadeiramente tumultuário" típico dos povos "de civilização de começo"[87].

Ilhéus seria "vítima dos acontecimentos sociais determinados pelas leis que regem os destinos humanos". As explosões de ódio entre os grupos políticos fariam parte de um estágio anterior à "definitiva organização social". As heranças dessa "fase sombria" estariam refletidas no aspecto arquitetônico da cidade, como o seu "casario pesado e inestético, irregularíssimo e tristonho, assentado e mantido no mesmo plano de edificação", com suas "linhas de arquitetura bisonha e inexpressiva dos seus primeiros povoadores ao tempo do Brasil colonial" que davam uma ideia da "tristeza e intranquilidade" de sua população.

Há uma crítica implícita aos administradores do período, "senhores, em cuja situação de mandonismo se revezavam, sem qualquer vantagem de ordem coletiva", cuja "oligarquia" era dominada "pela obsessão do

---

[86] GÓES, 1937.
[87] CARDOSO, J. **Ilhéus, a pérola da Bahia**. In: CAMPOS, Crônica, p. 444.

mando eterno". Silva Campos elogia a "eloquência demostênica" do artigo ao retratar o contexto social ilheense do período, consequência das condições do "ambiente econômico, racial e cultural". Observe-se que o historiador faz referência às tensões étnicas existentes na conformação social da região, fruto de um passado escravocrata ainda recente[88].

Não raro, nas eleições para preencher os cargos de oficiais da câmara da vila de São Jorge, todos os nomes eleitos para a substituição dos anteriores eram de parentes, o que levava a um predomínio de determinados sobrenomes na administração local. Esse fato repetia-se nas nomeações de diversos outros cargos, onde se repetiam sobrenomes como d'Eça, Castro, d'Araújo, Marques Brandão, Sá Bittencourt, entre outros. As grandes relações de parentesco impediam a formação de conselhos de sentenças imparciais e promoviam rivalidades muitas vezes expressas em atos de violência[89].

A fase de expansão do plantio de cacau foi acompanhada pelo aumento das tensões políticas cada vez mais ligadas aos interesses privados dos grandes proprietários de terra. A luta entre liberais e conservadores acirrou-se no contexto final do sistema monárquico brasileiro. A transição para o sistema republicano ocorreu no período em que a lavoura cacaueira tornou-se cada vez mais importante para a província, fundamental para o financiamento de novos investimentos públicos. Em sua *História da Bahia,* Braz do Amaral indica uma relação entre o aumento da violência como prática política e os interesses econômicos cada vez mais acentuados pela a produção cacaueira. Entre 1885 e 1886 foi registrado, na região, um total de duzentos e vinte crimes. Segundo o governo da província, a maioria era de assassinatos e ferimentos, graves e leves[90].

O poder político na região produtora de cacau entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século passado tinha na família extensa Sá Bittencourt o seu mais importante representante. Os membros ilheenses do grupo familiar descendiam de José de Sá Bittencourt Câmara e Accioli, que, no início do século XIX, adquiriu em hasta pública a maioria das antigas propriedades jesuíticas e tornou-se o maior proprietário de terras da comarca de São Jorge dos Ilhéus, entre elas o engenho de Santana e a sesmaria das Doze Léguas.

---

[88] *Id*, 1981.
[89] APEBa, SJ, Câmara de Ilhéus, 1823-1887, maços 1316 e ss.
[90] AMARAL, 1919.

Os vários ramos da família surgidos através das relações de casamentos contraídas pelos descendentes de Sá Bittencourt, e a posse de importantes propriedades agrícolas e comerciais consolidaram o seu prestígio político e econômico no sul baiano. No município de Ilhéus eles possuíam extensas plantações de café e cacau nas terras que corriam do sul ao norte do litoral do município, onde os antigos engenhos e as serrarias foram transformados em grandes fazendas de cacau, especialmente a partir da segunda metade do século XIX[91].

O poder municipal, durante o período imperial, esteve nas mãos da família Sá, devido, principalmente, ao seu prestígio social em Salvador e no Rio de Janeiro. Relações de vários tipos ligavam a família às elites políticas baianas que, como ela própria, controlavam politicamente a província através do domínio dos municípios em um ambiente com profundas raízes escravocratas. Antes da abolição da escravidão no Brasil a riqueza das famílias era medida pela quantidade de "peças" que possuíam. Eram então os Sá Bittencourt e seus parentes os maiores proprietários de escravizados do município, cujos braços eram utilizados no plantio de cacau, mandioca, café e cana-de-açúcar.

Os liberais ilheenses, que eram opositores do grupo político dominante, contestavam a legitimidade ética dos líderes conservadores, acusados de construir o seu poder em função do trabalho escravo e das benesses do governo, confundindo os bens públicos e os privados, mantendo, dessa forma, o município em um profundo atraso material. Por outro lado, os principais chefes liberais eram taxados pelos conservadores de forasteiros, aventureiros sem tradição na região, que tinham como único desejo controlar o poder municipal em benefício próprio.

A disputa pelo domínio político e econômico do município dividiu os em grupos que se tornaram antagônicos, mas eram de cunho familiar: conservadores e liberais, no império; e depois federalistas e constitucionalistas, na república velha. Estes dois últimos eram conhecidos no município pelas alcunhas de adamistas e pessoístas, originadas dos nomes dos seus principais líderes, Domingos Adami de Sá e Antônio Pessoa da Costa e Silva, ambos coronéis da Guarda Nacional. A ascensão de Seabra ao governo da Bahia, em 1912, levou a família Sá e os seus aliados ao ostracismo político.

Desde então, a chefia do executivo municipal passou ao coronel Pessoa, tradicional aliado de Seabra no sul baiano. Buscando ampliar sua

---

[91] MAHONY, 1996.

base política no município, Pessoa articulou-se com dissidentes adamistas, que inicialmente haviam formado um partido defensor da emancipação política de Tabocas, a maior parte deles fazendeiros do distrito de Cachoeira do Itabuna, ligados entre si através de uma intensa rede matrimonial, especialmente os descendentes dos colonos vindos para a região nos oitocentos.

Enquanto os Sá buscavam legitimar a sua liderança na tradição do seu poder político e econômico, Pessoa construiu sua liderança com um discurso baseado no caráter moral de sua personalidade e dos seus principais correligionários. Antigo abolicionista e de origem relativamente modesta, Pessoa se mostrou como um homem feito por si, cujo capital foi construído pelo trabalho, sem auxílio de parentes ricos ou de recursos públicos. Nos seus discursos e em artigos publicados na imprensa local, representava a si e ao seu partido político como a antítese da família Sá, descendente de antigos aristocratas escravistas que dominavam o município através da posse de grandes extensões de terra e do controle de diversas instituições, entre as quais a Guarda Nacional.

O regime republicano dividiu o município de São Jorge dos Ilhéus em quatro distritos eleitorais: um urbano (a cidade) e três rurais (Itaípe, Cachoeira de Itabuna e Almada). Os distritos de Itaípe e Almada eram dominados politicamente pelo coronel Adami de Sá, enquanto o distrito de Cachoeira sofria a influência do coronel Antônio Pessoa. A família extensa Sá, cujo núcleo se formou a partir dos sobrenomes Sá Bittencourt e Homem D'el-Rey, de origem mineira, e Adami, Hohlenwerger e Lavigne, de origem europeia, possuía propriedades espalhadas por todo o município, mas concentrou-se principalmente nos distritos do Itaípe (antigo Taípe) e do Almada.

Por sua vez, o distrito de Cachoeira de Itabuna era a base territorial das famílias que se opunham, politicamente, ao primeiro núcleo, em sua maioria descendentes de alemães e sergipanos, cuja liderança girava em torno dos sobrenomes Berbert e Pessoa. Com a consolidação econômica da lavoura do cacau, o município adquiriu uma nova dinâmica, visível no gradativo abandono de outras lavouras e no intenso fluxo migratório: europeus ocidentais, nos oitocentos, e nordestinos, especialmente sergipanos, na República Velha.

O sobrenome comum identificava diversos proprietários individuais de terra, funcionando como um símbolo da família extensa e expressando historicamente uma linguagem de poder. A identidade política das oligarquias estava diretamente ligada a um governo baseado na estrutura

familiar patriarcal. A representação histórica e a retórica política imbricaram-se na região cacaueira no século XX. A percepção que as facções políticas da elite do cacau tinham de si mesmas, e os argumentos desenvolvidos para sua fundamentação, vieram a dominar o discurso sobre o passado da região. Textos históricos, técnicos, jornalísticos e literários fizeram parte desse processo, que ocorreu durante todo o século XX e ajudou a construir e disseminar o paradigma dominante da história regional[92].

Quando o cacau tornou-se o mais importante produto de exportação da Bahia, vários fazendeiros, de origem humilde, mas já proprietários de vastas plantações de cacau e de importantes casas comerciais, tornaram-se os novos ricos da sociedade baiana. Ao adquirir suficiente capital para novos investimentos, esse grupo social passou a utilizar o seu poder econômico para obter o controle do poder público. Nas eleições ocorridas entre os anos de 1894 e 1912, seus membros sucessivamente elegeram o coronel Pessoa como intendente, além de elegerem diversos conselheiros municipais. Porém, os seus candidatos não eram oficializados pelo senado estadual, que tinha a prerrogativa de diplomar os eleitos, ou seja, legitimar a posse dos cargos do executivo e legislativo estaduais e municipais. As eleições, em que invariavelmente ambos os partidos se declaravam vencedores, eram anuladas e os situacionistas empossados nos cargos.

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX compreende o período mais agudo da luta armada e simbólica entre as famílias aristocráticas e a elite de novos ricos, que procurava se legitimar socialmente. Gradualmente, a nova burguesia encontrou formas de expressar o seu poder social e político. A maioria deixou de residir nas fazendas e construiu palacetes na cidade que, assim como seus túmulos, foram os símbolos urbanos mais utilizados para dar visibilidade ao seu prestígio socioeconômico.

O mobiliário das casas e as vestimentas da família vinham do Rio de Janeiro ou eram importados diretamente do Rio de Janeiro e da Europa. A educação formal das novas gerações tornou-se objeto de preocupação dos coronéis emergentes. As filhas eram matriculadas no convento das ursulinas francesas em Ilhéus, Instituto Nossa Senhora da Piedade, e os filhos enviados para as melhores escolas e faculdades de Salvador e do Rio de Janeiro. Estes últimos, os futuros bacharéis, passarão a representar ou substituir os coronéis nos cargos públicos utilizando, contudo, os mesmos mecanismos de apropriação do poder político.

---

[92] *Ibidem*, 1996.

Antagônicos, os dois grupos da elite cacaueira não fizeram um pacto social. Cada grupo criou uma imagem própria de si mesmo. Desse processo emergiu a identidade coletiva dos novos ricos, que foi claramente expressa na campanha política de Antônio Pessoa. Em seus discursos, os correligionários eram apresentados como responsáveis pelo progresso da região e geradores da riqueza explorada pela elite tradicional de Ilhéus e Salvador. Foi disseminado, entre os pequenos proprietários, através da propaganda política, o orgulho de não ser oriundo de família rica de berço, de ter vencido pelo próprio trabalho.

Este fenômeno está em harmonia com uma tendência geral no Brasil à época da proclamação da república. Segundo Chalhoub, a libertação dos escravizados e a política migratória foram os dois processos constitutivos fundamentais da formação do mercado de trabalho capitalista. E acrescenta o autor: "pode-se dizer que a República foi proclamada sobre a figura do homem livre pobre, porque tinha para ele um projeto amplo, que era transformá-lo em trabalhador" [93].

A forte resistência, por parte de membros da elite tradicional ilheense, à ascensão dos novos-ricos na política municipal, associa-se à discriminação devido à sua condição social. Os novos-ricos, descendentes de proletários alemães e de afro-brasileiros, não seriam facilmente aceitos como iguais pelas famílias tradicionais. A "aristocracia" ilheense não criou uma relação de identidade com essa nova elite regional desprovida de sobrenomes de prestígio, os quais nitidamente demarcaram uma identidade própria através do discurso e do simbólico. A exclusão política dos novos-ricos fez com que Antônio Pessoa e seus correligionários iniciassem uma campanha sistemática de propaganda, com a criação de um órgão de imprensa próprio.

Em 1901, uma sociedade formada por fazendeiros e comerciantes pessoístas fundou o jornal *Gazeta de Ilhéos*, através do qual expressavam uma retórica de ferrenha oposição à família Sá, taxando-a como um "clã feudal", formado por potentados e ditadores de raízes escravocratas e responsáveis pelo atraso material do município.[94] O órgão de propaganda do grupo adamista, o jornal *A Lucta,* foi fundado pouco depois. Como está explícito no próprio nome, o jornal tinha como objetivo combater o discurso pessoísta nos seus editoriais. Os artigos publicados pela imprensa

---

[93] CHALHOUB, 1986, p. 170.

[94] CEDOC. *Gazeta de Ilhéos*, 15/8 e 15/9/1901; e 8/1/1903.

propagavam os seus discursos entre a população do município. O coronel Pessoa, principal articulista da *Gazeta de Ilhéos*, e os bacharéis João Mangabeira e Rui Penalva, além de Celerino Dantas, redatores do jornal adamista *A Lucta*, foram os responsáveis pela propaganda ideológica dos partidos locais. Dessa forma, as páginas dos jornais foram utilizadas como um espaço privilegiado de expressão dos valores da sociedade cacaueira.

O discurso político e histórico construído pelos segmentos da elite econômica regional difundiu-se progressivamente no corpo social por sua capacidade de convencimento e mobilização. Foi necessário tornar esse discurso mais do que um projeto sobre a organização do poder, mas uma forma de expressão da visão de mundo. A elaboração de uma imagem, que influiu na própria concepção arquitetônica e urbanística regional, foi parte do processo de legitimação do poder.

É através da construção da memória que os grupos sociais definem suas identidades, delimitam seu território e organizam seu passado. O mito regional desenvolvido pelo grupo dos novos-ricos do cacau, teve origem no projeto republicano que, em Ilhéus, foi claramente direcionado aos lavradores recém-chegados, entre o final do século XIX e o início do século XX. Estes passaram a disputar a riqueza e o poder no território do cacau, assim que criaram as necessárias condições econômicas e uma identidade própria.

CAPÍTULO II

URBANISMO E MODERNIZAÇÃO NO SUL DA BAHIA

> Poucos são os aleijões que se encontram agora no perímetro urbano e confiamos que muito em breve tenham eles desaparecido totalmente.
>
> *Correio de Ilhéus*, 10 de outubro de 1925.

De vila à cidade: a Ilhéus do século XIX

O mais antigo registro documentado de uma intervenção do poder público na infraestrutura de Ilhéus data do início do século XIX. Trata-se de uma discussão entre os vereadores a respeito da organização de novas posturas "para regimen desta villa". Entre as obras priorizadas estavam a construção de uma fonte de água nos terrenos da fazenda Pimenta e a estagnação de pântanos nos terrenos da vila, considerados como principais focos de doenças na região.[95] Ao longo do século XIX, uma das principais preocupações dos administradores locais refere-se à questão sanitária, principalmente no período de surtos de febres que grassavam na região.

A falta de calçamento das ruas, a existência de pântanos e baixas nos terrenos urbanos e os enterros nas igrejas eram considerados como os principais responsáveis pelas constantes epidemias. É bem sabido que o século XIX foi um período de transformações, marcado pela explosão científico-tecnológica, pela consolidação de um estilo burguês de vida, pela emergência das camadas populares urbanas e pela internacionalização do capitalismo. Embora a maior parte do mundo ainda fosse predominantemente rural, a cidade tornou-se o palco, por excelência dessas mudanças[96].

[95] BARROS, F. B. de. **Ilhéus, documentos que interessam à sua história**. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1933.

[96] PESAVENTO, 1997.

Da França veio o grande exemplo europeu da renovação urbanística: a reconstrução de Paris, em meados do século XIX, levada a termo por Napoleão III e executada pelo barão Haussmann. O objetivo de Napoleão III era fazer de Paris a "capital das capitais." Para tanto, Hausmann colocou em prática um urbanismo que se caracterizou pela criação de uma vasta rede de grandes artérias que cortavam o território da cidade. O principal objetivo era apagar a imagem da cidade antiga e insalubre Haussmann pretendeu dar uma ilusão de homogeneidade do espaço urbano, com as grandes vias impondo uma imagem de modernidade. O caráter uniformemente monumental das fachadas dissimulava a realidade social das zonas atravessadas. Tanto nos bairros aristocráticos como nos bairros populares é a mesma imagem de cidade que se impõe[97]. As obras de reforma mudaram por completo o perfil de Paris, derrubando quarteirões inteiros de pequenas construções e ruelas estreitas, para construir bulevares e tornar a cidade mais aberta[98]. Esse modelo de urbanismo consiste na possibilidade de reformar o território preexistente, remodelando-o sobre ele mesmo.

Sobre a antiga Paris foram construídos bulevares, parques e avenidas. Ao mesmo tempo, foram projetados o sistema de abastecimento de água e esgotos e o desenho dos novos edifícios[99]. O modelo de transformação foi executado em torno de dois eixos: a remodelação do espaço, pondo em prática um projeto urbanístico, e a renovação arquitetônica. A reforma do traçado urbano, a arquitetura e as belas-artes seriam as responsáveis pela nova imagem da cidade. Ao redesenhar o espaço de forma planejada, o urbanismo faz emergir o desejo da reordenação ideal. A retitude das ruas e a regularidade das fachadas eram axiomas do urbanismo clássico ligados à perspectiva monumental. O urbanismo clássico enfatizou a decoração externa, pois "a cidade é como uma decoração de teatro. O essencial é a aparência, a fachada"[100]. O prefeito Haussmann procurou enobrecer o novo ambiente urbano com instrumentos tais como a busca da regularidade, a obrigação de manter uniforme a arquitetura das fachadas nas praças e ruas principais.

A transformação de Paris, durante o Segundo Império, foi favorecida por uma série de fatores como a existência de leis avançadas – a lei

[97] HAROUEL, 1998.
[98] PEIXOTO, 1999.
[99] RELPH, 1987.
[100] HAROUEL, *op. cit.*, p. 68.

sobre a expropriação de 1840 e a lei sanitária de 1850 – que permitiram realizar um programa urbanístico coerente em um período de tempo reduzido. A Paris moderna demonstrou o sucesso da gestão pós-liberal, e se tornou modelo para as demais cidades[101]. As transformações urbanas implicaram, em todo o mundo capitalista, um novo modo de viver e pensar a cidade. A expansão das cidades no mundo ocidental é consequência da evolução da economia capitalista[102].

A primeira grande mudança no aspecto urbano do Brasil ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, com a vinda da corte de João VI, em 1808. O soberano português procurou "civilizar" a sua capital americana, "expurgando-a das antigas construções, dos becos estreitos dos velhos tempos do isolamento da colônia em relação às novidades do mundo"[103]. A cidade fluminense tornou-se o centro irradiador das alterações que levaram às principais cidades brasileiras uma nova estética urbana. Os antigos traçados urbanos passaram a ser progressivamente retificados e alargados à medida que se realizavam as reconstruções.

Ao se iniciarem as reformas urbanas, os modelos adotados foram os modernos padrões arquitetônicos e urbanísticos desenvolvidos na Europa[104]. No Brasil oitocentista, o processo de modernização surgiu da expansão comercial resultante da integração nacional no mercado exterior e fez com que as principais cidades das zonas monocultoras, em expansão, crescessem vertiginosamente, principalmente os portos marítimos[105].

As antigas estruturas urbanas se revelaram inadequadas às transformações que a sociedade experimentava. Ao longo do século XIX, o capitalismo subverteu as condições materiais de existência e apresentou aos núcleos coloniais novas atividades econômicas e novas exigências quanto aos serviços urbanos. O maior problema que o governo baiano enfrentou durante o desenrolar do século XIX, principalmente depois da década de 1870, relacionava-se ao desenvolvimento agrícola, com a importação de culturas diversificadas. As dificuldades de comunicação entre capital e o vasto interior, pela falta de estradas e as secas cíclicas do sertão, afastaram o colono dessa região, a não ser para a instalação de currais para as boiadas;

---

[101]BENEVOLO, 1997.
[102]LANA, 1997.
[103]LEMOS, C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989, p. 46.
[104]ALMEIDA, 1997.
[105]COSTA, E. V. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: s.n., 1997, p. 200.

ou para, entre as décadas de 1840/1860, ir em busca de ouro e diamantes[106].

No início do período republicano, a única região baiana que experimentou um surto de progresso material foi o litoral sul, mais especificamente o eixo Ilhéus-Itabuna, cuja economia, baseada no cacau, sobrepujou o Recôncavo açucareiro. Ao se transferir o polo dinâmico da economia baiana para a região do cacau, Salvador passou a ser entreposto e centro para comercialização e exportação do produto. Porém, essa atividade não produziu uma acumulação de capital nas cidades envolvidas.

A maior parte dos capitais excedentes foi reinvestida em outras cidades, principalmente o Rio de Janeiro. O sul baiano já não se reabastecia em Salvador, mas diretamente no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais. Essa ampliação das relações comerciais com outros centros fora da Bahia influenciou diretamente as novas concepções urbanas propostas para Ilhéus a partir do final do século XIX. O urbanismo ensaiou os seus primeiros passos buscando o enquadramento das cidades na lógica higienista, a renovação urbana a partir dos seus princípios de melhoramento e embelezamento e, principalmente, a criação de uma imagem de civilidade.

A construção dessa imagem em Ilhéus se fez por meio de uma rede de narrativas, que enfatizava lugares e aspectos urbanos que melhor poderiam expressar a ideia de progresso e modernidade. Nos dias do primeiro e segundo império foi extraordinário o seu desenvolvimento devido à cultura do cacau. Entretanto, apesar do desenvolvimento, a cidade apresentava um aspecto antiquado, como as demais do Estado, de ruas estreitas e tortuosas, sem serviço de água, sem iluminação suficiente. A primitiva iluminação era de "azeite de peixe", em grandes lampiões quadrangulares, colocados nas esquinas e distribuídos a uma distância de vinte metros. Posteriormente foi substituída pela de querosene, em lampiões menores, colocados em paredes e postes de madeira. As ruas eram, em geral, direitas e mais ou menos regulares em largura, e a nova edificação corrigia os "defeitos" da antiga vila (Figura 1)[107].

[106]MATTOSO, 1992.
[107]BORGES DE BARROS, 1981.

Figura 1 – Planta da Vila de São Jorge dos Ilhéus de 1852

Fonte: APEBa.

No final do século XIX, a cidade começou a alterar o seu traçado colonial, mesmo sofrendo ainda com as enchentes dos rios, cujas águas alagavam por semanas parte da zona comercial próxima ao porto[108]. Nesse período, as fortunas aumentaram rapidamente. Muitos dos imigrantes chegados há uma ou duas décadas tornaram-se grandes proprietários e o acúmulo de capital possibilitou um maior refinamento nos seus hábitos. A ostentação da sua nova posição social estava presente no vestuário, nas doações às igrejas e instituições, nos monumentos arquitetônicos, assim como nas residências: no palacete, na cidade; e no jazigo no cemitério. Apesar de ainda existirem casas de palha, principalmente na rua das Quintas (atual Dom Tepe), a cidade começou a ganhar cada vez mais construções de tipo moderno.

Com o desenvolvimento do comércio, os vapores passaram a atracar mensalmente no porto e fundeavam na enseada do Pontal por falta de

[108]LAVIGNE, 1968.

cais, sendo o embarque e desembarque de passageiros feito por canoas e o de mercadorias em balsas. A viagem para Salvador fazia-se através de lanchas e barcos a vela, sem cômodos. Com os ventos contrários, a chegada ao destino podia levar de três a quatro dias "de viagem penosa"[109]. A melhoria na comunicação entre as cidades litorâneas promoveu a disseminação de uma nova linguagem e de um novo estilo arquitetônico, tendência essa que dependia do acúmulo de capital. As cidades passaram a conhecer duas modalidades de residências: a 'antiga', ainda ligada às tradições regionais e a uma economia incipiente; e a 'moderna', de influência estrangeira, fruto da prosperidade material da lavoura do cacau. Um dos aspectos recorrentes das ideias e práticas no planejamento urbanístico é a importação de modelos formulados nos países centrais e o abandono do barroco[110].

A cidade deveria adaptar-se ao seu tempo e afirmar tudo aquilo considerado como progresso, sendo a estética modernista acompanhada pelo desprezo ao antigo. Quanto mais rica a sociedade, como a cacaueira dos fins do século XIX, mais rápida a alteração da paisagem urbana, enquanto as cidades que não possuíam uma economia forte tenderam a preservar os seus antigos padrões. Os principais coronéis concentraram suas atividades no município de Ilhéus, o mais importante da região, "sob a influência do progresso e da civilização"[111]. Esse progresso desenfreado provocou mudanças radicais no cotidiano "Ilhéus vivia a vertigem do desenvolvimento"[112]. A consolidação do sistema capitalista e o florescimento da sociedade burguesa, "cujo discurso louvava as excelências do sistema e a sua capacidade de construção do bem-estar"[113], transformaram o progresso no mito do século XIX, referendado pelos princípios evolutivos, pelo cientificismo e pelo impacto causado pela reforma burguesa das cidades.

A cidade possui variadas funções, como centro administrativo e polo de relações e comunicação. Em todos estes casos, ela é sempre um elemento da organização do meio rural circundante e sede do poder político e social. Historicamente os coronéis buscaram desenvolver, na sua área de influência, um centro urbano que constituísse o fulcro de suas atividades políticas e comerciais. Esses agentes sociais agiram como fundadores, a exemplo dos coronéis José Firmino Alves e Henrique Alves dos Reis, em

---

[109]PESSOA, 1937, p. 6.
[110]RIBEIRO; CARDOSO, 1997.
[111]FALCON, 1995, p. 37.
[112]PEREIRA FILHO, 1959, p. 68.
[113]PESAVENTO, 1998, p. 24.

Itabuna, ou como protetores do progresso das cidades, como é o caso dos coronéis Antônio Pessoa e Misael Tavares em relação a Ilhéus.

Entre as décadas de 1870 a 1890, Ilhéus começou a emparelharse com os principais núcleos urbanos do litoral e do interior da Bahia. As margens dos rios do seu município estavam densamente povoadas e contavam com grandes fazendas para a cultura do cacau, cuja colheita era, como já foi dito, exportada para Salvador. O constante crescimento econômico e populacional, trazido pela lavoura cacaueira, fez que os chefes políticos ilheenses pleiteassem, na Assembleia Provincial, no início da década de 1880, a elevação da vila à categoria de cidade.

O império estava, no período, sob a direção política do partido Liberal. O gabinete de ministros era chefiado pelo conselheiro baiano José Antônio Saraiva, e presidia a província o conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, futuro marquês de Paranaguá. O projeto de elevação foi apresentado pelo cônego Manoel Theodolindo Ferreira, e o subscreveram o vigário João Paranhos, o coronel J. J. de Almeida, o vigário Luís Batista, o dr. Virgílio de Carvalho, Elpídio Baraúna, o des. Euclides Requião, o tenente-coronel Ápio Medrado e o dr. Antônio Carneiro da Rocha.

A lei que elevou a vila de São Jorge dos Ilhéus à condição de cidade, com a mesma denominação, foi assinada pelo presidente da Bahia em 28 de junho de 1881. Poucos eram os núcleos urbanos da Bahia que, na época, possuíam o status de cidade. O fato de Ilhéus ter sido alçada a esta categoria foi uma demonstração inequívoca de reconhecimento, por parte do governo, da sua importância no contexto econômico do estado. O crescimento urbano estava diretamente relacionado com o desenvolvimento da lavoura do cacau, cuja produção anual era de centenas de milhares de arrobas.

Para adequar Ilhéus ao quadro de expansão econômica e populacional, a elite ilheense teve a pretensão de aproximá-la dos modelos de urbanização dos centros considerados civilizados, e produzir, na cidade de estilo antigo, uma imagem do progresso desejado. O sentido evolucionista e alegórico dos planos de remodelação urbana do período rejeitou a cidade de traços coloniais, ao destruir seus antigos logradouros e substituir os aspectos figurativos dos seus edifícios com a intenção de representar a modernidade.

Urbanismo e modernidade

A renovação urbana e a expansão da cidade de Ilhéus, em inícios do século passado, mudaram radicalmente a sua aparência, com a construção de novos edifícios com fachadas regulares, praças, alinhamento e

alargamento das ruas, sob um novo plano elaborado e executado pelos administradores progressistas. O discurso urbanístico reformador se apoiou em certos princípios básicos. A questão urbana emergiu como transformação da vida social. Era preciso mudar a cidade para mudar a vida.

As representações do urbano, projetando a "cidade que se quer sobre a cidade que se tem"[114], expressam uma vontade política, uma intencionalidade no norteamento do real. Mediante as intervenções na cidade, grandes proprietários de terra e comerciantes, em especial os novos ricos do cacau, obtiveram a representatividade e o prestígio social que almejavam. As primeiras intervenções modernizantes, em Ilhéus, partiram de uma elite letrada. O plano da cidade ideal foi atribuição de um grupo de intendentes constituído por bacharéis, que administraram o município durante a República Velha e o Estado Novo. O plano da cidade ideal, a "Capital do cacau," como era chamada pela imprensa baiana, foi levado a termo por esse grupo de administradores, a maioria deles com formação superior, influenciada por concepções europeias de urbanização[115].

O primeiro administrador modernizante foi Domingos Adami de Sá (1904-1908), que iniciou as obras do antigo porto, a rede de esgotos, calçamento de ruas e construção de estradas para o interior do município. A administração posterior, de João Mangabeira (1908-1912), deu seguimento a essa política: instalou redes de água e esgoto; calçou as principais ruas com paralelepípedos; levou a termo, por meio de desapropriações, muitas demolições; inaugurou o primeiro trecho do cais do porto; e lançou as primeiras pontes de alvenaria nas estradas.

De acordo com um biógrafo de Mangabeira, esse período foi pleno de energia e espírito público, "cujas realizações transformaram a capital do cacau"[116]. Nas construções e reformas postas em prática, tanto pelo poder público como por particulares, buscou-se um sentido monumental. O traçado urbano deveria ser testemunha das características socioeconômicas e culturais da cidade. A modernização, a infraestrutura e o saneamento foram combinados com os princípios estéticos, de maneira que expressassem os padrões burgueses de viver.

Os espaços urbanos que se formam, como resultado da expansão da lavoura cacaueira, distintos e hierarquizados, estão marcados por

---

[114]RAMA, 1985, p. 17.

[115]Grupo de bacharéis formado por João Mangabeira, Eusínio Lavigne e Mário Pessoa, em Ilhéus, e Olinto Leone, Laudelino Lorens e Claudionor Alpoim, em Itabuna.

[116]MANGABEIRA, 1979, p. 62.

tensões sociais. O centro do núcleo, área socialmente privilegiada, era geralmente dominado pela igreja matriz, cujas proporções deveriam estar de acordo com a riqueza local. Em volta do largo da matriz e nas ruas adjacentes localizam-se, de preferência os principais prédios públicos e particulares. Esse é o espaço de maior visibilidade, em que as intervenções urbanas patrocinadas pela municipalidade e por particulares ocorrem com maior frequência. Em volta desse centro estão situadas as residências mais modestas e o pequeno comércio, zona de transição para a periferia mais afastada. Nesse espaço habitam as camadas mais pobres, à margem da cidade ideal, escondido e esquecido do poder pela municipalidade.

Na época das fortunas fugazes oriundas da lavoura do cacau, podia-se medir a fortuna dos coronéis, assim como a miséria dos trabalhadores, pelas casas que possuíam. Aos poucos os coronéis trocaram as sedes das fazendas pelos palacetes urbanos, símbolo de maior *status* na região. As antigas ruas estreitas e tortuosas ganharam alinhamento e alargaram-se "para abrigar os sobrados ajanelados dos fazendeiros abastados, advogados e membros da elite local," bem como as casas comerciais dos mais variados ramos[117].

A reflexão histórica sobre a cidade moderna a expõe como manifestação recorrente da história do poder. As intervenções urbanas em Ilhéus permitiram à burguesia cacaueira dar materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição no cenário econômico nacional. Os principais fazendeiros e comerciantes utilizaram a cidade como um lugar estratégico para representar seu prestígio político e social. As ruas e praças mais importantes de Ilhéus passaram a ser conhecidas pelos nomes dos seus moradores mais ilustres ou dos principais chefes políticos, o que inegavelmente dava uma maior visibilidade social e status ao homenageado, imortalizado em uma placa de mármore ou busto de bronze.

As ruas principais, como a Conselheiro Saraiva (atual Antônio Lavigne de Lemos), Pedro II, Coronel Adami (atual Jorge Amado) e Almirante Barroso, eram ainda "bastante estreitas e calçadas de pedras brutas já lisas dando notícias do seu arcaico passado." Porém, os edifícios mais importantes eram construções recentes pertencentes aos maiores fazendeiros e comerciantes, como o Palácio das Figuras, assim chamado pelas estátuas nele existentes, do coronel Domingos Fernandes; duas casas gêmeas com frente de azulejo, de João e Alfredo Amorim; e as casas de José Gomes do

[117]FALCON, *op. cit*.

Amaral Pacheco e Rodolfo Vieira. Desta época seria ainda possível citar entre as mais importantes edificações urbanas o Palácio da Intendência ou dos Grifos, iniciado em 1897, construído sobre as ruínas do colégio dos jesuítas[118].

Borges de Barros assim descreve o palácio:

> internamente é bem disposto e mobiliado com luxo e elegância. No pavilhão superior fica o salão nobre, que é bem mobiliado e a pintura de muito gosto. As salas de audiência e do júri são as únicas no gênero e dignas de referência em todo o estado, a principiar pelo mobiliário até as pinturas[119].

O Palácio da Intendência, inaugurado durante a administração do coronel Domingos Adami de Sá, em estilo neoclássico, serviu de inspiração para as futuras construções urbanas (Figura 2). A administração municipal, no período Mangabeira, tentou impor este estilo arquitetônico a todos os prédios da cidade, exigindo a construção de platibandas decoradas com acrotérios e relevos. Os exemplares máximos desse novo estilo arquitetônico em Ilhéus foram construídos entre as décadas de 1910 e 1920, símbolos evidentes do poderio social e econômico dos coronéis do cacau.

Figura 2 – Intendência Municipal de Ilhéus inaugurada na década de 1900

Fonte: Foto Tacila Mendes.

[118]COSTA, 1995.
[119]BORGES DE BARROS, 1981, p. 96.

Ao iniciar a sua administração, em 1924, o intendente Mário Pessoa empenhou-se nas chamadas obras de embelezamento e lançou as bases do planejamento urbano. Pessoa criou o código de posturas, "avançadíssimo para a época e um dos primeiros do Brasil," e encarregou o engenheiro municipal Manoel Accioli Ferreira da Silva de levantar a planta cadastral da cidade e do Pontal de São João da Barra, a primeira da Bahia[120]. Ao remeter um exemplar da planta, orçada em doze contos de réis, ao governo do estado, o intendente afirmou que "em dias não muito remotos, ele e seus sucessores, obedecendo sempre ao trabalho que ora lhe fazia presente, teriam apagado os últimos vestígios coloniais"[121] da antiga capitania de São Jorge dos Ilhéus.

O código de posturas, criado pela Lei Municipal de 1º de outubro de 1924, regulamentou a política municipal quanto às intervenções urbanas e dividiu a cidade em duas zonas: a urbana e a suburbana. A primeira englobava as ruas e praças da cidade em um raio de três quilômetros, no interior do chamado perímetro urbano, área prioritária para as reformas. A zona suburbana consistia numa faixa de também três quilômetros, entre a zona urbana e a zona rural. O capítulo referente às construções e reconstruções, na seção que trata do porte e do estilo dos prédios, proibia a edificação ou reedificação de prédios de um só pavimento, no perímetro central. Foram criados incentivos fiscais, com isenção de impostos para construção, recuo e reconstrução de prédios urbanos, alinhando-os conforme a planta cadastral, estendendo o benefício a todo prédio existente no perímetro urbano que fosse completamente reconstruído[122].

Durante a administração do intendente Mário Pessoa, foram alinhadas, com desapropriação de prédios particulares, "todas as ruas que ainda se ressentiam desse defeito." Cogitou-se transformar Ilhéus num Rio de Janeiro em tamanho menor, seguindo modelos e denominações urbanas cariocas, como a Avenida Beira-Mar, também conhecida como Avenida Copacabana, "com seus passeios de quatro metros de largura, os seus belos bangalôs e os modernos e elegantes postes de iluminação elétrica, com três luzes"[123], estes últimos exatamente iguais aos da Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro.

Em sua segunda gestão (1938-1942), Mário Pessoa ergueu uma réplica do Cristo Redentor no prolongamento da avenida Beira-Mar, em

[120]PESSOA, 1994, p. 30.
[121]CAMPOS J., 1981, p. 395.
[122]ILHÉUS, 1925.
[123]PESSOA, 1994, p. 71.

frente à entrada do antigo porto. A conclusão das obras do porto foi uma das intervenções mais importantes da década de 1920. Este equipamento, ao lado da ferrovia ligando a cidade às principais zonas produtoras de cacau no interior, criou a base para que a cidade se tornasse o centro da região cacaueira, e a consolidou como um dos maiores centros agroexportadores do país.

A partir da Revolução de 1930 foram introduzidos novos modelos administrativos, cuja principal característica era a adoção do planejamento como elemento ordenador do desenvolvimento urbano. A administração de Eusínio Gaston Lavigne (1930-1937) foi responsável pela elaboração dos dois primeiros planos diretores da cidade: o Da Rin-Gonçalves e o Peltier de Queiroz, chamados pelos nomes de seus autores. Um dos principais problemas para efetivar a expansão urbana derivava da situação geográfica, que exigia a realização de obras de maior porte.

Foram feitos os cortes nos morros da Conquista, Vitória e Boa Vista, que permitiram a abertura das avenidas Itabuna e Canavieiras. Data também do período a criação dos bairros da Cidade Nova, antiga fazenda Opaba, da família Pacheco; e do Malhado, na fazenda Velosa, pertencente à família Lemos. A avenida Itabuna foi construída em terrenos da fazenda Bela Visão, do coronel Miguel Alves Dias. A desapropriação e o loteamento dessas áreas motivaram uma intensa luta judicial entre a prefeitura e os proprietários dos terrenos citados, defendidos pelo desembargador Epaminondas Berbert de Castro, cuja família era proprietária de uma das áreas em litígio, a fazenda Pimenta, núcleo original do atual bairro da Conquista.

Com o desenvolvimento das atividades portuárias e industriais, os contingentes de trabalhadores que se incorporavam à vida urbana passaram a ocupar o morro da Conquista e os terrenos alagadiços entre a antiga estação ferroviária e os morros vizinhos, a antiga “ilha das Cobras”. Os extremos da cidade, a ponta da Pedra, ao sul, e a ponta de Areia, ao norte, sofreram o mesmo processo de ocupação e integraram o *locus* da pobreza. Com a progressiva ocupação e urbanização dessas áreas, os seus primitivos moradores foram deslocados para novas áreas periféricas, levando a que outros morros e vales fossem ocupados. Conforme a análise de Souza, os planos diretores do período tinham uma preocupação funcional e estética e ensaiaram um zoneamento com índices urbanos diferenciados, justamente por não incorporarem as áreas de ocupação informal, situadas além do perímetro urbano.

Nenhum deles teve uma preocupação efetiva, embora muitas vezes declarada, de trabalhar a cidade como um todo, isto é, incluindo, nas

suas análises e proposições, soluções para os bairros periféricos habitados por feirantes, comerciários, ferroviários, prostitutas, pescadores, estivadores e pequenos lavradores e comerciantes. Esses espaços, que sempre se constituíram pela informalidade transitória, na medida em que os seus habitantes estão sempre se mudando e sendo expulsos pela especulação imobiliária, "como uma sombra, que se move"[124].

A política de renovação urbana de Ilhéus é uma das mais significativas entre as das cidades baianas do período, pelo seu caráter simbólico de ostentação e pela tentativa de criar um novo momento histórico e esquecer um passado recente. Os jornais locais anunciavam incessantemente as mudanças no perfil arquitetônico da cidade. A imprensa soteropolitana dava testemunhos dos "primores da encantadora Princesa do Sul"[125]. Para Souza Brito, a Ilhéus do período era "formosíssima e de estilo moderno"[126]. Quase todas as construções estavam reformadas, "podendo gabar-se de ser uma das primeiras cidades do interior do Estado, em beleza de construções"[127]. Não apenas a aparência dos palacetes públicos e particulares chamava a atenção do visitante, mas também o rigoroso asseio das ruas principais[128].

As intervenções imprimiram a monumentalidade e a grandiosidade ao espaço urbano. Esse processo trouxe, em seu bojo, a exclusão quando, ao produzir um espaço público, privilegiou o seu uso pelas elites e deixou de fora as camadas populares, relegadas a um território da exclusão e da não vigência de normas. A civilidade e a crença no progresso estão presentes nas intervenções e nos modelos construídos. Estes aspectos serão prodigamente enfatizados pelos jornais, cronistas, memorialistas e outros literatos quando procuram os indicadores de progresso e modernidade.

Nas palavras de Agripino Grieco, "sem que isso importe em condição de inferioridade", nada mais dessemelhante da capital do estado que a cidade de Ilhéus. "Quase nada se encontra aqui de palácios velhos, de tradicionalismo secular". Quase tudo novo, "mal acabado de sair do prelo." A cidade desdobra-se, recompõe-se, "vence o pântano, cresce sobre o mar [...]. Falta uma igrejinha secular e a catedral a construir-se, não sei se não será um tanto desgraciosa e mastodôntica de proporções." Notava-se "algum pitoresco na irregularidade das ruas que não foram previamente riscadas

[124]SOUZA R., 1998, p. 76.
[125]CAMPOS J., 1981, p. 405.
[126]BRITO, 1923, p. 32.
[127]*Ibidem*, p. 32.
[128]*Ibidem*, p. 32.

no papel[...], e as colinas de em torno, bastantes curiosas nos seus recortes assimétricos, abrigam em geral a população pobre." Ilhéus encantava "com a sua segunda infância, com todas as suas loucuras, de criança pródiga, de fedelho que esbanja porque tem muito". Para o jornalista, observava-se "qualquer coisa de paulista" naquele fervedouro de atividades"[129].

Os mais importantes fazendeiros e comerciantes de cacau passaram a investir nos imóveis erguidos nas principais ruas do centro urbano, cujas obras expulsaram dessa área a população mais modesta, que se alojou nas zonas periféricas como os morros de São Sebastião (Oiteiro) e da Conquista, e no Malhado. Novos loteamentos e especuladores apropriavam-se e privatizavam as áreas de expansão da cidade. Os preços dos terrenos foram aumentando, os espaços saneados foram se transformando em modernos e aprazíveis bairros residenciais e de veraneio, como a Cidade Nova e o Pontal.

Novos serviços e equipamentos eram reclamados, fato que não passou despercebido aos chefes políticos que passaram a incorporar o assunto aos seus discursos. Demoliam-se os símbolos do passado colonial, que deveria ser esquecido. Ao romper com o passado colonial, Ilhéus deixou de ser um local de encontros episódicos, marcados essencialmente pela vida administrativa, como nos dias de eleições, quando enchia-se de jagunços, e pelas festas religiosas. A partir daí, se desenvolveu vida regular, marcada pela diversidade de indivíduos, serviços e mercadorias. Além dos novos modelos arquitetônicos, o crescimento da cidade caracterizou-se pela construção de novos espaços e formas de lazer, pelo aparecimento de lojas comerciais, armazéns e teatros. Esse amplo processo de transformação urbana, aliado às mudanças impostas pela modernidade, criou novos costumes, como o passeio de automóvel pelas principais ruas alargadas ou o *footing* no fim de tarde.

Entretanto, a Ilhéus moderna, ao tempo em que passava por reformas que incluíam redes de esgotos, de abastecimento de água, ainda via passar pelas ruas calçadas as tropas de burros, trazendo o cacau das fazendas para os armazéns do porto. Em animais também se transportavam o leite e água potável, retirada das fontes pelos aguadeiros, vendidos nas residências. Mas Ilhéus desejava esquecer os resquícios desse passado. A separação entre duas épocas, em que dois tipos de cidade completamente desiguais se contrapõem, se encontra presente na maior parte dos relatos das memórias do período.

[129] API. *Diário da Tarde*, "Agripino Grieco", n. 22/03/1935, p. 1

Os relatos remetem a uma cidade investida de marcos e lugares simbólicos, em um processo onde atuaram políticos, médicos, arquitetos e engenheiros. Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Ilhéus que aparece nas memórias, muitas das quais encomendadas, transforma-se em ritmo acelerado. Os seus antigos traços e características desaparecem da narrativa e fica patente, nas fotografias que as ilustram, a imagem do moderno apagando o antigo. Os memorialistas empenham-se em destacar os novos aspectos adquiridos, como os serviços de iluminação e abastecimento de água, e não só na cidade como também nos distritos mais importantes. As narrativas dão, ainda, ênfase à nova fisionomia urbana que se delineou com a abertura de novas ruas, o alargamento das antigas, as melhorias do porto. Para os memorialistas parece não haver qualquer vestígio do tempo anterior ao do cacau, e a Ilhéus colonial e barroca não se encaixava nas novas formas do viver moderno e progressista imaginado pelos cacauicultores.

A construção das tradições é desenvolvida em um processo de formalização, ritualização e repetição. Assim, a narrativa memorialista ganhou contornos de verdade e moldou o seu discurso à história local. É possível afirmar que, nos relatos sobre as origens das cidades, memória e história se sobrepõem, pois há uma confiança na capacidade da memória de constituir um registro preciso e verdadeiro[130]. Muitos projetos de cidade derivam diretamente de concepções de mundo. A relação com um conjunto de ideias e valores, de crenças e normas de ação, é especialmente forte no caso das cidades ideais e utópicas.

Buscando a satisfação dos seus interesses individuais, a burguesia ilheense tentou impor seu próprio estilo, expresso em equipamentos urbanos, na indumentária, nas festas, nos seus túmulos e em normas de comportamento transformados em lei pelo Código de Posturas do município. Em Ilhéus, mais do que resolver os problemas urbanos gerados pelo crescimento, foi posto em prática um urbanismo que visava a consolidar a ideia de que a "Princesa do Sul" representava o *ethos* da região cacaueira por excelência.

Na relação estabelecida entre urbanismo e política, os lugares públicos desempenharam um importante papel para a homenagem aos indivíduos que representavam a imagem do poder da região produtora de cacau. Os palacetes, assim como os jazigos monumentais, foram erguidos

[130]BREFE, 1996.

como verdadeiros símbolos do culto à personalidade no espaço urbano, consagrado como lugar de expressão do poder social e do progresso. Entre as maiores expressões do poder regional estão as construções da estrada de ferro, símbolo por excelência dos avanços tecnológicos da revolução industrial, e da catedral diocesana de Ilhéus, símbolo de caráter religioso do poder econômico regional.

The State e a catedral: ícones do progresso sul-baiano

No Brasil a modernidade transportada pelos trilhos de ferro era contraditória ao papel agrário e subalterno do país face ao mercado internacional. A construção das redes ferroviárias era considerada um aspecto positivo do progresso tecnológico e econômico brasileiro. As ferrovias influenciaram não somente a economia como o imaginário social do início do século XX enquanto marco mais evidente da modernidade. A extensão da linha férrea delimitava a fronteira entre o mundo civilizado e as áreas ligadas aos costumes rurícolas[131].

A primeira iniciativa oficial para a construção de ferrovias na Bahia foi a publicação do decreto 641, do ano de 1852, concedendo garantias de até 5% de juros sobre o capital empregado nas suas obras. Nesse contexto foram concedidas pela casa imperial a construção das estradas de ferro "Bahia-São Francisco", a "Central da Bahia" e o "Ramal do Timbó". Os investimentos eram feitos nas regiões produtoras de mercadorias para abastecer o mercado internacional, com o objetivo de expandir os volumes negociados[132]. A rede ferroviária baiana foi construída de acordo com a mentalidade da classe dirigente entre o final do século XIX e o começo do século passado, e as estradas de ferro eram entendidas como complementares à navegação mercantil, uma ligação necessária entre os portos marítimos e o interior.

A lógica era controlar a produção mercantil do estado e centralizar sua exportação na Cidade do Salvador. As mercadorias seriam transportadas pelos trilhos para os portos secundários no Recôncavo e o litoral sul e, dali, para as docas soteropolitanas[133]. O capital industrial e financeiro inglês, aliado ao setor comercial nacional, foi a base principal dos

---

[131]WOLF, 2005.
[132]VIANA, 1986.
[133]ZORZO, 2001.

investimentos na construção de ferrovias com o objetivo de reduzir os custos no processo de exportação de matérias-primas. No início do século XX a agricultura baiana tinha sua estrutura voltada para os interesses econômicos do Hemisfério Norte sobre os produtos tropicais, ou seja, era uma atividade basicamente agrário-exportadora. Os capitais estrangeiros investidos no sul da Bahia, especialmente o inglês e o suíço, construíram uma rede financeira composta por firmas importadoras e exportadoras e agências de navegação e seguros.

Após uma série de tentativas fracassadas, no ano de 1899 surgiu uma proposta concreta para a construção da ferrovia Ilhéus-Conquista, com a assinatura do contrato entre o governo da Bahia e os engenheiros Frederico William Cox e José Correia de Lacerda. O projeto da estrada de ferro previa ramais em Itabuna e no rio de Contas. O cronograma previa concluí-la em seções de vinte quilômetros por ano. Os concessionários, no entanto, não conseguiram concluir os estudos definitivos no tempo previsto e o contrato foi cancelado pelo governo no ano de 1901.

A crise econômica que atingiu a Bahia entre os anos de 1901 e 1904 impossibilitou a apresentação de novas propostas particulares para a construção de uma ferrovia ligando a região cacaueira ao sudoeste do estado. O próprio governo decidiu, então, levar o projeto adiante com a nomeação, em 1903, do engenheiro Guilherme Greenhalg para proceder os estudos necessários para o início das obras da ferrovia. Com base no relatório apresentado por Greenhalg, o governador Severino Vieira abriu outra concorrência para a estrada, mantendo o traçado estabelecido pelo engenheiro, para o primeiro trecho Ilhéus-Tabocas, em linha reta. O segundo trecho, nunca concluído, ligaria Tabocas à cidade de Vitória da Conquista, com as alterações que o estado julgasse necessárias[134].

A concessão foi obtida pelo empresário baiano Bento Berilo de Oliveira, com o qual a Secretaria de Agricultura assinou o contrato de construção, uso e gozo da ferrovia aprovado pelo Decreto n. 288, de 28 de dezembro de 1904. Oliveira não conseguiu cumprir os prazos determinados. Somente no final de 1905 foram iniciados os trabalhos de desmatamento e escavações, feitos com morosidade. Em dois anos os trabalhos haviam avançado apenas 16 quilômetros. Uma das causas era a falta de mão de obra devido à migração para as fazendas de cacau durante a época de colheita. Mas a principal causa era a falta de capital da empresa baiana

[134] APEBa. SJ, Leis do Estado da Bahia: Contratos, 1906.

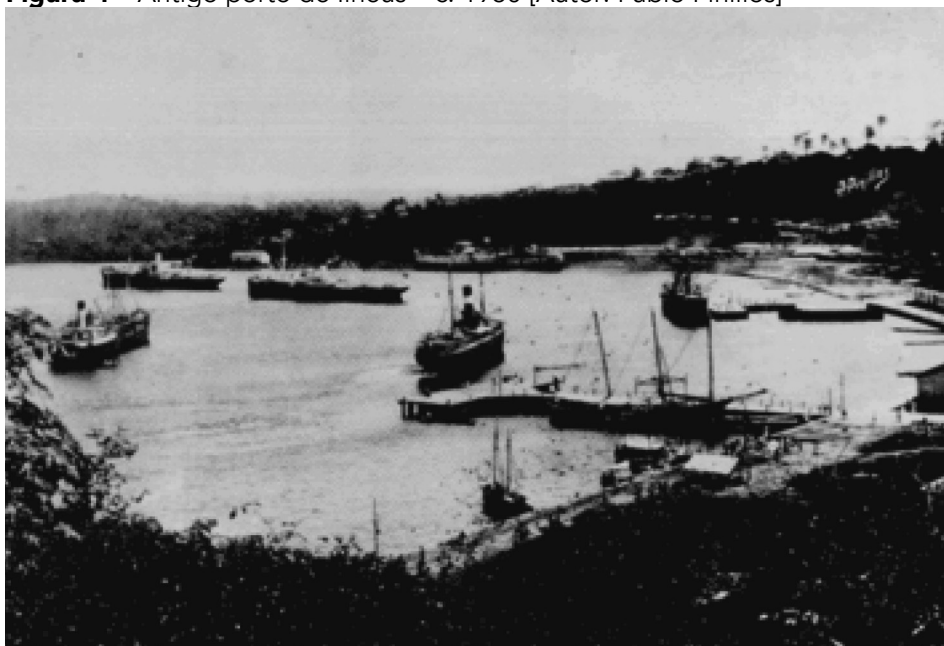
para arcar com as despesas com equipamentos e pessoal, o que levou à modificação do traçado original como forma de baratear os trabalhos e à busca por capitais estrangeiros[135].

A ferrovia de Ilhéus a Conquista somente pôde ser concluída com a transferência da concessão para a companhia inglesa *The State of Bahia South Western Railway Company Limited.* O contrato do governo com a firma Carvalho, Oliveira & Cia. foi modificado pelo Decreto de n. 554, de 28 de agosto de 1908. O percurso foi reduzido, o prazo de inauguração da seção Ilhéus-Itabuna prorrogado para 1911 e, após a publicação do decreto, foi feita a transferência da administração da ferrovia à *State,* constituída em Londres. O material utilizado para os trilhos e o maquinário foram trazidos da Inglaterra a bordo de cargueiros e desembarcados no porto de Ilhéus (Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Antiga estação ferroviária de Ilhéus, c. 1930 [Autor: Pablo Pinillos]

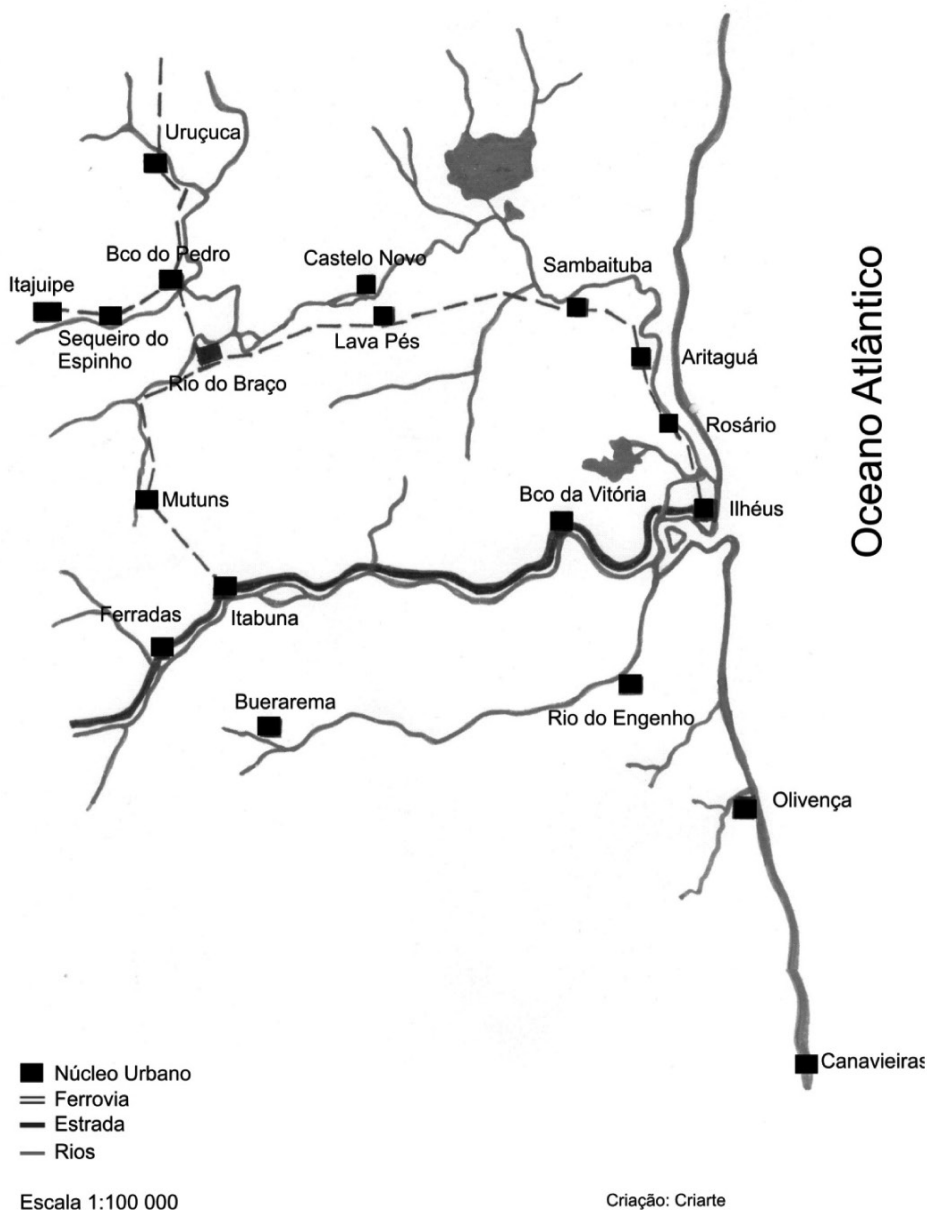
Fonte: Brandão; Rosário, 1970.

[135]VIANA, *op. cit.*

Figura 4 – Antigo porto de Ilhéus – c. 1930 [Autor: Pablo Pinillos]

Fonte: Brandão; Rosário, 1970.

A partir dessas providências, pôde ser iniciado o serviço regular de construção da linha férrea, que incluía o desmatamento de uma extensa área às margens dos rios Almada e do Braço. A firma inglesa modificou definitivamente o traçado para atender as zonas mais férteis dos municípios de Ilhéus e Itabuna. Em 1909, ela conseguiu, do governo do estado, a aprovação do ramal Água Branca-Almada e, posteriormente, os ramais de Mocambo e Água Preta, partindo dos rios Almada e do Braço. O trecho provisório do trecho ligando o porto de Ilhéus a Itabuna foi inaugurado em 1911, mas as instalações definitivas somente entraram em funcionamento dois anos depois. O tráfego definitivo da linha até a cidade de Itabuna, utilizado provisoriamente desde 1911, foi inaugurado em 21 de agosto de 1913, com a extensão de cinquenta e nove quilômetros (Figura 5). Dois anos antes a companhia inglesa foi autorizada a construir o ramal do Almada que ia até a zona do Sequeiro do Espinho, na futura cidade de Itajuípe, e o sub-ramal do Mocambo, na futura cidade de Uruçuca, em uma extensão de trinta e cinco quilômetros. Este foi prorrogado até a margem direita do rio de Contas, no povoado de Poiri, futura cidade de Aurelino Leal[136].

[136]CAMPOS J., 1981.

Figura 5 – Mapa dos municípios Sul Baianos

Fonte: Acervo CEDOC / UESC.

Vianna estabelece uma relação direta entre o funcionamento da ferrovia e o predomínio do eixo Ilhéus-Itabuna na produção de cacau. Até 1913, quando foi inaugurado o trecho entre as duas cidades, o ritmo de aumento da produção é bastante semelhante ao dos eixos Canavieiras-Belmonte e Barra do Rio de Contas (Itacaré)-Itapira (Ubaitaba). A partir da

segunda metade da década de 1910, as safras em Ilhéus e Itabuna passaram a apresentar números bastante superiores às das demais áreas produtoras[137].

O transporte industrial rasgou as antigas trilhas na mata palmilhada pelos tropeiros e por seus animais de carga, e diminuiu distâncias. Pequenos arruados situados à margem da ferrovia logo se tornaram importantes centros comerciais de compra e venda de cacau e mantimentos, e as terras próximas passaram por uma forte valorização. O principal era o arraial de Rio do Braço, localizado no entroncamento da linha férrea, onde foram abertos os ramais do Sequeiro do Espinho (Itajuípe) e de Agua Preta (Uruçuca) e, dali, para Poiri (Aurelino Leal), às margens do rio de Contas.

A ferrovia terminou por atender unicamente à região cacaueira, mais especificamente os municípios de Ilhéus e Itabuna em um percurso de 58 quilômetros e 750 metros de extensão. Os ramais Rio do Braço-Sequeiro do Espinho, com 14 quilômetros, e Rio do Braço-Água Preta, com 10 quilômetros, formavam a malha da rede ferroviária regional, cujas estações contribuíram para o surgimento das cidades de Uruçuca e Itajuípe. O último trecho construído, Água Preta-Poiri, somente foi concluído em 1931, com 43 quilômetros e 195 metros de extensão. Esse ramal atravessava uma das áreas mais férteis da região, cultivada, em sua maior parte, com cacaueiros plantados no início do século passado. O seu traçado original foi modificado para atender aos interesses de grandes produtores como o ex-governador Vital Soares, dono das fazendas Santa Cruz e Encruzilhada, onde foram localizadas estações e casas comerciais de compra e venda de cacau[138].

O percurso do trecho Ilhéus-Itabuna durava cerca de duas horas e quarenta minutos acompanhando os leitos dos rios Almada e do Braço. A demora se dava pelas inúmeras paradas obrigatórias e pelas paradas facultativas nas proximidades das fazendas mais importantes, a pedido dos seus proprietários. A influência política dos adamistas determinou a mudança do traçado da ferrovia para o Almada, onde os principais líderes possuíam suas melhores propriedades, aumentando o percurso em 30 quilômetros com relação ao traçado onde seria construída a rodovia Ilhéus-Itabuna[139].

Mediante o cruzamento das localizações da localização das estações e das paradas nas das principais fazendas às margens dos trilhos, é

---

[137]VIANA, 1986.
[138]ANDRADE-BREUST, 2003.
[139]GONÇALVES, O. R. **O jequitibá da taboca.** Salvador: Imprensa Oficial, 1960, p. 162.

possível traçar um paralelo entre a estrada de ferro e o poder econômico regional. O itinerário dos trens acompanhou uma linha de fazendas pertencentes às famílias de plantadores do cacau, muitos dos quais influentes políticos. Durante a construção da ferrovia, a política estadual era dirigida por aliados do partido adamista, liderados por grandes fazendeiros da zona do Almada. Como podemos observar pela Tabela 8, os trilhos da *State* traçaram o roteiro do poder, privilegiando determinados fazendeiros no serviço prestado pelos trens.

Tabela 8 – Estações e Paradas da Ferrovia / Propriedades Rurais

Local	Proprietários	Modalidade
Rosário	Lavigne de Lemos	Parada
Aritaguá	Siúffo – Brasil	Estação
Barbosa	Tavares	Parada
Almada	Sá Bittencourt – Cerqueira Lima – Moniz Barreto – Homem D´el-Rey	Parada
Provisão	Adami – Weyll	Parada
Rio do Braço	Kruschewsky – Catalão	Estação
Boa Lembrança	Alves	Parada
Mutuns	Oliveira	Estação

Fonte**:** API, Diário da Tarde, "Horários", 5/3/1929, p. 3.

As propriedades rurais e os povoados situados à margem da ferrovia foram beneficiados com a energia elétrica e outros recursos, com a diminuição das distâncias em relação às cidades de Ilhéus e Itabuna. A estação do Rio do Braço era um ponto estratégico da ferrovia, pois ali era realizada a baldeação dos passageiros que vinham de Ilhéus ou Itabuna em direção aos ramais do Sequeiro do Espinho e de Água Preta. A presença constante dos trens no cotidiano regional passou a influenciar a vida da população que "passou a ser regulada pelos apitos do trem. Os negócios, os encontros, tudo se marcava pelos apitos do trem"[140]. Os povoados passaram a depender do movimento da ferrovia para o seu desenvolvimento urbano e econômico. Com a desativação da ferrovia, nos anos 1960, vários deles praticamente desapareceram ou estagnaram, a exemplo de Rio do Braço, Aritaguá, Sambaituba e Mutuns.

O transporte de passageiros nos vagões dos trens era dividido em duas classes, hierarquizadas pelas condições das acomodações. Na primeira classe, onde viajavam fazendeiros, comerciantes e suas famílias, as cadeiras possuíam braço e acolchoamento, dispostas em fileiras de duas

[140] ANDRADE-BREUST, *op. cit.*, p. 117.

cadeiras de frente umas para as outras em cada janela. Na segunda classe, mais frequentada pelos trabalhadores e pequenos produtores, foram colocados bancos de madeira em fila. Nos anos 1930, a ferrovia passou a sofrer concorrência, no transporte regional das estradas de rodagem construídas pelo Instituto de Cacau da Bahia (ICB).

Fundado em 1931, no contexto da crise internacional do capitalismo, o ICB deveria desenvolver pesquisas no setor agrícola e investir em melhorias na infraestrutura, para facilitar a comercialização do cacau. Ao iniciarem-se as atividades do Instituto, havia duas rodovias na região. Uma, em fase de construção, ligando as cidades de Ilhéus e Itabuna, e a rodovia Itabuna-Macuco, construída dentro do critério da estrada alimentadora da rede ferroviária. A rodovia Ilhéus-Itabuna foi, inicialmente, uma iniciativa privada de fazendeiros do rio Cachoeira nos dois municípios, como uma espécie de resposta à concentração do transporte de cacau pelos trilhos do Almada.

Ao traçar o seu plano rodoviário, o ICB tomou sob sua responsabilidade as rodovias citadas e articulou-as com os demais trechos ou ramais que obedeciam ao critério de cortar as zonas produtoras que irradiavam de Itabuna, de Pirangi e de Água Preta, no sentido de uma maior penetração a partir das pontas dos trilhos da ferrovia. O objetivo era substituir o transporte precário em lombo de burro pelos caminhões, em áreas não atingidas pelos trens da *State*[141]. Assim, a infraestrutura criada para a comercialização do cacau modificou sensivelmente as paisagens da zona rural. Além de diminuir a selva e introduzir os símbolos da modernidade como a ferrovia, o cacau foi o responsável pela modernização da área urbana, com o alargamento das principais ruas e a construção dos palacetes dos coronéis erguidos no centro velho. Mas também, como foi dito, criou áreas periféricas formadas pelos barracos dos operários e estivadores nos morros da Conquista e São Sebastião.

O discurso de memorialistas e cronistas retratou negativamente os vestígios do passado colonial urbano. Borges de Barros louvou a intenção da intendência de desapropriar e demolir uma das sacristias da igreja de São Jorge, de "estilo antiquado," para o alargamento e embelezamento da praça Rui Barbosa[142]. Esse preconceito em relação ao estilo colonial foi um dos fatores preponderantes para a demolição, na década de 1920, da igreja setecentista de São Sebastião, que deu lugar à nova catedral diocesana, construída em estilo eclético, com planta de Salomão da Silveira,

[141]INSTITUTO..., 1938.
[142]BARROS, 1981.

templo da modernidade e do fausto. O largo da igreja de São Sebastião era um dos principais pontos de referência da vida política e social de Ilhéus. De acordo com Lavigne, a igreja que, ao lado "da velha matriz e a igreja da Vitória formavam a trindade das velhas igrejas de Ilhéus", por muitos anos serviu de sede de seção eleitoral e "representou um papel histórico nas lutas políticas da terra"[143].

Conforme relato de Wied-Neuwied, no início do século XIX, a festa de São Sebastião era comemorada com danças e mascaradas barrocas. Erguia-se um alto mastro, enfeitado com bandeiras e "homens mascarados percorriam a pequena vila, ao som dos tambores e fazendo toda sorte de brincadeiras"[144]. Durante o dia chegavam a disparar tiros de espingarda nas ruas da vila, enquanto, durante a noite, o som de violão e das mãos acompanhava o dos batuques por toda a parte.

Os mais abonados patrocinavam esses festejos. Costumava-se representar a vida do mártir "por mascaradas, cenas de teatro, combates e coisas semelhantes. As pessoas que representam nessas pantomimas eram escolhidas alguns dias antes, e vestidas apropriadamente"[145]. No dia de São Sebastião, "havia dois partidos que se guerreavam, os portugueses e os mouros; cada qual tinha seus capitães, seus tenentes, suas insígnias"[146]. Erguia-se, junto à igreja, uma fortaleza feita de galhos de árvores. Segundo Wied-Neuwied, "os mouros tomam a imagem do santo e levam-na para sua fortaleza, até que na última noite o partido oposto toma-a e condu-la para a igreja, com o maior respeito"[147]. A representação durava vários dias, durante os quais o povo não saía da igreja. Os índios, às vezes, tomavam parte ativa nas representações e nas cerimônias externas[148].

A construção da catedral, planejada pelo poder público com a benção do primeiro bispo diocesano, causou uma acirrada discussão entre os que defendiam uma completa mudança na arquitetura urbana e os contrários à destruição do patrimônio colonial. Para os reformadores, encabeçados pelo arquiteto Salomão da Silveira, a igreja de São Sebastião, com suas raras torres oitavadas, representava o estilo de uma época associada ao atraso material anterior ao fausto trazido pelo cacau e que, desta for-

[143] LAVIGNE, 1968, p. 163.
[144] WIED-NEUWIED, 1989, p. 359-360.
[145] *Ibidem*, p.359-360.
[146] *Ibidem*, p.359-360.
[147] *Ibidem*, p.359-360.
[148] *Ibidem*, p.359-360.

ma, deveria dar lugar à construção da suntuosa catedral da cidade, marco do progresso e da riqueza regional. A demolição da igreja foi iniciada em maio de 1927, durante a administração de Mário Pessoa, um dos principais defensores da construção da catedral. Em pouco menos de uma semana somente restavam "as fortes paredes da caixa e a torre prestes também a desabar aos golpes do martelo civilizador".

Tradicionalmente, duas irmandades "quase extintas", as de Nosso Senhor dos Passos e de São Sebastião, cuidavam da manutenção da capela que, de acordo com a imprensa, estava "esboroando-se pela ação do tempo e falta de limpeza". A ideia da catedral havia encontrado um obstáculo quanto a sua localização. Com a solução da demolição da capela de São Sebastião a cidade obteria um duplo resultado: "conquista a sua catedral e se vê livre de um 'trambolho', uma velharia cuja demolição não deixa saudades a ninguém", segundo os argumentos do Correio de Ilhéus[149].

As imagens sacras do templo foram transferidas para a matriz de S. Jorge. Os andores foram carregados em procissão por jovens adolescentes filhas dos principais coronéis pessoístas. Em 1929, uma outra procissão foi organizada para a benção litúrgica do local pelo bispo diocesano e o lançamento da pedra fundamental da obra. A catedral era mais que um símbolo religioso, era um registro da memória e da identidade de determinado grupo social. Nesse contexto, a colonial igreja de São Sebastião era compreendida como a face de um passado que deveria ser superado pelo progresso (Figura 6). Os seus terrenos, que haviam recebido por séculos os corpos dos ilheenses mortos, e suas paredes, que abrigaram secularmente a festa em honra ao santo padroeiro, missas e seções eleitorais, foram substituídos pela imensa catedral de colunas gregas e abóbadas românicas misturadas a elementos góticos, tomados como símbolo do progresso material trazido pelos frutos de ouro (Figura 7).

O projeto gerou uma série de discussões e debates políticos que envolveram, inclusive personalidades da capital do país, como Arquimedes Memória, arquiteto e urbanista de renome e diretor da Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro, convidado pela prefeitura a dar parecer sobre a obra. Os defensores da catedral argumentavam que o estilo barroco da antiga matriz não representava o espírito modernizante, a riqueza da terra sede de um bispado.

---

[149]CEDOC. *Correio de Ilhéus*. "A catedral: continua a demolição da capela de São Sebastião", n. 897, 28/5/1927, p. 1.

Figura 6 – Antiga Igreja de São Sebastião [Foto: Pablo Pinillos]

Fonte: Brandão; Rosário, 1970.

Figura 7 – Catedral de São Sebastião concluída em 1967

Fonte: Foto Tacila Mendes.

A igreja de São Jorge, assim como a demolida São Sebastião, eram consideradas bastante modestas para os novos padrões ilheenses. Por esse motivo, argumentava o *Correio de Ilhéus*:

> Urge levantar esse templo majestoso, que deve ser a casa de Jesus Cristo, nosso Redentor. Os que passam por Ilhéus se admiram do seu progresso, dos seus magníficos palacetes, dos seus jardins bem cuidados, de suas avenidas, do asseio rigoroso da cidade, do grande movimento do porto, mas quando chegam em frente da antiga matriz e entram na igreja abarracada e arcaica, construída ainda pelos esforços dos jesuítas, sentem uma impressão bem desagradável. Não é essa a igreja que deve servir de catedral de Ilhéus[150].

A correspondência da Cúria Diocesana de Ilhéus revela a preocupação com a autoafirmação da sociedade cacaueira frente às outras cidades da Bahia, e a necessidade de demonstrar superioridade em relação às sedes de bispados vizinhos. São citadas as construções de templos como os de Feira de Santana, Santo Amaro, Valença, e, especialmente, a catedral de Petrolina, em Pernambuco. Os bispos procuravam mostrar aos fiéis que Ilhéus não poderia ter uma catedral que não fosse digna da sede do bispado de uma das regiões mais ricas do país[151].

Das entrelinhas das correspondências analisadas emerge o confronto entre discursos políticos que aproveitam o debate em torno do projeto da catedral para trazer à tona antigos ressentimentos. De um lado, o grupo "pessoísta", então na oposição, que apoiava o projeto de Silveira, seguindo as determinações do bispo dom Manuel de Paiva. Do outro, o grupo ligado ao prefeito Eusínio Lavigne (1930-37), adversário histórico da família Pessoa, baseado no parecer técnico solicitado ao escritório de Arquimedes Memória, retardou por oito meses a aprovação da planta. De acordo com Silveira, o parecer não poderia ser de autoria do professor Memória devido à ausência de técnica profissional do anteprojeto que o acompanhou.[152]

O prefeito, considerando que se colocava em dúvida a sua honestidade, publicou artigo onde se apresenta como defensor intransigente do patrimônio histórico de Ilhéus, membro que era das mais antigas famílias:

---

[150]CEDOC. *Correio de Ilhéus*, "A catedral", n. 1010, 18/2/1928, p. 1.

[151]ACDI, Correspondência da Cúria Diocesana, Cartas dos Bispos de Ilhéus, 1915-1957.

[152]ACDI. Correspondência da Cúria Diocesana, Carta de Salomão da Silveira ao Professor Arquimedes Memória , 23/12/1931.

> Não houve, pelo menos nesses últimos tempos, prefeito de Ilhéus de mais coragem, sem violências e de mais resistência na defesa do patrimônio coletivo, dos direitos da cidade e do município, do que eu nesses quatorze meses de governo. Nunca atendi conveniências de amigos, de grupos contra o espírito da civilização, a que todo governante deve se integrar..., mas a fé do meu trabalho, de cuja honestidade só poderão duvidar os maldizentes que constituem o tormento dos governos, na obra do saneamento moral e físico da cidade[153].

Lavigne esclarece que, como representante do povo, era responsável pelo custo e pelo valor arquitetônico da obra. De posse do esboço traçado por Memória, o apresenta ao representante da diocese, padre Celso Monteiro, justificando o atraso na construção. Sugere ainda a abertura de uma licitação pública, onde vários projetos pudessem ser apresentados e julgados por uma comissão técnica. Este parece ser um expediente para possibilitar a exclusão do projeto "pessoísta" de Salomão da Silveira e abrir espaço para que a nova administração "lavinista" impusesse sua marca em um dos mais importantes monumentos urbanos da região do cacau. Porém, apesar do empenho do prefeito de Ilhéus em alterar o projeto, o que permanece é a planta de Silveira. Em 1932, a Secretaria Estadual do Interior e Justiça aprova o projeto e concede autorização para sua imediata construção, tendo em vista a disposição da Lei de Organização Municipal, no mesmo local da capela demolida de S. Sebastião.

A referida obra, como foi dito, levou várias décadas para ser concluída, e muitos dos seus idealizadores morreram sem vê-la acabada. Entre os motivos que contribuíram para a ampliação do tempo de construção, encontram-se a crise dos anos 30 do século XX, que motivou a fundação do Instituto de Cacau, as próprias dimensões da obra a ser executada, e a má vontade dos fazendeiros e comerciantes ligados ao prefeito com a doação de fundos. Conforme apontado anteriormente, uma questão central levantada pelos opositores do projeto de Salomão da Silveira relacionava-se ao local onde seria erguido o novo templo.

Para os técnicos ligados à prefeitura que fizeram o levantamento topográfico do terreno, o mesmo não comportaria o tamanho da edificação, e, no futuro, comprometeria a harmonia do edifício em relação ao centro da cidade. Além disso, a planta de Silveira era criticada por ter sido elaborada por um simples mestre de obras que, de acordo com o prefeito

---

[153] API. *Diário da Tarde*, n. 1129, 28/12/1931, p. 2.

Eusínio Lavigne, fez um trabalho sem orçamento rigoroso, sem exata observância da técnica e sem um vislumbre de arte.

Apesar da posição contrária da prefeitura e da doação de um terreno na Cidade Nova para a construção da nova catedral, a população conseguiu, mediante um abaixo-assinado organizado pelo bispado, manter o local de origem. O direto de obras Humberto Sampaio recuou o traçado original e conseguiu um parecer favorável ao local. O terreno doado pela prefeitura não foi aceito pelo fato de se localizar distante do centro, em um local ainda inexpressivo para a visibilidade das ações da Igreja. O próprio bispo justificou que naquele local ficaria longe do seu "rebanho", já que toda a movimentação social era concentrada no largo da antiga capela de S. Sebastião.

A construção da catedral de Ilhéus é, assim, um dos episódios mais emblemáticos das disputas em torno da memória local, envolvendo forças sociais divergentes que travam um debate acirrado sobre o padrão estético e urbanístico em íntima relação com o contexto político, social e econômico daquela fase histórica. Tal fenômeno se verifica também na transformação dos aspectos urbanos do antigo arraial de Tabocas, quando de sua elevação à categoria de cidade, com a denominação de Itabuna.

Itabuna, a cidade dos grapiúnas

A narrativa memorialista deixou vários registros sobre a fundação do município itabunense e sobre a influência da imigração de sergipanos e sertanejos na sua constituição. Essas memórias nos dão conta não somente dos aspectos urbanos, mas também das práticas sociais em um ambiente voltado para a lavoura do cacau. A expansão agrícola e comercial do cacau foi impulsionada, em grande parte, por duas correntes migratórias. Uma primeira, externa, era formada por europeus e árabes. Entre esses últimos, o mais importante fluxo migratório foi de libaneses cristãos maronitas e de sírios.

A segunda corrente, interna, constituiu-se principalmente de nordestinos, em sua maioria sergipanos e baianos do norte do estado. A seca e o declínio das lavouras no Nordeste brasileiro, assim como a fama de riquezas trazida pelo cacau, motivaram a transferência de massas populacionais para a fronteira agrícola sul-baiana. Ilhéus era um dos portos mais procurados. O governo estadual procurou amenizar os efeitos da seca sobre os pequenos lavradores e trabalhadores rurais do norte baiano, concedendo passagens grátis e rações de carne e farinha para os que migrassem para as

terras devolutas do sul do estado. Muitos migraram por conta própria ou financiados por parentes e conhecidos já estabelecidos com plantações, em sua maioria sergipanos[154].

Antes do fluxo migratório de sergipanos para a área do atual município de Itabuna, as matas próximas estavam sendo abertas por sertanejos baianos considerados hábeis machadeiros, e por ilheenses que se instalaram entre Ferradas e o atual Salobrinho. Diferentemente dos fazendeiros estabelecidos no Almada e nas margens do Cachoeira próximas ao litoral, os desbravadores daquela zona eram homens humildes, sem grandes recursos e não possuíam sobrenomes tradicionais. Os memorialistas guardam nomes como Damião do Beijú, Velho Marreco, Antônio Coco Buxo, D. Salú, Rufino Xodó e Joaquim Donga, homens e mulheres cujos descendentes se autodenominaram grapiúnas[155].

Os sertanejos e sergipanos eram identificados pelos trajes e pertences que traziam ao chegar a Tabocas. O sertanejo "sempre vinha trajado de algodão, calça de tecido conhecido como cruvelo, trazia chapéu de couro, calçava alpercatas e cacaios às costas", tendo na cabeça um pequeno "caldeirão esmaltado, um facão de lado e um porrete na mão". O tecido da roupa "era de cor marrom sempre encardido pela poeira das longas caminhadas que palmilhavam em grupos de dois a seis, o seu pouso era na rua dos Sertanejos (atual Paulino Vieira) e na Jaqueira"[156].

Os sergipanos apresentavam características um pouco semelhantes, trajando calça e camisa listradas e alguns vestiam paletós, chapéu de palha de ouricurí e um baú de flandres às costas. Viajavam em grupos de quatro a dez pessoas, às vezes maiores quando traziam a família inteira. O ponto de referência era o Banco da Vitória de onde buscavam a direção de Tabocas, onde geralmente repousavam em telheiros construídos para tal fim.

A migração de sergipanos para o sul da Bahia foi intensificada na administração do governador José Marcelino de Sousa, período em que uma crise se abateu no estado vizinho. Um acordo entre os governadores da Bahia e de Sergipe buscou solucionar o problema, facilitando a transferência de moradores da zona rural desse último estado para o sul da Bahia. O governador cedeu os vapores da Navegação Baiana para o

---

[154]COSTA, 1995.
[155]GONÇALVES, **O jequitibá da taboca**, p. 17.
[156]*Ibidem*, p. 121-122.

transporte dos sergipanos para o porto de Ilhéus, e alguns coronéis, como Firmino Alves, deram suporte aos recém-chegados, cedendo alimento e ferramentas.

De acordo com a Tabela 9, sobre a origem dos sergipanos e sertanejos em Itabuna, o fluxo migratório era abastecido pelos moradores de regiões ligadas à lavoura do açúcar e à pecuária, todas sujeitas às alterações climáticas causadoras de longos períodos de estiagem. A maior parte da elite econômica itabunense provinha destas famílias de migrantes chegados desde o final do século XIX.

Tabela 9 – Procedência e nomes de famílias que migraram para o município de Itabuna (1870-1920)

Local de Procedência	Famílias Migrantes
Buquim (SE)	Araújo – Franco
Capela (SE)	Andrade
Chapada dos Índios /Vila Cristina (SE)	Alves- Aquino – Oliveira – Santos
Estância (SE)	Amado – Borges – Fontes
Itabaianinha (SE)	Falcão – Leal – Leão – Soares do Nascimento – Souza Freire
Simão Dias (SE)	Dantas – Modesto
Tobias Barreto (SE)	Menezes – Padilha – Sodré
Abadia (BA)	Fontes Lima
Feira de Santana (BA)	Brandão – Setenta
Jandaíra (BA)	Fontes de Faria
Rio Real (BA)	Garcia – Lins – Rosa – Mattos
Tucano (BA)	Cordeiro de Miranda
Vila Nova da Rainha (BA)	Pereira da Costa

Fonte: ANDRADE, M. P. e ROCHA, L. B. **De Tabocas a Itabuna:** um estudo histórico-geográfico. Ilhéus: EDITUS, 2005; ANDRADE, 1968; SANTOS, F. B. dos. **Memória de Chico Benício**. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda., 1985.

A mão de obra utilizada na derrubada da mata e no plantio de cacau e de pequenas roças de mantimentos era basicamente a familiar. Entre os sertanejos e sergipanos havia o costume de trabalhos voluntários coletivos, entre vizinhos que se ajudavam mutuamente nos chamados batalhões, mutirões se formavam para desempenhar determinada atividade nas "buraras". O proprietário era geralmente pego de surpresa quando, logo após o amanhecer, o grupo se apresentava para o serviço fazendo o maior barulho possível. O trabalho era retribuído com a distribuição de cachaça durante o trabalho e feijoada para o almoço.

A partir do litoral e seguindo o curso dos rios, o fluxo migratório foi incorporando o território. Simples pousos de tropas logo se transformavam em pequenos núcleos chamados de "arruados". Estes "arruados"

geralmente se situavam próximos a um curso d´água ou ao entroncamento de estradas ou trilhas e haviam surgido como ponto de troca de produtos e animais. O mais importante desses povoados era Tabocas, fundado por volta de 1870 nas proximidades da antiga aldeia de Ferradas, às margens da estrada do Sertão da Ressaca.

Conforme indicado anteriormente, Tabocas surgiu como um pouso de tropas que circulavam entre o porto de Ilhéus e a vila de Vitória da Conquista, trazendo mercadorias do sertão e negociando gado, especialmente burros e bois, fundamentais para o transporte das cargas de cacau até os portos fluviais como o do Banco da Vitória e o de Castelo Novo, posteriormente superados pela introdução da linha férrea. A tradição estabelece que os primeiros moradores de Tabocas foram sergipanos pertencentes às famílias Oliveira e Alves, oriundas da Chapada dos Índios, cujos descendentes se tornaram importantes figuras da economia e política itabunense, como os coronéis José Firmino Alves e Basílio de Oliveira. Aos poucos foi se estabelecendo um pequeno comércio que atraiu um fluxo cada vez maior de indivíduos, especialmente parentes e conhecidos que vinham atraídos pelas notícias da fartura da safra cacaueira[157].

Aos sertanejos e sergipanos juntaram-se sírio-libaneses atraídos pela riqueza gerada pelo cacau. As primeiras casas construídas formaram a chamada rua da Areia, atualmente dividida entre a rua Miguel Calmon, sua parte mais antiga, e a avenida Fernando Cordier ou Beira Rio. A rua iniciava no pontilhão 2 de Julho, que liga a Miguel Calmon à Barão do Rio Branco, antiga Taboquinhas, e nela estavam localizados os principais estabelecimentos do comércio de tecidos e secos e molhados, em um espaço cercado de pastos e pelo rio Cachoeira[158].

O intercâmbio de mercadorias entre Tabocas e o sudoeste baiano era feito pelos sertanejos, como eram conhecidos os comerciantes vindos de Conquista, Jequié, Poções e Caetité, que chegavam por Itapira e desciam até Ferradas, em uma viagem que durava mais de duas semanas. Os tropeiros traziam feijão de corda, linguiça, toucinho, carne de jabá, carneiro e porco, frutas do sertão e café. Em Tabocas, se hospedavam nas rancharias situadas nos fundos de estabelecimentos comerciais. Essas instalações estavam concentradas na atual rua Paulino Vieira, que

---

[157]GONÇALVES, **O jequitibá da taboca**; ANDRADE, 1968; SANTOS, F. B. dos. **Memória de Chico Benício**. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda., 1985; COSTA, 1995.

[158]ROCHA, 2003.

dividia-se, naquela época, em três - as ruas dos Sertanejos, dos Tropeiros e da Rancharia[159].

O comércio de gado trazido de Vitória da Conquista continuava para abastecer Ilhéus e seus distritos produtores de animais para o transporte de pessoas e mercadorias. Os comerciantes de gado de Tabocas levavam quase um mês na viagem de ida e volta a Conquista, quase sempre acompanhados de jagunços como garantia de vida na travessia de territórios ainda ocupados por grupos indígenas em Colônia, Catolé Grande e Cachimbo. O comércio de compra e venda de gado *vacum* em Tabocas foi iniciado nos primeiros anos da república com manadas trazidas por Joaquim Padre, Antoninho do Cachimbo e Joaquim da Felícia. O gado era negociado nas imediações das atuais avenida do Cinquentenário e praça Otaciana Pinto. O comércio de gado abriu a maior parte da área periférica de Itabuna, dividindo-a em pastos onde atualmente se localizam a praça Camacã, rua Paulino Vieira, o Alto Maron e o Pontalzinho[160].

O imaginário que cercava o sul da Bahia, especialmente Tabocas, era de uma típica região de fronteira, onde imperava a selvageria nas relações sociais, na disputa pelas melhores terras. A "civilização" ainda não havia alcançado o distante mundo do cacau perdido entre a floresta atlântica e o Sertão da Ressaca, de onde desciam gado, tropeiros e jagunços lendários na região, a exemplo dos irmãos Cauassú, protagonistas da chamada "guerra do Sequeiro". A imagem dos povoados surgidos no contexto da expansão da lavoura está ligada à ideia de morte violenta.

As redes que passavam com os corpos a caminho dos cemitérios lembravam diariamente a presença dos jagunços, das febres e dos animais peçonhentos, todos representativos da hostilidade do ambiente. Poucos indivíduos encarnaram tão perfeitamente esse período como Henrique Alves dos Reis, protótipo do coronel de cacau, que impunha respeito aos amigos e desafetos pela valentia lendária. Sempre à frente de um grupo de jagunços armados, encarnava o poder conquistado através do sangue derramado. Apesar disso, o coronel descendente de escravos buscava transmitir socialmente uma imagem "civilizada". Em Itabuna, sua residência, conhecida como a Casa Verde, apesar da simplicidade da construção em relação aos palacetes neoclássicos, era mobiliada com peças valiosas vindas do Rio de Janeiro e da Europa.

---

[159] ANDRADE-BREUST, 2003.
[160] GONÇALVES, **O jequitibá da taboca**, p. 91.

A Casa Verde (Figura 8) data do início do século XX. Sua construção representa o momento em que os principais fazendeiros de cacau se transferiram para as cidades, permanecendo pouco tempo nas sedes das fazendas na zona rural (Figura 9). Ao assumir o comando político do partido adamista no distrito de Tabocas, em 1904, Henrique Alves decidiu ali se radicar para administrar com mais eficiência a máquina partidária local e os negócios de venda de cacau. Antes de estabelecer residência em Tabocas, o coronel ia duas vezes por mês ao arraial para visitar seus principais correligionários, como Basílio de Oliveira e Aureliano Ferreira. Segundo Gonçalves, "sempre chegava montado acompanhado, de quatro camaradas armados de repetição, sendo dois na frente e dois atrás"[161]. Em Tabocas visitava sempre os principais homens do comércio, especialmente a família Maron, com quem mantinha relações pessoais[162].

Figura 8 – Residência urbana do coronel Henrique Alves, datada c. 1920

Fonte: ROCHA, 2003.

[161] *Ibidem*, p. 57.
[162] *Ibidem*.

Figura 9 – Sede da Fazenda Sempre-Viva datada da década de 1910

Fonte: Foto do Autor.

Ao assumir a chefia do partido adamista de Tabocas, o coronel Henrique Alves iniciou o processo de expansão urbana do arraial, que teve como elemento central a construção da Praça Adami. No local, havia uma pequena lagoa que estrangulava o crescimento da área comercial do arraial, cada vez mais importante para a economia municipal. O coronel Henrique Alves pretendia transformar a área na maior praça pública do interior baiano. Por influência de Alves, a intendência de Ilhéus contratou o engenheiro Miguel Ribeiro para os trabalhos de aterro da lagoa e construção da praça, inaugurada em 1905 pelo próprio coronel Domingos Adami[163].

A emancipação de Itabuna e a elevação à categoria de cidade, em 1910, representou a culminância do esforço da elite política e econômica local em desconstruir a imagem negativa associada ao antigo arraial de Tabocas e construir uma nova identidade de uma cidade moderna e progressista, e principal centro comercial da região. O projeto modernizante foi responsável pela substituição dos nomes tradicionais das ruas mais antigas, como a da Areia (Marechal Bittencourt e Miguel Calmon), do Bury (Henrique Alves e J. J. Seabra), do Cemitério (Benjamin Constant e Ruffo Galvão), Taboquinhas (Barão do Rio Branco), dos Anjos (Rui Barbosa), da Lasca (Boa Vista).

[163]ROCHA, 2003.

Os nomes dados pelos moradores do arraial eram inadequados à nova cidade, desejosa de reconhecimento. Como códigos socialmente construídos, as novas denominações procuravam homenagear personalidades e datas históricas ligadas ao desenvolvimento nacional e local. Procurava-se apagar da memória urbana o simples aglomerado de casas separadas pela lama das ruas estreitas e irregulares, onde seres humanos dividiam o espaço com animais de todas as espécies.

Os primeiros intendentes da cidade de Itabuna dedicaram-se ao apagamento dos primitivos aspectos urbanos do antigo arraial de Tabocas. O engenheiro Olinto Leone (1908-1911) alinhou e calçou a rua da Areia (atual Miguel Calmon), a praça Santo Antônio e a rua Moura Teixeira, delimitando a área "nobre" da cidade e seu centro mais antigo. O coronel Antônio Brandão (1911-1915) iniciou o processo de alinhamento das ruas da Lama e do Buri, que hoje constituem a avenida do Cinquentenário, com a demolição de dezenas de casebres no centro da cidade, onde residia a população pobre e funcionavam pequenas casas comerciais e a zona do meretrício.

Para os intendentes e primeiros prefeitos, a cidade sofria de uma deficiência funcional, com uma rede urbana com perfil antiquado, tida como antiestética e inculta. O modo de construção das casas, com paredes de adobe ou pau a pique, era considerado primitivo. Se em Ilhéus a introdução dos novos modelos urbanos visou a apagar os vestígios da paisagem barroca precedente, em Itabuna tais modelos foram fundantes, em relação à Ilhéus ou mesmo Canavieiras, devido ao contexto recente e precário das suas construções.

Observa-se, nesse processo, o fenômeno típico da modernidade, de substituir os registros do passado no sentido de construir um ambiente de renovação constante, ligado ao espírito da sociedade capitalista. Esse fenômeno teve um dos seus momentos mais expressivos na *Belle Époque*, quando foram materializadas as conquistas tecnológicas e econômicas do Ocidente, incorporadas a uma dinâmica internacional. As cidades foram eleitas como *lócus* privilegiado do processo civilizatório e, para tanto, foram transformadas de modo a representar a imagem de cidades modernas e progressistas[164].

No sul da Bahia, as melhorias na infraestrutura urbana atraíram um número cada vez maior de proprietários rurais, com a transferência

---

[164]FOLLIS, 2004.

da moradia das sedes de fazenda de arquitetura rural para os palacetes neoclássicos na cidade. Os melhoramentos incluíam rede de água e esgoto, iluminação elétrica, praças, teatros, clubes sociais e hotéis. As principais cidades regionais passaram a servir como exemplo das virtudes da modernidade. Por sua localização estratégica para o comércio regional, Itabuna contou com muitas construções, financiadas com recursos municipais e da iniciativa privada de alguns grandes fazendeiros. Os pressupostos ideológicos norteadores do processo civilizatório foram apropriados pela classe dominante local.

Um dos exemplares arquitetônicos característicos da mentalidade dos grandes fazendeiros de cacau, o palacete construído pelo coronel Firmino Alves para residência de uma das suas filhas, conhecido como o Castelinho, teve sua planta baseada no estilo inglês do século XVII. O palacete, recentemente demolido, localizava-se na praça XV de Novembro ou Largo da Antiga Matriz, atualmente Olinto Leone. Sua construção foi iniciada em 1919 e veio a ser concluída em 1924, quando do aniversário de 72 anos do coronel Alves.

A divisão interna do palacete reflete o modo de vida das famílias burguesas do período. No andar superior foram construídos cinco quartos, mobiliados com camas e armários de madeiras nobres. No andar térreo havia quatro salões em piso de madeira baraúna e ipê amarelo, um dos quais era a sala de jantar, com cristaleiras onde eram guardadas a louça inglesa e taças de cristal, dois banheiros sociais, uma cozinha com um fogão a lenha de grandes dimensões, despensa, área para os cavalos e um quintal pequeno. As janelas do palacete eram de madeira com vitrais franceses. Todos os ambientes da residência foram finamente decorados. Os tetos das salas receberam afrescos do artista alagoano Olavo Baptista. Os lustres e as luminárias foram importados da Europa e os móveis eram todos esculpidos e torneados[165].

O local onde o imóvel estava localizado, a praça Olinto Leone, era o centro administrativo e cultural de Itabuna. Nesse espaço localizavam-se também o Paço Municipal, a igreja matriz, os Correios e Telégrafos, o campo de futebol, a agência bancária, o coreto da filarmônica Lira Popular, o fórum e a biblioteca municipal. Ali ocorriam os principais eventos da vida social da jovem cidade, “era o solo preferido de uma geração..., tendo o rio

[165]ANDRADE-BREUST, 2003.

Cachoeira como testemunha"[166]. Para Macedo, a praça Olinto Leone não teve tempo de se tornar antiga. As várias reformas transformaram o espaço de maior visibilidade cívica da cidade recente, modernizando-o de tempos em tempos (Figura 10)[167].

Figura 10 – Praça Olinto Leone com a antiga matriz de São José (centro) e o palacete do coronel Firmino Alves, conhecido como o "castelinho" – década de 1920, [Autor desconhecido]

Fonte: DANTAS, 1986.

O crescimento econômico era traduzido na melhoria dos seus edifícios. Um dos mais simbólicos, a matriz de São José, foi concluída em 1913, por iniciativa do coronel Firmino Alves, em uma área doada próxima à sua residência, no que seria o largo da Matriz e praça Olinto Leone. De tal maneira, a matriz estaria situada em um espaço privilegiado em termos de visibilidade social. Em 1937 a matriz passou por uma ampla reforma na sua fachada e no interior. Quatro anos depois veio a desabar. As antigas paredes de taipa, castigadas pelas chuvas intensas não suportaram o peso do novo telhado. Anos depois o local foi definitivamente abandonado e a matriz transferida para o local onde hoje está erguida a catedral de São José, na praça Laura Conceição.

A principal artéria urbana de Itabuna, a Avenida Cinquentenário, era, no início do século XX, um aglomerado de casas dividido em dois

[166]*Ibidem*, p. 131.
[167]MACEDO, 2005.

trechos. O mais antigo era conhecido como rua do Buri, que ia da atual igreja de Santo Antônio até a esquina da praça Adami. Em 1908 passou a se chamar Henrique Alves, e, depois J. J. Seabra, onde estavam localizadas pensões, depósitos de cacau, armazéns e casas de prostituição. O segundo trecho partia da praça Adami em direção ao Jardim do Ó e era conhecido como rua da Lama, por conta dos constantes alagamentos causados por dois riachos que a atravessavam.

Em 1912, o intendente Antônio Brandão promoveu a urbanização do logradouro retirando os barracos de madeira e aterrando os brejos existentes. Com os melhoramentos o logradouro passou a ser chamado de Rua Sete de Setembro. Nos anos 1950, a prefeitura elaborou um projeto de alargamento da rua Seabra e a sua ligação com a rua Sete de Setembro, com o objetivo de transformá-las em uma ampla avenida para abrigar os principais estabelecimentos comerciais da cidade. Por sua localização geográfica, Itabuna havia se tornado o principal centro de comércio da região cacaueira e necessitava ampliar a infraestrutura urbana. Foram executados recuos e demolições para conectar a nova avenida com a Juracy Magalhães, principal via de acesso para a cidade de Ilhéus[168].

Essas intervenções buscaram promover o apagamento da antiga Tabocas com a construção da moderna Itabuna. O ideário progressista, que substitui as formas "arcaicas" das cidades com seu rastro de violência e morte, passou a ser o elemento dominante das práticas sociais e representações vigentes no sul da Bahia Essa questão permeia os enredos ficcionais de Jorge Amado e Adonias Filho, importantes elementos discursivos no processo de construção da identidade regional e, por esta razão, tema do próximo capítulo.

[168]ROCHA, 2003.

CAPÍTULO III

MORTE E NARRATIVA

> Nessas terras fui buscar homens de uma rude humanidade, para traçar o nascimento de uma saga [...], de uma civilização na boca dos rifles.
>
> *Jorge Amado*

História, memória e literatura no Sul da Bahia

O presente capítulo tem como objetivo central discutir as representações da morte nas obras de Jorge Amado (1912-2001) e Adonias Filho (1915-1990) abordadas na temática do cacau[169]. Não tem a pretensão de examiná-las do ponto de vista estético ou de desenvolver uma crítica literária, mas de discutir, no terreno das representações culturais, os elementos comuns e as descontinuidades na produção literária no que diz respeito à morte, no espaço a que se refere este estudo. A ficção ambientada na região produtora de cacau do Nordeste brasileiro é um importante índice para a compreensão do processo de elaboração de identidade nas primeiras décadas do século passado. Expressa o esforço dos literatos na construção de uma unidade cultural para a região cacaueira, onde as representações da morte têm um importante papel.

As representações presentes na literatura dos principais autores que exploraram o tema do cacau não são meros reflexos do acontecido ou, por outro lado, estão simplesmente em oposição ao mesmo, contrapondo o imaginário às práticas sociais. A narrativa desses autores captou aspectos do vivido e, apesar de não ter compromisso com o que de fato teria ocorrido, não prescindiu deste. Como propõe Chalhoub, "a literatura busca a

[169]Embora tenhamos procurado trabalhar com as primeiras edições, isto só foi possível em relação às obras de Adonias Filho. Com respeito a Jorge Amado utilizamos as seguintes edições: *Cacau* (8. ed., 1969), *Terras do Sem Fim* (33. ed., 1978), *São Jorge dos Ilhéus* (10. ed., 1964), *Gabriela Cravo e Canela* (88. ed., 2003) e *O Menino Grapiúna* (22. ed., 2004).

realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade, sem que para isso deva ser a transparência ou espelho da matéria social que representa e sobre a qual interfere"[170].

As obras ambientadas na fase da conquista das matas do sul da Bahia tornaram-se parte constitutiva da memória construída em torno de uma dita civilização cacaueira e de uma identidade a partir da "saga grapiúna"[171]. Os autores retratam a saga dos "pioneiros do cacau", que constroem uma civilização forjada no processo de ocupação da terra. A morte é um elemento que permeia as tramas e os destinos das principais personagens, dando às mesmas características sociais e culturais que terminam por identificar o homem grapiúna e construir ficcionalmente uma memória para uma região definida culturalmente.

O estudo da literatura enquanto participante da construção de uma memória coletiva ajuda a compreender temas recorrentes em uma determinada sociedade. Uma memória grapiúna, cujo conteúdo compõe-se de textos e imagens — olhares compartilhados sobre "o que foi" — que pautam as vivências nas relações sociais. Entendemos "grapiunidade" como um conceito articulado a partir dos discursos literários, principalmente na obra de Amado e Adonias, em que características da sociedade regional são encontradas em várias das personagens mais conhecidas. As obras literárias sobre a temática do cacau ocupam um lugar relevante na literatura brasileira, não somente pela qualidade dos escritores como também por terem emergido num período histórico de "redescoberta" do Brasil.

A literatura regional está inserida no bojo do Movimento Nordestino, iniciado na ficção por José Américo de Almeida, com *A bagaceira* (1928). Os escritores ligados ao movimento ajudaram a redefinir as fronteiras culturais do país, com base na denúncia das suas contradições sociais. A ficção passou a explorar indivíduos ou grupos socialmente marginalizados. As diferenças e tensões sociais servem de material para os literatos, principalmente os de cânone realista que pretendem tecer uma análise crítica da

[170]CHALHOUB, 2003, p. 92.

[171]O termo grapiúna aparece pela primeira vez em **Maria Bonita** (1914), de Afrânio Peixoto, romance ambientado no município de Canavieiras. Deriva das palavras tupi "gra" = pássaro / asa, "una" = preta e "i" = água. Literalmente: ave negra que vive à beira d água. A letra "p" entraria como uma corruptela. Com Amado e Adonias, passou a designar os habitantes da região cacaueira do sul da Bahia. Atualmente, o termo foi apropriado pelos habitantes do município de Itabuna.

realidade brasileira[172].

O próprio Amado foi alçado à condição de intérprete da sociedade, praticamente inventando o povo baiano e por ele sendo inventado[173]. Isto ocorre, ao menos em parte, pela postura de memorialista assumida por Amado, pelo papel fundamental das suas lembranças na concepção dos seus livros. Em suas próprias palavras, "escrevo sobre o que vivi e aquilo que conheço"[174]. A ampla circulação das obras estudadas fez com que se tornassem referência com relação à área produtora de cacau nordestina. Essas obras, mais do que retratar ficcionalmente um passado histórico, forneceram a base discursiva para a construção de representações que configuraram uma pretensa unidade cultural da região.

Amado ganhou projeção no cenário literário nacional por sua atuação no movimento regionalista de 30 e no modernismo brasileiro com o chamado "ciclo do cacau", inaugurado com *Cacau* (1933), o seu segundo romance. Este foi seguido por *Terras do sem fim* (1943), narrativa sobre a saga da conquista da terra e a origem social dos coronéis, e *São Jorge dos Ilhéus* (1944), continuação do enredo anterior e que, como *Gabriela Cravo e Canela* (1958), aborda as mudanças no contexto social e econômico da região cacaueira, na passagem do poder dos produtores nacionais para os exportadores de cacau, representantes do capital externo.

Nestas duas últimas obras, observa-se a recusa das mortes violentas como símbolo de um passado heroico, agora superado pelo progresso material e pelo processo civilizacional. De qualquer forma, todos os romances citados estão impregnados de memória, formando um conjunto de depoimentos ficcionais que representam as diferentes fases históricas por que passou a região produtora de cacau e as mudanças de comportamento cultural[175].

Apesar de ter sido ligado ao integralismo, campo político diametralmente oposto ao marxismo ao qual Jorge Amado estava associado, o escritor Adonias Filho apresenta, em sua literatura sobre as origens da civilização do cacau, muitos pontos em comum com Amado no que respeita à construção do ideário a ela relacionado e à predominância do tema da morte no processo de formação identitária regional. Em seus romances, como *Os Servos da Morte* (1946), *Memórias de Lázaro* (1961), *Corpo Vivo*

---

[172]CARDOSO, J., 2006.
[173]GOLDSTEIN, 2003.
[174]FRANCESCHI, 1997, p. 45.
[175]ARAÚJO, 2003.

(1962) e *As Velhas* (1975), as narrativas formam fios da mesma trama, visões que ora se entrelaçam, ora se distanciam na construção do imaginário sobre a morte na região cacaueira.

Conquanto, nestas primeiras obras, tenha elaborado enredos em que a morte unifica tragicamente as personagens em uma teia de vínculos estabelecidos pela violência do ambiente ficcional, mais adiante, em ensaio intitulado *Sul da Bahia: Chão de Cacau* (1976), Adonias redimensionou o quadro de construção da civilização do cacau que havia constituído em sua obra literária. O ensaio traz uma imagem atenuada da morte no processo de acumulação de terras. Em *Sul da Bahia: Chão de Cacau,* o grande proprietário está desvinculado da violência e aparece como responsável pela intensa urbanização e desenvolvimento econômico no início do século XX, quando se forma a ideia de civilização do cacau.

A construção literária da identidade regional contribuiu na formação da imagem que a sociedade cacaueira fez e faz de si mesma. A literatura passou a legitimar, no terreno do imaginário, a existência de uma "civilização do cacau", forneceu referências para a identidade regional em relação ao conjunto de identidades brasileiras e baianas, a partir das experiências vivenciadas e criadas pelos autores. Ao articular ficção e contexto histórico, a literatura desempenhou um importante papel na configuração de uma memória social para uma área delimitada do Nordeste cacaueiro.

Para melhor compreensão desse fenômeno, faz-se necessário analisar o conteúdo literário com atenção para a "lógica social do texto", levando em consideração as contingências que cercam a sua produção e a proposta que cerca a ficção quando da construção de um passado. A utilização da ficção como fonte histórica também passa pela análise do escritor enquanto sujeito histórico, suas origens sociais, posições políticas ou literárias, para melhor perceber o alcance dos discursos que circulam socialmente e que têm na ficção um instrumento de propagação[176]. Os autores inventam o passado, mas a partir das próprias experiências acrescentadas, no processo de criação, à sua imaginação. Dessa forma, os textos ganham o estatuto de fonte histórica, indicando as ideias vigentes na sociedade[177].

A literatura estudada tem como base a ideia de uma coesão cultural que tende à homogeneização dos modos de pensar e viver. A narrativa

---

[176]CHALHOUB; PEREIRA, 1998.
[177]Ver ALBUQUERQUE JÚNIOR., 2001 e CHARTIER, 2000.

ficcional de cânone realista pressupõe um ordenamento da realidade na busca de coerência, mediante a correlação de determinados elementos presentes tanto no texto quanto no vivido. O mundo criado nas obras literárias guarda verossimilhança com "o que foi". O texto ficcional é formador de memória; "o que poderia ter sido" passa a ter a mesma força referencial "do que realmente foi"[178].

Os autores reivindicam terem se utilizado recorrentemente de fatos e personagens reais para compor o enredo ficcional. A ficção serve-se de referências concretas, recriando-as livremente em enredos trabalhados pela imaginação. Em Amado, por exemplo, é possível perceber inúmeras referências a episódios e pessoas reais que marcaram as lembranças do autor no que se refere a sua infância e adolescência, entre Pirangi, Ferradas e Ilhéus[179]. Nomes reais foram dados a personagens fictícias, como Sinhô e Juca Badaró. Nomes fictícios remetem a indivíduos reais, a exemplo de Manoel Misael Teles (Manoel Misael Tavares), Horácio da Silveira (Basílio de Oliveira), ou Ramiro Bastos (Antônio Pessoa).

A memória é um fenômeno social influenciado pelas relações entre o indivíduo que lembra e os fatos lembrados. A memória, enquanto faculdade de preservar informações, é constituída por um conjunto de funções pelas quais o indivíduo atualiza imagens passadas, "ou que ele representa como passadas". Vários episódios serão seletivamente descartados por um processo de esquecimento em manipulações conscientes ou inconscientes da memória individual. A memória é um elemento fundamental na construção da identidade individual ou coletiva, uma das preocupações essenciais das sociedades contemporâneas[180].

A memória pessoal depende das relações mais recentes do sujeito com os grupos que lhe servem de referência. Lembrar é uma reelaboração das experiências vividas, e, desta forma, associa-se a mudanças na percepção e aos juízos de realidade e valor que fazem das lembranças uma rede de representações da posição atual do indivíduo. De acordo com Bosi, as lembranças reconstroem um quadro dos acontecimentos dos mais recentes aos primeiros anos de vida. Com respeito a este último período, as lembranças são, muitas vezes, complementadas pelas falas de pessoas mais velhas, geralmente ligadas ao grupo familiar. Essas lembranças compartilhadas e

---

[178]COSTA LIMA, 1991.
[179]Ver principalmente **Cacau**, **Terras do Sem Fim** e **O Menino Grapiúna**.
[180]LE GOFF, 1994.

construídas pela filiação institucional concedem à memória pessoal um caráter social[181].

Tanto na ficção quanto em ensaios como *Sul da Bahia: chão de cacau,* ou em livros de caráter memorialístico, como *O menino grapiúna,* Adonias e Amado trabalham qualitativamente com o passado, em um processo chamado por Halbwachs de "desfiguração". Neste ocorre o remanejamento de acontecimentos passados por ideias atualizadas na composição da biografia individual ou grupal, com base em padrões condicionados pelo interesse social[182]. As falas construídas dentro do grupo de convívio buscam fixar um determinado ponto de vista "histórico", onde também existe a ausência deliberada de certas passagens que não são significativas para o grupo, em um processo seletivo do que deve ser preservado e do que deve ser esquecido.

Bosi propõe uma concepção flexível da memória, ao afirmar que as lembranças estão subordinadas à subjetividade do eu no transcorrer do tempo. A sua principal função é conservar o que é de interesse do sujeito ou do grupo ao qual pertence. Assim, a memória é socialmente construída desde a infância, quando as primeiras referências identitárias aparecem baseadas na visão social dos mais velhos, do grupo de convívio mais intenso, sobre questões ligadas ao cotidiano, "tal como chegam a eles deformadas pelo imaginário popular." Na construção e reconstrução da memória individual, muito do que foi incorporado é a soma de depoimentos depois lembrados como vividos. A memória familiar, que ao mesmo tempo une e separa, formula-se pela narração de "episódios antigos que todos gostam de repetir". Neles o comportamento dos parentes define a "natureza íntima" do grupo e configura uma "atitude-símbolo" que deve inspirar os mais jovens[183].

O grupo familiar elabora discursos que narram e interpretam episódios carregados de significação para os seus membros. As versões que consagram o passado familiar e o local são amplamente referidas. Por esta perspectiva, os textos aqui estudados são documentos que expressam simbolicamente um contexto social e uma época, a partir do olhar dos seus autores sobre o real. As obras jorgeamadianas e adonianas são representações construídas sobre um período histórico, cada uma delas representativa do

---

[181]BOSI, 1994, .
[182]*Ibidem*, 1994.
[183]Ibidem, 1994.

momento em que os autores as conceberam. Constroem um imaginário permeado de violência e rusticidade, onde a morte ocupa um lugar privilegiado nos destinos dos homens, para adiante imprimirem uma nova postura do grapiúna frente às mudanças sociais.

A circulação das obras estudadas fez com que os relatos nelas contidos influenciassem decisivamente o olhar sobre o sul baiano na contemporaneidade. Conforme afirmado anteriormente, os autores propõem a existência de uma grapiunidade e de uma civilização do cacau na tentativa de construir, através da literatura, uma identidade regional. A construção dessa identidade fundou-se em elementos peculiares, tais como o coronel *self-made man,* a diversidade étnica na composição social e os elementos naturais característicos da região, como a mata atlântica, transformada em personagem nos enredos[184].

Amado e Adonias elaboraram um discurso literário fundante de uma tradição para a nova elite do cacau. O desbravamento da mata por indivíduos oriundos de várias partes do Brasil e do mundo, para o plantio das roças de cacau, e a luta de morte pela terra são temas fundamentais para a ideia de nação grapiúna como uma área cultural do Nordeste brasileiro, em um ambiente dominado pela natureza ainda hostil que aos poucos "civiliza-se".

Retratos ficcionais de lavradores, trabalhadores e jagunços são traçados, fazendo com que as personagens do universo literário deem conta dos comportamentos regionais, fixando-os em uma pretensa unidade identitária. Ganha ênfase a ideia de que, diferentemente de outras áreas nordestinas, a riqueza regional foi construída pelo braço livre, sem o uso do trabalho escravo na implantação de uma nova economia, símbolo do poder regional encarnado pelos coronéis. Na trama ficcional, o poder é imbricado com a violência e a morte. A luta pela posse da terra, o confronto com a natureza inóspita e as doenças tropicais fizeram da morte um elemento referencial para a saga da civilização do cacau.

Os autores estudados narram o processo de formação de valores e práticas inerentes a essa civilização. O pioneiro plantador de cacau inaugurou uma nova era, como portador de uma dinâmica histórica que substitui o espaço-tempo original, o da mata atlântica, por uma nova paisagem composta por fazendas, estradas e cidades. O coronel representa a transformação do desbravador em proprietário de terras e safras, legitimando o

[184]Ver **Terras do Sem Fim**, principalmente o capítulo "A mata", e **Corpo Vivo**, parte I.

seu poder pela natureza conquistada, um espaço fundante dominado pelas árvores de cacau[185].

Tanto Amado quanto Adonias pertenciam a essa camada privilegiada da sociedade regional, eram filhos dos "pioneiros" enriquecidos, a "segunda geração" do cacau. Muitos dessa geração tiveram acesso à educação formal devido ao capital acumulado pela geração imediatamente anterior. Muitos, ainda jovens, assistiram às transformações por que passou a região cacaueira. Era um novo tempo que chegava substituindo um outro ligado ao século XIX e à instituição da escravidão.

Conforme foi apontado, o trabalho intelectual de diversos autores dessa geração irá construir uma coesão para essa espacialidade heterogênea, onde conviviam estrangeiros de várias procedências, imigrantes nordestinos, baianos de outras regiões, negros e índios de inúmeras etnias e seus descendentes. Isso em uma época de transição, que separou o período de introdução da lavoura por todo o século XIX, da fase de consolidação econômica, nas primeiras décadas do século XX, definida como o ponto inicial de uma cultura específica.

A validação do discurso literário se intensificou à medida que aumentava o reconhecimento de Amado e Adonias como intérpretes da realidade regional. O estereótipo grapiúna funcionou como uma imagem onde os membros da sociedade cacaueira poderiam afirmar uma possível coesão no corpo social. O papel agregador e homogeneizador característico desses discursos gerou um efeito de aproximação entre períodos históricos, passado e presente, identificando costumes e comportamentos compartilhados e aceitos como próprios. Tais conteúdos culturais são perpetuados em função de processos históricos específicos, nos quais estão em jogo a conservação e a sustentação do poder. Os descendentes dos coronéis grapiúnas ressignificaram a imagem dos pioneiros do cacau, na tentativa de apagar a influência histórica de grupos rivais mais antigos no poder regional. Humildes desbravadores foram heroicizados como fundadores de uma civilização na violenta epopeia do cacau.

O fazer-se da identidade grapiúna se dá em um movimento de aceitação social das práticas violentas, estabelecidas e forjadas "na boca dos rifles". Nesse sentido, a literatura tem no jagunço um dos seus tipos mais expressivos. O seu papel como agente da morte violenta foi normatizado pelo costume. A sua atividade de assassino não se opõe à ordem

[185] GUIMARÃES, 2001.

no período heroico de formação econômica e cultural da civilização cacaueira. As "tocaias", apesar de moralmente reprováveis, estão no âmbito da normalidade em um ambiente ficcional em que somente se conquista o poder pelo derramamento do sangue.

Amado e Adonias deixam transparecer, em seus textos, relações com as experiências por eles vivenciadas, aproximando a ficção do referente da memória. Os autores narram a trajetória de um povo inserido em um ambiente peculiar. Diferentemente de outros escritores nordestinos, não tratam da decadência de uma economia tradicional, mas descrevem uma economia recente e em plena expansão, fundada pelo braço livre de imigrantes de inúmeros matizes culturais e étnicos.

Amado esteve, por longos anos, diretamente ligado ao Partido Comunista Brasileiro, numa fase que vai da década de 1930 à de 1950. Nesse período, a imagem do sul baiano, que o próprio escritor contribuiu para construir, era de uma região rica e progressista, cuja configuração espacial possuía contornos bastante nítidos que a diferenciavam física e culturalmente das demais regiões do Nordeste brasileiro. Essa área cultural inclui os municípios de Ilhéus, Itabuna, Belmonte e Canavieiras, povoados como Ferradas, Itapira, Guaraci, Pirangi e Água Preta, além do conjunto de propriedades situadas nas matas dos rios Pardo, Cachoeira, Almada e de Contas[186].

Em 1933, recentemente filiado ao partido, lançou *Cacau*, sua primeira obra traduzida, romance impregnado de lembranças da infância. A obra possui um cunho quase panfletário, na sua tentativa de ser o mais próxima possível da realidade dos trabalhadores das fazendas de cacau no sul da Bahia. Como o autor afirma na epígrafe: um romance com um "mínimo de literatura" e com bastante crítica social. A partir de *Cacau*, Amado seguiu um caminho regionalista que produziu um romance de grande aceitação popular. A sua trajetória política e intelectual, influenciada pelo ideário socialista, passa nos anos 50 a expressar as contradições da sociedade em uma abordagem do terreno cultural.

Em 1954, Amado desligou-se das atividades políticas junto ao partido comunista, dando início a uma fase de influência da cultura afro-brasileira que acentuada após o encontro que teve, três anos depois, com Mãe Menininha do Gantois. Essas transformações estão simbolicamente materializadas em um dos seus mais famosos romances, *Gabriela, Cravo e Canela,* livro de ruptura com o paradigma da luta de classes para a representação

[186]Ver principalmente **Terras do sem fim** e **Gabriela.**

dos antagonismos sociais e políticos e crítica aos costumes burgueses[187]. Sua trajetória acompanha a emergência de um outro tempo, dotado de novas referências econômicas, políticas e culturais.

Mesmo considerando as mudanças de contexto e enquadramento, no conjunto dos romances pertencentes ao chamado ciclo do cacau, as atitudes heroicas das personagens diante da morte compõem um cenário em que homens e mulheres adequam-se ao ambiente violento. Mesmo as mulheres dormiam com armas de fogo ao alcance das mãos, enquanto os homens avançavam sobre as matas arriscando diariamente a vida, "plantando suas marcas de posse, em geral cruzes sem nome, covas de jagunços mortos nas tocaias ou encontros"[188].

Em *O Menino Grapiúna,* uma espécie de relato das suas memórias de infância, o autor traça um quadro de imagens de cenas e indivíduos familiares que o marcaram profundamente enquanto referência de um tempo. O testemunho abaixo poderia perfeitamente estar entre os eventos fictícios de seus livros:

> Memória verdadeira e completa guardo de outra cena... de tê-la vivido em meio à noite cálida e assustadora da Tararanga [fazenda de cacau da família Amado]... Muito pequeno ainda, com certeza. Acordado pelos latidos dos cachorros... Recordo, sim, com absoluta nitidez, a visão exaltante: meu pai montado em sua mula preta, os cabras em burros. Nas selas, os trabucos. Chefe dos cabras, Argemiro, um sergipano, que servira ao meu pai nos tempos de Ferradas, afamado e temido, o revólver no cinto. Acima de Argemiro, marcado pela varíola, caboclo de olhos vivos, fazendeiro e político, Brasilino José dos Santos, o compadre Brás, a mais fascinante figura de minha infância... Impossível encontrar-se na região do cacau valentia e desassombro iguais ao dele... Minha mãe magra e resignada, viu mais uma vez o marido tomar o rumo de Itabuna para garantir a eleição de um sobrinho [...] Só então, quando a cavalgada sumiu, minha mãe reparou no menino a espiar... Animais e homens desapareceram na noite. Na varanda, com dona Eulália, ficavam o menino e a morte. A morte, companheira de toda a minha infância[189].

[187] CASTELLO, 2006.

[188] ADONIAS FILHO; AMADO. **A nação grapiúna.** Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965, p, 32.

[189] AMADO, 2004, p. 43-44.

O ambiente vivido na infância produziu uma rede de significações que permeia a obra de Amado e que se tornou comum a toda a região do cacau. O intenso convívio com a família, amigos e trabalhadores rurais forjou uma imagem do universo sul baiano. O contexto familiar do "menino grapiúna" vai construindo a sua visão de mundo sobre aquelas terras fartas de mortes e cruzes nos caminhos. "Entre Pontal (bairro da cidade de Ilhéus) e Pirangi (atual cidade de Itajuípe), antevi o amor e tratei com a morte". O contato com o povo enriquece o olhar do menino sobre o mundo que o cercava: "de nada gostava tanto como dessas idas a Pirangi, em companhia de trabalhadores e jagunços"[190].

A escrita retrospectiva materializa o desejo de reafirmação identitária da personalidade. Os relatos autobiográficos pretendem fixar o "eu" mediante a seleção de uma série de episódios "significativos" para o autor[191]. Dessa forma, a narrativa das próprias lembranças pode ser entendida como uma elaboração consciente para estabelecer uma coerência com respeito à experiência individual[192]. Para Amado, os artistas não devem abandonar "a realidade onde se movem e onde se criam". Neste sentido, tece elogios à obra de Adonias Filho, como "admirável exemplo de como é possível trabalhar a forma sem perder o contato com a realidade em torno, sem faltar à verdade de sua gente e de seu tempo"[193].

Romances jorgeamadianos como *Terras do Sem fim* e *São Jorge dos Ilhéus* possuem uma perspectiva histórica em sua abordagem sobre as transformações sociais e econômicas por que passava o sul baiano, tomando como referência o mundo da "vida vivida". Ambos os textos se completam em uma única história passada entre as décadas de 1910, na qual tiveram lugar as grandes lutas pela terra, e 1940, quando os exportadores tornam-se senhores das terras, perfazendo a saga da ascensão, apogeu e declínio dos coronéis desbravadores. A partir de uma análise de cunho marxista, o autor delineia etapas da trajetória da economia e da sociedade regionais, relacionando-as à própria evolução histórica do Brasil, com exceção da escravidão, que não é relacionada ao cacau.

O processo evolutivo passa do "feudalismo" imposto pelos coronéis até o domínio do capitalismo internacional trazido pelos exportadores, assim como a sua contestação, promovida pela articulação da antiga

---

[190] *Ibidem*, p. 45.
[191] LEJEUNE, 1975.
[192] ALBERTI, 1991.
[193] ADONIAS FILHO e AMADO, **A nação grapiúna,** p. 34.

elite econômica e o incipiente movimento camponês e operário, anúncio de uma futura época utópica em que o socialismo triunfaria como modelo social dominante.

Tais etapas "históricas" representam a dinâmica econômica da monocultura do cacau. Amado divide os textos em fases que se alternam rumo à civilização da terra semibárbara. "A terra adubada com sangue", que dá início à saga, é a fase do desbravamento e da expansão violenta da fronteira agrícola, com a chegada dos nordestinos, a maior força migratória nas primeiras décadas do século XX. "A terra dá frutos de ouro" trata do período áureo da lavoura cacaueira e ápice do poder coronelístico, quando os fazendeiros transformaram acanhados núcleos urbanos em importantes cidades comerciais. A última fase, "A terra muda de dono", fecha a saga dos coronéis. Ocorre, então, a decadência vertiginosa dos antigos fazendeiros frente ao poder dos exportadores, fruto de uma armadilha do capital internacional mediante a manipulação dos preços das sacas de cacau nas bolsas de valores estrangeiras, seguida da depreciação do valor das propriedades urbanas e rurais.

Os textos estão impregnados de um conteúdo realista, uma interpretação da trajetória histórica sul baiana, visível nas suas características de romance histórico. É o que Eduardo Duarte percebe ao falar da "verdade histórica" que aparece nos diálogos das personagens quando se referem às violências da terra, veiculando, nessas falas, discursos que fazem brotar um modo de ver uma área culturalmente importante do Nordeste brasileiro. Os discursos constroem uma imagem para a região mediante a verossimilhança entre a ficção jorgeamadiana e o contexto social no qual estão inseridos o conjunto de personagens e os cenários[194].

Amado redesenhou a geografia humana e cultural do sul da Bahia, ao relatar a implantação da lavoura às margens dos rios regionais, pelos imigrantes que "no rastro do cacau dando dinheiro, chegavam [...]". Eram "centenas e centenas de nacionais e estrangeiros oriundos de toda parte[...]. Chegavam e em pouco eram verdadeiros grapiúnas"[195]. A narrativa de aspectos históricos locais busca imprimir uma verossimilhança aos seus romances. A memória familiar está profundamente inserida no seu processo de criação, intervindo diretamente na imagem que o autor elabora para a civilização do cacau: "Desbravador de terras, meu pai erguera sua casa

[194]DUARTE E., 1996.
[195]AMADO, 2003, p. 56.

mais além de Ferradas, povoado do jovem município de Itabuna, plantara cacau, a riqueza do mundo. Na época das grandes lutas"[196].

Amado viveu quase toda a infância nas fazendas dos seus pais, em um ambiente rural onde as tocaias não eram raras, inclusive um atentado contra a vida de João Amado de Faria, seu pai. Ali, entre as roças de cacau, cresceu ouvindo as estórias que viriam a influenciar decisivamente o seu imaginário:

> De tanto ouvir minha mãe contar, a cena se tornou viva e real como se eu houvesse guardado na memória o acontecido: a égua tombando morta, meu pai lavado em sangue, erguendo-me do chão[...]. Pagos numa tabela alta, os jagunços do tiro certeiro tinham regalias. As cruzes demarcavam os caminhos do alardeado progresso da região, os cadáveres estrumavam os cacauais... O animal recebeu a bala mortal, enquanto nos ombros e nas costas do coronel João Amado de Faria vieram incrustar-se caroços de chumbo que ele jamais retirou, visíveis sob a pele até o fim da vida. Exibidos com uma certa relutância e alguma vaidade para ilustrar a repetida narrativa de minha mãe[197].

Como podemos notar, o escritor se apresenta como testemunha das lutas ocorridas, do sangue derramado nas tocaias. As páginas dos seus livros relacionam os costumes e as atitudes apresentadas como familiares ao autor com a concepção ficcional dos trabalhadores e coronéis do cacau. A região foi interpretada como um espaço conquistado pelo esforço dos pioneiros, entre os quais estava João Amado de Faria, que ainda jovem se transferira de Estância, Sergipe, para a "aventura do desbravamento do sul da Bahia, para implantar, com tantos outros participantes da saga desmedida, a civilização do cacau, forjar a nação grapiúna"[198].

Não raro os seus livros abordam o cotidiano das figuras tutelares como o compadre Brás e Argemiro. As personagens jorgeamadianas são apontadas como tendo sido inspiradas num conjunto de "figuras que se impuseram ao autor, que fazem parte de sua experiência vital"[199], figuras muitas vezes pertencentes ao seu próprio círculo familiar. "Creio que em todos esses coronéis há um pouco do meu tio Álvaro Amado"[200] Outras

---

[196] *Ibidem*, p. 12.
[197] *Ibidem*, p. 12.
[198] *Ibidem*, p. 13.
[199] *Ibidem*, p. 15.
[200] *Ibidem*, p. 72.

lembranças da infância seriam definitivamente a matéria-prima dos seus romances sobre o cacau:

> Guardei nos ouvidos os estampidos dos últimos tiroteios e nos olhos a visão dos homens em armas, das cavalgadas à noite para as emboscadas fatais, a visão da floresta penetrada e incendiada. Cresci ouvindo as narrações da epopeia que tentaria recriar depois. Cresci no espanto e na admiração pelos feitos daquela minha gente sem lei e sem medo. Aprendi os nomes dos chefes destemidos, os coronéis do cacau, os jagunços famosos, os bacharéis cuja voz nos júris e cujo saber nas tribunas dava a primeira forma de civilização à conquista bárbara[201].

Tantas dessas estórias, como vimos, foram ouvidas da sua própria mãe, Lalú Leal Amado, "sem que se soubesse verdadeiramente quando a imaginação tomava as rédeas da realidade"[202]. Essas lembranças auditivas serão o pano de fundo para lembranças de um ambiente marcado pela oralidade, pelos acontecimentos transmitidos pelos parentes e frequentadores da sua casa na fazenda e na cidade.

Em vários dos seus discursos, Amado reivindica essa sua condição essencial de memorialista: "Eu vinha de uma infância nas terras bravias do cacau, assistira ao drama da conquista da selva, ouvira a voz dos advogados nos júris dos coronéis [...] Trazia dentro de mim os ecos de uma grande epopeia"[203]. Os aspectos históricos mais fundamentais do processo de conquista das matas para o cultivo do cacau estariam contemplados na saga ficcional dos grapiúnas: "Contei em um livro [*Terras do Sem fim*] essas lutas, esse matar e morrer, esse desesperado heroísmo de homens varando a selva, disputando palmo a palmo, vencendo os animais, outros homens e o mistério da floresta". A sua infância havia coincidido com o período final das lutas, "quando os rudes sergipanos e sertanejos entraram pela selva adentro[...], quando a grande saga se vestiu de sangue e cada árvore escondia um homem na tocaia [...], quando a vida humana não valia dez mil réis".

Nas lembranças da infância, como na literatura produzida, está delineado um certo orgulho das origens sociais da família Amado. O pai é o herói que avança sobre a mata, vítima de tocaias, o corpo varado por fragmentos de balas enquanto protegia o filho entre os braços. A mãe, qual

---

[201] *Ibidem*, p. 23.
[202] Ibidem, p. 15.
[203] Ibidem, p. 14.

a personagem Don´Ana Badaró, de *Terras do Sem Fim,* era um exemplo da fibra da mulher naquele período, destemida e valente, uma verdadeira grapiúna, a dormir com a repetição sob o travesseiro. Pessoas reais e personagens fictícias mesclam-se na composição jorgeamadiana da civilização sul baiana. A experiência da sua família dava conta de todo um processo civilizatório, legado comum a todos os atores que formaram a civilização do cacau.

Com a transferência da família para Ilhéus, Amado entrou em contato mais direto com a realidade dos tipos urbanos oprimidos, estivadores, pescadores, operários, prostitutas das "ruas de canto", malandros das "docas", humildes empregados do comércio, que darão um novo colorido ao seu imaginário. Neste ponto abro uma espécie de parênteses, não há referências às religiões de matriz africanas e dos seus adeptos na temática do cacau, o que somente vai acontecer nas obras ambientadas por Amado na capital do estado.

Em seu discurso de recepção a Adonias Filho na Academia Brasileira de Letras, Amado retoma a questão da legitimidade histórica das obras por eles ambientadas na região, onde nasceram e viveram boa parte da infância e mocidade, uma região "de cidades que assistimos crescer, a algumas delas assistimos nascer como a cidade de Itajuípe, erguida Pirangi, nas proximidades do Sequeiro do Espinho, na época das grandes lutas, nascida na fumaça do clavinote". Amado o saúda não somente como escritor reconhecido pelos seus dotes literários, mas principalmente como amigo de infância cujos livros eram uma fonte importante para conhecer-se o sul baiano profundo:

> Meninos de Ilhéus, é nessa condição que antes de tudo te saúdo [....] em nome dessa gente grapiúna. Trazes sua marca e engrandecestes a civilização por eles criada, a cultura nascida da lavoura do cacau e da saga de sangue e morte na manhã da conquista. Eis que o menino de Ilhéus leva o gosto dessa terra pelo mundo a fora, e outras gentes saberão de vossa verdade. Meninos que sugaram ao nascer os seios da violência desatada e da vida vivida enfrentando a morte, em vez de bacharéis foram escritores, criadores de vida (grifos nossos)[204].

A fala de Amado ressalta as personagens adonianas unidas pelas teias de um destino sempre trágico. Suas vidas eram marcadas pelo ódio e pela vingança, "todos vivem em angústia e desespero, em um mundo de

---

[204] ADONIAS FILHO; AMADO, 1965, p. 30.

espantos e ameaças, de sina cruel [...] a natureza agressiva e hostil, chão desolado onde só os homens realmente fortes e brutos podem subsistir". Em *Os Servos da Morte* e *Corpo Vivo,* os protagonistas são de comprovada rudeza e suas raízes mais esconsas estão naqueles coronéis conquistadores, naqueles trabalhadores que, ao lado da pá e da enxada, levavam o clavinote, o punhal, o parabélum. São obras que traduziriam metaforicamente o tempo, o chão e o homem do cacau, marcado pelo signo da violência, uma saga de brutos em histórias de espantos.

Também para Adonias Filho, há uma acentuada imbricação entre a literatura e a formação histórica. A força da literatura grapiúna estaria justamente no fato de se reportar ao contato direto dos autores com a realidade por eles vivida e posteriormente transformada em ficção:

> Seria imperdoável não mover o tempo, retomando o passado como a demonstrar que a infância não morre. O menino está deitado na terra, sombras da roça de cacau. O agreste de Ilhéus, Itabuna e Itajuípe, em todas as aventuras do povo do sul da Bahia, chega pelas vozes que narram. O sangue escorre na fala, o menino escuta. A saga é violenta, guerra e ódio [...]. O romancista se debruça para escrever sem reinventar a fábula regional, sem trair as vozes, sem esquecer as figuras – é o menino quem na verdade escreve[205].

O autor enfatiza a importância de determinados tipos sociais característicos da região, eleitos como ícones da grapiunidade. Entre eles está o desbravador, um homem singular que tomou posse da terra e se fixou na região enfrentando todo tipo de adversidade, tanto pela ação dos homens como da natureza, hostis ao extremo. Os assassinatos, as invasões de propriedades e o isolamento da região, sem uma presença efetiva do aparelho estatal, compõem um quadro em que predomina a lei do mais forte, traço marcante que Adonias retrata a partir do trágico.

A narração dos fatos deixa de ser simplesmente uma elaboração ficcional e, baseada em um contexto histórico, se transforma na memória mesma do "que foi". Na mesma trilha de Amado, ele não apenas narra um passado ficcional, mas o interpreta realisticamente. As suas personagens seriam ícones de uma região, símbolos identitários criados a partir da sua própria experiência e das suas visões enquanto membro da civilização do cacau. "Para um velho muito vivido como eu, existe a certeza de que não há paisagem igual à nossa, de que não há cenário igual ao nosso e, por isso

---

[205] *Ibidem*, p. 23.

mesmo, na distribuição psicológica do povo, não pode haver personagens de romance como os nossos"[206].

O autor era o terceiro filho do coronel Adonias Aguiar, proprietário rural cuja trajetória de vida está inserida no momento da disputa pelo controle das novas áreas para o cultivo do cacau, entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, quando a mata recua e cresce o número de municípios produtores de cacau desmembrados principalmente de Ilhéus, área na qual seus pais se fixaram e na qual ele e Amado nasceram e foram criados. A natureza adoniana atrai e esmaga o homem que a enfrenta, tornando-o bravio como ela mesma. Essa natureza ainda não domesticada, ainda não inteiramente dominada pelos pés de cacau, é o pano de fundo para a tensão existente entre a vida e a morte. O enredo adoniano fala dos dramas de uma sociedade semibárbara, na qual homens e mulheres cumprem a sua sina sob o peso inexorável do destino.

Adonias, mais do que as contradições sociais, enfatiza os dramas pessoais das personagens, relacionando-os com o ambiente natural selvagem que desumaniza as relações sociais, marcadas pela morte e pelo ódio. Nesse ambiente isolado e selvagem, o homem é subjugado pela natureza e pelos instintos. A descrição do ambiente ficcional traduz o isolamento das personagens que o habitam: "infinita é a estrada com suas curvas, suas colinas e suas árvores [...] Onde começa, ninguém sabe. Onde termina, ninguém sabe também [...] Existe como uma criatura humana. Insensível, acolhe-nos com desprezo, sem bondade" (*Memórias de Lázaro,* p. 3).

Intérprete de valores e costumes de gerações inteiras, Adonias transmitiu uma ideia toda própria do contexto histórico e cultural da lavoura cacaueira. No ambiente hostil sul baiano, existe um sentido de continuidade entre as diferentes gerações. De acordo com Paranhos, a principal função da personagem é a de cumprir, no presente, o destino herdado dos seus antepassados e, no futuro, transmiti-lo aos descendentes[207]. Homens e mulheres estão presos a uma sina, estão amalgamados àquele chão: "É como se estivesse preso naquele pedaço de terra. E, se quisesse, podia caminhar livre, com o rifle e a coragem"[208] As personagens perpetuam em suas existências a sina do sangue derramado, atrelando a violência extremada ao destino dos seus.

---

[206]ADONIAS FILHO, A. 1985, p. 1.
[207]PARANHOS, 1989.
[208]ADONIAS FILHO, 1975, p. 7.

Em Adonias a sociedade coloca-se como possibilidade, uma comunidade embrionária que aos poucos vai elaborando um "eu" reconhecível. A estrutura de poder na fase de desbravamento leva o homem a lutar por sua sobrevivência e a de sua família em meio a um ambiente de tragédias e selvagerias. A vingança e o ódio são os sentimentos que movem o homem nas linhas traçadas da sua sina. A morte torna-se uma das referências fundamentais dos enredos vivenciados por suas personagens e para a manutenção da memória de lutas passadas que caracterizam a história dos homens que formaram a sociedade do cacau[209].

Adonias compôs uma obra em que as personagens são condenadas a sofrer a morte dos outros e a sua própria. Os grapiúnas adonianos são "servos da morte", todos eles subjugados por um destino inexoravelmente ligado ao dos seus mortos. A morte aparece como elo comum no destino das personagens, conduzindo as suas vidas e aprisionando-os em uma teia imaginária de correlações entre o homem violento, a natureza inóspita e o destino trágico.

Os Servos da Morte narra uma história sobre maldição, ódio e violência. A dramaticidade do romance é desenvolvida em uma sequência de fatalidades onde se entrelaçam a pulsão erótica e a compulsão tanática. O ódio que Elisa sente pelo marido, Paulino Duarte, alimenta seu projeto de vingança. Paulino Duarte é um homem violento, típico daquelas terras, criado, desde a infância, isolado nas roças de cacau, vivendo entre os animais do pai, tornando-se, para Elisa, um deles. O destino a levara ao casamento, forçada pelas dívidas contraídas por seu pai. Criada no colégio das freiras em Ilhéus — e aqui se observa uma semelhança com Esther da Silveira (*Terras*) — Elisa é jogada repentinamente no ambiente hostil da *Baluart*e, fazenda amaldiçoada pela crendice popular dos trabalhadores rurais.

A vingança dá sentido à existência das personagens, é o destino que a elas se impunha. O ódio ao marido cresce à medida que Elisa constata nos seus filhos a reprodução da figura paterna. Embrutecida pelo ambiente e subjugada pela ideia de vingança mediante o adultério, Elisa morre em um parto. Ângelo, cujo nascimento causa a morte da mãe, é a encarnação do ódio materno, filho destinado a vingá-la. O menino cresceu como um estranho entre os irmãos, e o homem a quem chamava de pai. "Por que lembrava ele a presença da morta?" Insistentemente inquiria Duarte sobre a morte de Elisa: "O senhor sabe perfeitamente de que mamãe morreu. Não

[209]VIEIRA, 1990.

sabe?[...] eu quero ver o sangue dos seus vestidos" (p. 58). O papel que cabe ao filho de Elisa é vingar não somente a sua morte, mas a vida violenta que levara ao lado do marido que o destino lhe reservara.

Em *As Velhas,* Adonias explora o tema da morte na conquista da terra pela narração da estória de quatro mulheres cujos destinos se entrelaçam. O romance explora a questão das etnias envolvidas na conquista da terra, assim como a descrição do surgimento de núcleos urbanos erguidos nos limites da selva, "cenário quase constante das suas histórias [...], rios e florestas de poder e profundidade quase amazônica, atraindo e esmagando o homem que o enfrenta, tornando-o bravio e misterioso como ele mesmo."[210]

Tari Januária é uma *pataxó* das matas de Inema que envia o filho mestiço, Tonho Beré, na busca dos ossos do seu pai, assassinado e enterrado há vinte anos no vale do Ouro pela família de Zefa Cinco, que "sem perder um tiro enviara cinco cabras para o inferno." Zefa propõe a Tonho Beré a troca dos ossos pela filha tomada por um dos filhos de Lina de Todos, a pele branca de leite, os olhos azuis, que com os parentes abriam a selva que cerca Buerarema. Tonho Beré é auxiliado pela comunidade negra liderada por Zonga, descendente de escravos fugitivos que se internaram na mata e plantaram cacau.

As estórias das quatro mulheres dão conta dos conflitos entre os desbravadores e os *pataxó* pela ocupação das matas ainda inexploradas economicamente, "de ponta a ponta na selva de Ilhéus e Itabuna – que era tudo um só território -, guerra feia já se declarava entre os índios e os plantadores de cacau". A visão adoniana do conflito tende a heroicizar a ação dos desbravadores em detrimento da resistência p*ataxó*:

> Pedro Cobra não abrira mão da terra que Paupemba ocupara e dez anos esperou para, tornando-se homem, retomar a derrubada. A indiada, então, já aumentara a matança. _ "Não vá, não se meta na mata que os pagãos estão bebendo sangue." – todos aconselhavam. Era como na profundeza do inferno. Ninguém tinha sossego na derrubada ou na queimada. O índio, pisando em silêncio e sempre oculto na tocaia, matava sem piedade. Surgia de surpresa, em grupo, muito pior que a onça ou a cobra. E os plantadores logo compreenderam que, na defensiva, isolados uns dos outros, não tinham como vencer aquela guerra. Foi então que um deles, Boeco Preto, imaginou os assaltos [...] Eles, plantadores, deviam se unir e, formando um bando, mostrar aos pagãos quanto valem os trabucos. Deviam caçar os índios para destruí-los, a bala e a faca, nas

---

[210]QUEIROZ, R. de. In: Prefácio de **As Velhas**.

> próprias malocas [...] Os plantadores ainda eram tão poucos que se contavam nos dedos. Vinte brabos que negociavam as plantações, naquele fim de mundo, com as próprias vidas (*As Velhas*, p. 9).

Adonias ambienta o romance em um território formado por lugares e povoados que remetem ao desbravamento da zona do rio Almada, onde o autor nasceu e viveu grande parte de sua existência. Das selvas de Inema, "quatro dias mata adentro, seguindo as veredas", chegava-se a Itajuípe, um "arruado de dez casas de barro batido". Almadina, nas proximidades do Vale do Ouro, "era pouso certo para quem vinha do sertão do criatório em busca da selva do sul". O local possuía um incipiente comércio, uma feira semanal, onde os sertanejos "trocavam animais por ferramentas e mudas de cacau. Mateiros e caçadores chegavam para a venda das peles e a compra de querosene, sal, aguardente e pólvora." Era como se pelo povoado "passasse o povo inteiro que vinha povoar o sul da Bahia", em um fluxo migratório onde não faltavam "jagunços, ladrões e assassinos" (*As Velhas*, pp. 14 e 40).

As obras de Adonias e Amado contribuem para a construção do imaginário sobre o sul baiano, *locus* de uma civilização forjada na luta do homem para estabelecer a lavoura do cacau nas matas do interior da região. Muitos morreram vítimas de animais selvagens e das febres, porém incontáveis foram os que tombaram nas tocaias e nos confrontos armados. A terra recolhia o sangue derramado e adubava os cacaueiros. As cruzes sem nome demarcavam o local das sepulturas e o aumento das plantações.

O imaginário da morte na região cacaueira

O uso da força dos grandes fazendeiros sobre os pequenos produtores, que ainda não possuíam os títulos de posse, é relatado recorrentemente nas obras. A conquista da mata inicia o processo de introdução do elemento humano, construtor de uma sociedade histórica cuja formação está intrinsecamente ligada às lutas pelo domínio da terra.

Conforme apontado anteriormente, literatura e história se mesclam, produzindo discursos que passam a formar uma imagem específica para a região cacaueira em relação à capital e ao seu Recôncavo, área vinculada à antiga aristocracia canavieira e aos engenhos escravocratas. A Cidade do Salvador e o Recôncavo, assim como o agreste, representam a Bahia tradicional, presa ao passado e em declínio, enquanto o sul cacaueiro se configura como a terra da promissão e do progresso material. O sul do

estado se constituiu em relação ao outro, uma identidade que se contrapõe às demais.

Os desbravadores, uma vez transformados em coronéis, entendem o exercício do poder como intimamente ligado à posse da terra "adubada" com o sangue dos que tombaram nas lutas pelas roças de cacau. Esse aspecto é enfatizado em toda a sua dimensão na maldição do feiticeiro Jeremias sobre os conquistadores da secular mata do Sequeiro:

> Agora eles 'vai' entrar na mata, mas antes vai morrer homem e mulher [...]. Vai morrer até não ter mais buraco onde enterrar, até a terra tá vermelha de sangue que vire rio nas estrada e nele se afogue os parente, os vizinho e as amizades sem faltar nenhum. Vão entrar na mata mas é pisando carne de gente, pisando defunto. Cada pé de pau que eles derrube vai ser um homem derrubado [...]. Cada filho vai plantar seu cacaueiro em riba do sangue do pai [211].

Nesse processo, caracterizado pela ação violenta de plantadores e jagunços, a valentia pessoal era um elemento crucial para a sobrevivência. Era reconhecida como um dos valores mais característicos do grapiúna:

> O coronel gordo espantava o caixeiro-viajante narrando um barulho que tivera numa pensão de mulheres na Bahia [Salvador]. Uns malandros fizeram-se de besta, tinham querido correr em cima dele por causa de uma mulatinha. Ele puxou o parabélum e bastou gritar: _Vem com coragem que eu sou é de Ilhéus... – para que os malandros recuassem acovardados[212].

A ocupação das terras mediante o emprego da violência será marcadamente representada pelas chacinas de indivíduos e de famílias inteiras, ou seja, a eliminação de obstáculos à conquista do poder material configurado pelo acúmulo de roças de cacau. Amado estabelece uma relação entre a violência física, praticada pelo jagunço, e a violência jurídica, imposta por tabeliães, advogados e juízes corruptos na ação contra os interesses dos pequenos proprietários:

> Tão vendo essa modinha? *Nessas terras vou morrer?* Tá ai uma coisa verdadeira [...]. O coronel Horácio fez um caxixe mais Dr. Rui, tomaram a roça que nós havia plantado [...]. Que a terra era dele, Joaquim não era dono. Veio com os jagunços mais uma certidão do

---

[211]AMADO, 1978, p. 117.

[212]Ibidem, p. 23

> cartório [...], ficaram até com o cacau que já estava secando, prontinho pra vender. Joaquim era bom no trabalho [...], disse que ia se vingar. Mandaram tocaiar Joaquim, mataram ele na outra noite, quando vinha pra Ferradas[213].

Cacau e morte eram praticamente os únicos assuntos comentados pela população, fazendo com que os recém-chegados ficassem assombrados com a ferocidade da região:

> Tou com mais de cinquenta anos no costado, já andei muita terra, tenho dez anos dentro dessas matas. Já fui soldado do exército, já vi muita desgraça. Mas não tem nada no mundo que chegue perto das desgraceiras daqui [...]. Tem homem de alma tão danada que se posta na tocaia e aposta dez mil-réis mais o amigo pra ver de que lado o finado vai cair. Tou aqui, já corri muito mundo. Como por essas bandas nunca vi nada. É terra de homem macho, mas também dinheiro é cama de gato. Se o cujo é bom no gatilho, passa vida regalada[214].

Daí a ênfase jorgeamadiana na figura do jagunço, especialista em armas brancas e de fogo, cujo principal ofício era proteger a vida do coronel e participar, a seu mando, de tocaias, invasões de fazendas e povoados, ou incêndios de cartórios. O recém-chegado, geralmente vindo do sertão, quando bom de pontaria era incorporado às fileiras das milícias particulares dos fazendeiros mais importantes:

> –Eu vou é pra Ferradas [...] – anunciou um jovem. –Tenho um irmão por lá, tá bem. Tá com o coronel Horácio, um homem de dinheiro. Vou ficar com ele. Depois eu volto pra buscar a Zilda [...].
>
> –Tu não volta é nunca [...] – falou um velho envolto numa capa. –Tu não volta é nunca, que Ferradas é o cu do mundo. Tu sabe mesmo o que é que tu vai ser nas roças do coronel Horácio? Tu vai ser trabalhador ou tu vai ser jagunço? Homem que não mata não tem valia para o coronel[215] (*Terras*, p. 25).

Uma personagem marcante no imaginário jorgeamadiano é o jagunço Honório, temido por toda a zona de Ferradas pela sua pontaria infalível. Apesar do ofício, Honório é retratado ficcionalmente em *Cacau* como um

---

[213]*Ibidem*, p. 31.
[214]*Ibidem*, p. 34.
[215]Ibidem, p. 25.

revolucionário social embrionário, que pensava em um dia matar todos os coronéis exploradores da classe camponesa oprimida. Homem de confiança do seu coronel, o jagunço desempenhava, sem constrangimento moral, o seu papel na construção da fortuna do patrão: "Honório era técnico em tocaia e o coronel Misael tinha inúmeros inimigos [...] Não sei se o coronel sentia remorsos, Honório, não. Tinha a consciência limpa e clara como a água"[216]

A figura-símbolo da morte na região do cacau, o jagunço, é tratada por Amado com certa admiração, como uma espécie de herói popular: "a quem mais admirava senão a Argemiro, de temerária fama", ou a Honório, "um gigante negro que se repete nos meus livros, a partir de Cacau? Diante de Honório todos tremiam, constava que já liquidara não sei quantos, posso garantir que era de uma bondade sem limites, de uma delicadeza sem igual"[217]. O punhal e o rifle de repetição são os instrumentos que o identificam. A aura que cerca o seu ofício entre os grapiúnas o faz temido, muitas vezes admirado, e aceito como parte da paisagem social regional:

> Herói da tocaia e do cangaço. Estava explicado porque, apesar de Honório dever novecentos mil-réis à despensa, o coronel não o botava para fora e ainda lhe fornecia dinheiro para as cachaçadas em Pirangi. Filho da terra, nascera nos bons tempos das fortunas rápidas e dos assassinatos por qualquer coisa. Educara-se entre tiroteios e mortes. Aos doze anos Honório já matara gente com a mais certeira pontaria de dez léguas em redor. Quantos matara não sabia. As mortes diminuíram, mas [...] ainda hoje as estradas vivem pejadas de cruzes sem nomes. É a tocaia. Pela noite sem lua o viajante vem do povoado. A goiabeira solitária no caminho esconde o homem e a repetição. É um tiro só [...]. No outro dia o corpo é encontrado e enterrado ali mesmo[218].

Utilizando-se das tocaias e dos "caxixes", a elite econômica articulou o seu predomínio social. Para Amado, a violência consolida e perpetua a hierarquização vigente no sul baiano. O número de jagunços e de armamento distingue os fazendeiros e reflete a sua influência social e política. A maior parte da população rural dependia quase que exclusivamente dos interesses do grande cacauicultor, vivendo na mais extrema pobreza e carente de qualquer benefício social trazido pelas imensas safras anuais que abarrotavam os porões dos navios estrangeiros no porto de Ilhéus.

---

[216]Amado, 2004, p. 187.
[217]*Idem*, p. 53.
[218]*Idem*, p. 187.

A miséria da população rural, fruto da sua expropriação, é denunciada nas páginas dos livros. São retratadas as angústias dos trabalhadores, vítimas das contradições sociais na sociedade produtora de cacau. O desamparo dos estratos subjugados pela elite econômica é um tema caro ao escritor. Aos trabalhadores cabe o papel de maior vítima do sistema social, são eles, que principalmente, morrem e matam para que os pés de cacau floresçam e possibilitem a geração de capitais.

Os que não serviam como jagunço, os trabalhadores comuns, viviam na esperança de amealhar o suficiente para a compra de um pequeno pedaço de mata ou poder reconstituir a vida na terra natal:

> Homens escreviam, homens que haviam ido antes, e contavam que o dinheiro era fácil, que era fácil conseguir um pedaço grande de terra e plantá-la com uma árvore que se chamava cacaueiro e que dava frutos cor de ouro que valiam mais que o próprio ouro [...]. De quando em vez também chegava a notícia de que um morrera de um tiro ou da mordida de uma cobra, apunhalado no povoado ou baleado na tocaia. Mas o que era a vida diante de tanta fartura?[219]

Ao chegarem, eram arregimentados pelos fazendeiros para a derrubada e colheita, em troca de baixos salários. Áreas específicas, como os arrabaldes próximos ao porto de Ilhéus, serviam como local de recrutamento, o "mercado de escravos" onde eram selecionados os que seriam "alugados". As despesas com alimentação e vestuário, feitas quase todas no armazém da fazenda, o "barracão", superavam o parco salário, ficando assim atrelados ao proprietário pela dívida. Em *Cacau*, um sergipano recém-chegado à fazenda Fraternidade, do coronel Misael, é informado da sua nova condição:

> Você está alugado ao coronel.
> Estranhei o termo:
> A gente aluga máquina, burro, tudo, mas gente não.
> Pois nessas terras do Sul, gente também se aluga.
> O termo me humilhava. Alugado [...]. Eu estava reduzido a muito menos que homem[220].

Terras do Sem Fim denuncia a prática de submissão do empregado recentemente incorporado ao grupo de trabalhadores das fazendas de

[219] *Idem*, 1978, p. 26.
[220] *Ibidem*, p. 30.

cacau como mecanismo de exploração da mão de obra no sul da Bahia, composta pelos "novos escravos" a serviço da acumulação capitalista:

> Amanhã cedo o empregado do armazém chama por tu para fazer o 'saco' da semana. Tu não tem instrumentos pro trabalho, tem que comprar [...]. E isso tudo vai ficar por cem mil réis [...]. Tu vai gastar uns dez mil pra comida [...]. No fim de semana tu tem quinze mil réis ganho de trabalho [...]. Teu saldo é de cinco mil réis, mas tu não recebe, fica lá pra ir descontando a dívida dos instrumentos [...]. Antes de terminar de pagar tu já aumentou a dívida [...]. Tu já comprou remédio que é um Deus nos acuda de caro, tu já comprou um revólver que é o único dinheiro bem empregado nessa terra [...]. E tu nunca paga a dívida... Aqui – e o homem magro fez um gesto circular com a mão abarcando todos eles [...], aqui tudo deve, ninguém tem saldo[221].

Em torno do velório improvisado de um trabalhador da fazenda Baraúnas, os diálogos resumem a situação social dos trabalhadores. Um cearense recém-chegado afirmava ter ouvido falar das desgraças que aconteciam nas terras do cacau, "mas eu não dei crença [...] até parecia coisa de milagre [...], que era uma fartura de dinheiro [...], que tinha febre, os jagunços, as cobras [...]. De ruim, muita coisa". Um velho reforçava, em sua fala, o drama do "alugado" nas roças de cacau:

> Tão vendo o finado? Pois bem: fazia pra mais de dez anos que trabalhava nas Baraúnas pro coronel Teodoro. Não tinha nada [...]. Passou dez anos devendo pro coronel [...]. Agora a febre levou ele, o coronel não quis dar nem um vintém pra ajudar a fazer o enterro [...]. Nunca vi destino mais ruim que o de trabalhador de roça de cacau [...]. Os capangas ainda passam melhor [...]. Se tu tem boa pontaria, tu tá feito na vida. Aqui só tem valia quem sabe matar, os assassinos[222].

Nos romances, a atividade de jagunço aparecia como uma das raras possibilidades para que o trabalhador das fazendas de cacau pudesse acumular algum capital. Quando mostravam algum tipo de habilidade com as armas de fogo passavam a acompanhar o coronel, nas suas investidas contra inimigos políticos e pequenos proprietários. Pelo êxito nas tocaias e invasões de terras, os jagunços recebiam somas muito acima dos salários pagos aos demais trabalhadores.

---

[221] AMADO, 1978, p. 98.
[222] *Ibidem*, p. 97.

O negro Fagundes, jagunço do coronel Melk Tavares, esperava ansioso os conflitos armados que se anunciavam com a proximidade das eleições em Ilhéus: "se os falados barulhos não recomeçassem, seria difícil, muito difícil, chegar a comprar um pedaço de terra, mesmo ruim"[223]. Os "barulhos" ocorriam com frequência nos períodos eleitorais, quando os ânimos dos chefes políticos locais estavam mais exaltados. A disputa pelos cargos políticos era fundamental para os partidos, em sua relação de reciprocidade com o poder público estadual e federal, imprescindível para a manutenção e preservação do poder local.

Os encontros armados rendiam uma razoável soma de dinheiro aos jagunços, para os sonhados pedaços de terra para o plantio do cacau. No diálogo entre Fagundes e Gabriela, companheira de viagem do sertão para o litoral ilheense, o jagunço confessa nutrir a esperança de comprar uma "burara", pequena área de terra, onde ele e Clemente pudessem plantar árvores de cacau. Para tanto, havia atirado em um importante chefe político itabunense que havia ameaçado passar para a oposição ao partido do seu patrão:

> Por que tu atirou? Que necessidade tinha? Que mal te fez?Para mim não fez nada. Foi pro coronel. Loirinho mandou, que podia fazer? Cada um tem um ofício, esse é o meu. Também para comprar um pedaço de terra, eu e Clemente. Já tava apalavrado[224].

Fagundes tinha uma clara consciência do seu ofício de matador e da sua submissão às determinações do coronel. A sua fidelidade ao coronel tornava a recusa a uma ordem quase impossível, mas ele, além disso, entendia que matar era um meio que lhe permitiria comprar o seu quinhão, possibilidade única de ascensão social para homens como ele, cujo único ofício era a morte. Por sua vez, Damião, homem de confiança do coronel Sinhô Badaró, cuja fama "há muito que está além de Palestina, de Ferradas, de Tabocas", não possui consciência da maldade do ato de matar. Esta personagem representa simbolicamente o oprimido, alienado da sua condição de explorado, um indivíduo em completa ignorância das consequências dos seus atos. Damião não visa recompensa material, mata por gratidão a Sinhô, que o livrou da prisão. Mata sem questionar, mata porque o coronel manda. Não sente remorso das mortes que causa, até o momento em que,

---

[223] *Idem*, 2003, p. 327.
[224] *Ibidem*, p. 280.

aguardando ordens, ouve Sinhô chamar o irmão Juca de assassino, acusá-lo de gostar de mandar matar.

Ouvira Sinhô Badaró perguntar ao irmão — "tu acha bom matar gente? Tu não sente nada? Nada por dentro?". Na tocaia, à espera de Firmo, pequeno proprietário vizinho da família Badaró, Damião sente pesar em sua cabeça as palavras do coronel. Talvez, se quem houvesse falado fosse Juca, ele não se importasse, mas Damião venerava Sinhô. No relato do romance, "se antes alguém lhe dissesse que era terrível esperar homens na tocaia para matá-los, ele não acreditaria, pois seu coração era inocente e livre de toda a maldade"[225]. As crianças da fazenda o adoravam, contavam com sua presença nas brincadeiras. Mas ao ouvir Sinhô chamar com desprezo o irmão de assassino, Damião se deu conta de que a sua profissão era matar; ele não era um simples empregado, sua serventia era proteger a vida do coronel e tirar a dos inimigos da família Badaró.

Damião nem sabe mesmo como começou, "coronel manda, ele mata. Não sabe quantos já matou [...] Tampouco lhe interessa saber. Não tem ódio de ninguém, nunca fez mal a pessoa alguma. Pelo menos assim pensou até hoje"[226]. A morte, para Damião, passa a ter outro sentido que lhe pesa na recente consciência da maldade dos seus atos. A "inocência" perdida trouxe a Damião a dúvida nunca sentida antes: deveria matar Firmo? Era certo deixar os seus filhos órfãos, a sua mulher viúva? Seria possível desobedecer ao coronel, dizer que errou a pontaria e assim não tirar a vida de Firmo? Para Damião, a morte que o aproximara da família Badaró agora o distanciava, justamente por recusá-la. Por fim, o dilema leva Damião à loucura.

A demência é a sua fuga, sua forma de escapar do conflito que o envolve. De um lado, a gratidão aos Badaró, a sua devoção a Sinhô e, de outro, a nova consciência do seu ofício de matador, da sua função primordial para o processo de acumulação na sociedade grapiúna. A recusa da morte retirou a grapiunidade de Damião, tornou-o um pária, afastando-o do convívio social. Passou a viver sozinho, na mata do Sequeiro, entre as árvores e os animais. Algumas vezes aparecia maltrapilho pelas estradas, assombrando os viajantes. Foi preciso Sinhô usar toda a sua autoridade para impedir que Juca o matasse, como punição pelo fracasso da tocaia. Talvez houvesse, em Sinhô, uns restos de gratidão pelos serviços que Damião prestara ao aumento da fortuna familiar.

[225]AMADO, 1978, p. 72.
[226]*Ibidem*, p. 68.

O tema da fuga da condição de assassino repete-se em *Corpo Vivo,* de Adonias Filho. O romance narra a saga de Cajango, o menino transformado, pelo desejo de vingança, no mais temido jagunço do sul da Bahia. A obra mostra a tragédia por ele vivida após o assassinato da sua família pelos jagunços dos Bilá, família de fazendeiros de cacau que cobiçava as terras dos proprietários vizinhos. A tragédia muda completamente o destino do menino, sua vida passa a girar em torno do sentimento de vingança.

A personalidade de Cajango molda-se ao ambiente selvagem do Camacã, onde vai ser criado pelo tio Inuri, misto de índio e jagunço. Ao educá-lo para a vingança de seus pais, Inuri ligou o destino do menino ao ambiente natural:

> Neto do meu pai, seu sangue era igual ao meu. Isso eu entendi no primeiro dia, quando avançando na trilha, percebi que se sentia como se estivesse em casa. Levando-o, sabendo que durante meses não veria outro homem senão a mim, temia que não sobrevivesse para vingar os nossos mortos. Não demoraria a mostrar-lhe o que seria a selva, um bicho matando o outro, apenas o mais forte ou o mais astuto tendo direito à vida[227].

O jagunço aparece, no romance *Corpo Vivo,* como um tipo que age maquinalmente, assassino por natureza. Isto é expresso na personagem o Alto, "um assassino e assassino continua porque mata sem motivo e mata qualquer um: mulher, velho ou criança" (p. 31). A questão do aumento do poder pessoal incorpora, na obra de Adonias Filho, como na de Jorge Amado, a figura do jagunço à imagem da região, no período sangrento das lutas entre os grandes coronéis do cacau. Esse processo desencadeia a tragédia que envolve a invasão das terras de Januário, pai de Cajango:

> O mundo é muito grande – Alonso disse – mas querem as terras de Januário. Os Bilá, após certas brigas com Januário, tinham jurado lhe tomar as terras. O cacau novo de Januário começava a dar frutos. Aquelas terras valiam ouro e os Bilá tinham um exército no rifle. Que Deus guardasse a compadre Januário (*Corpo Vivo,* p.5).

Cajango, ainda um menino de treze anos, testemunha o assassinato dos pais e irmãos:

---

[227] ADONIAS FILHO, 1962, p. 5.

> E deitado estava quando, ouvindo tiros e gritos, se refugiara atrás dos sacos de cacau. Ouvira as súplicas da mãe, a gritaria dos irmãos, não escutara porém a voz do pai. Ele já devia estar morto quando acordara. Os gemidos a seguir. A voz alta de um homem que ordenava: -Não deixem ninguém vivo – e os tiros de misericórdia nos que gemiam. Depois ainda escutara os gritos de Maria Teresa que diminuindo, diminuindo, cessaram definitivamente. Percebera os homens abandonando a casa, os passos pesados, e o silêncio finalmente tudo dominou. Minutos depois, saindo do esconderijo, a casa em trevas, tropeçava no corpo do pai. Arrastara-se no sangue, em busca da cozinha, mas temera acender o candieiro. E, receando que retornassem, ganhara o campo para esconder-se nos cacaueiros[228].

A sua vida representa uma ameaça para os Bilá: "sabendo que está vivo, caçarão este menino nos infernos". Encontrado pelo padrinho, Cajango é levado para ser criado por Inuri nas matas ainda inexploradas pelos fazendeiros de cacau. Ali iria aprender o ofício de jagunço e liderar a luta de extermínio contra os assassinos de sua família. Para Cajango, a invasão das terras de seu pai significava o início do seu contato com o fenômeno físico e cultural da morte. A chacina de sua família o colocou frente a frente com a necessidade da morte dos seus inimigos, único meio possível de compensar o extermínio dos seus parentes.

Aos Bilá, por outro lado, não restava outra atitude a não ser eliminar o último membro da família de Januário. O controle efetivo das terras invadidas estaria sempre em perigo diante da sobrevivência de Cajango. Acolhido por Inuri, Cajango aprende o ofício de matar e transforma-se em um dos mais temidos jagunços, cujo nome era conhecido em todo o sul da Bahia. Desde criança aprendeu que o assassinato da família só poderia ser vingado com a morte dos mandantes, única forma aceitável para os homens do cacau:

> [Padrinho]:
> Que fará ele – e apontei Cajango – quando crescer?
> [Inuri]:
> Quando crescer, se crescer, tem que matar os assassinos do pai, esta foi a resposta. Todos nós, sangue de Januário, temos que matar eles, acrescentou [...] Levantou-se e com o braço na direção da selva, soltou as palavras com lentidão. Os mortos estavam no chão e, se a terra fora roubada, às mãos de Cajango voltaria. Tinham que ser mortos os que mataram. E, na idade, se Cajango não o quisesse fazer,

[228]*Ibidem*, p. 9.

> ele o mataria porque não pode viver quem não vive para vingar o pai e a mãe. Arrastara-se no sangue dos irmãos, eu sabia, e esse sangue não trairia. Concluiu, a voz calma, sem precipitação: -É pena que demore a crescer[229].

No romance adoniano não há alternativa além da lei taliônica do cacau: sangue por sangue, morte por morte. A ira causada pela morte de um indivíduo somente poderia ser aplacada através do sangue do inimigo. Não existe outra forma de reparação. Aos que ao final, como Cajango, terminam por abdicar da vingança, não resta outra condição além do isolamento social: a fuga com a mulher para a serra distante de outros humanos e à margem dos valores regionais. Ao desistir da morte dos Bilá não há mais lugar para Cajango na sociedade do cacau. Para libertar-se do jugo das mortes da família foi preciso matar o seu tio Inuri, matar uma última vez para apagar o seu vínculo com a herança do sangue derramado.

O amor de Cajango por Malva, irmã e filha de jagunços do bando, é uma ruptura com o padrão de comportamento socialmente esperado, não se coaduna com a ótica da morte violenta como reparadora dos males. O casal se refugia nas serras longínquas das matas do Camacã, espaço simbólico da negação da grapiunidade, isolado da ambição dos plantadores materializada na posse violenta da terra.

A luta do Sequeiro: a morte como protagonista

A luta pelo poder na região cacaueira teve no conflito do Sequeiro um dos seus momentos mais representativos. Ocorrido entre os anos de 1918 e 1919, o conflito envolveu amplos segmentos da sociedade regional. Proprietários e trabalhadores rurais, comerciantes e exportadores foram, direta ou indiretamente, afetados.

A memória do conflito do Sequeiro foi construída tanto pela imprensa quanto pela oralidade, mediante o depoimento das testemunhas que a vivenciaram. Os jornais locais, ao sabor da coloração partidária, cobrem em suas edições os acontecimentos mais violentos, formando uma espécie de diário da luta, com pormenores das mortes, invasões e incêndios povoando o imaginário popular com as notícias trágicas. A narrativa literária apropriou-se da tensão gerada pela disputa política entre famílias de grandes proprietários e criou a sua versão sobre um dos episódios mais

---

[229]Ibidem, p. 10-20.

sangrentos da fase de consolidação da lavoura do cacau. Os eventos da "guerra do Sequeiro" foram perpetuados em livros, artigos, cordéis, canções populares, e na memória das famílias envolvidas, constituindo um rico acervo documental.

As imagens veiculadas pelos textos jornalísticos do período grosso modo correspondem às que se encontram nos textos literários. A luta entre as famílias Badaró e Oliveira recebeu grande atenção por parte da imprensa local. O conflito envolveu inúmeros interesses pessoais e econômicos que acabaram por conflagrar a luta por uma área extensa, incluindo os atuais municípios de Ilhéus, Itabuna (ex-Tabocas), Itajuípe (ex-Pirangi) e Uruçuca (ex-Água Preta). Praticamente todos os povoados dessa área foram invadidos e saqueados, mapeando geograficamente a extensão do conflito. Ferradas e Pirangi, territórios que demarcam as lembranças de infância de Amado, são alguns dos povoados mais atingidos pelas ações criminosas dos jagunços de ambos os lados. A luta resultou em um elevado número de mortes, principalmente na zona do Sequeiro do Espinho, núcleo da futura Pirangi. Em 1919, um artigo do *Jornal de Ilhéos* relata, alarmado, os acontecimentos:

> Grupos de homens armados, ostentando a repetição, o bacamarte, a pistola, o facão e o punhal, bem municiados, em completa indiferença às autoridades constituídas infundem terror e respeito. A repetição tornou-se a sua constituição [...] Hoje se veem um desses brigões viajando pelas estradas, conduzindo atrás dezenas de homens, chamados jagunços [...] Já de muitos dias Mutuns e certos pontos do Sequeiro do Espinho estavam transformados em quartéis de jagunçaria de uma grande divisão de homens afeitos à prática de crimes bárbaros, matando, fria e covardemente[230].

Mesmo o tráfego da estrada de ferro, principal via de escoamento do cacau, foi interrompido no ápice dos confrontos armados. As repartições federais de Ilhéus solicitaram a intervenção do Rio de Janeiro. Circulavam notícias de que a cidade seria invadida pelos jagunços do coronel Basílio de Oliveira, após ter sido decretada sua prisão, acusado como um dos principais responsáveis pelos assassinatos e invasões no interior dos municípios de Ilhéus e Itabuna. O governo federal enviou o couraçado Deodoro que, por vários dias, esteve ancorado no porto de Ilhéus como garantia da ordem pública.

---

[230]CEDOC. *Jornal de Ilhéos*, "Edital de citação", n. 350, 6/4/1919, p.2.

Amado faz referência ao conflito do Sequeiro como momento paradigmático da civilização cacaueira. Um épico da conquista da terra, marcado pela luta sangrenta e pela heroicização do coronel, tão bem representado pelas personagens Sinhô Badaró e Horácio da Silveira. Isto é exemplificado na passagem em que o coronel Horácio ordena a Maneca Dantas "E tu, compadre, vai falar com o Teodoro. Explica o caso a ele. Se ele quiser que venha. Faço um acordo com ele. Se não quiser que se prepare porque vai chover tiro nessas vinte léguas de terra"[231].

A luta é interpretada a partir da ótica do autor, como na passagem em que há uma referência à sua presença — "um menino, que anos depois iria escrever as histórias dessa terra"[232] (*Terras*, p. 257) —. No romance, os principais envolvidos na luta pela posse da mata do Sequeiro são antagônicos, tanto no desejo de expansão das suas terras quanto pelo que representam simbolicamente. Enquanto Horácio da Silveira representa o elemento vindo dos setores subalternos, ex-tropeiro que alcança o poder à custa de vidas humanas, Sinhô Badaró é um austero coronel de modos aristocráticos e uma profunda percepção das tradições familiares legitimadoras do seu poder. Chefe clânico, consciente de suas responsabilidades para o aumento da fortuna e do prestígio do seu sobrenome.

Francisco Fernandes Badaró Sobrinho, o Sinhô real, é uma das principais personagens também nas páginas dos jornais da época. Um dos mais importantes líderes do partido governista local, e dispondo de ampla rede de amigos, parentes e compadres, Sinhô reúne, em torno da sua figura, um conjunto de características que o tornam símbolo do típico coronel heroico do cacau, um homem que não teme pôr a vida em perigo para defender convicções pessoais ou lealdades partidárias. Os atentados por ele sofridos no início da luta foram amplamente divulgados,

> O nosso digno amigo, coronel Francisco Fernandes Badaró, correligionário do Partido Republicano Democrata de Ilhéus, teve, em dias da semana passada, a sua vida covardemente ameaçada por um hediondo atentado dos maus elementos que teimam em impor pela tocaia o seu negro domínio nessa zona. O coronel Badaró é largamente estimado na zona do Sequeiro do Espinho, onde vive com toda a sua família, desfrutando amplo e tradicional prestígio, que mais uma vez foi afirmado nas últimas eleições federais. Talvez se funde nessas circunstâncias, de ordem política, a tentativa de assas-

[231] AMADO, 1978, p. 106.
[232] *Ibidem*, p. 257.

> sínio de que ia sendo vítima. Ao que sabemos, passava montado, pelas proximidades da estação do Sequeiro do Espinho quando viu-se alvejado por uma descarga de vários tiros de repetição, um dos quais atingiu o animal que o carregava.[233]

Com a morte do pai, o Sinhô Badaró fictício, que não havia nascido nas terras do cacau e não possuía "o gosto de sangue", recebeu a chefia da família e se comprometeu a manter e ampliar o poder familiar[234]. Mesmo tendo a consciência da necessidade do seu dever, a ele repugnava fazer correr sangue. Viu-se, muitas vezes dando ordens aos seus jagunços para matar alguém nas tocaias, ordens somente pronunciadas quando era "o único caminho".

Chefe da família, papel fundamental no patriarcalismo nordestino, "estava construindo a fortuna dos Badaró, tinha que passar por cima daquilo que Juca chamava de as "suas fraquezas". Sinhô sentia que possuía um comportamento contrário ao do irmão: "nós dois é tão diferente um do outro [...] Tu gosta de resolver logo tudo com tiros e mortes [...]". Tu bem sabe que eu não tenho esse gosto de sangue que tu tem"[235] (*Terras*, p. 64). Apesar das "suas fraquezas", Sinhô é representado como um homem imponente, de quase dois metros de altura e longas barbas negras, protótipo do poder regional, o "dono da terra".

O irmão Juca Badaró, porém, não era de "fora", como Sinhô, havia nascido nas roças de cacau e conhecia melhor que ninguém a terra e a sua lavoura: "desde menino que aprendi a conhecer a terra que é boa para o plantio [...], basta eu pisar numa terra e sei logo se ela presta ou não pro cacaueiro". Juca encarna o que há de mais significativo da grapiunidade: desbravador destemido que, à frente de um punhado de homens, enfrenta a mata fechada em noites de tempestade e lidera pessoalmente os jagunços nos encontros armados que alçavam a família à proeminência social e econômica. A narrativa que trata do início da derrubada das matas do Sequeiro é representativa do destemor heroico do desbravador, exemplo de coragem ante os trabalhadores acovardados diante dos mistérios da natureza intocada:

[233]CEDOC. *A Época*, "O banditismo", n. 18, 17/03/1918, p.1.

[234]O primeiro membro da família a se radicar no sul da Bahia foi Antônio Fernandes Badaró, oriundo das Lavras da Chapada Diamantina (atual Mucugê), todos os seus descendentes diretos nasceram no município de Ilhéus.

[235]AMADO, 1978, p. 64.

> Mais adiante deles, parabélum na mão, o rosto contraído de raiva, está Juca Badaró. Também ele estava na mata, também ele viu os raios e ouviu os trovões, escutou o miado das onças e o silvo das cobras, também seu coração se apertou com o grito agourento do corujão. Também ele sabia que ali moravam as assombrações. Mas seus olhos estavam cheios de outra visão. Via aquela terra negra, a melhor terra do mundo para o plantio do cacau... Juca Badaró diante da mata misteriosa sorria... Nem via os homens com medo, recuando. Quando os viu só teve tempo de correr na sua frente, se postar na entrada do caminho de parabélum na mão, uma decisão no olhar: Meto bala no primeiro que der um passo [...].
> Os machados e os facões começaram a cair num ruído monótono sobre a mata, perturbando o seu sono. Juca Badaró olhou na sua frente. Via novamente toda aquela terra plantada de cacau, roças e roças carregadas de frutos amarelos. A chuva de junho rolava sobre os homens [...] Juca Badaró guardou o parabélum[236].

A sua concepção de poder se adequava melhor aos pretensos padrões culturais da região: "toda vez que um se mete em minha frente tem que sair para eu passar [...], tu é que pai deixou tomando conta de tudo, até de mim mesmo [...] Mas eu te digo, Sinhô, que se eu estivesse no seu lugar a gente tinha duas vezes mais terra" (*Terras,* p. 65). Aos recém-chegados causava receio o ambiente da terra - "O cearense se admirava: nessa terra só se fala em morte." Com o início dos "barulhos" a morte era anunciada como "mercadoria barata" (*Terras*, p. 127).

O próprio coronel Horácio da Silveira, principal inimigo da família Badaró na luta pela mata do Sequeiro, participava pessoalmente das invasões: "dizem que ele mesmo liquidou os homens. E que depois, com a sua faca de descascar frutas, cortou a língua de Orlando, suas orelhas, seu nariz, arrancou-lhe as calças e o capou" (*Terras*, p. 54). O coronel, um homem conhecido por sua violência, ex-tropeiro, lidera e, ao mesmo tempo, desempenha as funções típicas do jagunço, chegando aos requintes de crueldade característicos de mortes exemplares, castigo pela desobediência ou pela não submissão.

A posse das matas do Sequeiro simboliza a disputa pelo poder político e econômico de toda uma região. O coronel Horácio da Silveira anuncia: "essa mata vai ser minha nem que tenha de lavar a terra toda de sangue [...] Esta mata é o fim do mundo, seu doutor, e quem tiver ela é o homem mais rico dessas terras de Ilhéus [...] É o mesmo que ser dono de

---

[236] *Ibidem*, p. 210.

vez de Tabocas, de Ferradas, dos trens e dos navios" (*Terras*, p. 64 e 115). As representações da morte são impregnadas de dramaticidade. A luta do Sequeiro é "uma história de espantar" transmitida, pelos violeiros cegos nas feiras, qualificados como "os poetas e cronistas dessas terras. Pela sua voz [...] perdura a tradição das histórias do cacau".

A influência econômica e social estava em jogo. A vitória significava a aniquilação do poder rival. No início do conflito a família Badaró era "uma potência diante da qual a lei e a religião se inclinavam"[237]. A derrota significou o ostracismo, o fim do reconhecimento da influência e riqueza de Sinhô Badaró. Dos relatos sobre a luta do Sequeiro, tanto na ficção quanto nos jornais da época, emerge um conjunto de elementos tipificadores dos habitantes da região do cacau. O uso indiscriminado da violência no processo de incorporação de terras fez da coragem e do destemor diante da morte traços que marcaram culturalmente os seus habitantes.

Da mesma forma, os envolvimentos amorosos na trama jorgeamadiana realçam aspectos identitários regionais, no que se refere à aceitação e recusa da grapiunidade. Algumas das personagens, como Esther da Silveira, expressam o estranhamento que os de "fora" sentem no contato cotidiano com a morte. Esposa do coronel Horácio da Silveira, criada em Salvador, vê-se como uma exilada na fazenda do marido, "onde de raro em raro um trabalhador passa em busca do caminho de Tabocas ou de Ferradas [...], naquele mundo estranho que a aterrorizava". Ao graduar-se no curso normal, foi praticamente obrigada pelo pai a desposar o coronel, homem mais velho, rude e violento como o ambiente da terra. Assim, "ela viera para Ilhéus, outro mundo. Uma cidade pequena, que apenas começava a crescer, de aventureiros e lavradores, onde só se falava de cacau e mortes [...] As notícias de brigas e morte a assustavam"[238].

Uma passagem em especial expressa seu temor e rejeição a aspectos característicos daquele contexto, aquela em que vê uma cobra engolindo a rã na mata, uma alegoria da morte. O olhar "estrangeiro" de Esther consegue apenas enxergar os aspectos que lhe são repugnantes, a mata fechada repleta de cobras e doenças, os jagunços do marido e os corpos mortos dos trabalhadores carregados em redes, que passam em frente da sede da fazenda rumo a algum povoado. Ao conhecer Virgílio, jovem e requintado advogado soteropolitano recém-chegado às terras do cacau, Esther

---

[237] *Ibidem*, p. 88.
[238] *Ibidem*, p. 56.

se identifica com o seu comportamento "civilizado", sua forma de trajar e falar, sua cultura refinada de bacharel. A Virgílio também causou estranheza o contato com o ambiente local, choque cultural perceptível quando testemunha o relato do sobrevivente de uma tocaia no início das lutas pelas matas do Sequeiro:

> Estava diante de um homem que escapara de ser morto. Era a primeira vez que ele constatava um daqueles tantos acontecimentos dos quais os amigos lhe haviam falado na Bahia [Cidade do Salvador], quando ele se preparava para vir à Ilhéus. No tempo relativamente curto em que Virgílio estava na zona do cacau, ouvira falar de muita coisa mas ainda não se encontrara frente a frente com um fato concreto [...] Já ouvira falar nas matas do Sequeiro, já ouvira dizer que tanto Horácio como os Badarós a desejavam [...]. Ester havia sentado também [...] Também ela ficara pálida[239].

Esther, mulher reprimida por um esposo dominador e violento, busca na relação com Virgílio a esperança de escapar do universo social em que vivia, de se estabelecer com o amante em centros civilizados onde a morte e as doenças não fossem tão agressivas e cotidianas. Esperou secretamente que Horácio fosse morto em um dos confrontos com os jagunços de Sinhô e Juca Badaró, para que pudesse, então, se tornar livre. Mas, no seu íntimo, acreditava que Horácio era invencível, imune às balas dos jagunços e às febres da mata, "era imortal, era o dono, o patrão, o coronel. Tinha certeza que morreria antes dele [...]. Ele dispunha da terra, do dinheiro, dos homens [...], nunca adoecera, parecia que as balas o conheciam e temiam"[240]. Às portas da morte, consumida pela febre, Esther invocou o poder "sobrenatural" do marido, para ela senhor da vida e da morte, implorou a ele: "não deixe que eu morra"[241]. Segundo as velhas beatas, Horácio trazia o demônio preso em uma garrafa guardada embaixo de sua cama. O real e o mítico conviviam em torno da figura do coronel, aumentando o temor à sua ira.

A morte não somente trazia consigo respeito e prestígio, como concedia reparação moral. Ao ser afrontado por Juca Badaró em uma casa de mulheres, e não tendo reagido, o doutor Virgílio é aconselhado, pelo coronel Horácio, a mandar matá-lo. Caso contrário, o advogado seria desmoralizado pela população como covarde, pecado maior para a sociedade local. Horácio

---

[239] *Ibidem*, p. 103-104.
[240] *Ibidem*, p. 68.
[241] *Ibidem*, p. 266.

estava determinado a liquidar o rival, queria fazer um favor ao amigo, dar-lhe de mão beijada o respeito necessário à sua permanência e ao seu prestígio na região: "o senhor dá ordem ao cabra, e todo mundo vai saber, mesmo que eu responda a júri, que foi vosmicê quem mandou [...]. E ninguém se mete mais com o senhor, nem com mulher sua [...], vão lhe respeitar"[242].

O assassinato de Juca restituiria ao advogado a dignidade perdida, provaria aos membros da sociedade local que merecia definitivamente o respeito de todos. A aceitação dos argumentos apresentados pelo coronel corresponde a uma adequação do advogado "estrangeiro" aos valores locais, fenômeno esse metaforizado por Amado no "visgo do cacau" que se entranhava nos pés e prendia a todos naquela terra. Ao saber da traição de Esther e Virgílio, o coronel Horácio aplica a lei infalível, ordena a um dos seus jagunços matar o advogado em uma tocaia. Mesmo tendo sido avisado da emboscada, Virgílio caminha em direção à morte, única forma de livrar-se do "visgo" daquela terra semibárbara e, finalmente, unir-se à Esther. A morte o libertaria da civilização do cacau e de tudo o que ela representava. Horácio se vinga do amante de sua esposa mandando matá-lo, como se vingara de Sinhô conquistando a mata do Sequeiro, pisando nos corpos mortos dos seus desafetos e invadindo a fazenda da família Badaró, arruinando-os definitivamente.

A identificação com o aspecto violento da região é marcante em outra personagem feminina — Don'Ana, filha única de Sinhô Badaró, representante, na literatura de Amado, da mulher grapiúna, cujo padrão de comportamento era adequado ao ambiente de rivalidade e morte. Excelente amazona e exímia atiradora, Don'Ana Badaró é um exemplo feminino da valentia. Os trabalhadores das fazendas diziam que a filha de Sinhô era tão valente quanto um homem. Don'Ana não concebia outro mundo que não o das roças de cacau. Não nutria a mínima simpatia pela esposa do seu tio Juca, que detestava visitar as fazendas e não se dava "com essa vida de ver se matar gente". Don'Ana não a compreendia. Olga representava tudo o que era repulsivo ao seu modo de vida, o que a levava a sentir um profundo desprezo pela sua futilidade, pessoa de outro mundo, "um mundo inútil e torpe"[243]. Don'Ana a considerava estranha e mesmo perigosa, "a sentia como que respirando outra atmosfera, não a que ela, Sinhô e Juca respiravam"[244] (*Terras*, p. 109).

---

[242]*Ibidem*, p. 247.
[243]*Ibidem*, p. 112.
[244]*Ibidem*, p. 109.

A imprensa local da época traz diversos relatos das tocaias e das invasões de propriedades. O jagunço é um tema bastante explorado pelos jornais locais, a exemplo do *Jornal de Ilhéos*, que em um dos seus artigos faz menção a "centenas de criminosos profissionais, indivíduos que a gíria popular identifica com o nome caracteristicamente impressionante de jagunços" os qualificando como "o terror dos nossos campos". Diz ainda que "toda a zona do Sequeiro do Espinho ficou despovoada. Todos os seus moradores refugiaram-se nesta cidade ou mesmo na mata. Uns poucos homens dizem estar no ribeirão de José Bicho, reunidos para não morrerem na bala dos jagunços do senhor Basílio"[245].

A imprensa oposicionista denunciava o partido governista como o principal responsável pela situação do Sequeiro do Espinho. Os órgãos oficiais negavam motivações políticas no conflito, em uma tentativa de defesa dos correligionários envolvidos. A origem do conflito estaria relacionada à rivalidade entre as mais importantes famílias do distrito, sem qualquer ligação com os interesses dos chefes políticos locais:

> Quem conhece o espírito moderado e tolerante do nosso preclaro amigo coronel Misael Tavares, honrado intendente municipal de Ilhéus, não pode deixar de acoimar de pequenina politicagem o telegrama que o aponta às autoridades do Estado e da República como responsável pelas ocorrências últimas do Sequeiro do Espinho. Sabe-se que o coronel Badaró depois de escapar de um bárbaro atentado, julga sua existência ameaçada por elementos armados[246].

De acordo com os jornais, não era novidade os homens assassinarem os seus semelhantes na região. Os grupos de jagunços de ambos os lados atuavam livremente, perturbando a ordem pública e desrespeitando as autoridades, "como tem acontecido no Rio do Braço, Sequeiro do Espinho, Repartimento e Castelo Novo". Fazendeiros oposicionistas, como Basílio de Oliveira, eram responsabilizados pelo número maior de desocupados e jagunços, "que andam por aí armados, provocando, espancando e assassinando, apaniguados e sequazes dos nossos adversários"[247].

A imprensa destaca a selvageria dos grupos de jagunços que, em dezenas, invadiam os povoados na zona do conflito. Em uma das investidas

[245]CEDOC. *Jornal de Ilhéus*, "Está cumprida a missão do senhor doutor Francisco Drummond?", n. 334, 23/2/1919, p.2.
[246]Id. *A Época*, "As ocorrências de Ilhéus", n. 38, 11/08/1918, p.1.
[247]*Ibidem*, p.1.

ao Sequeiro, "assassinaram mais de vinte pessoas, inclusive alguns meninos que uns jogavam nos ares e outros aparavam na ponta do facão". Um dos principais elementos envolvidos na luta, Berilo Deiró, "antes de ser morto à faca, sofreu a tortura e o suplício de terem-lhe arrancado os olhos, obrigando-o a andar depois dentro de casa, caindo e se levantando, debaixo das vaias dos bandidos"[248].

Em *Terras do Sem Fim,* os episódios sangrentos sucedem-se ininterruptamente até o desfecho do romance, com a invasão da fazenda dos Badaró e o incêndio da propriedade pelos jagunços de Horácio. A invasão da fazenda de Juca Badaró, a *Pedra Redonda,* marca, tanto na ficção quanto na história documentada nos jornais, o fim do conflito, com o declínio dos Badaró. A invasão retrata as incorporações de terra, em uma época em que a lei estava subordinada aos interesses privados. Os jagunços que atravessam o portal da sede da fazenda dos Badaró simbolizam o ato de posse de um novo senhor, Horácio da Silveira, sobre as matas do Sequeiro. Amado a descreve como "a última grande luta da conquista da terra, a mais feroz de todas, também". A conquista da mata, por sua vez, sinaliza a finalização de um ciclo: "depois a gente daquela zona, de Palestina a Ilhéus, mesmo a gente de Itapira, ia contar o tempo em função dessa luta"[249].

Relatos da saga foram incorporados por violeiros, que cantavam nas feiras quadrinhas dos acontecimentos do Sequeiro: "Fazia pena, dava dó, / tanta gente que morria. / Cabra de Horácio caía / E caía dos Badaró"[250] (*Terras,* p. 211).

As descontinuidades da memória grapiúna

É importante observar que não há apenas elementos comuns entre as narrativas literária e jornalística, com respeito ao sul baiano. Na obra de Jorge Amado, em consonância com sua formação política, destaca-se uma preocupação acentuada com as questões sociais. Nos jornais, estes aspectos aparecem de formas mais sutis ou impregnados de preconceitos em relação às camadas urbanas populares.

Ao descrever o tecido urbano de Ilhéus, em *Gabriela, cravo e canela*, Amado traça um retrato das desigualdades sociais vigentes na

---

[248]Id. *Jornal de Ilhéus*, "Morticínio", n. 341, 2/2/1919, p.2.
[249]AMADO, 1978, p. 210.
[250]*Ibidem*, p. 211.

sociedade cacaueira que pouco apareciam nas páginas dos jornais locais. Um exemplo é o trecho do romance em que, ao correr a cidade em busca de uma cozinheira para o bar Vesúvio, o árabe Nacib é obrigado a percorrer os bairros proletários situados fora da zona central burguesa. A única forma de alcançar as "casinholas miseráveis" no alto do morro da Conquista eram as íngremes subidas, as ladeiras enlameadas e escorregadias que ligavam-na à área comercial da cidade. O largo onde reuniam-se os retirantes nordestinos recém-chegados era significativamente chamado pelos moradores de "mercado dos escravos". Situado por detrás da estação ferroviária, ali os coronéis "iam contratar trabalhadores e jagunços e as famílias procuravam empregadas"[251].

O autor posiciona-se ao compor uma imagem positiva do comunismo e da sua atuação política junto às massas de trabalhadores urbanos, evidenciando uma clara diferença entre este discurso e o jornalístico, representante dos ideais das chamadas "classes conservadoras". Em *São Jorge dos Ilhéus,* o contexto político pós-revolução de 1930 é abordado mediante o choque ideológico existente entre os burgueses integralistas e os proletários comunistas. Os primeiros habitam a área nobre de Ilhéus, enquanto os segundos moram nas zonas mais carentes da cidade. À medida que a cidade se deslocava para os morros, desaparecia o modelo ideal de urbanismo que os jornais tanto se esforçavam em propagar como o cartão postal do sul da Bahia:

> Do morro desciam regatos de água suja, que empapavam as ladeiras que levavam ao cimo do morro da Conquista, onde se equilibravam as casas dos operários. Regatos idênticos desciam do morro do Unhão, morro de lavadeiras e marítimos. E, mais ao longe, como um bairro escondido na sua miséria, ficava a Ilha das Cobras, onde os mais pobres moravam, aqueles que não podiam pagar sequer uma cabana. Mocambos de palha, as paredes de barro batido, lugar aonde os ilheenses nunca levavam os turistas que saltavam dos aviões[252].

Amado chama o local de "bairro vermelho", por abrigar um grande número de operários da fábrica de chocolate, do porto e das estradas de ferro e de rodagem ligados ao partido comunista local. Segundo o autor, eram células fortes, mas que não tinham ainda conseguido conquistar os trabalhadores rurais, "cuja ignorância era tamanha que muitos deles não

[251] *Idem*, 2003, p. 56.
[252] *Idem*, 1964, p. 150.

sabiam sequer se estavam na república ou na monarquia"[253]. Tamanha ignorância era fruto do predomínio econômico e político que os coronéis ainda exerciam sobre as massas rurais.

Os artigos dos jornais, por sua vez, recorrentemente apresentavam uma imagem desfavorável das áreas periféricas da cidade e do perfil social dos seus habitantes. Notícia publicada no *Correio de Ilhéus*, em 1929, ilustra esta atitude:

> A rua Conselheiro Carneiro da Rocha, antigamente Ilha das Cobras, está considerada hoje, como importante via pública, tal o desenvolvimento que atingiu ultimamente. Reduto que era da escória social transformou-se em rua movimentada, cheia de habitações confortáveis, onde moram famílias em grande número. Não conseguiu, porém, libertar-se do meretrício barato. Dentre as horizontais (sic) que ainda infestam a Ilha das Cobras, forma na primeira linha a conhecida Garriça. A sua baiúca é o centro da cafagestagem da zona, o que constitui um sério perigo para a moral pública (grifos nossos)[254].

A narrativa literária de uma saga regional, de uma civilização única na sua multiplicidade, inserida em um ambiente geográfico inóspito que foi paulatinamente incorporando novos valores expressos nas palavras insistentemente referidas: modernidade e progresso. A consolidação cultural e econômica da "civilização do cacau" introduziu novos padrões de comportamento e novas referências. A maior facilidade de comunicação com grandes centros urbanos como Salvador e Rio de Janeiro levou à importação de modelos urbanísticos e de valores culturais, trazendo à região uma nova perspectiva no campo identitário. Com o progresso, o sul da Bahia incorporou novos tipos sociais que passaram a compor a paisagem humana regional, principalmente representados, na obra de Amado, pela figura do exportador de cacau, como Carlos Zude, de *São Jorge dos Ilhéus,* e Raimundo Falcão, o Mundinho de *Gabriela, cravo e canela*.

Os detentores do capital estrangeiro são simbolicamente interpretados, pelo olhar jorgeamadiano, como os principais responsáveis pela transição do poder econômico e político, tradicionalmente em mãos dos coronéis do cacau. Uma nova estirpe econômica, progressista, urbana, de tez branca e de muitos sobrenomes estrangeiros substituía, no mando local, o tradicional coronel, retratado em Sinhô Badaró, de longas

---

[253]*Ibidem*, p. 71.

[254]*Correio de Ilhéus,* 29/05/1929, n. 1049, p.2.

barbas e ar senhorial, lídimo representante dos antigos donos da terra. Os exportadores, por sua vez, representam a nova estrutura econômica que regerá os destinos da região e formam um universo social em separado dos grapiúnas.

Há, em *São Jorge dos Ilhéus*, todo um esforço em identificar os exportadores como usurpadores dos direitos adquiridos pelos conquistadores das matas. Os representantes dos interesses do capitalismo internacional são constantemente colocados como adventícios que ainda não haviam conquistado o direito à cidadania grapiúna, o que somente viria com a posse das roças de cacau, rito de passagem do mando regional aos novos "donos da terra".

Ao fechar-se o violento ciclo da conquista, iniciou-se o processo civilizatório de superação das práticas tradicionais. À medida que se cristalizam as mudanças no tecido social, ocorre o avanço da civilização sobre a morte. As doenças são sobrepujadas pela ciência médica e por novos remédios, os assassinatos, pela norma jurídica. Os costumes modernos implicam a rejeição da morte violenta, do hábito de andar armado e da presença dos jagunços nas cidades. Nas ruas alargadas passam a trafegar os automóveis que, aos poucos, vão substituindo os animais de carga; inauguram-se clubes e *boites* para o lazer da elite econômica.

Os valores antigos convivem cada vez mais com o ideário civilizatório e normatizador, em combate direto às leis não escritas do tempo heroico. As transformações impostas pela riqueza da região implicam uma recusa do passado de mortes sangrentas, onde o costume e o prestígio atropelavam as normas impostas pela justiça. Já em *Cacau* há um relato das mudanças ocorridas no fim da conquista, três décadas depois:

> Eu vim faz trinta anos. Já fui trabalhador de mais de cinquenta fazendeiros [...] Já fui fazendeiro também. Um dia Mané Frajelo me tomou o que eu tinha. Hoje sou trabalhador de novo. Quando eu vim p´ra aqui, Itabuna era Tabocas, Pirangi nem existia. Se matava gente que nem macaco. Foi um tar de matar gente [...] Isso foi nos bons tempos. Hoje não se mata mais ninguém. Tá tudo 'carmo'[255].

O declínio dos patriarcas rurais, em *São Jorge dos Ilhéus,* explicita essa mudança na sociedade cacaueira. Sinhô Badaró morre pobre e amargurado. Ao final da vida já não era mais apontado como o "dono da terra",

[255]AMADO, [20--], p. 176.

seus descendentes não mandariam como ele mandou, não herdariam terras e poder, possuiriam apenas o sobrenome lendário imortalizado na mais sangrenta luta do cacau.

A perda das colheitas e dos jagunços praticamente eliminou o poder social da família Badaró em Ilhéus e Itabuna. Sem esses requisitos básicos para o exercício do mando, restavam somente a humilhação e o desprezo dos inimigos. Antigos senhores de homens e de terras, Sinhô e Juca Badaró deixavam apenas a herança dos seus nomes como referência de um passado violento e heroico. O romance, conforme nota introdutória, apesar de pretender ser uma continuidade de *Terras*, remete a uma nova fase da história da luta pelo controle das safras anuais de cacau.

A transferência da propriedade da terra para os exportadores ocorre devido ao colapso da economia e ao endividamento dos fazendeiros, com a baixa do preço das sacas nas bolsas de valores estrangeiras. A terra muda de dono. Os exportadores modificam a forma de apropriação da terra, abdicando da violência das invasões e das tocaias e introduzindo novos mecanismos, como as execuções de hipotecas dos fazendeiros e a posterior aquisição de terras em hasta pública por preços bem abaixo do valor real. Os antigos donos reagem à sua maneira. Espancamentos e assassinatos ressurgem, mas sem o efeito que tinham em épocas passadas. O desespero frente a outra realidade faz com que os fazendeiros falidos retomem velhos costumes, para alguns já desaparecidos, signos ultrapassados de outro tempo.

Amado situa em meados da década de 1920 o momento das lentas, porém constantes transformações sociais. "Iam-se perdendo, no passar dos tempos, o eco dos últimos tiros trocados nas lutas pela conquista da terra". Mas, apesar do propalado progresso material, "daqueles anos heroicos ficara um gosto de sangue derramado"[256]. Uma das questões centrais do romance é o conflito simbólico entre o "progresso", representando o futuro da região, e a "tradição", representando o passado que se negava a desaparecer completamente.

Os grandes fazendeiros, chefiados pelo coronel Ramiro Bastos, unem-se simbolicamente na defesa de um passado recente, a época da conquista, onde tiveram o monopólio da violência e forjaram laços de fidelidade em uma série de rituais como o casamento dos filhos e o batismo de vasto número de afilhados. Em *Gabriela*, no grupo que transita em torno

---

[256] *Idem*, 2003, p. XIV.

do exportador Falcão, estão elementos tipicamente urbanos: funcionários públicos, comerciários, jornalistas e intelectuais que se opunham à continuação dos tiros e das tocaias, das falsas escrituras e medições inventadas.

Certos costumes arraigados entre a população ainda não haviam sido varridos de todo: demonstrações de valentia, posse de armas de fogo, predomínio social masculino e o derramamento de sangue como reparação moral, costume que, transformado em "lei", vinha "dos tempos antigos, não estava escrita em nenhum código, estava apenas na consciência dos homens". Amado alerta constantemente para as permanências culturais no bojo das mudanças, o ritmo mais lento das transformações dos costumes em relação aos padrões econômicos.

O ambiente ficcional está impregnado de um passado ainda vivo na memória coletiva, "quando os Badarós, os Oliveiras, os Braz Damásio, os Teodoros da Baraúnas, atravessavam os caminhos, abriam picadas, à frente dos jagunços, nos encontros mortais. Quando cada grande árvore escondia um atirador na tocaia"[257]. Mas as pretensas permanências, "presente [s] em detalhes da vida da cidade e nos hábitos do povo [, iam] desaparecendo aos poucos, cedendo lugar às inovações [...] não sem resistência, sobretudo no que referia a hábitos, transformadas pelo tempo quase em leis"[258]. Passado e presente se contrapõem, antigos e novos valores colidem. A transformação social e material da região impõe uma nova configuração identitária e a morte, enquanto rito de passagem ao exercício do mando, é substituída pelos meandros da lei e das finanças.

O exportador Mundinho Falcão expressa esse momento de transição. Ao conquistar a liderança da oposição ao coronel Bastos, tradicional chefe político da região, Falcão introduz diversas modificações no universo grapiúna. Apoia a criação de clubes e jornais, abre novas ruas com casas de arquitetura moderna, financia empreendimentos, como uma companhia de ônibus, e luta pela exportação direta pelo porto de Ilhéus, em detrimento dos compromissos e interesses dos Bastos com políticos ligados ao porto da capital. Como representante maior dessas transformações, Mundinho é o alvo principal das críticas dos coronéis mais conservadores, é constantemente acusado de não ser um verdadeiro grapiúna, de ser um "forasteiro sem raízes na terra", sem possuir sequer um pé de cacau plantado, sem nunca ter manchado as mãos de sangue.

---

[257]Id, Ibidem.
[258]*Ibidem*, p. 14.

Alguns coronéis de mentalidade progressista, como Altino Brandão, buscam uma conciliação entre os adversários e defendem a legitimidade política de Mundinho Falcão. Mas Ramiro Bastos não admite a hipótese de dividir o seu poder com um recém-chegado que ousava questionar os valores antigos. Levanta, perante Brandão, a questão da tradição do poder dos pioneiros que, como eles próprios, haviam desbravado a mata, que morreram e mandaram matar nas lutas pela posse de terra. A tensão entre as opiniões dos dois coronéis é expressa na passagem abaixo:

> [Coronel Brandão]
> Ilhéus é uma terra de forasteiro, seu coronel. A gente mesmo o que é? Nenhum nasceu aqui [...]. A gente daqui o que é que vale? Tirante o Doutor, homem ilustrado, os outros são uns restos, só serve para o lixo. Por assim dizer, a gente é os primeiros grapiúnas.
> [Coronel Bastos]
> Quantas vezes a gente arriscou a vida, escapou de morrer? Pior do que isso, quantas vezes a gente não teve que mandar tirar a vida dos outros? Isso então não vale nada?[...] Que vida ele arriscou? Que vida ele tirou? Onde foi buscar o direito de mandar aqui? Nosso direito a gente conquistou[259].

Os principais líderes construíram uma liderança inquestionável perante seus correligionários e apadrinhados, com base em compromissos assumidos na fase violenta do desbravamento. Amâncio Leal, um dos principais aliados dos Bastos, afirma esse sentimento de fidelidade: "enquanto eu for vivo, meus votos são para meu compadre Ramiro Bastos e pra quem ele indicar. Foi ele quem me deu mão forte quando a gente estava jogando a vida nessas brenhas"[260]. Tal devoção, ampliada na teia social, dava aos principais coronéis o predomínio político regional, indicando e elegendo parentes e afilhados como subdelegados, conselheiros, intendentes e deputados, eleição após eleição.

Mesmo na velhice, o coronel Ramiro encarnava o típico coronel do cacau, líder que, à frente de seus homens, tocou fogo em fazendas e cartórios, invadiu povoados e liquidou inimigos. A recente introdução de novos hábitos era vista com maus olhos por ele, acostumado a mandar sem contestação. Ramiro Bastos, inimigo das mudanças, repudiava o progresso

---

[259] *Ibidem*, p. 208.
[260] *Ibidem*, p. 41.

trazido pelos novos tempos. Para o velho coronel, o passado, assim como ele, ainda não havia morrido:

> Ainda não morreu nem é um inútil. Querem luta? Pois vamos lutar, que outra coisa ele fez na vida? Como plantou suas roças, marcou os amplos limites de suas fazendas, construiu seu poder? [...] Como liquidara os adversários políticos? Foi rompendo a mata, o parabélum na mão, os jagunços a segui-lo [...] Ninguém esqueceu ainda essas histórias. Esse Mundinho Falcão está enganado, veio de fora, não conhece as histórias de Ilhéus, era melhor se informar[261].

Em *Gabriela*, Amado aborda também as mudanças quanto à moral da sociedade regional. Tradicionalmente, a morte servia como um mecanismo de punição contra os "desvios" de conduta, de acordo com a moralidade característica do período. Entre tais "desvios", um dos mais graves era a traição conjugal por parte da esposa, considerada como guardiã privilegiada da honra do esposo e da família. Tal crime podia somente ser reparado com o assassinato dos amantes. As cenas dos velórios de Sinhazinha, esposa do coronel Jesuíno Mendonça, e do jovem dentista Osmundo, retratam a força do costume na sociedade regional. As cenas da trasladação dos corpos das residências onde foram velados para o cemitério estão carregadas de simbolismo.

O espaço urbano ficcional reflete a moralidade vigente. As ruas por onde passam os caixões estão praticamente desertas. Em um momento em que se espera a solidariedade social com a dor da perda, apenas alguns poucos amigos e parentes acompanham a procissão dos mortos. O homicídio é um artifício aceito socialmente nas questões de honra e a vingança é legítima e esperada para o crime de traição conjugal. A abdicação do "direito de matar" os que haviam ofendido a honra familiar é inaceitável: "honra de marido enganado só com a morte dos culpados podia ser lavada". Nem mesmo nos júris ou nas igrejas elevava-se uma voz a defender os mortos.

O autor do duplo assassinato, coronel Jesuíno, era um dos mais legítimos representantes do poder regional. Quase ninguém compareceu aos velórios e aos enterros de Sinhazinha e Osmundo. Prestigiá-los seria

---

[261] *Ibidem*, p. 61.

considerado socialmente reprovável. A atitude do coronel foi, inicialmente, unanimemente aprovada pela população: "não se elevava voz – nem mesmo de mulher em átrio de igreja – para defender a pobre e formosa Sinhazinha"[262]. Segundo o pensamento geral, o coronel havia demonstrado ser um homem "corajoso e íntegro, como o provara durante a conquista da terra [...], muitas cruzes no cemitério e na beira das estradas deviam-se aos seus jagunços, cuja fama não fora esquecida [...], suas propriedades cresceram e seu nome fez-se respeitado"[263]. Um jantar patrocinado pelos correligionários de Jesuíno foi organizado como forma de desagravo ao coronel, um dos construtores da "civilização do cacau".

Há, porém, uma clara dualidade moral em *Gabriela*, indício da ainda incompleta superação das formas de comportamento mais tradicionais. Apesar dessa atitude inicial da população, no decorrer da trama há uma ruptura com relação à atitude anterior diante da tragédia dos amantes. Dois momentos, em *Gabriela,* marcam essa transição nos costumes locais. O primeiro, a ida de Malvina, filha do coronel Melk Tavares, ao velório de Sinhazinha, verdadeiro rompimento com as convenções sociais que interditavam a presença de moça solteira em uma situação que remetia ao adultério. O segundo, a visita popular programada pelo pai de Osmundo, um próspero comerciante de Salvador, ao túmulo do filho no cemitério municipal. Diz o relato que "a romaria ao cemitério foi um sucesso, o oposto do enterro. Coroas mortuárias, as que haviam faltado no enterro; flores em profusão, as que haviam recusado ao esquife. Mármore mortuário cobria agora a cova rasa"[264]. O apelo paterno havia comovido a maioria da população, algo recente, os novos tempos.

Ao final, a sociedade grapiúna condena a violência típica dos tempos da conquista, os costumes antigos e os privilégios inerentes à condição de grande proprietário rural. Depois de conturbado processo, a confirmação da culpa do coronel Jesuíno determina uma nova fase. Na sociedade que se moderniza rapidamente, a violência cede ao império do progresso e da lei. Ilhéus civiliza-se, opõe-se cada vez mais ao passado bárbaro. Os assassinatos a sangue-frio passam a ser hostilizados, a sua heroicização fenece. Em um diálogo, o coronel Melk Tavares explica a um dos seus trabalhadores as mudanças ocorridas em relação à época da conquista: "naquele

[262] *Ibidem*, p. 92.
[263] *Ibidem*.
[264] *Ibidem*, p. 370.

tempo era bom [...] Bastava ter peito, tocar para frente, liquidar quatro ou cinco que tinham a mesma tenção, e o cidadão tava rico. Aquele tempo acabou. Agora chegou o progresso, as coisas são diferentes"[265].

A morte do coronel Ramiro simboliza a superação do domínio dos homens em armas. Em vida resistira ao fluxo histórico do "progresso" e à decadência do poder dos antigos "donos da terra". "Antes que eu morra", dizia o coronel, "ninguém vai tomar conta de Ilhéus. Nem que tenha de morrer de arma na mão. Nem que tenha outra vez, Deus me perdoe, de mandar matar [...], mesmo que Ilhéus vire outra vez coito de bandidos, terra de cangaço"[266]. A sua morte encerrou a época dos "barulhos" tão ao gosto dos desbravadores e jagunços. Amado aponta, então, outro padrão comportamental surgido das transformações de cunho capitalista, a era dos exportadores.

De qualquer forma, a força social dos coronéis ainda é representada, por exemplo, no velório de Ramiro Bastos. As páginas da imprensa local, "tarjadas de negro", elogiavam o coronel como "grande homem de Ilhéus", lembravam a dívida da cidade perante a sua administração. O seu partido, em aviso fúnebre, convocou a população para acompanhar, ao cemitério, o corpo do "inesquecível homem público, adversário leal e cidadão exemplar"[267]. As qualidades do morto, apontadas por Amado, servem como referência para uma imagem da elite econômica tradicional da região. A personalidade do "grande homem" perpetua-se no tempo. A lealdade é uma das mais importantes características na construção da identidade social. Ao final, a sua existência serviu de exemplo aos demais cidadãos, fornecendo um modelo de comportamento e de visão de mundo.

O velório foi realizado, como era costume na época, na principal sala da residência, invadida por uma multidão que desfilava em torno do caixão. Um dos coronéis comentou a respeito da transição do poder. O coronel Ramiro, segundo ele, "morreu antes de perder, morreu mandando como ele gostava. Era homem de opinião, dos antigos. O último que havia". Uma das mais ostensivas provas do prestígio pessoal do morto eram as presenças do próprio bispo, acompanhado dos padres, da superiora do convento das freiras e das suas alunas perfiladas em frente à residência dos Bastos. Na saída do féretro, "os sinos de todas as igrejas dobravam finados". As ruas estavam repletas, numerosos representantes das diversas classes

[265] *Ibidem*, p. 119.
[266] *Ibidem*, p. 211.
[267] *Ibidem*, p. 333.

sociais são citados como que em uma hierarquização: "exportadores, fazendeiros, comerciantes e gente do povo, descida dos morros, vinda do Pontal e da Ilha das Cobras".

A morte do coronel alterou, naquele momento, a própria vida da cidade. O comércio cerrara suas portas, em sinal de luto, e, à noite, os cinemas, cabarés e bares ficaram vazios, as ruas desertas como "se todos houvessem morrido"[268]. Era a derradeira homenagem prestada ao homem que simbolizou um tempo que havia ficado na lembrança dos grapiúnas, o tempo dos antigos coronéis, ficcionais, quando se consolidou a civilização do cacau.

A consolidação do processo civilizacional é também abordada por Adonias Filho, em seu ensaio intitulado *Sul da Bahia: chão de cacau*, onde discute o comportamento e os hábitos de tipos sociais regionais e as situações por eles vividas em ciclos históricos delimitados pelo autor. O ensaio propõe-se a caracterizar a especificidade do homem do cacau, elaborando uma interpretação ensaística que difere da literária, uma visão "científica" sobre as mudanças ocorridas desde a introdução da lavoura cacaueira até a consolidação de uma civilização.

O ensaio é apresentado como um estudo sociocultural que se pretende singular, na medida em que busca caracterizar uma civilização regional no sul baiano. À flora e à fauna aliam-se as estruturas social e econômica, organizadas em torno do cacau, como elementos que explicam a singularidade regional. As interpretações do ensaio reforçam a ideia jorgeamadiana de uma "nação grapiúna", base da construção da identidade regional tão cara aos dois escritores. As formas próprias de existência são aspectos definidores das características regionais. Tais características são originadas pelas distinções históricas da formação social local diferenciada das demais do Nordeste pela origem étnica e social dos seus habitantes e pelo meio ambiente onde ocorre a relação homem-natureza.

A sociedade da região cacaueira da Bahia é retratada como fruto de um processo formador específico dentro do contexto nacional, que faz aparecer uma civilização culturalmente definida, "uma saga comum, na variação de processos e estilos individuais [...], todo um reino humano, geográfico e social" (*Sul da Bahia*, p. 6). Diferentemente dos seus romances, nesta obra a utilização da morte violenta no processo de acumulação de terras é relativizada. Mais do que as chacinas, teria prevalecido a violência jurídica. Só excepcionalmente o coronel de cacau agia com violência. Adonias, que

---

[268] *Ibidem*, p. 334.

interpretou ficcionalmente um passado de mortes e violência, analisa agora a consolidação da nação grapiúna assimilando-a à ordem e ao progresso implementados pelos coronéis.

Nesse aspecto, o autor não nega totalmente o passado de assassinatos e invasões de terra, mas o ameniza e o complementa, fazendo com que essa fase apareça diluída nos ciclos que ele estabelece para o contexto de formação da civilização regional. Essa construção é encabeçada pela elite do cacau, os grandes proprietários, legitimando o poder ou autoridade de um grupo. O domínio da terra corresponde ao domínio social e cultural. A visão de mundo dos pioneiros transformados em coronéis tornou-se homogênea. A trajetória desse grupo social terminou por abarcar as referências identitárias.

Apenas nos casos de desonra familiar seria acionado o jagunço, que não estaria incluído entre os trabalhadores rurais, mas seria um empregado eventual, com o coronel "não o tendo como um agregado, nem possuindo uma milícia"[269], o que o diferenciava do coronel do sertão. Mais adiante o autor afirma que o respeito à lei impediu o coronel de utilizar a violência nas questões de terra. Para tanto bastava a ação dos bacharéis em direito. Observa-se uma amenização do papel do uso da violência e da morte no processo da conquista da terra. A prática do "caxixe" fez do advogado, mais do que do jagunço, o principal responsável pela solução de questões de posse das roças de cacau.

Um dos tipos sociais característicos analisados em *Sul da Bahia* é o desbravador, figura que dará origem a outro tipo social característico regional, o coronel de cacau. O desbravador violento, elevado à condição de herói pela literatura, torna-se uma figura exemplar de atuação social, cujos atos servem para disciplinar, educar o leitor nos mecanismos de formação de uma comunidade imaginária. O desbravador é um elemento que retrata a heroicidade do pioneiro. As picadas por ele abertas na mata fechada em breve se tornaram estradas onde circulavam mercadorias, homens, costumes, o que facilitou o surgimento de povoados, as futuras cidades do cacau.

O desbravador adoniano tornou singular a cultura regional e se configurou como o seu mais importante agente formador. A ausência do escravo negro é apontada como "uma das causas da diferenciação entre o desbravador e o senhor de engenho, entre o coronel nordestino criador de gado e o coronel do cacau"[270] (*Sul da Bahia*, p. 43). Ao construir sua fortuna

[269]ADONIAS FILHO, 1976, p. 78.
[270]Ibidem, p. 43.

através do trabalho livre, inicialmente de cunho familiar, o desbravador grapiúna tem o seu poder legitimado pelo esforço descomunal na abertura das matas, avançando suas plantações de forma pacífica e ordeira, muito raramente se utilizando de meios violentos.

Em *Sul da Bahia: Chão do Cacau*, o poder econômico e social do coronel advém do seu suor e não do sangue derramado na conquista da mata. A sua origem humilde, os parcos recursos disponíveis, as imensas dificuldades enfrentadas tanto na derrubada da mata quanto na defesa das terras dão ao coronel do cacau uma legitimidade no exercício do poder regional e dos mecanismos utilizados para a manutenção desse poder. Para Adonias, "surpreende é que esse coronel, um desbravador ele próprio ou dele filho [...], se integrasse em normas morais que apenas excepcionalmente o fariam reagir com violência"[271]. O ensaio admite que casos de morte violenta existiram, mas eram sobretudo relacionados com "o código de honra da família", o que explicaria a utilização dos jagunços pelos fazendeiros de cacau[272].

Os ciclos adonianos dão conta de um homem, sua concepção e atitude perante o mundo, um homem em construção. Adonias aponta a década de 1930 como a do declínio da influência do coronel. A civilização do cacau abria espaço para novos costumes e visões de mundo. Era o sul baiano em fase de consolidação de um processo cultural, cuja "conscientização regional" é ratificada por uma literatura peculiar. A ideia de civilização do cacau surge no contexto histórico das mudanças sociais, econômicas e culturais advindas da ampliação das áreas cultivadas de cacau no sul da Bahia. Segundo o autor, as fases dessa nova configuração social e econômica são consequências do processo cultural que estava em andamento, pois "os contatos e as inter-relações" com novos valores "provocam o complexo regional e atendem o processo de mudança"[273]. A estrutura social e a organização econômica forneceram as normas que dariam coesão ao regional.

O processo de incorporação de terras, tal como é relatado nas obras jorgeamadianas e adonianas, ora violento, ora pacífico, reflete as mudanças de abordagem dos autores na construção da memória regional. Implantada a lavoura e concluída a fase sangrenta do desbravamento, iniciase a etapa de consolidação da refinada civilização do cacau, fechando-se, desta forma, os ciclos da identidade grapiúna.

---

[271]*Ibidem*, p. 78.
[272]*Ibidem*.
[273]*Ibidem*, p. 33.

CAPÍTULO IV

MEMÓRIA E "CIVILIZAÇÃO": O EXEMPLO DOS MORTOS ILUSTRES

> E deste "fingimento", simultaneamente simulador da vida e dissimulador da prova ontológica da morte (o cadáver), se foi impondo um novo além: a memória dos indivíduos e dos grupos.
>
> *Fernando Catroga*

A morte "pedagógica" e a "civilização" do cacau

Os primeiros capítulos deste trabalho evidenciam como a região sul-baiana, no final do século XIX, estava transformada pelo crescimento da população e pelo desenvolvimento da lavoura do cacau, que acabaram por redesenhar os seus aspectos sociais e culturais. O investimento dos principais municípios do sul da Bahia, em uma imagem de região "civilizada", nos moldes dos grandes centros culturais do país e do exterior, era cada vez mais evidente.

Os modelos sociais europeus e fluminense eram seguidos como exemplo de civilidade. O entusiasmo pela adoção de modelos culturais como as cidades de Paris e Rio de Janeiro se fazia presente tanto na gestão pública quanto na iniciativa privada desde a última década do século XIX. A década de 1920, porém, é uma baliza que demarca, em termos de intensidade, as transformações impostas pelo desejo de "civilizar" o sul baiano.

Nesse contexto, a importância social do culto aos mortos motivou os setores políticos a fazerem um forte investimento no campo tanatológico e nos suportes de recordação. A organização de funerais-espetáculo deve ser compreendida em relação a um empenho dos grupos a que pertenceu o morto, partido, família e/ou associação, em ostentar publicamente o exemplo do seu devotamento individual ao coletivo. Em face da possibilidade de outra eternidade, a memória apresentou-se como um atenuante

para a dissolução dos vestígios da existência individual. Podemos afirmar que a perspectiva da morte física ser superada pela sobrevivência social na lembrança dos vivos motivou a prática de consagração dos mortos, enquadrando-a em uma finalidade de cunho pedagógico e laico.

Elementos culturais europeus do período serviram de paradigma para a construção do moderno conceito de cidadania no Ocidente. No período compreendido entre 1870 e 1914, estabelecido por Hobsbawn como a fase de consolidação do estado-nação no Ocidente, surgem os modelos de homens públicos apoiados em um discurso voltado para o sentido de coletividade e o da coisa pública[274].

Evidentemente, esses modelos foram reelaborados de acordo com as especificidades locais, percebidas nas comemorações fúnebres, onde as camadas abastadas da população investiam maciçamente no aprimoramento do seu próprio *ethos*, expresso no poder material trazido pelo cacau e na adoção do ideário modernizante, o que incluía um controle maior do poder público sobre o comportamento social.

As ideias higienistas europeias, principalmente francesas, foram responsáveis pelas reformas funerárias que estavam no bojo das mudanças que pretendiam trazer a civilização à recente nação brasileira. Entre as principais medidas estava a transferência dos enterramentos no interior dos núcleos urbanos para os cemitérios públicos extramuros. Além do ambiente mais higiênico, o cemitério oitocentista deveria ter uma função de lugar de memória. Nele, os túmulos monumentais celebrariam os cidadãos exemplares e rememorariam suas virtudes perante a sociedade na qual estava inserido.

Leis municipais passaram a proibir determinados costumes, como o transporte e a inumação de cadáveres de adultos e de crianças em caixões abertos, providência determinada "a bem da saúde pública e de acordo com os preceitos da higiene", como registra o *Jornal de Ilhéus*, órgão oficial do município. No entanto, ainda em fins da década de 1910, o costume permanecia quanto aos enterros de crianças, os "anjos". Mesmo nos períodos de surtos epidêmicos, a lei era comumente ignorada pela população, "consentindo que fiquem destampados os caixões contendo os restos mortais de crianças, filhos ou não, que são transportados assim para o cemitério, percorrendo quase sempre diversas ruas da cidade."

---

[274]HOBSBAWN, 1988.

O contato com os mortos "vítimas de moléstias contagiosas," ou com aqueles cujo corpo se encontrava em estado de "decomposição adiantada" era considerado anti-higiênico pelos poderes públicos e feria os preceitos legais. A gazeta alertava que, mesmo no período agudo da *influenza*, "temos visto se sepultarem crianças em caixões sem tampa", e estimulava os fiscais do município a punirem severamente os infratores da lei[275].

O poder público desejava modificar o antigo costume de expor cadáveres em espaços abertos aos olhos da população. A visão de pessoas mortas deveria estar restrita ao espaço privado. Tornavam-se inaceitáveis as cenas de caixões descobertos em procissão pelas ruas de uma cidade "civilizada". *O Jornal* aludiu ao desconforto causado pela visão de um cadáver nas vias públicas, pois "ninguém gosta de olhar para pessoas mortas, há nisso um natural e um grande constrangimento, senão repugnância invencível".

Ainda segundo o periódico, o desejo de estar junto ao cadáver "só é inato aos parentes, às pessoas que têm laços de afinidade ou mesmo de amizade íntima." A sociedade, em geral, "respeita a memória dos que passam; presta as devidas homenagens aos cadáveres, acompanhando-os à sua última morada, ouvindo missas em repouso de suas almas, descobrindo-se à sua passagem" mas, em regra, "foge de ver defuntos, evita o seu contato e censura o costume de transportarem para o cemitério os cadáveres dos anjos em caixões abertos." Era preciso acabar de uma vez com esse "mau costume" tão prejudicial "à saúde e à civilização."[276]

Os surtos constantes de febres e outras doenças contagiosas tiveram influência decisiva no desaparecimento do costume de expor os mortos. Em 1918, o contágio da gripe espanhola, que "vai penetrando em todos os lares, quer do pobre, quer do rico", deu ensejo ao endurecimento da fiscalização sanitária e ao aumento da influência da "classe médica da terra" que, "sacrificando suas comodidades, não se tem poupado à luta." Para dimensionar os efeitos da tragédia, a imprensa afirmava que, nas cidades e no interior, "não há uma única habitação que já não tenha recebido a angustiosa visita." Em muitas casas "o terrível *morbus* tem prostrado todos os habitantes, não deixando um só de pé para acudir os derrubados, que são socorridos pela amizade de algum vizinho ou pela caridade do próximo"[277]. A dramaticidade da notícia parece tentar convencer os leitores da

[275]CEDOC. *Jornal de Ilhéus*, "Em caixões descobertos", 3/2/1918, n. 328, p. 1.
[276]*Ibidem*.
[277]*Ibidem*, *A peste,* n.328, 27/10/1918, p. 2.

necessidade imediata de superação de determinados costumes nocivos à saúde pública

Desde agosto de 1918, os casos de *influenza* haviam se alastrado pela Europa. No mês seguinte, um navio, o *Demerara*, aportou no Rio de Janeiro depois de passar por Lisboa, Recife e Salvador, espalhando rapidamente a doença. O número de enfermos e mortos cresceu vertiginosamente em poucos dias e em várias cidades, primeiro as portuárias, em seguida no país inteiro[278]. No sul da Bahia o flagelo teve uma maior intensidade entre os meses de outubro e dezembro e "em breve se aplacaria o mal que tendo entrado em todas as casas, já deveria estar farto de tanta derrubada que fez"[279].

Assim como nos centros urbanos, a doença grassou no interior dos municípios, atingindo centenas de pessoas em Ilhéus e Itabuna. A maior incidência de casos fatais ocorreu nos bairros populares carentes de infraestrutura sanitária. A morte ou a doença da maior parte dos empregados paralisou as atividades do comércio. O embarque e desembarque dos vapores e lanchas "fazia-se com vagar e com demora." Os pescadores deixaram de sair para o mar para pescar, desaparecendo o peixe do mercado. A carne de boi também escasseou. Por preço algum "se encontra [vam] galinhas para os doentes" e o leite "só tem chegado para os abastados e arranjados." Inúmeras fazendas ficaram sem trabalhadores suficientes para colher o cacau, acarretando grandes prejuízos à lavoura.[280]

Os jornais da época consideram, além da falta de infraestrutura sanitária, a violência como causa principal de um grande número de óbitos no sul da Bahia. Como vimos anteriormente, a morte "selvagem" caracterizou o período das lutas armadas motivadas pela posse de terras e disputas eleitorais das duas primeiras décadas do século XX, época das invasões de centenas de jagunços "vindos de Conquista, de Condeúba, de Areia, de Jequié e de Belmonte"[281]. Eram comuns as chacinas, como a da vila de Olivença ou a da fazenda pertencente a Manoel Andrade, onde em poucos dias tombaram vinte e duas pessoas, entre as quais o "inditoso" Berilo Deiró, fazendeiro e político, cujo assassinato "revestiu-se de um requinte de perversidade nunca vista na história dos grandes crimes de Ilhéus"[282].

---

[278]BERTUCCI, 2004.

[279]CEDOC. *Jornal de Ilhéus*. "A influenza", nn. 329 e 331, 10/11/1918 e 24/11/1918.

[280]Ibidem.

[281]Ibidem, "Empastelamento", n.47, 1/6/1913, p. 2.

[282]Id. Ibid. "As benemerências do mangabeirismo", n. 350, 6/4/1919, p. 2.

A morte de Deiró foi marcada pelo seu "martírio", explorado politicamente pelos correligionários. Os seus olhos foram arrancados a faca, e "depois de cego e banhado em sangue, o fizeram andar debaixo do facão, caindo aqui e acolá, entre vaias e gargalhadas dos bandidos que sem grande demora o castraram e o mataram a faca." A imprensa temia a repercussão que esse tipo de morte teria para a imagem da região cacaueira, questionando: "quando os parentes souberem do modo porque foste assassinado, o que dirão?" Que a zona do cacau era "uma terra inabitável, um covil de assassinos e bandidos", o que muito concorria "para a má fama de que goza esse torrão." Contudo, a morte de Deiró não teria sido em vão. Por ter sido trucidado defendendo os ideais do partido, foi transformado em uma espécie de mártir do grupo político. "Berilo não morreu, imortalizou-se"[283].

A morte "selvagem" produziu outros "mártires", cujos assassinatos eram relembrados, mesmo décadas depois, como forma de rejeição aos antigos costumes e de manutenção da lembrança de um acontecimento particularmente significativo para o grupo familiar e político. Um artigo de *A Luta,* do ano de 1906, lembrava que "há vinte e um anos a negradada (sic) política, dirigida por vultos sinistros" mandou assassinar, na ponte do Itariri, "por truculentos facínoras," o capitão João Carlos Hohlenwerger, um dos ilheenses "mais distintos e queridos, pela lealdade intransigente de seu caráter, de sua bravura, do prestígio crescente de sua popularidade e esforço acurado do seu labor."

De acordo com a matéria, os assassinos "se puseram na espreita, aguardando-o nos disfarces das tocaias." Com o capitão pereceram "seus bravos companheiros"; apenas um jovem escravizado foi poupado. Segundo o artigo do *A Luta,* o "morticínio hediondo ainda perdura na alma ilheense", era a "expressão da dor" e por sobre os túmulos das vítimas "avivamos, na fronte nefanda do bárbaro mandante, o estigma do crime que jamais se apagará"[284].

Assim como o de Berilo Deiró, o assassinato do capitão Hohlenwerger tem conotações simbólicas no que se refere aos requintes de crueldade do ato criminoso: Hohlenwerger teve a barba e os olhos arrancados e as mãos decepadas. A barba serviria aos executores como prova, do assassinato, para o mandante. Os corpos foram crivados por dezenas de descargas antes do esquartejamento dos seus membros. De forma semelhante foram

[283]Id. Ibid. "O maior dos suplícios", n. 342, 9/2/1919, p. 2.
[284]AFEBC. *A Luta*, "Morticínio do Itariri", n. 225, 10/11/1906, p. 2.

assassinados sete indivíduos na chacina de Olivença, em 1905. Essa forma de desfiguração trazia uma mensagem de ódio explicitada nas características dos ferimentos. Crimes como estes eram explorados como retratos de uma fase passada que deveria ser superada pela introdução de novos costumes. Caberia aos administradores e autoridades públicas, assim como aos órgãos de imprensa, difundirem novos valores ao conjunto da sociedade, com base no exemplo dos seus mais "ilustres" e "civilizados" cidadãos.

As características marcantes da personalidade "ilustre" são alinhavadas em momento e locais estratégicos. Funerais, discursos à beira do túmulo e os necrológios são algumas das formas de preservar viva a memória individual e de transformar o "homem-pessoa", com todos os seus erros e deslizes éticos, no "homem-instituição", indivíduo sem máculas e exemplo idealizado de valores morais e cívicos. As homenagens póstumas reelaboravam a imagem pública do indivíduo no "templo da memória", evidenciando a importância que a modernidade ocidental tem dado à imortalidade dos indivíduos[285].

Os textos fúnebres destacavam as virtudes e silenciavam os defeitos do morto, em um processo depurativo que o distinguia. Apagavam-se todas as imperfeições pessoais e realçavam-se todas as qualidades do caráter, prática essa que utiliza o "esquecimento" para poder construir a exemplaridade do que se deve recordar. Este trabalho idealizador associava-se às contribuições que o morto havia dado para a sociedade em que estava integrado. O conteúdo do texto relembrava e purificava, de modo a fixar na personalidade a imagem a ser incorporada para a posteridade.

A nova dimensão das práticas fúnebres levou a que os funerais terminassem se constituindo uma verdadeira consagração cívica. Aos tradicionais aspectos religiosos misturaram-se intenções laicas de ostentação das virtudes do homenageado. Nesse sentido, o necrológio e o anúncio fúnebre são essencialmente didáticos, pois exortavam os vivos a dar continuidade ao exemplo dos mortos e enfatizavam o dever das gerações futuras de conservar e perpetuar a memória das figuras-referência[286].

Os anúncios possuem um caráter mais informativo dos dados relativos às datas e horários dos enterros e missas, e de agradecimentos pela participação nesses rituais. Eram pagos pela família ou pela associação a que o morto pertencia. Conforme Fuchs, a base da coesão familiar ou grupal é

[285] ABREU, 1996.
[286] BONNET, 1986.

abalada sempre que a morte de um membro importante acontece. O anúncio público da morte é uma das formas de externar socialmente o sofrimento vivenciado pelo grupo social com a perda de um dos seus membros. Os anúncios fúnebres contribuem para que a propagação da morte do "ente querido" permita que ocorram manifestações privadas e públicas de solidariedade, que terminam por preservar laços de coesão[287].

Os necrológios, por sua vez, compreendem a construção da imagem ideal de sociedade, mediante a celebração da memória dos principais cidadãos, assegurando-lhes a imortalidade entre os vivos. Se, por um lado, enunciam um complexo jogo de composição e recomposição das elites, por outro permitem avaliar como a imprensa, na primeira metade do século passado, atuou como canal de construção de uma história específica para a região produtora de cacau da Bahia. Os necrológios dos mortos "ilustres" eram localizados na primeira página dos jornais, enquanto os anúncios fúnebres localizavam-se na "seção social", ao lado dos nascimentos, casamentos, batizados e aniversários das famílias mais influentes.

Os textos procuravam difundir uma visão de mundo e nortear a vida individual mediante a construção de discursos integradores e coletivos, desta forma conferindo à morte uma nova significação social. Era o momento no qual, silenciados os defeitos, glorificavam-se as virtudes individuais de caráter laico. Os necrológios eram bastante seletivos quanto ao tamanho e quantidade de adjetivações positivas. Poucos alcançavam o privilégio da publicação de textos edificantes sobre si. A vitória sobre a morte física dependia, conforme foi observado, do peso social das obras e do *status* adquirido em vida. Enquanto a lealdade aos preceitos religiosos assegurava a salvação eterna da alma, o lugar social determinava quem legava à posteridade a lembrança da sua existência.

Para alguns poucos indivíduos, que representavam determinados setores sociais, a morte não era a finitude ou o aniquilamento, mas a consagração. Invariavelmente, os necrológios culminavam em autênticas defesas dos fundamentos sociais a que o morto havia se devotado. Os textos também consolidavam uma versão oficial sobre a trajetória pública e privada do morto ilustre, para melhor integrar a sua imagem à da sociedade a que pertenceu.

Os necrológios não pretendiam ser meros elogios. Eles buscavam exaltar as qualidades, do morto, que deviam servir como exemplo de

---

[287]FUCHS, 1973.

conduta social. Isso faz com que os discursos fúnebres tornem-se textos parciais em essência, pois se propunham a contribuir para a transição dos "grandes homens" do terreno da vida para o da memória, formando um "panteão" de referência regional.

É possível avaliar a posição socioeconômica da família do morto considerando-se o custo da disposição espacial da informação nas páginas dos jornais. A morte entre as famílias mais importantes era anunciada em mais de uma edição. A centimetragem dos anúncios e necrológios conferia *status* ao grupo social do morto e atestava a sua influência. Ao mesmo tempo, o caráter impessoal e formular da sua apresentação quando se tratava de mortos comuns constitui evidência das formas de separar e distinguir. Estes últimos são anúncios nos quais mudam apenas os nomes dos familiares, das instituições e do morto, publicados nos espaços reservados às comunicações gratuitas[288].

Os anúncios das mortes de fazendeiros, comerciantes e políticos representam maioria absoluta. As tabelas abaixo evidenciam esse fenômeno. Foram contabilizados os anúncios fúnebres da imprensa de Ilhéus e de Itabuna, em dois períodos distintos, situados entre as décadas de 1900 e 1910, e as décadas de 1920 e 1930, para observação de possíveis variações. A Tabela 10 refere-se aos falecimentos de indivíduos do sexo masculino, em que categorias listadas como ocupação abrangem diversas profissões. A de operário aglutina os chamados "artistas": carpinas, pedreiros e alfaiates. Os advogados, médicos e engenheiros estão concentrados na categoria profissional liberal. Os comerciários, tabeliães e empregados públicos estão aglutinados na categoria denominada funcionário. Entre os "jagunços", foram classificados os assassinos profissionais que atuavam na região e cuja referência aparece somente na primeira datação.

Tabela 10 – Ocupação dos mortos do sexo masculino indicada em anúncios fúnebres por décadas. Municípios de Ilhéus e Itabuna (1900-1910 / 1920-1930)

Ocupação	1900-1910	1920-1930	Total	%
Fazendeiro	28 (27,2%)	68 (45,9%)	**96**	**38,2**
Comerciante	17 (16,5%)	26 (17,6%)	**43**	**17,1**
Político	12 (11,7%)	19 (12,8%)	**31**	**12,4**
Operário	06 (5,8%)	15 (10,1%)	**21**	**8,4**
Funcionário	08 (7,8%)	10 (6,8%)	**18**	**7,2**

[288] WITTER, J. S. "Os anúncios fúnebres (1920-1940). In: MARTINS, J. de S. **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1983, p. 85-8.

Tabela 10 – Ocupação dos mortos do sexo masculino indicada em anúncios fúnebres por décadas. Municípios de Ilhéus e Itabuna (1900-1910 / 1920-1930)

Ocupação	1900-1910	1920-1930	Total	%
"Jagunço"	16 (15,5%)	-	**16**	**6,4**
Profissional Liberal	03 (2,9%)	06 (6,8%)	**09**	**3,6**
Trabalhador Rural	09 (8,7%)	-	**09**	**3,6**
Militar	04 (3,9%)	01 (0,7%)	**05**	**2,0**
Marítimos	-	03 (2,0%)	**03**	**1,1**
Total	**103**	**148**	**251**	**100**

Fonte: Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade estadual de Santa Cruz – CEDOC-UESC.

A Tabela 11 refere-se aos dados relativos aos falecimentos de pessoas do sexo feminino. As categorias "fazendeira" e "negociante" englobam mulheres que realmente exerciam estas atividades, assim como as que são unicamente referidas como parentes -- esposas, filhas, irmãs ou mães de fazendeiros e negociantes. A ocupação denominada "doméstica" engloba as mulheres cujo ofício relacionava-se com atividades "do lar". Os dados sobre o sexo masculino perfazem um total de 251 referências à atividade exercida, enquanto os dados sobre o sexo feminino somam 85, um número bem inferior ao dos anúncios de morte de homens.

Os dados referentes ao município de Ilhéus apresentam um número muito maior de anúncios fúnebres coletados devido à quantidade superior de jornais e edições. Os dados relativos ao município de Itabuna somente foram coletados a partir de 1917, quando foi inaugurado o jornal *A Época,* cujo acervo é o mais antigo disponível para a pesquisa, assim como apresentaram grandes claros na sua periodização. Portanto, os dados de ambos os municípios serão apresentados em bloco com o objetivo de estabelecermos uma ideia aproximada de conjunto.

Tabela 11 – Ocupação dos mortos do sexo feminino em anúncios fúnebres por décadas. Municípios de Ilhéus e Itabuna (1900-1910 / 1920-1930)

Ocupação	1900-1910	1920-1930	Total	%
Fazendeira	20 (60,6%)	38 (73,2%)	**58**	**68,2**
Comerciante	08 (24,2%)	05 (9,6%)	**13**	**15,4**
"Doméstica"	05 (15,2%)	05 (9,6%)	**10**	**11,8**
Professora	-	02 (3,8%)	**02**	**2,3**
Indigente	-	02 (3,8%)	**02**	**2,3**
Total	**33**	**52**	**85**	**100**

Fonte: Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz – CEDOC-UESC.

Os textos da imprensa regional eram espaços privilegiados para o enaltecimento de grupos familiares. Em seus necrológios, os "decanos" dessas famílias eram apresentados como representantes legítimos da sociedade regional e como elo da afetividade e consanguinidade entre a parentela. O elogio fúnebre articulava a história pessoal aos valores mais prezados pela sociedade. O objetivo maior era, como já foi dito, traçar os contornos do homem público, criar um indivíduo incomum que sintetizasse a coletividade. Os parâmetros que deveriam guiar o cidadão -- o espírito cívico, a valorização do trabalho e a visão progressista de sociedade, -- eram articulados em torno de figuras exemplares. Contraditoriamente, estes indivíduos diferenciados, a par de evocarem o espírito coletivo, expressam individualmente o poder oligárquico na sociedade brasileira.

O declínio do sagrado e a ascensão do individualismo

Como já foi observado, no período compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX ocorreu uma mudança significativa no comportamento diante da morte. O imaginário cristão continuava a fornecer padrões de expectativas e atitudes na organização dos funerais, porém a sociedade contemporânea estava voltada para as questões imanentes e tinha uma visão mais secularizada dos rituais fúnebres. As transformações culturais da época provocaram mudanças no campo tanatológico. Gradativamente, os investimentos materiais dos funerais ganharam outra dimensão social. Os funerais e jazigos foram transformados em suntuosos suportes para a memória individual e familiar. Em poucas décadas, os cemitérios públicos dos principais núcleos urbanos e os cortejos fúnebres passaram a figurar entre os mais importantes espaços simbólicos do poder político e econômico[289].

O processo de "civilização" da região impunha novos hábitos, que terminaram por estabelecer distinções entre a elite do cacau e o restante da população, em sua maioria miserável e iletrada. Efetivamente, perpetuou-se com nova roupagem o uso da morte no reforço das relações de poder existentes no contexto social. A dimensão ritualística dos funerais se manifestava de forma teatralizada em diversos espaços cênicos privados e públicos: o velório, nas residências particulares; o cortejo, nas artérias

[289]CATROGA, 1999.

urbanas; a inumação, nos cemitérios públicos; as missas e encomendações, nas igrejas; e o luto, nas vestes e no comportamento.

Essa "encenação" implicava não somente a presença de oficiantes e adeptos, mas de um conjunto de comportamentos organizado para produzir maior eficácia no reforço a consensos e sociabilidades. Nos rituais fúnebres, os laços de solidariedade eram renovados e reforçados em volta da presença do morto. Parentes mais próximos e afastados se reencontravam e se reconheciam como oriundos de um mesmo descendente; amigos e correligionários presentes indicavam os círculos sociais e políticos a que pertencia o morto, assim como reforçavam a rede de interesses que os unia.

O processo pelo qual o culto dos mortos passou a centrar-se na consagração do indivíduo e na gestão afetiva e familiar da memória, mediante a ostentação dos funerais e as visitas ao cemitério, dando um caráter mais laico aos funerais, pode ser percebido no declínio do prestígio das procissões religiosas organizadas pelas antigas irmandades locais, tradicionais gestoras dos rituais fúnebres. Em meados da década de 1920, o *Correio de Ilhéus* registrou o seu pesar pelo fato de que "de alguns anos a essa parte" as festas religiosas, "outrora imponentes e que refletiam os sentimentos de fé católica da população," estavam, dia a dia, "declinando o seu brilho passado". A tradicional procissão do Senhor Bom Jesus dos Santos Passos, apesar de contar com a presença do próprio bispo diocesano, passou a ter uma "concorrência de fiéis muito inferior à dos anos anteriores", notando-se que a "elite da cidade", com raras exceções, não compareceu[290].

Ao que parece, a população urbana ia abandonando velhos costumes, sendo a "gente do interior" a que mais concorria à procissão. O jornal observa que, em tempos passados, eram "raríssimas" as pessoas que não compareciam à missa e à procissão dos Passos: "A Matriz, mesmo há trinta ou quarenta anos passados, no tempo em que a população regulava a quadragésima parte da de hoje, ficava completamente cheia, sendo preciso chegar cedo para adquirir um lugar no vasto templo." Segundo o *Correio*, o declínio da festa e da sua patrocinadora eram particularmente visíveis no momento em que foi escrita a matéria: "Ontem a catedral tinha grandes claros".

A capela-mor e a parte da nave onde se achava colocada a imagem veneranda do Senhor Bom Jesus dos Passos estavam vazias. A irmandade do Senhor dos Passos, "pode-se dizer que não compareceu, porque alguns

---

[290]CEDOC. *Correio de Ilhéus.* "Procissão dos Passos", n. 715, 25/1/1926, p. 2.

dos que estavam enfiados em capas roxas, não são irmãos". Sequer compareceu o provedor, cargo que "já há alguns anos não existe nessa irmandade, que está precisando de uma reforma geral, até nas capas que estão se tornando imprestáveis"[291].

Tradicionalmente os fazendeiros mais abastados financiavam as festas e procissões das irmandades, além de ofertarem custosos adornos às imagens mais veneradas. Ao anunciar o falecimento do doutor Fausto Fortunato Galo, antigo proprietário "de fazenda de cacaueiros, engenho de açúcar e escravatura", o *Correio* recordou que, ainda no início da década de 1920, existiam as "ricas túnicas bordadas a ouro, oferecidas pelo ilustre extinto há mais de 30 anos ao Senhor dos Passos e a Nossa Senhora que apareciam sempre na procissão de encontro nesta cidade"[292].

A imprensa local publicava textos nostálgicos em relação ao prestígio social dessas entidades filantrópicas: "Quem não se lembrará da pompa, da imponência e do brilho com que eram comemorados os dias de Passos?" Os irmãos, "da outrora respeitada irmandade", teriam sido substituídos por pessoas "sem representação, senão desclassificadas, que envergam agora a opa há anos passados disputada pelas pessoas mais representativas da terra." Era muito forte o interesse que despertava "em todos os círculos sociais desde a cidade até o rincão mais distante deste município a notícia da vinda de um padre notável para pregar o sermão do encontro". Os templos se enchiam literalmente, "a cidade em peso, acrescida da população do interior, acompanhava a comovente procissão."

Igualmente festejado era o dia consagrado ao "glorioso" São Sebastião, "sob os auspícios de uma irmandade ereta há muitos anos nesta cidade", cujo esplendor também desapareceu. Das festas dedicadas ao santo restavam apenas "os vestígios de uma capela em ruínas e de ano em ano, por amor à tradição, um tríduo e uma missa, quase pela madrugada." Muitos desses rituais eram mantidos pelas mulheres, o setor da população mais assiduamente praticante dos rituais religiosos.

Um grupo de senhoras pertencente à elite econômica procurava "manter o fogo sagrado das grandes festas de Nossa Senhora da Vitória, que esta é a única que o povo de Ilhéus acarinha"[293]. Essa atitude visava a prolongar e reproduzir o ideário religioso e cultural vigente, cabendo às

---

[291] *Ibidem*.
[292] *Ibidem* "Doutor Fortunato Galo", n. 101, 28/1/1922, p. 2.
[293] *Ibidem* "Festas religiosas", n. 851, 5/2/1927, p.1.

mulheres o papel principal na conservação das tradições religiosas deixadas pelas gerações que as antecederam. Assim, os vivos não anulariam a herança cultural que identifica e filia.

As novas atitudes diante da morte, por seu turno, buscavam consolidar e perpetuar a memória individual e familiar como base para a construção da trajetória histórica "oficial" da sociedade cacaueira. Ao falecer, em 1929, o coronel Pedro Gaston Lavigne foi retratado como uma "respeitável figura de uma das mais tradicionais famílias de Ilhéus e destacado elemento da sociedade local". Proprietário de terras e grande cacauicultor no interior do município, onde sempre residiu, o coronel Lavigne foi em vida um "cidadão benquisto e acatado" e, como "a figura mais velha da sua família", mereceu a consideração e a estima de todos, "já pelo seu conceito pessoal, já porque representava para os seus inúmeros parentes todas as tradições da geração a que pertencera". A notícia do falecimento do "velho conterrâneo" causou "doloroso pesar", verificado pelo número "extraordinário de visitantes" à câmara ardente e de pessoas que acompanharam o féretro ao cemitério[294].

O major Félix Mariano Cardoso e Silva, "abastado fazendeiro e capitalista do mais elevado conceito," foi um homem "prestimoso e muito acatado nas suas relações de amizade", contando com verdadeira dedicação por parte dos seus "muitos compadres e amigos", que compunham a base das suas relações sociais. O seu necrológio enfatizou a questão do poder social pelo exercício contínuo de diversos cargos de nomeação do governo e de eleição popular, desde o regime monárquico.

Para a gazeta que anunciou a sua morte, Cardoso e Silva "era um dos ilheenses de mais importância e distinção". Havia, no texto fúnebre, a demonstração do interesse em elaborar uma imagem positiva do falecido. Anunciou-se que grande número de "dedicados amigos" do falecido, incluindo o redator-chefe da *Gazeta de Ilhéus* e outros próceres da sociedade local, acompanharam o cortejo até o cemitério, "apesar da chuva", pois a quantidade de "pessoas gradas" presentes a um enterro era uma medida social do prestígio político e/ou econômico do morto[295].

Os membros das famílias mais "ilustres" que morriam "fora" tinham seus corpos trasladados para o município de origem. Os seus funerais deveriam ser realizados na terra em que haviam ajudado a fundar ou

[294]CEDOC. *Diário da Tarde*, "Falecimento", n.514, 20/11/1929, p. 1.
[295]*Ibidem Gazeta de Ilhéus*, "Major Félix Cardoso", n. 118, 26/6/1902, p. 1.

a desenvolver. Dona Antônia Alves Pinheiro, cuja família era considerada pioneira do município de Itabuna, veio a falecer na residência de seu genro, em Ilhéus. A "respeitosa senhora" era irmã do coronel Firmino Alves, grande fazendeiro, tido como um dos pioneiros do plantio de cacau no antigo distrito de Tabocas.

Os "desolados parentes e amigos" da matriarca mandaram uma comissão para transportar o cadáver, "em trem especial", para sepultá-lo em solo itabunense. O enterro realizou-se "com grande acompanhamento" e contou, como cabia a pessoa da sua "qualidade", com a presença da filarmônica Lyra dos Artistas, que executou diversas marchas fúnebres[296]. O enterro de Antônia Alves mobilizou grande parte da população itabunense, que homenageou não somente um indivíduo, mas o grupo familiar detentor do prestígio de fundador.

Ser enterrado entre os seus reforçava os laços identitários existentes entre os membros das grandes famílias, cujos funerais deveriam constituir expressões de prestígio e de afinidades consanguíneas e políticas. Falecido na capital do estado, o coronel Gabino Kruschewsky teve o seu corpo embalsamado e transportado para Ilhéus, pois era vontade dos seus filhos e parentes que fosse sepultado no cemitério local. Logo que o vapor atracou, acorreram inúmeras pessoas que acompanharam o corpo até a igreja de São Jorge, "estando aí suas dignas filhas, noras e outras parentes, que tiveram crises nervosas ao avistar o caixão que envolvia o corpo."

Ao gênero feminino cabia o papel de exprimir mais enfaticamente a dor da perda. Depois da encomendação solene do corpo na catedral, este foi conduzido ao cemitério com grande acompanhamento de "representantes de todas as classes sociais". Inúmeras capelas enviadas deixavam implícitas, nas mensagens que as acompanhavam, um tipo de relação de clientelismo, como a gratidão por favores prestados aos parentes e amigos[297].

Os anúncios fúnebres também abriam espaço para os membros mais destacados das colônias de estrangeiros radicados nos municípios da região. O enterro de Jean Griessen, jovem natural de Berna, que trabalhava no escritório comercial de Hugo Kaufmann & Cia., realizou-se com o acompanhamento de seus conterrâneos e de pessoas ligadas ao comércio de cacau. À beira do túmulo, Robert Durand, identificado como gerente da

---

[296] *Ibidem Correio de Ilhéus*, "Dona Antônia Alves", n. 771, 13/6/1926, p. 2.
[297] *Ibidem* "Coronel Gabino Kruschewsky", n. 646, 12/9/1925, p. 1.

firma exportadora Wildeberger & Comp., "orou em voz alta, ouvido religiosamente por todos os presentes, especialmente a colônia suíça, presente ao ato"[298].

A morte de Jorge Zaidan, negociante e proprietário em Água Preta e "o mais antigo membro da colônia síria daquela povoação", foi alvo de manifestações desusadas. Esteve presente "ao tocante ato" a banda musical 1º- de Maio, que executou várias peças fúnebres "em homenagem à memória do seu antigo sócio". O comércio de Água Preta, de que era "figura de destaque," cerrou as portas à hora do cortejo fúnebre. Essa era uma das formas mais eloquentes de a população local expressar o reconhecimento da importância do morto e do seu grupo social[299].

As minorias sociais e políticas pouco são referidas nas fontes hemerográficas. Quanto mais frágil o grupo, menores são os espaços ocupados nos necrológios e anúncios fúnebres. As notícias sobre a morte de trabalhadores, pequenos proprietários e indigentes, que evidentemente constituíam uma quantidade maior de mortos, ocupavam uma centimetragem bem reduzida em relação aos setores mais abastados. Também o falecimento de pessoas pertencentes a grupos rivais ao órgão de imprensa eram notificados em poucas linhas e, muitas vezes, sem a individualização da notícia[300].

Mesmo aos principais líderes rivais era dado um espaço bastante inferior ao que cabia aos correligionários muito menos influentes. Quase sempre inexistem referências positivas à vida do adversário, como no caso do coronel Ernesto de Sá Bittencourt e Câmara, opositor do grupo político ao qual pertencia a *Gazeta de Ilhéus*, onde se declarou apenas local de nascimento e filiação e evidenciou-se a sua condição de ex-proprietário de "grande número de escravos", aspecto pouco valorizado em uma sociedade que se pretendia democrática, pela origem humilde dos seus pioneiros[301].

Assim, em torno dos andores ou dos caixões, trajando fraque, cartola e bengala no melhor estilo europeu, as aparições públicas dos coronéis, exportadores e bacharéis do cacau eram verdadeiros espetáculos. As próprias cidades foram se revestindo de novas significações tanatológicas. Os espaços cemiteriais, antes relegados ao esquecimento por parte do poder público, passaram por um intenso processo de valorização. Tanto como os palacetes neoclássicos, os túmulos monumentais e as patentes superiores

---

[298] *Diário da Tarde*, "Falecimentos", n. 298, 20/2/1929, p. 3.
[299] "Falecimentos", n. 982, 3/7/1931, p. 3.
[300] *Gazeta de Ilhéus*, "Óbito", n. 276, 24/12/1903, p. 2.
[301] "Coronel Ernesto Sá", n. 284, 13/03/1904, p. 2.

demonstravam o prestígio individual e o do grupo, e as comemorações cívicas, religiosas e fúnebres também marcavam diferenças.

Os ritos de separação entre os vivos e os mortos

O processo de separação entre os vivos e os mortos envolvia a preparação do corpo, o velório, a missa de corpo presente, o cortejo, a inumação e o luto, que compõem um quadro de referências quanto a comportamentos e atitudes frente ao fenômeno físico da morte. Os rituais fúnebres tinham duas dimensões distintas e complementares. A primeira consistia nos procedimentos religiosos comuns à maioria dos funerais, excetuando-se os de indivíduos pertencentes à outra religião que não a católica apostólica romana, como no caso de cristãos maronitas, judeus e protestantes. A segunda possuía um caráter mais laico, predominantemente voltado para a ostentação de *status* social e a exaltação da personalidade do morto. Nesta última, o investimento material traduzia a importância do momento da morte para o estabelecimento de imagens positivas para o indivíduo e para o grupo familiar, político ou profissional dentro de um quadro de expectativas sociais.

Para atender a essa nova demanda, alguns negociantes começaram a organizar a infraestrutura visando a dar suporte aos funerais da população. Em 1913 ocorreu a inauguração da casa mortuária de João Carlos Oliveira, "fornecedora de caixões fúnebres para adultos e anjos." Oliveira "encarregava-se de armações fúnebres e festivas, dispondo de oficiais habilitados, garantindo perfeição nos seus trabalhos, podendo ser procurado a qualquer hora do dia e da noite em sua residência"[302].

A preparação do morto para os funerais geralmente estava a cargo da família ou de pessoas próximas com alguma experiência no assunto, pois não havia disponibilidade de profissionais como os disponíveis nas funerárias contemporâneas. O corpo era lavado, os cabelos e as unhas cortados, as melhores roupas eram vestidas com presteza para que o enrijecimento natural do cadáver não dificultasse a ação. Tomadas as medidas necessárias quanto à higienização do corpo e à escolha do vestuário, tratava-se de adequar a residência para a cerimônia do velório, providenciar a sepultura para o enterramento e encomendar o caixão que receberia o corpo.

Antes do aparecimento das mortuárias, os caixões eram feitos sob encomenda por carpinteiros locais, que os fabricavam de acordo com as

[302] *Jornal de Ilhéus*, "Anúncios", n. 32, 16/2/1913, p. 2.

posses do morto. Assim como as vestes, a qualidade e o custo final do caixão serviam como definidores da condição financeira do morto. Aos abastados cabiam invólucros suntuosos ricamente adornados, num contraste gritante com a singeleza dos que serviam aos menos favorecidos, simples tabuados compactados sem nenhum requinte.

O sexo e a idade do morto influíam no uso da roupa fúnebre. As mortalhas representavam um claro simbolismo religioso que concedia ao morto uma espécie de sacralidade. Havia o costume de trajar as mulheres com mortalhas, que eram costuradas em casa. As mulheres adultas comumente vestiam mortalhas brancas, enquanto as meninas usavam o branco e o rosa. Os meninos usavam mortalhas azuis. Os homens eram invariavelmente enterrados vestidos de paletó de cor escura e gravata[303].

A qualidade das roupas definia o padrão econômico do indivíduo e da sua família, em uma clara referência ao seu lugar social. As roupas e objetos do morto tinham diferentes destinações. As roupas íntimas, as de cama e o colchão eram muitas vezes jogadas fora ou queimadas, quando por morte devido às doenças contagiosas, como a tuberculose e as febres, responsáveis por um grande número de mortes na região nas primeiras décadas do século.

Tomando como amostragem os anúncios fúnebres e os registros de óbitos relativos ao município de Ilhéus entre as décadas de 1900 e 1930, pode-se ter uma ideia aproximada das principais causas de morte no período delimitado. O primeiro intervalo de tempo (1900-1910) corresponde à fase final da ocupação da área do antigo município de Ilhéus, enquanto o segundo (1920-1930) corresponde à fase "áurea" da produção de cacau nas primeiras décadas do século XX.

A Tabela 12 mostra as causas de morte, retiradas de 205 anúncios fúnebres veiculados nos jornais locais do período, enquanto a Tabela 13 refere-se às causas de morte retiradas de 1012 registros de óbitos do cartório de pessoas naturais de Ilhéus. Os livros de registros de óbitos do cartório de pessoas naturais apresentam ausência de registros por anos seguidos, especialmente na década de 1900 a 1910. Infelizmente, entre os anos não registrados está o de 1918, quando ocorreram a epidemia da gripe espanhola e o conflito armado do Sequeiro do Espinho. Ambos os acontecimentos deveriam representar um pico nas mortes causadas por armas e doenças contagiosas.

[303]RIBEIRO, Dione Pereira Rosa Ribeiro: depoimento [maio 2007]. CEDOC/UESC.

Tabela 12 – Causas de morte em anúncios fúnebres por década. Município de Ilhéus (1900-1910 / 1920-1930)

Causa	1900-1910	1920-1930	Total	%
Assassinato	61 (51,3%)	05 (5,8%)	**66**	**32,2**
Febres	11 (9,2%)	08 (9,3%)	**19**	**9,3**
Influenza	14 (11,8%)	-	**14**	**6,8**
Tuberculose	06 (5,0%)	05 (5,8%)	**11**	**5,4**
Coração	02 (1,7%)	08 (9,3%)	**10**	**4,9**
Congestão	03 (2,5%)	05 (5,8%)	**08**	**3,9**
Parto	05 (4,2%)	01 (1,2%)	**06**	**2,9**
Suicídio	02 (1,7%)	03 (3,5%)	**05**	**2,4**
Outras	15 (12,6%)	51 (59,3%)	**66**	**32,2**
Total	**119**	**86**	**205**	**100**

Fonte: Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz – CEDOC/UESC.

Tabela 13 – Causas de morte em registros de óbitos por década. Município de Ilhéus (1900-1910 / 1920-1930)

Causa	1900-1910	1920-1930	Total	%
Febres	186 (28,7%)	94 (25,8%)	**280**	**27,7**
Tuberculose	130 (20,1%)	66 (18,2%)	**196**	**19,4**
Coração	45 (6,9%)	78 (21,4%)	**123**	**12,2**
Assassinato	60 (9,3%)	32 (8,8%)	**92**	**9,2**
Congestão	45 (6,9%)	14 (3,8%)	**59**	**5,7**
Parto	17 (2,6%)	06 (1,7%)	**23**	**2,3**
Suicídio	01 (0,2%)	-	**01**	**0,1**
Outras	164 (25,3%)	74 (20,3%)	**238**	**23,4**
Total	**648**	**364**	**1012**	**100**

Fonte: AFEBC. Cartório de Registro de Pessoas Naturais do Município de Ilhéus – Registros de óbitos (1910-1930).

As doenças contagiosas, como as febres e a tuberculose, são as principais causas de morte no município, alcançando 47,1 % do total encontrado. Há, porém, um declínio na incidência dessas doenças nas décadas de 1920 e 1930 devido, provavelmente, à melhoria da infraestrutura sanitária urbana e os avanços da ciência médica. Os assassinatos, que são a principal causa registrada nos jornais na primeira datação, também sofrem um declínio nas décadas posteriores, quando há uma presença mais efetiva do aparelho estatal e redução das disputas armadas pela posse de terra. Poucos são os registros de mortes ocorridas no Hospital da Santa Casa. A maioria da população ainda vinha a falecer em suas residências rurais ou urbanas. Permanecia o hábito do atendimento médico domiciliar e as visitas de parentes e amigos, a chamada “boa morte”.

Com a proximidade da morte, o enfermo deveria receber, em seu leito, a extrema-unção, e o perdão pelos pecados cometidos. De acordo

com as normas religiosas, a comunhão deveria ser ministrada aos enfermos caso a sua condição física assim o permitisse. O mesmo deveria acontecer em relação à extrema-unção, último sacramento que o indivíduo receberia em vida. Esse ritual ocorria determinado pela proximidade presumível da morte. Em volta do leito de morte, localizado nas residências ou nos hospitais, um religioso ungia o moribundo com óleo sagrado e perdoava os pecados por ele cometidos[304].

Os sacramentos, porém, eram terminantemente negados aos que atentavam contra a própria vida cometendo suicídio. A igreja católica oficializou a condenação durante o concílio de Arles, em 1452. O entendimento de que a vida seria o dom maior de Deus concedido aos homens transformou o suicídio num dos mais graves pecados que podiam ser cometidos por um cristão. Apesar da recusa do amparo religioso aos suicidas, estes não deixavam de receber as devidas homenagens laicas.

Os casos de suicídio de parentes de religiosos deixam transparecer um conflito de sentimentos, como ocorreu ao cônego Evaristo Bittencourt, "assaz consternado pelo doloroso acontecimento que veio pungir o seu coração". Um seu irmão, de nome Manoel, "moço, trabalhador, bem quisto, cercado de todo o conforto que lhe podia proporcionar aquele parente nobilíssimo", pôs termo à própria existência. Mesmo sem a presença de religiosos, um grande número de pessoas acompanhou o morto ao cemitério, e "nos semblantes de muitos a dor imprimia o seu eloquente cunho, traduzindo a comoção lutuenta (sic) que aquele quadro produzia"[305]. Ao religioso era vetado acompanhar e ministrar os últimos sacramentos ao parente morto.

A totalidade dos anúncios fúnebres e necrológios relativos a suicídios diz respeito a membros das camadas mais privilegiadas da população, as importantes famílias de fazendeiros e políticos da região. Isto leva a supor que o suicídio ocorria motivado mais por razões de fundo psicológico do que por questões financeiras. Por um amor não correspondido matou-se Milton Pessoa de Amorim, neto do coronel Antônio Pessoa, que assim perdeu "uma das mais jovens e legítimas esperanças".

Noticiou o *Correio de Ilhéus* que a cidade "pranteia a morte súbita" de Milton Pessoa de Amorim, "filho amantíssimo desta terra", onde já aos vinte e um anos de idade "gozava de inconfundível prestígio, pela sua

---

[304]PACHECO, Maria Albertina Gouveia Pacheco: depoimento [ago. 2007]. CEDOC/UESC.

[305]CEDOC. *Gazeta de Ilhéus*, "Manoel de Góes Bittencourt, n. 27, 7/7/1901, p. 2.

radiosa inteligência, pelas qualidades morais que lhe constituíam o caráter e pelos excelsos dotes de seu boníssimo coração". Mocidade "em plena florescência, existência em flor", Milton "vibrava com as mesmas vibrações da alma grandiosa de Ilhéus"[306]. Há um claro intento de retirar qualquer tipo de mácula da imagem do descendente do principal chefe político regional. A gravidade do ato extremo foi relativizada pelo enaltecimento das virtudes pessoais e familiares do morto.

A "estupenda romaria" feita à casa do "jovem desventurado" valeu-lhe por "justa sagração". Milton era "estimado por todos, grandes e pequenos, políticos ou não". Divulgado o "doloroso" acontecimento, "para mais de mil pessoas correram a vê-lo, pela última vez, na expressão martirizada, porém sublime" na câmara ardente armada no salão nobre do palacete Pessoa, onde o corpo foi velado. O sentimento de pesar "que a todos dominava" foi o "mais expressivo que já se verificou, em transe dessa natureza".

A quantidade de pessoas presentes ao funeral e a profusão de flores naturais depositadas sobre o túmulo eram "a mais eloquente prova do quanto eram apreciadas as excelentes qualidades e quanto profundamente abalou o espírito público o seu prematuro desaparecimento." O órgão de imprensa registra outro especial deferimento do *Diário da Tarde*, órgão da corrente política contrária que faz uma ampla cobertura dos funerais "vasada em termos distintos e eloquentes". A "memória do jovem desventurado saberá ser grata a quem, com sinceridade, traçou aquele artigo lapidar"[307]. Ao sepultamento compareceram representações de associações diversas e amigos, havendo, à porta do cemitério "uma salva de três tiros em funeral por atiradores do Tiro de Guerra 500" ao qual Milton era associado.[308]

Os textos da época expressam uma visão do suicídio como um ato desprovido de racionalidade, provocado pela perda da razão. Fatalidade que atenuava o atentado contra os preceitos católicos. A loucura levaria ao ato suicida, como ocorreu ao jovem poeta sul baiano Guttemberg Berbert de Castro. O "talentoso conterrâneo" contava apenas 22 anos de idade quando pôs fim à própria vida "tragicamente, obedecendo aos impulsos do seu estado mental abatido por incurável doença, que há muito lhe roubara o perfeito juízo", uma cegueira progressiva que o acompanhava desde criança[309].

---

[306] *Correio de Ilhéus*, "Milton Pessoa", n. 1089, 1/9/1928, p. 1.
[307] *Ibidem*. "Em plena juventude", n. 1090, 4/9/1928, p.1.
[308] *Diário da Tarde*, "Enterramentos", n. 164, 4/9/1928, p. 2.
[309] *Ibidem* "Guttemberg Berbert de Castro", n. 138, 2/5/1922, p. 2.

Os jornais de Salvador, cidade referida como "Bahia", traziam "sentidos necrológios" de Guttemberg Castro, entre os quais o *Diário de Notícias* e o *Diário da Bahia*. O jornalista Henrique Cancio argumenta que o desequilíbrio mental foi o responsável pelo suicídio de Castro, relativizando a culpa do poeta pelo grave atentado às leis de Deus e à razão humana: "Eu não compreendo, não aceito, não perdoo o suicídio. Há, porém, um suicídio que se perdoa, o dos feridos no cérebro. A luz apagou-se e a treva os arrasta ao túmulo. Foi por isso que morreu o pobre Guttemberg."

O jornalista Cancio havia conhecido o poeta alguns anos antes de sua morte. Ao descrever a personalidade do morto, com base nesse encontro, traçou o perfil de uma pessoa equilibrada, porém melancólica: "a palavra lógica, precisa. Os olhos tristes e pouco iluminados. Naquele infortúnio havia uma grande alma torturada de poeta." Em alguns dos sonetos ele deixava transparecer "os sofrimentos de sua alma", entre eles *Supremo Anseio*, escrito três anos antes, no qual a ideia do suicídio já se faz presente. Nele podemos perceber que a ideia da morte como alternativa à cegueira foi contemplada por um longo tempo, à medida que a doença se agravava:

Supremo Anseio

Estes livros que vedes, meus senhores
Úmidos, sujos, velhos, bolorentos,
Sentem comigo os mesmos sofrimentos
Sofrem comigo as cruentas dores.

Vendo-os assim, entregues aos travores
De um desprezo sem fim, meus pensamentos
Espelho que reflete meus tormentos
Tornam-se logo cheios de negrores.

É que em minh'alma eu sinto, tristemente,
Que luzes não terei mais nos meus olhos
Para lê-los como os lia antigamente.

E assim pensando, deste modo, assim
Se a existência p´ra mim só tem abrolhos,
Só anseio chegar da vida ao fim (maio de 1919). [310]

[310]Ibidem "Trechos", n. 142, 11/5/1922, p. 2.

Em outro soneto Guttemberg retrata o seu estado de espírito diante da doença e do fim dos projetos que "a infância minha idealizou outrora./ Hoje tudo mudou. Apenas mora/ Na minha alma repleta de amargura/ A esperança brutal de à cova escura/ A morte amiga me tanger agora." Anos mais tarde o poeta alcançaria o seu "supremo anseio". Um artigo de Pedro Calmon, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, traça o perfil do "vate baiano que fazia ilustre" na idade que em que o foram Castro Alves e Junqueira Freire.

Calmon reforça a ideia de irracionalidade do suicídio. "Desde tenros anos sofria cruel enfermidade da vista. E à proporção que se lhe agigantava o espírito, menor ia sendo o raio visual das coisas cá do mundo." Aos vinte e dois anos, quase cego, "o poeta reveste-se por fim da mentalidade revoltada." Quando "mais negra é a nuvem implacável" que lhe toma a vista, "a mão febril do moço tateia o revólver." E, pedindo "perdão a Deus e a bênção aos pais", sem que "lhe tremesse o pulso", descarregou no meio do peito[311].

Aos que morriam de causas outras que não o suicídio, e que desta forma se qualificam para receber os sacramentos religiosos, o passo seguinte ao seu falecimento era a convocação da população em geral, por parte da família ou de associações, para acompanhar a sentinela e o enterro. As cerimônias públicas eram julgadas em sua importância pela quantidade e pela qualidade dos participantes. Para ter um efeito pedagógico sobre a população, os funerais eram organizados conscientemente para alcançar a maior dimensão coletiva e pública possível. São inúmeros os relatos dos grandes acompanhamentos, aos mortos ilustres nos quais funcionários públicos, estudantes, associações de classe e músicos, compunham a multidão que pelas ruas acompanhava o cortejo rumo ao cemitério em homenagem à memória do morto.

Os relatos da imprensa destacam a imponência dos cortejos da elite econômica em um contraste gritante com a simplicidade dos enterros mais humildes das camadas populares. O desejo de ter toda exibição possível é comumente o argumento decisivo pelo qual se pede a presença popular pelos convites impressos nos jornais, informados por cartas ou telegramas. A família, os amigos e/ou correligionários publicavam, nos jornais locais, os agradecimentos pelo comparecimento aos funerais e os convites para as missas mandadas rezar pela alma do morto.

Essa crença na força intercessora das orações advém dos escritos bíblicos. A igreja católica romana admite a possibilidade de os vivos in-

[311] Artigo reproduzido pelo *Correio de Ilhéus* em 22/12/1925, n. 689, p. 1.

tercederem pelos mortos mediante orações, como descrito em Judas Macabeus (4:52-59), que manda realizar sacrifícios em honra dos que morreram. O processo de divulgação e organização dos funerais era feito, em grande, parte pela família e pelas associações profissionais e maçônicas, estas últimas bastante valorizadas no início do século, muitas das quais assumiam as despesas com os funerais do seu representante. Um exemplo de anúncio fúnebre maçônico veiculado no *Correio de Ilhéus,* e uma cruz com símbolos maçônicos (Figura 11), fazem referência a uma homenagem póstuma inteiramente laica:

> AUG .. RESP.. E SUBL.. LOJ.. CAP.. Regeneração Sul Baiana SESS.. FUNEB.. (CONVITE) – De ordem do Resp.. Mestr.. convido a todos o ilr.. do Quad.. e MMaç.. RReg.. para uma sess.. Funeb.. em homenagem ao saudoso Ortélio Lauro de Moura 3.. membro que foi da nossa Aug.. Off.. a qual terá lugar em lugar e hora do costume. Or.. de Ilhéus, 19 de maio de 1925 (E.. V..). Alcino Dórea, Sec.[312].

Figura 11 – ASCM: Cruz de mármore sobre coluna – década de 1920 [Foto do Autor]

Fonte: Foto André Luiz Rosa Ribeiro

[312]CEDOC. *Correio de Ilhéus*, "Á Gl.. do Gr.. Arch.. do Univ..", n. 597, 21/5/1925, p. 2.

Para os católicos, enquanto a extrema-unção era ministrada com a pessoa ainda viva, a encomendação dava-se com o corpo morto, cerimônia geralmente realizada nas residências ou nas igrejas, com ambos os espaços transformados em espaços de consagração individual. Havendo falecido fora da região, o corpo embalsamado do coronel Domingos Alexandre do Nascimento foi embarcado de navio até o porto de Ilhéus, "onde já se achavam representantes de várias classes sociais, parentes e amigos do extinto", e dali transportado para a catedral diocesana, em cujo templo se realizaram "as exéquias oficiadas pelo padre Celso Monteiro, acolitado por dois sacerdotes da diocese". No coro da igreja matriz, um grupo de cantoras "entoou hinos sacros e no átrio a Euterpe 3 de Maio executou diversas marchas fúnebres" [313] em homenagem ao falecido coronel.

Se a família assim o desejasse, mediante pagamento, a encomendação da alma também poderia ocorrer na residência em que se encontrava o corpo. O ritual de encomendação do corpo era a última despedida do ambiente familiar feita na saída do cortejo fúnebre rumo ao cemitério. Os adultos "ilustres" eram encomendados e acompanhados por mais de um religioso até a sua sepultura; em casos mais raros o próprio bispo encomendava a alma.

Cito como exemplo os funerais do coronel José das Neves Brasil, que na "antevéspera do seu falecimento havia se confessado e recebido todos os sacramentos ministrados pelo bispo diocesano." Durante a sua moléstia o coronel "foi visitado constantemente por pessoas da vizinhança e amigos de posição social. O senhor bispo dom Manuel visitou-o mais de uma vez. Quando exalou seu último suspiro estava cercado de parentes, amigos e protegidos."

O coronel Brasil registrou, em testamento, o desejo de que seu corpo fosse inumado na capela de Nossa Senhora da Conceição, na fazenda de sua residência, desejo que foi cumprido, tendo o bispo ido celebrar a missa de corpo presente[314]. Outro momento de intervenção religiosa pelo encaminhamento da alma dava-se após a inumação do corpo, quando era aspergida água benta sobre o túmulo. Esse ritual era considerado desnecessário no caso da morte de crianças, os "anjinhos", que ainda não tinham pecado.

Os velórios eram feitos, em sua maioria, na residência em que ocorria o falecimento. O corpo era depositado no cômodo mais amplo da

---

[313]Id. *Diário da Tarde*, "Falecimentos", n. 322, 20/3/1929, p. 2.

[314]Id. *Correio de Ilhéus*, "Coronel José das Neves", n. 947, 24/9/1927, p. 1.

casa. Geralmente as salas das famílias mais ricas eram transformadas em câmaras ardentes. Castiçais eram usados para iluminar o ambiente com um grande consumo de velas. O corpo era "velado" pelas pessoas que iam se revezando nas rezas e nas palavras de consolo aos parentes mais próximos. Após o desenlace, a vela de cera virgem destinava-se a iluminar o caminho da alma. A luz era tida como uma dádiva dos vivos aos mortos, a forma pela qual os vivos controlariam e orientariam aquela alma.

A dimensão social da morte fazia com que, durante o velório, o espaço privado da residência do morto fosse momentaneamente transformado em lugar público. Com a notícia da realização dos velórios, as pessoas, por amizade, caridade cristã ou mesmo simples curiosidade, afluíam livremente ao interior das casas para rezar ou observar o morto. Essa apropriação pública momentânea caracterizava-se pela liberação do acesso aos cômodos da habitação em um fluxo constante, restrito apenas pelos limites do espaço físico. O acesso do público ao interior da câmara ardente era livre e, dependendo do prestígio social do morto, longas filas se formavam em torno do caixão para uma última despedida. A seguir, as novas etapas do cerimonial, que eram conduzidas no sentido de promover a necessária ruptura entre os vivos e os mortos, preparando-os para uma nova existência no terreno simbólico da memória.

Cortejos, missas e luto: a passagem para a "eternidade"

O cortejo fúnebre pode ser compreendido como um ritual por meio do qual os vivos tentam superar a desagregação do universo social e o fenômeno físico da putrefação do corpo para manter os laços existentes entre os que compõem o grupo familiar ou político em um mútuo sentimento de pertença. A análise da morte como acontecimento-espetáculo pode fornecer um importante testemunho acerca do contexto cultural e das expectativas dos grupos sociais.

Os critérios que presidiam a ordenação interna dos velórios e cortejos fúnebres deixam muito pouco ao acaso. Os improvisos ocorrem mais frequentemente durante os discursos à beira do túmulo, quando um presente pede a palavra para homenagear o morto em seu próprio nome ou no da entidade que representa. Adornos, vestimentas, sinais de pesar estavam todos de acordo com a solenidade dos funerais. A todos era exigido o acompanhamento de uma etiqueta que regulava o gestual, o tom da fala e as atitudes públicas e privadas desde o velório até o período de luto.

Devem ser levados em conta os aspectos subjetivos que envolvem os efeitos de um cortejo conscientemente ordenado e hierarquizado sobre a população. A par de outras formas de divulgação, como necrológios, anúncios fúnebres ou discursos à beira do túmulo, os velórios e os cortejos -- ou seja, o componente mais corpóreo, movimentado e público do ritual -- representavam o ápice dos rituais fúnebres. E, como o objetivo maior consistia em mobilizar as camadas populares, e criar identificação e fortalecer a consciência grupal, a fim de se atingir um espírito de coletividade, pode-se compará-los com as procissões religiosas[315].

O itinerário era previamente traçado para que fosse feito o trajeto mais curto, ou mesmo o mais simbólico, contemplando determinados lugares frequentados pelo morto, em vida, numa espécie de última visita do corpo aos locais de referência familiar e profissional. Geralmente eram escolhidas as principais ruas que davam acesso ao campo-santo. Nelas seria possível que a população local apreciasse a passagem do esquife, murmurasse uma oração, admirasse a riqueza ou pobreza do cortejo, contabilizasse o número de pessoas que o acompanhavam, comentasse os fatos mais representativos da trajetória do morto.

Na cabeça do cortejo iam o caixão e as coroas de flores, carregados por membros da família, amigos e correligionários mais íntimos. Não raro as alças do caixão eram acirradamente disputadas. Logo atrás vinham as pessoas do círculo social do morto: colegas de ofício, correligionários, membros de associações religiosas e, muitas vezes, uma filarmônica. Os cortejos da elite econômica eram fechados pelos membros das camadas populares, que engrossavam o desfile fúnebre. Essa coreografia reproduzia, hierarquicamente, o ordenamento de outros cortejos cívicos e religiosos, nos quais a proximidade e o distanciamento quanto aos símbolos de referência denotam a condição social.

O cortejo fúnebre de membros das camadas mais abastadas podia servir como uma vitrine social, onde as demonstrações de proximidade com o morto eram especialmente relevantes. Essas verdadeiras procissões teatralizavam as redes de relações de poder expressas no cenário dominado pela morte. Neste sentido, o funeral cumpria uma série de preceitos com múltiplas funções, entre as quais demonstrar o sentimento pela perda do "ente querido" e expressar distinção. Também a variedade e qualidade das roupas utilizadas durante a fase do luto davam uma medida da condição social dos usuários.

---

[315] CATROGA, *op. cit.*

Nos cortejos fúnebres os caixões substituíam os andores das procissões, como ponto central da cerimônia, no percurso pelas principais ruas das cidades. De forma homóloga às missas aos santos católicos, as missas em memória dos mortos também eram ministradas em datas que periodicamente recordavam seu falecimento: o sétimo e trigésimo dias e os aniversários anuais. Assim como os santos, cada morto terá o dia de culto dedicado à sua memória, mesmo que a homenagem esteja mais restrita aos membros de sua família, se comparada aos rituais de enterramento.

Tradicionalmente a igreja católica estabeleceu o seu ritual em torno da eucaristia e da missa, incluídos os sufrágios: os pedidos e orações dos vivos pelas almas dos mortos. A tradição popular, aliada à doutrina católica, fez da missa o recurso mais eficiente de intercessão pela ascensão das almas ao paraíso. O tempo de purgação das almas poderia ser abreviado por meio de orações e missas dirigidas ao Santíssimo Sacramento, a Nossa Senhora e aos santos de devoção. A celebração do sétimo dia de morte é associada ao dia do descanso divino após os seis de criação do mundo. As comemorações do trigésimo dia e dos aniversários anuais de morte marcam a passagem do tempo e rememoram a existência individual e são renovados os sentimentos de pesar à família.

Na missa de corpo presente, realizada no interior dos templos, o caixão era colocado próximo ao altar, sobre uma base, e coberto com tecidos negros. As exéquias tinham nas preces o seu ponto alto, as quais eram direcionadas aos santos e aos anjos para que recebessem a alma do(a) falecido (a) e "a apresentassem face ao Altíssimo." A absolvição era realizada junto ao corpo e rogava-se o atendimento das súplicas dos fiéis presentes. No cemitério, as preces suplicavam aos anjos, condutores da alma que deveria ser acolhida pelos mártires no paraíso, e a Deus "que deveria abençoar o túmulo e enviar um anjo para guardá-lo"[316].

No cemitério, um ou mais oradores tratavam de fazer o elogio ao morto nos costumeiros discursos laudatórios. As qualidades mais apreciadas, via de regra, estavam exemplarmente ligadas aos valores burgueses: o amor à família, a honestidade na condução dos negócios, a fidelidade aos amigos ou ao partido, a generosidade com os pobres e a igreja. Os oradores eram, geralmente, pessoas que possuíam experiência no ofício de discursar para um grande número de pessoas. Após os discursos, a família e os amigos lançavam pequenas quantidades de terra sobre o caixão.

---

[316]MARTINS,1958, p. 173-177.

O sepultamento finalizava as atividades do cortejo, uma espécie de última despedida ao corpo do ente querido.

No início do século passado, as mulheres não acompanhavam os corpos aos cemitérios, e só aos homens o uso investiu "de tão piedosa obrigação." Segundo a *Gazeta de Ilhéus,* não "enraizou-se o costume" de acompanharem as mulheres o féretro, "o que era ainda mais natural se o morto fosse do seu sexo," para evitar-se "cenas mais tocantes, como essas que presenciamos no momento em que o caixão era retirado de casa para seguir caminho para o cemitério"[317]. A participação de mulheres parecia estar restrita aos enterros de crianças do sexo feminino.

Em 1903, Joaquim Eugênio de Carvalho manifestou o seu "inolvidável agradecimento" a todas as pessoas que se dignaram comparecer ao enterramento "da sua sempre lembrada filhinha," bem assim "a gentileza que lhe dispensou (sic) as excelentíssimas famílias dos amigos mandarem as suas filhinhas carregar o corpo da inocente até a sua última morada"[318]. O enterro da "idolatrada filha" do juiz Júlio de Brito, com 13 anos de idade incompletos, foi acompanhado por "extraordinário número de crianças, senhorinhas e cavalheiros," que deram uma prova "de quanto estimam os seus desolados genitores."[319]

A perda materna suscitava "as lágrimas de um filho, que se vê privado para sempre dos carinhos e conselhos de uma boa e santa mãe." O desaparecimento das matriarcas "lança na tristeza e na dor centenas de lares, nos quais a sua influência benéfica, os seus conselhos sãos se faziam sentir"[320]. Ao falecer, a senhora Lucrécia Sellman Alves, "digna esposa" do coronel José Firmino Alves, foi adjetivada como um esposa "rica de virtudes, mãe de família exemplar, que deixa quatro filhas, também esposas e mães distintas, e o carinhoso e dedicado companheiro de cerca de 50 anos". E morreu "entre os seus, nos braços da unida e grande família". A mulher, além de ser detentora de inúmeras virtudes, servia de referencial para a parentela que se reunia em torno do seu leito para assistir a sua morte[321].

Assim como os homens, as mulheres "ilustres" tinham uma ampla cobertura do seu falecimento ocupando as primeiras páginas dos jornais. O *Correio de Ilhéus* "tarja de luto a sua coluna principal" para registrar o

---

[317]CEDOC. *Gazeta de Ilhéus*, "Indiretas", n. 119, 29/6/1902, p. 1.
[318]Id. Ibid. "Edith Carvalho", n. 201, 30/4/1903, n. 201, p. 2.
[319]Id. *Jornal de Ilhéus*, "Falecimento", n. 27, 12/01/1913, p. 2.
[320]AFEBC. *A Luta*, "Pêsames", n. 108, 19/12/1904, p. 2.
[321]CEDOC. *Correio de Ilhéus*, "Lucrécia Alves", 13/3/1923, n. 267, p. 2.

falecimento da senhora Isaura Pessoa Olivieri, "esposa mui digna, do nosso amigo Durval Olivieri e dileta filha do nosso acatado diretor senador Antônio Pessoa." Gravemente enferma já há algum tempo, "o anjo da morte adejava sobre o lar de d. Isaura, para dele quebrar, traiçoeiramente, um de seus esteios, um dos mais belos espécimes de esposa desvelada e de mãe carinhosa."

Outra morta ilustre foi Josefa de Queiroz, "digna senhora que fôra um dos bons elementos" da sociedade ilheense, que "rendeu-lhe em um movimento tão espontâneo quão significativo as homenagens a que fizera jus pelas distintas qualidades que lhe exornava o espírito eminentemente cristão e católico"[322]. Durante a longa moléstia que a vitimou "não faltaram nunca as incessantes visitas." Daí o grande número de pessoas que acompanharam o seu enterro e a disputa na condução do féretro: "mal uma pessoa pegava em uma das alças do caixão, outras e outras se apresentavam à substituição."

Horas antes do enterro, o bispo rezou uma missa de corpo presente em sufrágio da sua alma. À entrada da catedral foi o caixão recebido por duas comissões das associações religiosas, o Apostolado do Sagrado Coração de Jesus e o Sodalício de São José, "que o conduziram à eça adrede preparada em torno da qual foi feita a encomendação solene" pelo padre Celso Monteiro, "acolitado por um coro de seminaristas sob a direção do cônego Clarindo Ribeiro, ilustre secretário da diocese." Ao baixar o caixão à sepultura, o reverendo vigário fez a "encomendação do momento", após a qual foi entoado o cântico fúnebre *De profundis*, fazendo-se em seguida a inumação. Por outro lado, os anúncios das mortes de mulheres "do povo" traduziam em poucas linhas a desigualdade de espaço concedido, como o de "Josefa de tal, viúva do africano Adão," que em apenas duas linhas tinha o anúncio do seu falecimento[323].

Quanto ao tempo dedicado ao luto, havia a norma de se vestir de preto por um tempo determinado. Aqueles que não podiam comprar um novo guarda-roupa tingiam de preto as vestes usadas por um período em torno de um ano. Usava-se o preto por seis meses, depois se aliviava o luto. Aí se usava o preto e o branco, depois azul-marinho, até voltar-se às roupas comuns. Havia o luto prolongado por toda a vida, no caso de viúvas mais tradicionais. Durante o luto havia restrições quanto à participação

---

[322]Id. Ibid, "Dona Josefa Queiroz", n. 794, 4/9/1926, p. 1.
[323]Id. *Gazeta de Ilhéus*, "Óbito", n. 272, 31/1/1904, p. 2.

dos familiares em festas e comemorações, seguindo, assim como o uso da cor preta, uma flexibilidade progressiva. Havia também uma distinção no luto quanto à faixa etária do morto, sendo o luto pela morte de crianças ("anjos" sem pecado) mais curto que pela de adultos.

O período de luto variava de acordo com os costumes locais ou familiares, o grau de parentesco ou a proximidade com o morto. O luto deveria ser usado durante seis meses por cônjuges, ascendentes e descentes diretos; quatro meses para irmão, sogros, genro, nora e cunhados; dois meses em homenagem aos tios, irmãos por lado materno ou paterno, sobrinhos e primos; e quinze dias por parentes consanguineamente afastados. A legislação civil republicana não contemplava práticas relativas ao luto, diferentemente da colonial que dispunha sobre a matéria.

A família, portanto, constituía o núcleo central de gestão da crença na sobrevivência da memória, complementando a sobrevivência transcendente. Esse núcleo é o principal responsável pelas visitas ao cemitério, essencial ao culto dos mortos, visitas estas feitas não somente com a intenção de interceder por eles através das orações, como também reatualizar a sua presença na memória dos vivos. Essa comemoração, sem a presença de um mediador eclesiástico, ganhou importância a partir do século XIX, principalmente nas datas do aniversário de falecimento e no Dia de Finados[324].

Os momentos mais expressivos ocorriam quando do deslocamento de membros da família, individualmente ou em pequenos grupos, às sepulturas dos parentes, para limpeza, colocação de flores e para orações e rememorações silenciosas. Esta comemoração se dava sem estardalhaço e ocorria mais no âmbito familiar. Apesar de seu caráter público, a visita ao cemitério era basicamente um ato levado a termo pela parentela para reforçar a sua coesão pelo culto às figuras de referência.

Menos comuns, mas não raras, eram as visitas programadas por amigos, correligionários, colegas de trabalho ou de associativismo e entidades públicas às sepulturas de pioneiros ou cidadãos-símbolos, algumas das quais por eles custeadas. Esse tipo de visita demonstra a função social e pedagógica que a sociedade atribuía à memória dos mortos. O ato coletivo de caráter mais abrangente buscava imitar a raiz familiar da liturgia, contudo introduzia modificações decorrentes de atitudes que não estavam no âmbito da consanguinidade.

---

[324]CATROGA, *op. cit.*, p. 171.

As visitas revestiam-se de um caráter claramente comemorativo, com um maior número de participantes e muito mais ruído devido aos discursos e aos "vivas", característica que não se encontra nas comemorações de cunho familiar. As visitas ao cemitério representavam exéquias consagradoras, um ritual posto a serviço da construção de uma hagiografia laica. Tais exéquias constituíam, dessa forma, ritos de repetição que buscavam a glorificação da memória do morto ou de seu grupo social. Tanto nos cortejos, quanto nas visitas, se concretiza a evocação de uma memória capaz de identificar e filiar, mediante a estratégia demarcadora, laços de coesão.

Em momentos de ruptura, quando ocorrem transformações suficientemente amplas em curto espaço de tempo, inventam-se novas tradições. Ocorre, então, o surgimento de uma nova simbologia que luta para impor a sua legitimidade. Os conflitos e as aproximações entre os diferentes grupos sociais fundamentam a elaboração da identidade. Uma identidade que se construiu com base em empréstimos ininterruptos, os quais, no entanto, se incorporaram ao contexto local. A produção de imagens para si e para os seus membros não se faz no vazio social, mas em um determinado contexto, por meio da oficialização e proliferação de rituais, da criação de monumentos e de um passado legitimador[325].

Funerais, política e sociedade

As implicações sociopolíticas dos funerais respondiam ao interesse da elite econômica, ligada ao cacau, de consolidar o poder simbólico e ampliar o controle social. Os partidos políticos locais aumentaram significativamente os investimentos com o culto dos principais líderes. De acordo com José Murilo de Carvalho, nenhuma agremiação política abdica de possuir o seu panteão cívico. O herói cívico tem a necessidade de responder a alguma aspiração popular ou comportamento que seja coletivamente valorizado[326]. No sul baiano, a constituição do panteão baseou-se no convencimento e impôs-se mediante o uso reiterado da palavra escrita, especialmente nos jornais. A estratégia era reforçada pelo emprego do simbolismo das imagens e dos rituais para atingir as camadas populares menos afeitas à leitura.

Conforme observado nos capítulos anteriores, entre os chefes políticos do cacau, a herança do nome ou a participação no desbravamento

---

[325]BONNET, *op. cit*.
[326]CARVALHO, 1990.

eram atributos necessários para obter-se um lugar entre os notáveis. No plano das atitudes diante da morte, o culto ao líder configurou-se com maior intensidade nos funerais-pretexto, consagrações movidas por interesses de grupo em enraizar laços de pertencimento, os quais se revestiam de alguma sacralidade ao manter aspectos formais do ritual religioso. As práticas de consagração foram utilizadas para compor uma imagem ideal do líder político, que deveria estar associado às ideias da modernidade e, de forma complementar, às redes de poder tradicionais expressas pelo nome familiar de batismo ou pelo pioneirismo na lavoura do cacau.

A aproximação das elites regionais com o ideário moderno procurou afastar a imagem regional do passado colonial e escravocrata. O peso dessa associação com o "atraso" atrapalhava o desenvolvimento do *ethos* burguês e moderno da elite regional. De qualquer forma, convém notar que os grandes proprietários continuaram a exploração da força de trabalho que se seguiu à margem do sistema produtivo e organizada em torno dos coronéis do setor agrário-exportador.

Os funerais dos coronéis deveriam ser prestigiados pelo povo em massa. A expressão "enterro de pobre" designava a carência material e simbólica de determinados cortejos, parcamente acompanhados até a provável sepultura rasa no cemitério. O exagero e a pompa eram modos eficazes de legitimar o mando dos coronéis na condução dos negócios públicos. A lembrança periódica da sua contribuição para o progresso regional pelo exercício do poder público pretendia atingir a população, constituindo um imaginário sobre os coronéis que lhes asseguraria o predomínio político, devido à tradição e ao sucesso dos seus esforços para a modernização da sociedade regional.

Era fundamental que o morto possuísse alguns atributos necessários para a sua qualificação perante os membros do grupo político e a sociedade como um todo. Ao utilizarmos como amostragem os elogios fúnebres aos coronéis, encontramos um conjunto de tópicos muitas vezes repetidos, típico das fórmulas jornalísticas, mas que ilustram as qualidades mais valorizadas das lideranças políticas daquele período. A Tabela 14 refere-se aos qualificativos utilizados pelos jornais ao se referirem aos indivíduos do sexo masculino em um total de 200 anúncios fúnebres. A Tabela 15 traz os qualificativos referentes ao sexo feminino tirados de um total de 68 anúncios fúnebres. Esses anúncios referem-se às mulheres pertencentes às famílias de políticos, delimitadas segundo os nomes de indivíduos que ocuparam os cargos de conselheiro ou intendente.

Tabela 14 – Qualificativos dos mortos do sexo masculino nos anúncios fúnebres por década. Municípios de Ilhéus e Itabuna (1900-1910/1910-1920)

Qualificativos	1900-1910	1920-1930	Total	%
Correligionário leal	35 (37,6%)	40 (37,4%)	**75**	**37,5**
Parente exemplar	20 (21,5%)	26 (24,3%)	**46**	**23,0**
Estimado	16 (17,2%)	15 (14,0%)	**31**	**15,5**
Trabalhador	07 (7,5%)	08 (7,5%)	**15**	**7,5**
Bondoso	06 (6,5%)	06 (5,6%)	**12**	**6,0**
Outros	09 (9,7%)	12 (11,2%)	**21**	**10,5**
Total	**93**	**107**	**200**	**100**

Fontes: Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC-UESC) e Arquivo Público de Ilhéus (API).

Tabela 15 – Qualificativos dos mortos do sexo feminino nos anúncios fúnebres por década. Municípios de Ilhéus e Itabuna (1900-1910/1910-1920)

Qualificativos	1900-1910	1920-1930	Total	%
Parente exemplar	12 (41,4%)	15 (39,4%)	**27**	**39,7**
Bondosa	04 (13,8%)	08 (20,5%)	**12**	**17,6**
Religiosa	05 (17,3%)	06 (15,4%)	**11**	**16,2**
Inteligente	03 (10,3%)	05 (12,8%)	**08**	**11,8**
Estimada	03 (10,3%)	04 (10,3%)	**07**	**10,3**
Prendada	02 (6,9%)	01 (2,6%)	**03**	**4,4**
Total	**29**	**39**	**68**	**100**

Fontes: Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC-UESC) e Arquivo Público de Ilhéus (API).

Como podemos observar, entre os homens a qualidade mais valorizada era a lealdade partidária, com quase 40% das referências. O exercício de mando sobre os seus subordinados era fundamentado em uma confiança recíproca entre líderes e liderados. A lealdade era um fator preponderante nas relações de poder estabelecidas em níveis desiguais de influência. A expectativa do correligionário em ter algum "ganho" com o seu apoio incondicional deveria ser contemplada de alguma maneira.

Em seguida, aparece como um valor referencial o engajamento nas relações de parentesco e o conceito de que o morto gozava na sociedade devido à sua conduta moral e cívica. Por sua vez, as mulheres são mais valorizadas como parentes exemplares, são as mães "extremosas", as filhas "amantíssimas" sobre as quais recaem a preservação dos valores familiares e a educação dos seus membros quanto ao comportamento em sociedade. A bondade e a religiosidade são sentimentos que marcam a expectativa social em relação às mulheres do período, qualidades que também apareciam entre os homens, apesar do predomínio de outros valores.

O coronel Geminiano Vasconcelos, negociante e agricultor no distrito de Castelo Novo, "deixou largo círculo de amigos e admiradores

pelas suas qualidades excepcionais de bondade e espírito." Vasconcelos ocupou vários cargos, entre os quais o de conselheiro municipal, por largo espaço de tempo. No partido político a que pertenceu, "mostrara-se um elemento de rara intransigência e pelas suas atitudes definidas de espírito empreendedor e dedicado às causas públicas." Era também "vulto de destaque" na Loja Maçônica Regeneração Sul Baiana, uma espécie de clube seleto dos grandes fazendeiros e comerciantes "por cujo, engrandecimento sempre trabalhou com acentuado devotamento." À beira do túmulo falou, "em tocante improviso, em nome da loja maçônica, o Dr. Soares Lopes, que interpretou o sentimento de pesar e de saudade dos companheiros e amigos do morto e disse das suas qualidades e caráter"[327].

O espírito empreendedor era realçado para valorizar a existência desses homens que transformaram o cenário sul-baiano de florestas seculares em ricas plantações de cacau. Muitos começaram como simples empregados e alcançaram imensas fortunas. Entre estes, o coronel Rodolfo de Melo Vieira. Ao chegar à região, ainda jovem, empregou-se em uma casa comercial, onde "se distinguiu pela sua atividade e maneiras delicadas." Poucos anos depois, estabeleceu-se com casa de tecidos e molhados e "conseguiu licitamente uma boa fortuna." Filiado ao partido político do coronel Pessoa, "foi um dos seus maiores amigos e correligionários, pela abnegação, pela lealdade, pela inteligência e pelo prestígio, sendo considerado um dos mais valorosos chefes" do partido[328].

O perfil individual era atrelado, ao máximo, aos ideais do partido político durante os funerais, pois o grau de adesão popular indicaria o sucesso das práticas filiadoras e identitárias, o que requeria a criação e a sacralização de "heróis" que servissem de referência para os seus adeptos. A importância política do acontecimento aconselhava que os velórios fossem longos e custosos, além de ocorrerem em lugar apropriado, como os organizados nas residências urbanas dos coronéis.

Os funerais de Francisco "Sinhô" Fernandes Badaró Sobrinho podem servir de exemplo desse tipo de cerimônia-espetáculo. O Sinhô Badaró, real, faleceu na cidade de Ilhéus, em 1918, vítima da gripe espanhola. O "ilustre e distinto cavalheiro", era "elemento de destaque no seio do partido situacionista de Ilhéus, ao qual soube prestar relevantes serviços com a sua vasta influência pessoal". Atacado pela gripe, "agravou-se de tal sorte a mo-

[327]CEDOC. *Diário da Tarde*, "Falecimentos", n. 1253, 20/6/1932, p. 2.
[328]Id. *Correio de Ilhéus*, "Coronel Rodolfo Vieira", n. 485, 21/8/1924, p. 1.

léstia que zombou de todos os carinhos de sua digna esposa, de sua velha mãe, irmãos e amigos e dos recursos da ciência."

Com apenas trinta e três anos de idade, o "ativo e trabalhador" agricultor, era considerado "a maior influência política do Rio do Braço, Sequeiro do Espinho e Repartimento." Contava por essas "férteis e populosas zonas" com um grande número de amigos, muitos compadres e "crescido número de eleitores que o acompanhavam com verdadeira dedicação." O comentário publicado no jornal *A Época* afirma que a morte prematura do "forte e distinto correligionário abre um claro difícil de preencher nas fileiras do nosso partido"[329].

Os necrológios de Badaró exaltam o seu espírito indômito, homem disposto aos maiores sacrifícios pelas causas do partido. Segundo eles, Sinhô não era apenas um político disciplinado e prestigioso, era também "um grande lutador, um destemido, que sentia-se melhor quanto mais se desencadeavam as paixões, quanto mais se agitavam os espíritos nas refregas partidárias." Como todo aspirante a herói, não conheceu o sentimento da derrota: "invencível, lutava a peito descoberto."

Ninguém o "dobrava ou intimidava" pela ameaça, "que desprezava, que não suportava e que repelia energicamente. Não sabia recuar e muitas vezes tornava-se rebelde a conselhos que julgava prejudicarem o seu amor próprio." Em reconhecimento, ricas capelas mortuárias foram depositadas na sala onde repousava o corpo, transformada em câmara ardente, algumas das quais foram colocadas sobre o caixão e outras carregadas para o cemitério. Nas inscrições das capelas nota-se a presença do elemento propagandístico. Muitas eram enviadas em nome das firmas, geralmente de exportação de cacau, com que o falecido mantinha relações comerciais.

Do arrabalde da Pimenta, onde estava provisoriamente residindo, saíram os seus despojos em rico caixão "a cujas alças seguravam após a encomendação, o senador Antônio Pessoa, o coronel Luiz Pinto e irmãos do extinto, passando depois a ser carregado por outros amigos, que disputavam essa honra, até o cemitério municipal." O enterro foi descrito pela imprensa como "muito concorrido", jargão típico de referência a eventos sociais mundanos, "apesar da ausência dos adversários." O cortejo foi narrado como uma verdadeira procissão cívica em homenagem ao falecido político. Nas ruas Araújo Pinho e Barroso, bem como na praça doutor Seabra, "mais de 600 pessoas aguardavam a passagem do féretro, descobrindo-se reverentemente.

[329]Id. *A Época*, "Falecimento", n. 2, 17/11/1918, p. 2.

Todas as famílias das ruas Sá e Oliveira, Santos Dumont e praça Coronel Pessoa assistiram das janelas de suas casas o desfilar do préstito[330].

Poucos anos antes a família de Sinhô havia perdido o seu patriarca, o coronel Antônio Fernandes Badaró, oriundo das Lavras Diamantinas e pioneiro do plantio do cacau na zona do Rio do Braço. O coronel era um dos principais chefes políticos do município de Ilhéus, poder que foi passado, após a sua morte, ao filho mais velho. Os funerais de Antônio Badaró marcaram simbolicamente as relações de poder vigentes na sociedade regional. O velório foi realizado na residência do coronel Henrique Kruschewsky, sogro de Sinhô. No cortejo rumo ao cemitério, o corpo do coronel Antônio Badaró serviu de elo simbólico no reforço de alianças políticas. As alças do caixão, coberto de capelas mortuárias, foram carregadas por alguns dos mais importantes políticos e comerciantes do município.

Ao passar o féretro pela praça Coronel Pessoa, bem como no adro do cemitério, onde o corpo teve sepultura foram prestadas, pela Polícia, as honras devidas à patente da guarda nacional. O conselho municipal e a intendência enviaram uma custosa capela, emoldurada em uma caixa de tampa de vidro e numerosas famílias "de nossa melhor sociedade" enviaram bandejas com flores. Muitos dos 48 anos de vida do coronel Antônio Badaró haviam sido dedicados à política, por isso se tornou "um dos mais firmes e dedicados combatentes do grande partido com altivez e coragem entrando em lutas de que saíra-se vencedor". Nesta passagem fica evidenciado como as qualidades do coronel confundem-se com as do partido[331].

Uma forma de percebermos como se dava a construção e desconstrução da imagem individual pelos necrológios é comparando os qualitativos veiculados nos diferentes jornais, representantes de tendências políticas distintas. Tomemos como exemplo o *Correio de Ilhéus*, quando do falecimento do coronel Domingos Adami, um dos mais importantes adversários do grupo político ao qual o jornal servia de órgão oficial. Observa-se que, no anúncio, não há referências às "qualidades" do coronel em um texto bastante curto, se considerada a sua importância política e social, e localizado nas páginas internas. Em outro número, o *Correio* anuncia a morte de um político local de importância secundária. O texto está carregado de adjetivações e pesar pela perda do "lealdoso" e estimado correligionário.

---

[330]Id. *Jornal de Ilhéus*, "Francisco Badaró", n. 330, 17/11/1918, p. 1.
[331]Id. *Jornal de Ilhéus*, "Coronel Antônio Badaró", n. 86, 8/3/1914, p. 1.

> Faleceu, na capital do estado, contando a idade de 82 anos, o senhor coronel Domingos Adami de Sá, grande fazendeiro neste município, de onde foi intendente há cerca de 15 anos e exerceu outros cargos de eleição popular. Apesar da sua idade bastante avançada e o estado de saúde há alguns anos abalado, foi recebida com surpresa nesta cidade a notícia do trepasse do velho político, que aqui tem inúmeros parentes e amigos. Chefiou durante largo tempo, o partido situacionista até 1912, recolhendo-se após essa data à vida privada[332].

> Faleceu o nosso velho e intransigente amigo Joaquim Isidoro de Oliveira, realmente estimado pelos seus dotes de caráter e pela honestidade com que sempre viveu trabalhando. Era um dos elementos lealdosos(sic) e sinceros do nosso partido, a cujo chefe ouviu com apreço e religiosidade. Valiosa coroa de *biscuit* foi depositada pelo nosso querido chefe senador Pessoa[333].

Homenagens oficiais do poder público, como a prestada pelo legislativo de Canavieiras aos seus mais importantes membros, também faziam parte do pacote de enaltecimento individual. As moções de pesar propostas pelos conselheiros dão mostra do sentimento de perda causado pelo falecimento dos mais influentes líderes municipais:

> Falecem-me (sic) as ideias, falta-me o cultivo para enumerar a grandeza desse homem, pautado nos moldes da honra, da caridade e do dever. A sua palavra era superior a um documento escrito. Hoje choram inúmeras famílias onde a pobreza envergonhada invade o lar honesto e que a sua bolsa sempre pronta se abria a socorrer. Como era pai exemplaríssimo, não lhe faltando os conselhos e os esforços para elevar os seus descendentes. O dever era o escudo da sua vida. Conservador a toda prova. [...] Canavieiras perde dia a dia os seus antigos sustentáculos. Há quatro anos passados desapareceu Augusto de Carvalho e poucos restam nesta boa terra. A falta de Antônio Francisco de Souza é impreenchível e a sua queda foi um profundo golpe no seio do Partido Democrata o qual tinha no extinto um baluarte de amparo. Militou sempre na política, ao lado do benemérito Augusto Luiz de Carvalho e Salustiano Viana, ocupou todos os cargos de destaque político e parece não deixou inimigos, face as manifestações que surgem de todos os lados em sinal de pesar pelo seu falecimento [334].

[332]Id. *Correio de Ilhéus*, "Falecimentos", n. 784, 8/4/1926, p. 2.
[333]Id. Ibid. "Joaquim Isidoro de Oliveira", n. 754, 1/6/1926, p. 1.
[334]APC. Moção de Pesar, Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Canavieiras de 17/9/1917.

Ao final do império, os mais antigos líderes liberais ligados ao coronel Pessoa perderam o controle político regional, vindo a amargar um longo período afastados do poder. Porém, estrategicamente, esse grupo fez o possível para aproximar o discurso oficial do partido ao ideário republicano, à modernidade e ao progresso. Mostravam-se como defensores de uma nova sociedade e recusavam o "atraso" e o "elitismo" típicos do período colonial e monárquico. Ao tempo em que construíam um vínculo entre as ações do partido e a ascensão econômica da lavoura cacaueira, buscaram legitimar os seus próprios fundadores.

O passado deveria servir aos interesses presentes, num processo de autor reconhecimento coletivo que necessitava de suas figuras inaugurais. Ao glorificarem as figuras dos fundadores do partido, os pessoístas tentaram construir uma referência paradigmática com o objetivo de simbolizar a gênese do seu ideário. Os coronéis "pessoístas" tinham consciência de que o seu poder somente seria consolidado e legitimado se fosse criada uma identidade regional aglutinada em torno de novos valores, símbolos e ritos públicos capazes de gerar um possível consenso em relação à imagem política do partido, como uma agremiação que reunia os principais responsáveis pelo desenvolvimento do progresso material da região cacaueira.

O coronel Antônio Pessoa foi um pioneiro, no sul baiano, do uso político da imprensa em benefício dos líderes do seu partido. Pessoa reuniu alguns dos maiores fazendeiros de cacau de Ilhéus e de Tabocas na *Sociedade Anônima Gazeta de Ilhéo*s, cujas ações totalizaram a soma de vinte e três contos e seiscentos mil-réis, um investimento financeiro de relativa monta para o período. É interessante notar que os nomes dos dois maiores adversários políticos de Pessoa, os coronéis Domingos Adami de Sá e Henrique Alves dos Reis, constavam entre os acionistas da *Gazeta*. O periódico foi inaugurado em 1901, tendo Antônio Pessoa como seu primeiro redator-chefe e principal articulista. *A Gazeta* foi um espaço privilegiado utilizado para a propaganda política do partido oposicionista. Os artigos, quase sempre alegando uma pretensa neutralidade, serviram como base de propaganda dos discursos sobre a superioridade moral e cívica do grupo pessoísta.

> Resignando os cargos que ocupavam nesta empresa os ilustres diretores, desde a sua fundação, nem por isso deixará a G. I. de manter-se no programa da neutralidade que adotou muito embora filiados sejam os novos diretores a um dos partidos militantes deste próspero município [...] O bico de pena [fraude eleitoral], que funciona há doze anos, só tem servido para formar agregações ao impulso dos

> interesses pessoais e criar oligarquias para o predomínio de determinados "senhores"[...] Queremos tranquilidade completa para os espíritos das famílias, quase sempre inquietos pelas correrias, por desordens inenarráveis, pelos assassinatos nas estradas, queremos a eliminação do bacamarte, do banditismo, o desaparecimento do jagunço, o arrefecimento das paixões desordenadas[335].

Na tentativa de criar uma nova imagem da sociedade, desvinculada da "aristocracia" do cacau, a elite de *self-made men* apostou claramente na própria imagem como pioneiros do processo civilizacional do cacau, que simbolizariam uma identidade de grupo, afirmando uma alteridade em relação aos demais segmentos políticos e sociais.

Os funerais dos coronéis Pessoa e Tavares: a apoteose do indivíduo

Os necrológios de Antônio Pessoa e Misael Tavares são contundentes na ênfase dada à trajetória de ascensão de ambos aos mais elevados postos sociais, mediante o seu esforço pessoal. Os mais influentes chefes políticos originários do pessoísmo encarnaram o projeto republicano de sociedade, segundo o qual todos os cidadãos deveriam ter os mesmos direitos em relação às possibilidades de mobilidade social pelo trabalho. Um simples advogado provisionado e um pequeno negociante rural teriam se transformado, pela tenacidade, nos mais representativos exemplos individuais do poder social dos chamados "coronéis do cacau".

O uso político dessa justificação dava-se pela construção da memória dos seus mais importantes líderes como representantes de uma nova era de transformações fundamentais, cujo resultado foi a consolidação da região cacaueira como um dos mais importantes núcleos econômicos do país. Este tópico é recorrente nos elogios fúnebres e na apreciação geral dos méritos desses mortos ilustres, o que passava, efetivamente, pelo silenciamento dos atos menos louváveis cometidos durante a sua ascensão social, como a utilização da violência física e jurídica típicas do período de desbravamento. A consagração de Pessoa e Tavares tinha como objetivo construir uma imagem compatível com a ideia de uma sociedade baseada nos valores individuais e na crença de que o trabalho honesto e perseverante possibilitava, aos de nascimento humilde, uma trajetória social ascendente.

[335]CEDOC. *Gazeta de Ilhéus*, "Nova Fase", n. 90, 20/3/1902, p. 2.

Revestidas com as características essenciais de todo rito de passagem, as cerimônias fúnebres dos coronéis Pessoa e Tavares transformaram-se em acontecimentos apoteóticos que mobilizaram grande parte da população local. Como vimos, a feição militante incitava o comparecimento em massa dos correligionários dos mortos, o que dava aos funerais uma maior dimensão pública. Entre as camadas populares, os grandes funerais constituíam um espetáculo que impactava pelo simbolismo ostensivo de poder, ao traduzir os valores e as expectativas essenciais da elite cacaueira.

Os necrológios de Pessoa o enalteceram como um modelo de político que deveria servir de referência para as futuras gerações, o que revela a consciência das expectativas que norteavam os setores políticos. As evocações objetivavam delinear e perpetuar a imagem do coronel, conferindo inclusive seu nome a logradouros públicos e instituições de caráter filantrópico. Por conseguinte, os grupos profissionais ou políticos realizavam aquilo que, em outra dimensão, faziam as famílias, procurando, mediante a perpetuação dos seus mortos, garantir simbolicamente a sua continuidade na memória dos vivos.

Este tipo de interesse fez dos rituais de recordação, particularmente as cerimônias fúnebres, comemorações onde se consagraram símbolos identitários coletivamente compartilhados, reforçando a solidariedade orgânica do grupo no qual estavam inseridos. Ao apelarem para os antepassados ou líderes políticos, os consagradores buscavam a afirmação pública dos seus direitos, trabalho ideológico necessário à construção de diferenças. Com a morte de Pessoa, o partido perdeu o seu mais antigo e importante membro. Entende-se, então, a ênfase dada ao significado político e ideológico dos seus funerais e ao valor exemplar que a vida do coronel Antônio Pessoa devia representar para todos os membros da sociedade ilheense.

Conservador no que se refere aos costumes, Antônio Pessoa seguia rigidamente os preceitos vigentes ao final do século XIX, período em que formara a base da sua religiosidade e visão de mundo, visão expressa no material de divulgação dos seus funerais (Figura 12). O coronel havia sido seminarista na juventude, tendo abandonado esta formação por ocasião da morte de seu pai. A imagem conservadora que cultivava estava expressa nas suas atitudes perante a sociedade. O coronel Pessoa era um dos poucos membros da elite política e financeira que não possuía jagunços, ou mesmo mais de uma família, como era costume entre os membros mais abastados da sociedade regional. O ambiente doméstico da família Pessoa era da mais rígida moralidade. As mulheres viviam recolhidas ao ambiente

do lar e, entre elas, as solteiras somente saíam à rua acompanhadas dos empregados da família[336].

Em seu necrológio, o *Diário da Tarde* esmerou-se em destacar a importância política do coronel Antônio Pessoa -- "uma das maiores e mais representativas figuras do cenário político da região sul-baiana, no império e na república." Em seguida traça um perfil biográfico do falecido que há mais de meio século intervinha "diretamente nos seus destinos políticos." Noticia ainda que a madre priora das religiosas ursulinas havia comunicado que seria celebrada missa de réquiem no santuário da Piedade, em sufrágio à alma do falecido, "homenagem fúnebre, como poucas vezes se tem verificado nesta cidade."

Figura 12 – "Santinho" do coronel Antonio Pessoa, 1942

Antonio Pessôa da Costa e Silva

Geremoabo - 4 - 9 - 1853.
Ilhéus - 9 - 7 - 1942.

Beáti mórtui, qui in Domino moriúntur.
apoc. 14,13.

"Virá a hora em que todos os que estão nos sepulcros ouvirão a voz do Filho de Deus; e deles sairão os que fizerem o bem para a ressurreição da vida".
Jo. 5, 28-29.

Nós vos pedimos, Senhor, que a alma do vosso servo ANTONIO, cujo trigésimo dia do passamento hoje celebramos, possa compartilhar da sorte de vossos Santos e eleitos, e merêça receber de Vós o orvalho perene da vossa misericórdia. Por Cristo Nosso Senhor.

Fonte: Acervo Pessoal do Autor.

Apesar das torrenciais chuvas de julho que caíram na hora do sepultamento, "grande multidão, onde se viam autoridades civis e militares, representantes de todas as classes sociais e o povo em geral," já se achava em frente à residência do "ilustre extinto aguardando o saimento do féretro." O

[336]GUERREIRO DE FREITAS, 2001 e SILVEIRA, Alfredo Amorim da: depoimento [maio 2007], CEDOC-UESC.

rico ataúde foi retirado "do cadafalso armado no salão principal" da residência do falecido e conduzido por pessoas da família, "formando-se longo préstito" a caminho do cemitério da Vitória. A própria cidade como que morreu temporariamente durante o cerimonial de despedida do coronel Pessoa, "tendo o comércio cerrado as suas portas não havendo expediente em várias instituições e estabelecimentos, suspensos os espetáculos cinematográficos e outras diversões."

Os logradouros públicos por onde passou o cortejo traduziam o sentimento de pesar da sociedade. Na ladeira que leva à necrópole, "os postes de iluminação pública e as árvores ostentavam grandes laços negros de crepe", delimitando o último passeio do coronel pela cidade que ele comandou por anos a fio. O luto expresso nos logradouros e no cancelamento da maioria das atividades cotidianas foi organizado para unir a população em torno do sentimento de perda de uma figura-símbolo da sociedade cacaueira, cuja trajetória serviu de base para a composição do perfil do líder político regional.

À frente do cortejo ia o vigário da cidade, ladeado por membros da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da qual o coronel era provedor há muitos anos, "servindo a instituição com raro devotamento." Transpondo o portão do cemitério, o ataúde foi depositado numa carreta junto à sepultura, "aí recebendo os derradeiros atos da religião." Antes de o corpo descer à sepultura, vários oradores usaram da palavra para traçar o perfil do morto, "focalizando a sua atuação no governo e na direção política deste município, tecendo merecidos elogios à velhice augusta que agora desaparecia e que bem poderia servir de exemplo aos moços."

Alguns oradores falaram "em nome do povo de Ilhéus, despedindo-se daquele que soube tão bem servir a região, como homem público, como cidadão e como profissional." Terminados os discursos, os familiares depuseram o ataúde na campa cobrindo-se a mesma de flores e colocada depois a lápide, "encerrando-se assim a cerimônia que foi assistida pela enorme multidão" presente no cemitério da Vitória[337]. A família Pessoa (Figura 12) foi uma das que mais visivelmente utilizaram o momento da morte dos seus membros para consolidar o seu prestígio social.

Também o falecimento de Alice Pessoa de Amorim, dezenove anos antes do patriarca, foi transformado em uma verdadeira celebração

[337]CEDOC. *Diário da Tarde*, "Desapareceu uma grande figura da tradição ilheense", n. 4222, 9/7/1942, p. 1.

das alianças políticas e de parentesco que cercavam o núcleo de poder do coronel. Vale ressaltar que os funerais de Alice Pessoa coincidiram com o Dia de Finados, data simbólica para o afloramento de sensibilidades inerentes ao fenômeno físico da morte. Os funerais teriam uma visibilidade maior do que o normal, pelo acréscimo da multidão que nesse dia estaria visitando os túmulos dos parentes mortos.

A coincidência de datas e horários foi registrada pela imprensa para melhor imprimir o sentimentalismo da notícia. O dia consagrado aos mortos foi "de desolação e de lágrimas" na residência "do nosso venerando amigo e querido diretor, Senador Antônio Pessoa." Precisamente às 17 horas e 30 minutos, "quando os sinos do campanário dobravam finados", justamente nessa hora de "tristeza e de saudade" Alice Pessoa de Amorim chegava ao "término dos atrozes padecimentos", que tanto "confrangiam aos seus queridos filhos, pais e irmãos" e enchiam "de sincera mágoa a quantas pessoas amigas vinham de alguns dias já lhe rodeando o leito de enferma." Alice Pessoa havia tido a oportunidade de receber com lucidez todos os sacramentos "que lhe foram ministrados pelo ilustre Sr. D. Manoel de Paiva, preclaro bispo diocesano

Os jornais destacam a sua condição de filha "da terra," unida em casamento "ao moço ilheense Alfredo Amorim que, após três anos, sucumbiu à insidiosa moléstia, deixando-a viúva com dois filhos", um dos quais Milton, de quem tratamos anteriormente. A "nenhum sacrifício havia se poupado" o senador Pessoa pelo restabelecimento da saúde dessa "filha estremecida", alterada desde o dia da sua viuvez. A perda do esposo teria afetado psicologicamente a jovem viúva e, provavelmente, causado uma depressão profunda, pois foram "ineficazes todos os cuidados e carinhos da família, inteiramente nulos todos os recursos da ciência médica" que não puderam impedir a marcha da moléstia[338].

A morte de Alice mobilizou os correligionários de Pessoa que, em romaria, foram prestar sua homenagem ao chefe político. Uma "grande afluência de famílias e de cavalheiros da sociedade ilheense" que iam à residência da família Pessoa, demonstrando um "tributo" de amizade e de apreço à "desditosa extinta, assistindo-lhe o saimento." O ataúde foi retirado da capela do palacete Pessoa, onde se achava, sendo conduzido à catedral para a encomendação por parentes e amigos da família. A última saída do corpo da residência da cidade dos vivos rumo à nova residência

---

[338]Id. *Correio de Ilhéus*, "Dona Alice Pessoa de Amorim", n.366, 3/11/1923, p. 2.

Figura 13 – Membros da famílias Pessoa e Castro. Em pé da esquerda para direita: Ramiro Berbert de Castro, Júlio Abreu, Astor Pessoa e Epaminondas Berbert de Castro. Sentados na mesma ordem: Mário Pessoa, coronel Antônio Pessoa e coronel Ramiro de Castro [Foto de Autor desconhecido].

Fonte: Brandão; Rosário, 1970.

na cidade dos mortos era um dos momentos mais dramáticos dos funerais e que mais chamavam a atenção do público participante.

Aos mais íntimos caberia o encargo do traslado. A composição em volta do ataúde, abaixo representado verticalmente pelo nome Alice, traduzia as relações de poder e os interesses sociais que moviam todo o aparato fúnebre. O corpo de Alice Pessoa de Amorim foi conduzido pelo pai, senador estadual; por dois dos seus irmãos, um dos quais deputado estadual; e pelos coronéis Catalão, Amorim e Castro, chefes políticos do partido. O coronel Amorim era primo do esposo de Alice e casado com uma irmã da mulher do coronel Castro, este sogro de um filho de Pessoa, Mário, que exercia o cargo de intendente municipal. O coronel Catalão era

casado com Belanísia Vieira cujo pai, coronel Rodolpho Vieira, era um dos principais aliados políticos da família Pessoa.

Senador Antônio Pessoa	**A**	Deputado Astor Pessoa
	L	
Capitão Antônio Pessoa Jr.	**I**	Coronel Virgílio Amorim
	C	
Coronel Ramiro Castro	**E**	Coronel Pedro Catalão

Esta descrição não deixa de revelar os objetivos políticos e sociais que a família ou o grupo social alimentavam em torno dos funerais. Os altos custos materiais demonstram claramente esta finalidade, para além dos aspectos religiosos que cercam a morte. Os recursos investidos na organização do ritual e na sua linguagem simbólica visam garantir a ostentação de um modo de vida tipificado pelas expressões de riqueza e poder inerentes a uma determinada camada da população sul-baiana, que talvez tivesse na figura de Misael Tavares a sua mais completa tradução.

O coronel Misael Tavares faleceu vítima de ataque cardíaco em 1938, no Rio de Janeiro, onde se encontrava em tratamento de saúde. A cidade recebeu a notícia através do noticiário fornecido pelo rádio, invento recentemente incorporado ao aparato tecnológico regional. Banqueiro e grande proprietário agrícola, Tavares era conhecido pela imprensa nacional como o “rei do cacau”. Os jornais locais anunciaram a morte do coronel como a de um “lutador incansável”. Tendo uma origem humilde, “vivendo uma mocidade laboriosa e obscura,” conseguiu uma fortuna “que é talvez a maior e mais sólida da Bahia”.

O seu nome ficou definitivamente ligado a todos os grandes empreendimentos “no sentido de maior progresso dessa terra, onde aplicou sistematicamente os seus capitais”, como, por exemplo, na empresa de abastecimento de água, em construções urbanas que são “as mais importantes da cidade” e em outros “empreendimentos notáveis”, como a nova usina Vitória para fabricação em larga escala do subproduto do cacau, tendo sido “decisiva” a sua cooperação na obra que tornou uma realidade a Companhia Industrial de Ilhéus. Foi conselheiro municipal, intendente, pertencendo também às principais instituições ilheenses, entre as quais a Associação Comercial, de que foi presidente, e a Associação de Agricultores da Bahia.

A morte do coronel produziu intensa repercussão no “espírito público” de Ilhéus. O procedimento coletivo ante a morte de Tavares foi simi-

lar à do coronel Pessoa, tendo "todo o comércio fechado as suas portas pela manhã, em sinal de pesar", havendo as instituições de classe a que pertencia "hasteado a bandeira em funeral e o prefeito encerrado o expediente municipal, considerando os vínculos do extinto com os maiores empreendimentos locais." Também a empresa Armindo Martins "resolveu suspender os espetáculos [...] em seus cinemas de Ilhéus e Itabuna"[339].

As homenagens póstumas ao coronel tiveram início na antiga capital da República, por parte do comércio local, como reconhecimento à influência de Tavares no setor. O seu corpo foi embalsamado e exposto, em câmara ardente, na sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro, de onde saiu em direção a Ilhéus acompanhado por parentes. O traslado dos corpos dos coronéis era uma cerimônia em si. A chegada dava-se por navio ou hidroavião da Condor, especialmente contratado para o serviço, como no caso de Tavares. O deslocamento do corpo passava por várias etapas até alcançar o cemitério. O navio atracava diretamente no porto da enseada do Pontal, enquanto um hidroavião se dirigia ao aeroporto da Sapetinga, do outro lado da enseada, embarcando o corpo em lancha para a cidade, de onde seguia para a sua residência ou templo religioso.

O corpo do coronel Misael foi novamente exposto à visitação pública, por dois dias, em seu palacete ao lado da Matriz de São Jorge, onde realizou-se a missa de corpo presente[340]. Após o desembarque do corpo no cais da Companhia Industrial organizou-se o cortejo fúnebre em direção à residência, onde o corpo foi velado pela família, vinda de Salvador, por amigos e delegações especiais. "Extraordinária multidão" acompanhou o féretro até o palacete (atual sede da Loja Maçônica Regeneração Sul Baiana), onde o esquife foi colocado na eça, no salão nobre, transformado em câmara ardente. A abertura do esquife causou "grande emoção" entre os familiares, que imediatamente o cercaram para ver o corpo embalsamado[341].

A missa de corpo presente foi ministrada pelo bispo diocesano d. Eduardo Herberhold. Após o ato fúnebre seguiu-se o enterramento, sendo o ataúde transportado "em coche funerário" ao cemitério no alto da Vitória. À beira do túmulo um parente da "veneranda viúva", o deputado federal Ramiro Berbert de Castro, que tinha vindo do Rio de Janeiro para Ilhéus acompanhando o corpo do coronel, proferiu "comovida oração, fixando em

[339]Id. *Diário da Tarde*, "Desapareceu uma figura marcante de Ilhéus", n. 2919, 9/2/1938, p. 1.
[340]Id. Ibid., "Os funerais do coronel Misael Tavares", n. 2921, 11/2/1938, p. 1.
[341]Id. Ibid. "Chegou o corpo do coronel Misael Tavares", n. 2922, 12/2/1938, p. 1.

traços largos a personalidade do capitalista ilheense e apontando-o como um raro exemplo de dedicação ao trabalho que resultou na sua invulgar prosperidade." Falou também agradecendo em nome da família do extinto, as homenagens que Ilhéus prestou "à sua memória."

De acordo com Ramiro Berbert de Castro, foi o seu "inesquecível pai" quem primeiro auxiliou o coronel Misael, dando-lhe crédito para que ele pudesse abrir uma pequena casa comercial no distrito de Cachoeira de Itabuna. Pouco depois Tavares casou com uma prima da esposa do coronel Castro e aderiu ao seu grupo político. "Daí o início da sua carreira que foi, pela economia e pelo trabalho, crescendo em prosperidade até atingir o máximo de riqueza." Após o enterramento, o avião que havia trazido a Ilhéus o corpo do "grande servidor do progresso da cidade," levantou voo de regresso ao Rio, tendo feito evolução sobre o túmulo do coronel, onde lançou uma grande braçada de rosas[342]. Perceba-se nessa, e em outras passagens, a presença marcante do elemento floral no conjunto dos símbolos que compõem o aparato material dos funerais, especialmente em relação às rosas, assunto que trabalharemos no quinto e último capítulo.

É importante observar, aqui, que a ampla divulgação pública da morte era somente aceitável entre os "cidadãos ilustres", tornando-se inadequada aos menos favorecidos como se observa em um artigo do *Correio de Ilhéus,* reclamando contra o costume das igrejas anunciarem a morte dos munícipes sem qualquer distinção, especialmente as "formidáveis badaladas" do sino da igreja da Vitória. O artigo argumenta que "já está se tornando irritante tanto badalar. Para que tantos e tão fortes dobres de finados?" Segundo a gazeta, "quase não havia dia em que não se trepe no coro da igreja o seu gaiato sacristão para dobrar o sino, azucrinando a população que trabalha e precisa esquecer-se um pouco da morte." Ou seja, a lembrança cotidiana da morte constrangia a população. Ao órgão de imprensa parecia imperdoável dobrarem os sinos por qualquer falecimento: "Pergunta-se: quem morreu. E ninguém sabe dizer. Às vezes é uma pobre mulher desconhecida que faz o bronze gemer e incomodar o povo" (grifos nossos) [343].

Dessa maneira, a divulgação da morte pelas páginas da imprensa ou pelos sinos das igrejas foi adquirindo uma importância cada vez maior, como um momento de "consagração" dos indivíduos e grupos sociais. Nos

---

[342]Id. Ibid. "O enterramento do coronel Misael Tavares", n. 2923, 14/2/1938, p. 1.
[343]Id. *Correio de Ilhéus*, "Os sinos da Vitória", n.1167, 13/3/1929, p. 1.

anúncios e necrológios realçavam-se os sobrenomes aos quais o morto ligava-se por nascimento e alianças de casamento, o que fornecia um referencial de prestígio para a "nobreza" da terra. A antiguidade do grupo familiar é destacada como forma de legitimar a tradição do nome entre os pioneiros da lavoura cacaueira, antiguidade esta que, entre os novos-ricos, não alcançava mais do que algumas poucas décadas.

CAPÍTULO V

OS ESPAÇÕS CEMITERIAIS E AS REPRESENTAÇÕES DA MORTE NO SUL DA BAHIA, 1880-1950

A morte é grande. Nós lhe pertencemos, boca sorridente. Quando nos acreditamos no coração da vida, ela ousa de repente chorar em nós.

Rilke

O processo de emergência dos cemitérios a céu aberto: novas formas do morrer

A trajetória do espaço cemiterial a céu aberto testemunha a intenção de romper-se a proximidade cotidiana entre vivos e mortos. Até o século XVIII, o cemitério era constituído por um pátio de forma retangular, em torno da igreja, onde eram depositados os corpos daqueles que não podiam pagar as taxas de enterro no interior dos templos. Entre as paredes que o cercavam, uma geralmente era da lateral ou dos fundos da igreja, sendo nas demais construídos carneiros sobre os quais havia um ossuário utilizado para o depósito dos crânios e membros das sepulturas coletivas, periodicamente abertas e renovadas. Mesmos os restos mortais dos mais ricos terminariam nesse local, pois ainda não existia a concepção moderna de que os mortos deveriam ter um espaço privado destinado à perpetuidade.

A sepultura coletiva vigorou durante todo o período medieval e início da modernidade. A individualização das sepulturas caiu em desuso no século V da era cristã. Na antiga Roma, a maioria da população, inclusive os escravos, possuía um lugar de sepultura normalmente assinalado por inscrições que expressavam a vontade de preservar a identidade do túmulo e a memória do morto. Os sarcófagos de pedra continham o nome do morto e o seu retrato, porém esse comportamento desapareceu em torno do século V. As inscrições e os retratos não mais aparecem e as sepulturas passam a ser anônimas. Os mortos foram entregues à igreja para esperar a

ressurreição e as sepulturas passam a ser coletivas, ao menos para a maioria da população[344].

O movimento de retorno à valorização da individualidade dos mortos, com o ressurgimento dos túmulos privados e das inscrições funerárias, foi fruto das mudanças relativas às concepções quanto à passagem para a vida eterna. Esse é um processo que, a partir da Alta Idade Média, desenrolou-se lenta e continuamente, estando intimamente relacionado às transformações pelas quais passou o ocidente. A sociedade começou a desenvolver um desejo de eternidade. Tornou-se inaceitável que os seus membros, principalmente aqueles que a encarnavam e com quem ela se identificava mais diretamente, estivessem sujeitos a desaparecer[345].

Foram os burgueses, ao progressivamente adquirirem influência econômica, os principais fomentadores do mecanismo de utilização do cemitério para a afirmação social e política, associando a individualização contínua das sepulturas com o desenvolvimento do capitalismo. Aos poucos, as sepulturas passaram a ter uma nova concepção funcional, sendo construídas com teto, com a pretensão de proteger os corpos nelas depositados, fenômeno contemporâneo de uma representação nascente: a da sepultura como habitação familiar[346].

Entre os séculos XV e XVII, a família passou a se apropriar do local da inumação e a reunir os corpos dos parentes mortos em um só lugar. O anonimato foi sendo substituído pelas inscrições sobre as lápides e pelas imagens retratando a figura do morto, "em um processo de personalização do defunto que será reforçado no século XVII e que desembocará em importantes práticas contemporâneas"[347]. No Brasil, até o século XVIII, não era comum a pompa funerária e a ostentação tumular. Os corpos eram geralmente depositados em campa lisa, sem inscrições ou indicações de posição social ou individualidade do morto[348]. Mas já na sociedade oitocentista observa-se, entre as igrejas e dentro delas, "uma geografia da morte que refletia as hierarquias sociais e outras formas de segmentação coletiva"[349].

Mesmo as sepulturas comuns, de ocupação provisória, estavam separadas de acordo com sua localização em relação aos altares e demais

---

[344]RODRIGUES, 1983.
[345]HERTZ, 1990.
[346]URBAIN, 1978.
[347]RODRIGUES, *op. cit.*, p. 130.
[348]CAMPOS, A., 1994.
[349]REIS, 1997.

lugares privilegiados no interior das igrejas. Havia uma íntima relação dos vivos com o local das sepulturas dos mortos. A proximidade do morto com as imagens sacras fazia com que o enterro dos corpos dentro dos templos fosse altamente valorizado pela sociedade da época. O enterro no interior dos templos era também um meio de não cortar totalmente os laços com o mundo dos vivos. Nesse período, as igrejas eram comumente utilizadas para outras atividades além do ofício religioso, como, por exemplo, como salas de aula e seção eleitoral[350].

As sepulturas eram geralmente retangulares, com oito a dez palmos de profundidade, cobertas de pedra de lioz, mármore ou madeira, sendo numeradas para evitar que fossem abertas as de uso mais recente. Normalmente, pessoas de todas as condições sociais podiam ser enterradas nos templos, porém estava estabelecida uma distinção quanto ao local e ao tipo de sepultura. Uma divisão se fazia entre o interior da igreja e o adro, na sua parte externa. A cova fora do corpo da igreja era bastante desvalorizada. Nesse local eram geralmente enterrados os escravos e as pessoas sem recursos para pagar o enterro no seu interior.

Com o fim das inumações no interior dos templos, a igreja católica perdeu parte do seu poder espiritual sobre a sociedade. A secularização dos cemitérios fez com que aos templos restasse o papel de sede de batizados, casamentos e sufrágios, insuficientes para o completo domínio espiritual dos fiéis. Apesar da manutenção de alguns elos importantes, como a participação nos funerais, mantendo o controle sobre a extrema-unção e a encomendação da alma, foi inevitável a separação simbólica do corpo do morto do corpo do templo.

Da mesma maneira, foi inevitável a construção de sepulturas que assegurassem a liberdade em relação aos padrões religiosos. A administração dos cemitérios de diversas cidades passou a agenciar as construções tumulares dando sugestões, propondo figurinos, calculando custos e, em certos casos, proporcionando a visita de artistas para a interpretação da vontade do contratante, fato que promoveu uma nova concepção estética no espaço da morte. O deslocamento das inumações para locais fora do espaço das igrejas associa-se à emergência da cidade como objeto de reflexão e controle por parte de certos grupos sociais, em particular o dos higienistas.

As dificuldades por que passavam as cidades e vilas eram de todos os tipos: inexistência de água encanada e sistema de esgoto, ruas estreitas

---

[350] *Ibidem*, 1991..

sem calçamento e iluminação precária. Porém, os problemas enfrentados pelas vilas e cidades não eram problemas urbanos. A cidade, no período, não era tematizada como uma questão. Serão os médicos higienistas, com suas pesquisas sobre os agentes causadores das epidemias, nas suas suposições sobre a contaminação do meio pelos miasmas, que inventarão os problemas urbanos. É a partir da nova condição urbana, em grande medida criada pela medicina, que será possível incorporar a cidade e a população ao escopo do saber médico[351].

Os médicos formularam uma reflexão sobre a morbidade urbana e propuseram a exigência de condições de vida ideais, que se tornaram um importante instrumento de normatização da sociedade[352]. Ao legitimar-se como um saber sobre a cidade, a medicina se tornou a referência principal na elaboração de um projeto urbano e enraizou os princípios higienistas como normas de comportamento social. A questão da salubridade levantada pelos médicos-higienistas articulou-se, de imediato, aos interesses do governo.

A população brasileira, no período, era atingida duramente, em épocas de surtos epidêmicos, pela falta de drenagem dos pântanos, de calçamento das ruas, da regulamentação do comércio de alimentos e de construção de esgotos.[353] As exigências de salubridade passaram a estar entre as principais preocupações da época. Uma das questões básicas era a higiene urbana, com as ações nessa área direcionadas para a pavimentação das ruas e a criação de um sistema de esgotos. Outra questão central dizia respeito à circulação de ar, o que motivou o alargamento das ruas e a criação de jardins e passeios públicos. Quanto às prisões, hospitais, matadouros e cemitérios, considerados um risco para a saúde pública, os higienistas e administradores preconizaram sua instalação na periferia das cidades[354].

O afastamento dos cemitérios e a consequente separação entre os vivos e os mortos fazem parte de um processo que teve início na Europa no final do Antigo Regime. Ocorreu uma redefinição das noções de poluição ritual, de pureza, e o perigo de contágio passou a ser definidos a partir de critérios médicos, mais do que de critérios religiosos. Durante o século XVIII, por influência do Iluminismo, desenvolveu-se uma tendência contrária à proximidade entre os vivos e os mortos que, por recomendação médica, foi evitada por motivo de saúde pública.

---

[351] PECHMAN, 1996.
[352] MACHADO, 1978.
[353] FREIRE, 1989.
[354] HAROUEL, 1998.

Era o começo da campanha contra as inumações no interior das igrejas e a favor da transferência dos cemitérios para fora dos núcleos urbanos. Essa nova atitude diante da morte era baseada na teoria dos miasmas, concebida pelos cientistas do século XVIII. Acreditava-se que matérias orgânicas em decomposição, especialmente de origem animal, sob a influência de elementos atmosféricos – temperatura, umidade, direção dos ventos – formavam vapores ou miasmas daninhos à saúde, infectando o ar que se respirava[355]. As exalações provindas dos cemitérios foram tidas como principais responsáveis pela disseminação de doenças, cuja contaminação se daria pelo ar.

A partir do século XVIII, médicos e intelectuais iluministas, como Voltaire e D'Alembert, e mesmo alguns sacerdotes ampliaram a polêmica sobre os enterramentos nas igrejas[356]. Tradicionalmente, o sepultamento no adro do templo ou no chão das igrejas era de jurisdição sacerdotal e tarefa das irmandades, corporações religiosas e de ordens terceiras. Os enterros em igrejas foram oficialmente proibidos na França, por Luís XVI, no ano de 1776, determinando-se inclusive a desativação do cemitério dos Inocentes, no centro de Paris, quatro anos depois. Na Suécia, tais enterros foram proibidos em 1783; e, no, Império Austro-húngaro, por editos de José II, entre os anos de 1784 e 1788[357].

Em 1801, a Academia de Arquitetura Francesa promoveu um concurso de projetos sobre as cerimônias fúnebres e a organização de cemitérios. Todos os concorrentes criticaram a sepultura comum e fizeram a apologia ao túmulo individual e jazigos de família, dentro do melhor espírito da mentalidade de devoção familiar burguesa que então florescia[358]. Essas medidas foram postas em prática principalmente após a Revolução Francesa, quando foi instituída uma nova ordem trazida pelos estados-nação. Neste contexto são criadas as leis de 12 de junho de 1804 e 7 de março de 1808, e as novas necrópoles de Paris como os cemitérios de Père-Lachaise, Montmartre e Montparnasse, ficando a morte sob o controle do poder político.

À morte domesticada, predominante desde a Idade Média até o século XVIII, em que a sacralidade do território dos defuntos se inseria no centro das cidades e funcionava como garantia simbólica da salvação coletiva no final dos tempos, sucederam-se os medos de inspiração higienista,

---

[355]REIS, 1991.
[356]CATROGA, 1999.
[357]Sobre o assunto ver ARIÈS, **O homem diante da morte**.
[358]REIS, 1991.

aumentaram os receios em relação às emanações e ao mefitismo. Com o aprofundamento das relações capitalistas e a consequente crença no progresso contínuo e com o desenvolvimento do cientificismo respaldando o discurso médico-higienista, surgem os cemitérios civis a céu aberto.

O decreto napoleônico de 23 prairial do ano XII (12 de junho de 1804), que assegurou, com pequenas modificações, até a atualidade, a regulamentação dos cemitérios e funerais, é resultado da preocupação com os sepultamentos na França durante toda a segunda metade do século XVIII. Mais do que um texto regulamentar, o decreto de 23 prairial é uma espécie de fundação de um culto novo, o dos mortos. Estabeleceu-se que os corpos não mais seriam sobrepostos, mas sempre justapostos. A distância entre as valas e sua profundidade foram especificadas, assim como o prazo para sua reabertura e reutilização.

Os cemitérios públicos se espalharam e ocuparam partes das paisagens urbanas do século XIX. Ocorreu uma mudança completa de hábitos. Nesse cemitério moderno, o local da sepultura podia ser comprado e nele erguido um jazigo. Agonizava a antiga tradição, onde os mortos eram enterrados dentro dos limites urbanos, aos olhos da população, sob a responsabilidade das irmandades. Dentro da nova concepção de cidade, os mortos passaram a ser enterrados fora dos seus limites e em covas individuais, sob a responsabilidade do poder público.

O discurso higienista sobre as inumações no interior das igrejas acentuou-se no Brasil a partir da década de 1830, integrado aos ideais civilizatórios da nação em formação. A organização civilizada do espaço urbano necessitava que a morte fosse higienizada, e tinha como principal preocupação a expulsão dos mortos para cemitérios extramuros[359]. A construção dos cemitérios a céu aberto se intensificou a partir da segunda metade da década de 1850, quando o cólera e a febre amarela foram introduzidos no Brasil[360].

Com a mudança do regime político monárquico para o republicano, os cemitérios passaram por um processo acelerado de secularização, fundamentado juridicamente por decretos como o de número 789, de 27 de setembro de 1890, que transferia sua administração para as municipalidades e polícias, "sem intervenção ou dependência de qualquer autoridade religiosa", além da proibição da abertura de cemitérios particulares. No

---

[359] *Ibidem*.
[360] MARCÍLIO, M. L. "A morte de nossos ancestrais". In: MARTINS, op cit, p. 74.

exercício desta atribuição, as municipalidades não poderiam estabelecer distinção em detrimento de qualquer confissão religiosa[361].

A secularização dos cemitérios a céu aberto trouxe, em seu bojo, o princípio igualitário presente no Evangelho e apropriado pelos valores da democracia-liberal. O cemitério foi, em princípio, transformado em espaço público onde deveriam estar excluídas as diferenças entre as camadas sociais, território onde todos os cidadãos poderiam igualmente ter sepultura ou cultuar a memória de parentes e amigos através de visitas periódicas. Entretanto, gradualmente foi se instaurando a distinção dos funerais e das sepulturas a céu aberto.

As visitas aos túmulos, essa espécie de comemoração, eram feitas sem a presença eclesiástica e tornaram-se mais comuns em datas de aniversário dos falecimentos e, principalmente, no dia de finados. Tal prática tem os seus momentos mais significativos nas preces dos familiares dirigidas à salvação das almas dos antepassados, na limpeza e na deposição de arranjos florais na sepultura. Mesmo pública, essa prática social era quase restrita à família, que reforçava a sua coesão ao rememorar os antepassados que lhe serviam de referência identitária. Em menor número, eram organizadas visitas coletivas promovidas por companheiros de profissão ou de associações culturais e políticas, que davam à lembrança dos mortos uma função social.

Esses grupos evocadores conferiram um caráter de comemoração escatológica e profana à memória dos seus mortos mais representativos. O cemitério foi se transformando em um campo teatral da representação da vida humana[362]. Ficou cada vez mais clara a distinção que substituiu a concepção de igualdade na morte e criou, nos cemitérios abertos, as bases para a preservação, através de signos da memória individual e familiar. Como resultado desse processo, o espaço cemiterial pode ser concebido como um local de reprodução simbólica do universo social e das expectativas metafísicas dos membros de uma dada coletividade[363].

O cemitério a céu aberto da vila de São Jorge dos Ilhéus, datado de 1854, é o mais antigo do sul da Bahia. Foi mandado construir pelo governo da província, com o intuito de substituir os enterros nos terrenos das igrejas urbanas. Nessa época, o interior e o terreno em volta da Matriz de São

---

[361] APC. Registro do Expediente Interno da Intendência, n. 345, Secularização dos Cemitérios, 1890.
[362] CATROGA, *op. cit.*.
[363] URBAIN, *op. cit.*.

Jorge e a igreja de São Sebastião eram os locais utilizados para o enterro da população local. A direção da obra do cemitério ficou a cargo do juiz de direito Ermano Gonçalves do Couto, que iniciou sua execução utilizando a mão de obra de quatro negros libertos, enviados pelo Presidente da Província. Couto escolheu, para a instalação do cemitério, uma área nos fundos da igreja de Nossa Senhora da Vitória, cujos terrenos foram desmembrados da fazenda Boa Vista e doados ao patrimônio da igreja pelo capitão Severiano José da Costa, com escritura de 27 de outubro de 1852[364].

Os terrenos do capitão Severiano Costa foram doados como pagamento de uma dívida do seu pai, capitão Jerônimo do Santos Quaresma, da quantia de 352$916 réis deixada em testamento para a capela de Nossa Senhora da Vitória. Em documentação judicial consta que a área doada, Boa Vista de Fora, "tinha a compreensão de duzentas braças e dez palmos craveiros." Os terrenos da fazenda Boa Vista, contígua à vila, principiavam no rio denominado Malhado "partindo com as terras da Tapera e pelas pedras da Fonte da Cruz," e foram herdados pelo capitão Severiano Costa do seu pai que a comprou de José Macário Mello, e este por compra que fez à fazenda pública da província, no ano de 1805, de acordo com os títulos da arrematação e traspasso apresentados pelo proprietário ao tabelião de notas Antônio Mendes de Castro.[365].

Conforme comunicação do juiz Joaquim Brito, os limites da área doada à capela de Nossa Senhora da Vitória foram contestados pelos "heréos" confinantes Domingos Antônio Bezerra, dono da fazenda Pimenta, e Fortunato Brasil, proprietário de pastos vizinhos. Com a doação desses terrenos, a capela se tornou a única da vila a possuir bens de raiz[366]. A construção do cemitério da vila em um local afastado e pouco habitado atendeu a decisão das autoridades provinciais em transferir gradativamente os enterramentos para fora do perímetro urbano. De forma homóloga ao ocorrido na Europa e em outros estados brasileiros, seguindo o pensamento médico da época, foram postas em prática, pelo governo, medidas sanitárias visando a melhorar o quadro da higiene pública da Bahia.

Os cemitérios deveriam ser construídos de preferência em lugares altos e afastados, onde os ventos soprassem em direção contrária à dos núcleos populacionais. Em resposta a um ofício da presidência da província,

---

[364] APEBa, SJ, CJI, 1853-1859, maço 2398.

[365] APEBa, SJ, CJI, 27/10/1855, maço 2397.

[366] APEBa, Relação das Capelas da Comarca de Ilhéus. Comunicação do Juiz de Direito, 30/11/1853, maço 2397.

o juiz Ermano do Couto informou ter tomado algumas providências relativas à saúde pública da vila e, devido aos surtos de doenças infecciosas na província, via "a ocasião propícia para obstar o enterramento dentro dos templos cujas consequências tem sido também perniciosas à saúde pública pelo mal dirigido de um trabalho ou pela colocação que se acham muitos templos alguns assentados sobre baixas ou lugares pantanosos"[367].

Ainda segundo o juiz Couto, para uma maior eficácia dos novos cemitérios, era necessário que o governo criasse leis que determinassem a absoluta cessação do enterramento nos templos. A criação de um cemitério era uma das principais recomendações do secretário da Comissão de Higiene Pública, e o juiz encontrou a maior aquiescência da municipalidade a esta medida. Todavia, as obras dos cemitérios careciam de recursos tanto provinciais como municipais. A localização do cemitério no alto da Vitória foi motivo de um embate entre o juiz de direito e os vereadores da vila. Em uma representação enviada ao presidente da Bahia, os vereadores ilheenses defenderam o estabelecimento do cemitério no local "em que se acham as ruínas da antiga Matriz,(...) posto que não a sotavento do povoado e de fácil ventilação"[368].

Em outra correspondência, a Câmara Municipal se posicionou contra o local escolhido pelo juiz municipal, considerado pouco apropriado ao fim de afastar o máximo possível as inumações de cadáveres do centro da povoação, "não só porque se acha mui próximo a uma capela e estrada bastante frequentada como por em breve tempo teria de ficar o cemitério no centro de edificações, por isso que para esta parte se vai progressivamente estendendo-se a vila." O parecer de uma comissão da câmara elegeu o sítio denominado "oiteiro, por sua situação elevada, arejada e retirada das habitações e grande número de materiais aproveitáveis para o estabelecimento do cemitério, que ali sendo fundado concorrerá demais para o aformoseamento da vila." O terreno proposto pela câmara para localização do cemitério era de propriedade de um dos vereadores municipais, Pedro Alexandrino de Barros, que o havia de ceder por um conto de réis[369].

O juiz de direito respondeu alegando ser o preço cobrado excessivo para um terreno onde não se dava nenhuma das vantagens do alto da Vitória, e que "se a câmara municipal desta vila melhor se compenetrasse

[367] APEBa, SJ, CJI, 18/10/1855, maço 2397.
[368] APEBa, SJ, CJI, 3/01/1855, maço 2397.
[369] APEBa, SJ, CJI, 15/12/1855, maço 2397.

de seus deveres e não quisesse apadrinhar interesses particulares" não opinaria de certo pela localidade[370]. Uma junta de higiene pública formada por acadêmicos de medicina da capital da província, que se encontrava na vila em viagem de inspeção, foi encarregada pelo juiz de direito de dar um parecer sobre o local ideal para a edificação do cemitério. A junta, composta pelo médico Manoel Aragão Gesteira e pelos acadêmicos Francisco José Teixeira, Antônio Duarte da Silva e Hermelino César da Silva, indicou, como local que reunia as melhores condições higiênicas, os terrenos da fazenda Pimenta, no subúrbio da vila (área da atual Avenida Belmonte), pela "posição em que se acha, correnteza dos ventos e distância do centro da população." Porém, havia algumas sérias dificuldades como o péssimo acesso, através de mangues. Seria necessário o emprego de uma soma considerável para a sua melhoria. Além disso, havia a recusa do proprietário dos terrenos, Domingos Antônio Bezerra, em ceder a área necessária.

O lugar proposto pela câmara municipal, no alto de São Sebastião, não foi considerado apropriado devido "aos ventos que ali reinam, SO / SE e L, e vindo estes para dentro da vila deverão, por conseguinte, trazer consigo miasmas que dali se desprendessem"[371]. Segundo o parecer da junta, existiam outros lugares de posição elevada e arejados com materiais aproveitáveis, melhor concorrendo para o aformoseamento da vila. O terreno próximo às ruínas da antiga Matriz era propriedade particular e somente o dono iria lucrar com a venda do terreno. O governo, além do dinheiro que despendesse para sua compra, teria que fazer grandes despesas por ser o local pedregoso e montanhoso.

Por fim, a junta referendou a localização do cemitério no alto da Vitória, onde o juiz Ermano do Couto havia mandado executar alguns trabalhos. O parecer refutou as dificuldades apresentadas pela câmara para a elevação do cemitério naquele local, como estar o terreno próximo à vila, e achar-se junto de uma capela e de uma estrada para onde a expansão urbana estaria se deslocando. A Junta argumentou que a vila estava localizada na baixada e os terrenos da Vitória em um lugar mais alto, inclusive próximos à fazenda Pimenta, e cujos ventos de direção NO / N eram favoráveis. Ainda segundo os higienistas, se não existisse uma capela na Vitória, com "quantas dificuldades não lutariam as autoridades a vista da superstição tão

[370] APEBa, SJ, CJI, 12/05/1856, maço 2397.
[371] APEBa, SJ, CJI, 20/04/1856, maço 2397.

enraizada dessa população com os enterramentos dentro das igrejas?"[372] Sobre a opinião dos membros da igreja a respeito do assunto, existe uma correspondência do vigário Salvador Calisto de Barros, endereçada ao juiz Ermano do Couto. Ao louvar o local escolhido pelo juiz, o vigário da vila manifesta a restrição da autoridade eclesiástica no que diz respeito ao controle sobre a morte[373].

Logo ao chegar à vila de São Jorge, para tomar posse da freguesia, o vigário havia sido informado que se tratava de fazer um cemitério e, indagando sobre o lugar da obra, indicaram-lhe o outeiro que fica por trás da capela de São Sebastião, segundo ele "lugar impróprio por ficar muito próximo da povoação." E argumenta: "pelo contrário sempre lancei as minhas vistas para o outro outeiro em que está edificada a capela de Nossa Senhora da Vitória**.** Esse lugar escolhido por V.S. seria também por mim se fosse encarregado desse trabalho"[374]. O vigário Barros concluiu que este último era preferível por ficar bastante longe da vila e por ficar contíguo à mesma capela, onde, com toda comodidade, se poderia exercer as funções.

Muitos dos atrasos na construção dos cemitérios modernos foram motivados pelas resistências ao enterramento civil, assim como estavam ligados às dificuldades financeiras das povoações. A correspondência do juiz de direito faz referência ao problema de verbas e da mão de obra. O serviço de nivelamento do terreno do cemitério era moroso devido ao número reduzido e à qualificação dos trabalhadores. Quando a este último aspecto, diz o juiz que "o trabalho não se concluirá facilmente em poucos dias com os quatro africanos livres que V. Exa. enviou. É preciso a remessa de mais quatro (...) Dos quatro africanos, dois serviço nenhum prestaram, já pela avançada idade de um, como pela embriagues de ambos." Para conclusão do nivelamento do terreno foi preciso desmontar algumas elevações. Continua ele: "faz-se agora preciso o seu cercamento o qual acha-se conveniente ser feito de madeira, pois de pedra e cal seria muito dispendioso"[375].

Alguns anos depois do início das obras, a situação do cemitério ainda não havia se modificado. O padre Pedro Januário Cardoso, responsável pela guarda dos materiais da obra, julgou conveniente relatar, ao governo da província, o estado deplorável em que se acha o cemitério que antes parece um pasto do que um lugar de descanso para os mortos. Se o governo

---

[372] *Ibidem*.
[373] APEBa, SJ, CJI, 29/05/1856, maço 2397.
[374] *Ibidem*.
[375] APEBa, SJ, CJI, 12/04 e 2/06/1856, maço 2397.

não atentasse para esta situação, tomando as providências necessárias a fim de se concluir o cemitério, "teremos de ver perdidos tantos diversos trabalhos e o dinheiro dos cofres públicos já ali consumidos". O padre Cardoso chamava a atenção, sobretudo, para as vantagens que tais cemitérios revelam à "civilização"[376].

Somente com as mudanças econômicas e sociais trazidas pela constante valorização da lavoura do cacau, principalmente a partir do início do século XX, Ilhéus e os demais municípios do sul da Bahia passaram a contar com recursos suficientes para investir na melhoria dos equipamentos urbanos, destacando-se nesse processo, as reformas e construções de cemitérios a céu aberto, nas cidades e distritos rurais, que acabaram por tornar-se referência quanto ao progresso material regional.

Construções e reformas cemiteriais no sul da Bahia

Se considerarmos a cidade como um território e resultado de vasta trama de relações, e a sua arquitetura como expressão da experiência e da memória, temos no cemitério um espaço privilegiado, pleno de significados e carregado de símbolos de sociabilidades. Talvez uma das formas mais transparentes das representações idealizadas do urbano esteja expressa nas alegorias escultóricas, nos monumentos que, no pensamento do período em questão, contribuíam decisivamente para o embelezamento dos equipamentos urbanos em geral, e dos cemitérios em particular.

Como foi discutido nos capítulos anteriores, as cidades sul baianas no período estudado constituem um exemplo típico de adequação da feição urbana a uma profunda mudança histórica. As inovações urbanas ocorreram em consonância com as transformações trazidas pela lavoura cacaueira, de modo que as construções e o traçado antigos eram interpretados como pertencentes a um ciclo histórico encerrado. A valorização do cacau baiano no mercado internacional, na passagem do império para a república, trouxe um aumento substancial nas arrecadações municipais, através dos impostos sobre a comercialização do produto, possibilitando um maior investimento por parte do poder público, nos equipamentos urbanos.

As novas edificações públicas e particulares erguidas em Ilhéus, Itabuna ou Canavieiras -prédios, residências ou túmulos- deveriam traduzir a imponência e o prestígio que os seus habitantes se arrogavam.

---

[376]APEBa, SJ, CJI, 30/09/1859, maço 2397.

Mediante os seus reordenamentos, expressos pelas formas arquitetônicas introduzidas pelos projetos urbanísticos postos em prática, esses núcleos vão se configurando, aos poucos, como espaços de projeção de uma organização social desejada, especialmente pela elite econômica.

Há registro de uma capela e cemitério na povoação de Ferradas, no início da década de 1880, indicando um investimento na urbanização da antiga aldeia indígena dos padres capuchinhos. O cemitério possui uma pequena alameda que segue do portão de entrada em direção à capela, trecho em cujas margens foram erguidos os principais túmulos. Ao fundo, em um declive próximo às margens do Cachoeira, estão situados os túmulos mais simples e rasos. A valorização dos locais mais visíveis no território dos cemitérios pode ser observada, além de no Campo Santo de Ferradas, nos demais cemitérios estudados.

Outros espaços cemiteriais aqui enfocados datam das últimas décadas do século XIX. Nesse período foi construído o cemitério da Cordilheira, no distrito de Cachoeira, entre Ilhéus e a então Tabocas, a julgar pela datação do seu túmulo mais antigo, o do alemão Jonhann Heinrich Berbert, do ano de 1898 (Figura 14). O cemitério da fazenda Cordilheira foi originalmente construído no cume de uma pequena elevação às margens da estrada que liga as cidades de Ilhéus e Itabuna, em um período em que o distrito de Cachoeira era um dos principais produtores de cacau do município ilheense.

Figura 14 – ACOR: Túmulos em forma de torre – década de 1920, ao centro e à esquerda, o túmulo de Jonhann Heinrich Berbert datado de 1898 à direita [Foto do Autor]

Fonte: Foto do Autor.

O cume da elevação abriga os túmulos mais antigos pertencentes a famílias de cacauicultores de ascendência europeia, aparentadas entre si. Mais recentemente, as encostas da elevação passaram a abrigar túmulos mais simples, pertencentes à população local. Essa disposição dos túmulos ao longo da encosta e a própria silhueta da elevação onde está situado o cemitério da Cordilheira remetem à ideia de uma formação piramidal dividida em planos hierarquizados correspondentes ao lugar social dos mortos (Figura 15).

Figura 15 – ACOR: Cemitério da fazenda Cordilheira inaugurado da década de 1890 [Foto do Autor]

Fonte: Foto do Autor.

Data também do final do século XIX a construção do cemitério municipal de Canavieiras, que veio a substituir o da Irmandade do Santíssimo Sacramento, por decisão da antiga câmara local. Entre os anos de 1886 e 1887 foi requerido pelos vereadores da vila o fim dos enterramentos no cemitério do Santíssimo e a construção de carneiros nos terrenos concedidos pelo município, "por achar-se o atual muito próximo ao recinto da vila", conforme parecer do delegado da higiene pública. Em uma visita ao antigo cemitério, os vereadores "reconheceram que o espaço mal poderia comportar o número de irmãos falecidos". Com a proibição dos enterramentos no cemitério da irmandade, a câmara passou a discutir a construção de um outro, afastado dos terrenos urbanos[377].

[377] APC. Atas da Câmara da Vila de Canavieiras, Sessões Ordinárias, 1886-1888.

Concomitantemente, o vereador Onésimo Araújo solicitava a construção de uma cerca no antigo cemitério, que se achava em estado de ruína, "a fim de evitar-se a entrada de pessoas e animais, bem como fazer-se o asseio interno", até que se deliberasse a construção de um outro. Em 1888 foi aceita a petição de Júlio José da Costa, oficial de pedreiro, na qual solicitava dois contos de réis para a edificação do cemitério público, cuja obra era a que "mais reclama atenção da câmara". Uma junta composta pelos médicos Manoel Pires de Carvalho, delegado de higiene pública, Boaventura Gualter Bahia e Antônio Salustiano Viana, apresentou parecer favorável ao local do novo cemitério, "já em atenção a maior elevação do terreno, já em atenção à distância do povoado, que se calcula em quinhentos metros, já finalmente em atenção aos ventos reinantes", cuja posição era a mais favorável que se poderia encontrar[378].

Os custos da obra foram parcialmente financiados pelo governo da Bahia, posteriormente assumidos pelo conselho municipal de Canavieiras. Como a administração dos cemitérios havia passado para as mãos da municipalidade, o conselho contratou o mestre pedreiro Aristides Lopes para arrematação das obras. Lopes as deu por concluídas no ano de 1892, conforme ata do conselho datada de 20 de setembro daquele ano, quando foi solicitada pelo empreiteiro vistoria das dependências e pagamento do serviço[379].

O primitivo cemitério do arraial de Tabocas, datado do final do século XIX, estava situado na Rua Benjamin Constant, denominada originalmente de Rua do Cemitério, em Taboquinhas, na cabeceira da atual ponte Góes Calmon. Com a transformação da vila em cidade, em 1910, foi iniciada uma reforma no local, a área foi calçada e retirado um cruzeiro existente que demarcava o local de enterramentos. O cruzeiro foi transferido para o local do segundo cemitério, na atual Praça Olinto Leone.

Dois anos depois, os enterramentos foram transferidos para a atual rua Duque de Caxias, na época considerada mais afastada do centro antigo. Com o desenvolvimento urbano, o cemitério foi transferido para o local da atual catedral de São José e, finalmente, para os fundos da Santa Casa de Misericórdia[380]. A trajetória geográfica do espaço cemiterial itabunense segue uma direção N-NO que acompanha a expansão do que viria a

[378]*Ibidem*, Sessões Ordinárias,10 e 12/10/1888.
[379]*Ibidem*, Atas do Conselho Municipal de Canavieiras, Sessão Ordinária de 20/9/1892.
[380]GONÇALVES, **O jequitibá da taboca**, pp. 115 e 120..

constituir a Avenida do Cinquentenário e da própria *urbs*, entre as décadas de 1890 a 1920.

A última transferência do local do cemitério de Itabuna ocorreu na década de 1920, quando foi inaugurada a necrópole pertencente à Santa Casa de Misericórdia, no bairro do Pontalzinho. O Campo Santo vinha atender às necessidades impostas pelo crescimento vertiginoso da população do município e o consequente aumento do número de mortos. O aumento do número de falecimentos era agravado pelas condições higiênicas precárias, que favoreciam o aparecimento de epidemias, como a febre tifoide e disenterias, causadoras de altas taxas de mortalidade no sul baiano.

Um grupo de fazendeiros e comerciantes, sob a direção religiosa do bispo de Ilhéus e de sacerdotes locais, fundou a Santa Casa de Misericórdia, com o objetivo de levar a termo a construção de um hospital e um cemitério, obras que atenderiam às questões higiênicas e dariam testemunho do prestígio e da riqueza material do recém fundado município cacaueiro. O terreno para a construção do hospital foi doado ao patrimônio da Santa Casa pelo fazendeiro Cherubim José de Oliveira e por sua mãe, Catarina Alves de Oliveira. Os terrenos contíguos, onde seria erguido o cemitério, foram vendidos pelos mesmos proprietários ao preço de dois contos de réis, considerado bem abaixo do seu valor imobiliário[381]. Essa área, no período, demarcava os limites entre a cidade e os pastos que a rodeavam. Aos poucos a cidade cercou o Campo Santo, inserindo-o no mundo dos vivos, como ocorreu em relação aos demais cemitérios urbanos regionais.

Os recursos para a construção do Campo Santo foram financiados pelos irmãos da Santa Casa e demais membros da sociedade local, com auxílio de verbas públicas, enquanto a sua planta foi confeccionada gratuitamente por Oscar Silva Lima. A obra, inaugurada a 7 de setembro de 1925, teve seus espaços interiores divididos em uma parte superior, onde se encontram carneiros com gavetas que acompanham o muro exterior, quadras destinadas aos jazigos perpétuos, numa área que poderia ser chamada de "nobre"; e uma parte inferior, onde estão localizadas quadras que abrigam outra série de carneiros com gavetas e os túmulos mais recentes e de menor custo.

Em Ilhéus, um dos traços mais marcantes do processo de valorização dos espaços cemiteriais foi a reforma do cemitério público municipal, inaugurada no dia de finados de 1913. O que existia anteriormente era cercado de estacas, e seu espaço já estava bastante aumentado devido a

---

[381] MACEDO, J. O., 1985.

uma grande quantidade de túmulos, muitos dos quais excediam o padrão relativo ao tamanho da área destinada às sepulturas individualizadas. A única parede existente, na sua entrada, encontrava-se arruinada, não sendo raro encontrar animais pastando sobre as sepulturas. Isto decorria da existência, na ladeira que lhe dava acesso, de um pasto denominado de "Zé das Neves", onde ficavam as tropas que chegavam do interior, carregadas de sacos de cacau e outras mercadorias.

Em 1891, o cemitério público de Ilhéus deixou de estar sob a jurisdição do vigário local e passou para a da câmara municipal, conforme o parágrafo 10 do artigo 109 da recém-promulgada constituição estadual[382]. Até então, o espaço da morte era pouco valorizado na sociedade cacaueira, e raros foram os investimentos públicos na sua infraestrutura. O seu isolamento não se restringia apenas à distância física do núcleo urbano, mas se expressava também na ausência de um projeto institucional que o integrasse ao discurso e práticas modernizantes e às práticas burguesas do período.

O intendente Antônio Pessoa foi o primeiro administrador local a perceber a importância estratégica do cemitério como uma das principais referências para os novos padrões urbanos e como peça importante no jogo político. Logo ao assumir a intendência, cogitou a construção de um novo cemitério que substituísse o antigo, do qual foi aproveitado tão somente o terreno. A superintendência técnica de toda a construção, e o plano da mesma, ficou a cargo de Durval Olivieri, engenheiro municipal, genro de Pessoa e futuro intendente municipal, cargo que ocupou de 1928 a 1930, responsável pela direção da maior parte das obras públicas no período final da República Velha.

Conforme Borges de Barros, o novo cemitério "não deslustraria as mais adiantadas capitais e não tem similar no nosso estado". O autor, que havia escrito um texto de caráter histórico sobre a "antiquíssima e opulenta cidade", enfatiza o papel do novo equipamento urbano na consolidação da imagem de prosperidade da região do cacau e da força econômica da elite e seus "despojos veneráveis". Ali repousavam "ilheenses distintíssimos, tudo o que a população atual tem perdido de parentes e amigos desaparecidos na voragem do túmulo"[383].

A sua área foi ampliada para melhor aproveitar a localização, que "a experiência já demonstrara não ser nociva à saúde pública"[384]. Mediu o novo

---

[382]CAMPOS J., 1981.
[383]BORGES DE BARROS, 1981.
[384]*Ibidem*, p. 102.

cemitério 24,60 metros de frente, compreendendo a igreja de Nossa Senhora da Vitória, e 446,60 metros de perímetro total, com uma superfície de 9.812 metros quadrados, assim discriminados: 5.586 da área antiga, 3.710 da nova e 516 de dois espaços laterais à capela destinados a jardins. Entre as áreas antiga e nova foi localizado o ossuário, construído em alvenaria e cimento. Nesse espaço coletivo são depositados os ossos dos mortos inumados nas sepulturas comuns. Na frente da igreja da Vitória construiu-se um adro de 5 metros de largura, para o qual dava acesso uma escada de alvenaria com sete degraus, posteriormente substituída por uma rampa lateral.

A frente do cemitério foi gradeada de ferro sobre uma base de alvenaria com 2 metros de altura no total. Esta parte frontal inclui nove pilares artisticamente trabalhados. Na entrada há um imponente portão, tendo ao alto um dístico e uma placa comemorativa em mármore, onde se lê a data de inauguração e o nome do intendente Pessoa. Todo o conjunto é fechado em obra de alvenaria, sobre a qual assenta uma balaustrada na extensão de 422 metros, com 83 colunas encimadas por vasos e pinhais, e na qual empregaram-se 1.394 balaústres. Para a área nova abriu-se, desde o portão, uma rua calçada de cimento, com 124 metros de comprimento e 3 metros de largura. Ao fim da rua encontra-se uma escada de alvenaria, pela qual se tem acesso à parte nova do cemitério, onde se achavam originalmente espaços para trezentas e quatro sepulturas rasas, formando seis grupos separados por sete corredores calçados e cimentados.

A reforma do cemitério municipal constituiu uma das maiores preocupações da *Gazeta de Ilhéus*, no início do século XX. Em 1902, comentava o jornal que "o cemitério desta cidade ao mesmo tempo em que infunde respeito e veneração, desperta também um sentimento de repulsão pelo estado de desasseio e quase abandono em que jaz." Qualquer pessoa que a ele se dirigisse acompanhando um enterro ou em simples visita iria "sentir uma tristeza imensa ao contemplar a muralha que o cerca, já em parte esboroada, em alguns pontos completamente por terra". O fatalismo do discurso higienista denuncia a inoperância administrativa dos adversários políticos. Quando a lei secularizou os cemitérios, entregando a sua administração às municipalidades, "fê-lo na presunção de serem melhor fiscalizados, afim de não continuar a ser focos de infecção". Um cemitério aberto, segundo o periódico, "está exposto a que os animais escavem a terra" e o resultado não se faria esperar[385].

[385]CEDOC. *Gazeta de Ilhéos,* n. 61, 10/11/1902, p. 1.

A reforma do cemitério ocupou um lugar central no discurso "pessoísta". Em vários artigos seus nas gazetas locais, o coronel Pessoa discorreu sobre o assunto, chamando a atenção para a importância do culto aos mortos e para o esquecimento que o mesmo teve por parte da oposição, quando no poder:

> A morada dos que se foram! Haverá por ahi quem a julgue uma obra de somenos, um esforço ocioso, um dispêndio indevido? Salvo se existem, sob a forma de homens civilisados, entes inferiores em sentimentos. Com effeito, a veneração aos mortos, o zelo respeitoso aos seus despojos é um sentimento commum a toda a humanidade, mesmo aos mais rudimentares estados da cultura. Se alguém acha desnecessária a construcção de um cemitério, se alguém reprova, insulta, leva a chacota os que curam da morada dos mortos, é que esse alguém é capaz de crimes contra a própria natureza, e só merece que delle se fuja e nunca se lhe cite o nome abominável[386].

O coronel Pessoa acreditava que a reverência aos mortos deveria ser traduzida na aparência das necrópoles. Segundo a sua concepção, era inaceitável que o município de São Jorge dos Ilhéus, de importância comparável à capital do estado, tivesse num dos seus pontos mais visíveis um cemitério cercado de estacas e coberto de mato. Para ele, este

> Era o attestado mais desgraçado que esta terra dava de si; era colorário, a aggravante, a prova provada das designações infames que então davam a Ilhéos. Na verdade, não se poderia suppor nada de bom acerca de um lugar onde nem os mortos mereciam caridade. Os observadores superficiaes reputavam aquelle estacado plantado no alto da Victoria o signal evidente da fereza de ânimo, da selvageria sem nome dos habitantes deste mal afamado torrão. Os bons ilheenses lastimavam aquelle sacrílego abandono, e vezes sem conta ouvimos queixumes e imprecações contra os responsáveis por tal impiedade. Todos que alli tinham um parente, um amigo, sepultado, todos sem distinção de cor política, reclamavam indignados contra os administradores desumanos, culpados da miserabilidade do cemitério[387].

Os jornais sucedâneos, ligados ao grupo "pessoísta", lembravam em seus artigos o espírito cívico dos membros do partido na defesa da reforma e rebatiam as críticas feitas à obra pelos adversários. Os textos

[386]Id. Ibid, 2/11/1913, p. 1.
[387]Idem.

enfatizavam a necessidade de transformar o novo cemitério em um lugar de memória para os membros da sociedade regional. "Nada mais desolador" do que uma visita ao antigo cemitério, onde "a alma se confrange ante a desumana e pecaminosa ação daqueles que atiram à vala do esquecimento, o lugar onde quase todos têm uma ossada de pai, os restos de um filho, o cadáver de um irmão".

A higienização do antigo cemitério era precária, assim como o cuidado com as sepulturas. Em 1908, o *Jornal de Ilhéus* denuncia que "alimentado pelo produto humífero da decomposição dos órgãos soterrados, o capinzal cresce ingurgitado de seiva". Os corpos para ali levados, "entre lágrimas de saudade e de dor", eram jogados "em um chão coberto de capim, nem uma muralha para impedir a profanação dos animais que ali pastam e se reproduzem, nem um guarda para zelar as sepulturas que se abatem, as lousas que se quebram". Sem a proteção das lápides, a maioria das sepulturas expunha as ossadas que "os ignorantes que lá vão" puxam, brincando, com a ponta da bengala[388].

Em suma, o cemitério antigo "confrangia e acabrunhava" os ilheenses. O município não podia ter "logo no seu ponto mais ostensivo" um cemitério cercado de estacas. A culpa, porém, não era da totalidade da população. Os "bons ilheenses, homens de coração e patriotas", lastimavam aquele "sacrílego abandono" e a "irreligião dos detentores do poder". Eram aqueles homens os que mais se ressentiam "desse desamor pelos finados" e combatiam o abandono da necrópole e dos seus mortos[389].

A administração do cemitério foi posteriormente regulamentada pelo Código de Posturas, criado pela Lei Municipal n. 277, de 1 de outubro de 1924, na gestão do intendente Mário Pessoa da Costa e Silva, filho e herdeiro político do coronel Antônio Pessoa. Na Seção VII do capítulo referente à Polícia Sanitária, encontram-se as disposições sobre os cemitérios e os enterramentos.[390] O controle da morte passou a ser oficialmente uma ocupação da administração laica, com pouca interferência da Igreja. O asseio e a fiscalização dos cemitérios municipais e dos enterros efetuados eram de imediata responsabilidade dos seus administradores, que deveriam não só observar as disposições do Código como as determinações da Diretoria de Higiene Pública.

[388]Id. *Jornal de Ilhéus*, n. 56. 12/04/1908, p. 1
[389]Id. Ibid. n. 69, 13/11/1913, p. 1.
[390]Código de Posturas de Ilhéus. Lei Municipal 277, de 1 de outubro de 1924. Impresso, pp. 158-165.

As sepulturas do cemitério reformado foram divididas em duas categorias -- particulares e comuns. As primeiras eram as que, por aforamento perpétuo, eram concedidas pelo poder público a particulares. As que não possuíssem aforamento perpétuo pertenciam à segunda categoria. Nas áreas atribuídas às sepulturas comuns não poderiam ser construídos mausoléu, jazigo ou carneiro. Era apenas permitido encimar os túmulos de grade de ferro ou madeira e cruzes, que não tivessem mais de 1,10 m. de altura, "e lápides ou emblemas que se possam retirar com facilidade, quando for tempo de abrir-se nova sepultura no local"[391].

Aos corpos enterrados nessas sepulturas comuns era dado o direito a uma memória temporária, sendo esta uma das principais distinções simbólicas entre elas e as sepulturas de caráter perpétuo. As pedras, grades ou cruzes retiradas das sepulturas comuns, ao tempo de sua reabertura, eram conservadas no depósito do cemitério pelo espaço de seis meses, à disposição dos que as fossem reclamar. Findo esse prazo, procedia-se a sua venda em hasta pública, revertendo o resultado em benefício do cemitério[392].

A emergência dos jazigos monumentais também estava submetida a uma lógica hierarquizadora. As famílias de grandes fazendeiros e comerciantes passaram a disputar entre si a primazia da ostentação, seguidas de perto pelas camadas menos favorecidas que tentavam imitá-las na medida de suas possibilidades. As famílias mais abastadas, ao adquirirem concessões perpétuas, principalmente a partir da década de 1920, priorizaram os terrenos próximos aos portões de entrada, situados ao longo da "ruas" principais, o que proporcionava uma maior visibilidade social.

De acordo com o Código de Posturas, as sepulturas particulares não poderiam ocupar superfície superior a seis metros quadrados, sendo de adulto, e quatro metros quadrados, sendo de criança. As sepulturas comuns teriam no máximo dois metros de comprimento por um de largura, guardando entre uma e outra o espaço de sessenta e seis centímetros[393]. Isto implicava outra distinção básica entre as duas categorias, a superfície máxima a ser ocupada, que privilegiava os que podiam arcar com as despesas de aquisição da sepultura perpétua.

---

[391]Id, Ibid, artigos 665 e 666.
[392]Idem. artigo 674.
[393]Idem. Artigos 667 e 668.

O tamanho da área ocupada e a altura dos monumentos funerários eram símbolos da posição social da família, tal como ocorria nas residências rurais e nos luxuosos palacetes urbanos. Assim como no domínio dos vivos, onde, "quem não tem haveres não tem dignidade", no domínio dos mortos a propriedade é necessária para garantir uma individualidade respeitável. Esta é "a lei fundamental do novo cemitério, que inventa concessões 'perpétuas' de 60 ou 100 anos, para nutrir a esperança e a ilusão de que o ter continuará a ser"[394].

Os túmulos mais custosos foram preferencialmente construídos na área de expansão do antigo cemitério. Como o solo urbano em geral, o solo cemiterial tornou-se caro e sujeito à especulação imobiliária, burlando as disposições originais. O período situado entre a segunda metade do século XIX e a década de 1930 se converteu na "idade de ouro do cemitério", época da construção em larga escala dos jazigos perpétuos. Conforme os dados da Tabela 16, a análise da dimensão dos túmulos regionais indica um aumento significativo no tamanho da área ocupada pela maioria dos túmulos de padrão superior e grande, cujo número foi crescendo à medida que nos aproximamos do marco cronológico final deste estudo.

Tabela 16 – Área ocupada pelos túmulos por décadas

Área Ocupada	1880-1900	1910-1930	1940-1950	Total	%
Superior (+ 6 m2)	01 (2,1%)	19 (10,1%)	29 (10,5%)	**49**	**9,6**
Grande (4 – 6m2)	05 (10,6%)	12 (6,4%)	48 (17,4%)	**65**	**12,8**
Média (2 – 4 m2)	26 (55,3%)	112 (59,6%)	181 (65,6%)	**319**	**62,4**
Pequena (- 2 m2)	15 (32%)	45 (23,9%)	18 (6,5%)	**78**	**15,2**
Total	**47**	**188**	**276**	**511**	**100**

Fontes: ANSV, ASCM, ACOR, AFER e ACAN.

Na Tabela 17 foram isolados os dados referentes aos padrões existentes em cada acervo cemiterial estudado, onde pode-se perceber o pequeno número de túmulos com dimensões superior e grande nos cemitérios rurais, características dos cemitérios urbanos. Para efeito comparativo do aumento da quantidade dos túmulos destas dimensões com o desenvolvimento econômico da lavoura cacaueira a Tabela 18 apresenta dados relativos ao período estudado. O aumento gradual das dimensões tumulares acompanha o crescimento das safras, especialmente após a década de 1910.

[394]MARANHÃO, 1987, p. 38.

Tabela 17 – Área ocupada pelos túmulos por cemitério isolado

Área Ocupada	NSV	SCM	COR	FER	CAN	Total
Superior	22 (4,8%)	22 (23,6%)	01 (0,8%)	-	04 (12,4%)	**49 (9,6%)**
Grande	41 (11,2%)	04 (4,7%)	-	07 (70%)	13 (37,8%)	**65 (12,8%)**
Média	223 (61,3%)	67 (72,7%)	09 (58,4%)	03 (30%)	17 (43,6)	**319 (62,4)**
Pequena	69 (12,7)	-	07 (40,8%)	-	02 (6,2%)	**78 (15,2%)**
Total	**335**	**93**	**17**	**10**	**36**	**511**

Fontes: ANSV, ASCM, ACOR, AFER e ACAN.

Tabela 18 – Produção de cacau na Bahia por décadas

Décadas	Quilos	Valor (Contos de Réis)	Participação na renda estadual (%)
1865-1874	811 995	173	0,32
1875-1884	931 628	248	0,65
1885-1894	3 453 853	1 563	3,65
1895-1904	6 732 469	4 388	7,50
1905-1914	17 152 476	8 885	19,45
1915-1924	41 545 779	37 144	28,56
1925-1934	60 347 810	67 800	19,46

Fonte: BONDAR, 1938.

A comparação entre túmulos de diferentes datações revela características significativas das diversas épocas. Os jazigos mais antigos, erguidos no final do século XIX e início do século XX, foram concebidos em forma de torreões e colunetas com nichos ou estátuas. Apesar do material custoso de alguns, esses túmulos possuem dimensões de padrão médio e uma simplicidade que vai aos poucos sendo abandonada para dar lugar à ostentação dos túmulos de padrão grande e superior, típica da nova burguesia cacaueira, a partir da década de 1920.

Os túmulos mais antigos e mais simples, entre as décadas de 1880 e 1900, eram construídos em alvenaria e recobertos preferencialmente de pedras de mármore. Diferentemente do aspecto relativamente simples das sepulturas do século XIX, o gradativo aumento do número de jazigos perpétuos e a acelerada urbanização dos cemitérios urbanos foram conferindo a estes um aspecto pétreo, associado ao uso do mármore e do granito. Estes eram tidos como materiais nobres por excelência e foram profusamente utilizados no revestimento dos túmulos, assim como o bronze o foi nas imagens decorativas. Havia túmulos que não eram revestidos totalmente de mármore, sendo apenas a lápide desse material.

Sobretudo as sepulturas que se encontram nos cemitérios rurais conservam a singeleza e a ligação com os padrões cristãos, próprios de uma

sociedade de cunho tradicionalista e patriarcal. Os jazigos perpétuos, cujas formas reproduziam partes componentes da arquitetura das igrejas, como torres sineiras ou sacrários, foram construídos, a princípio, para funcionar como uma espécie de substituto do teto eclesiástico, deslocado para um espaço mais secular[395]. Tanto nos cemitérios rurais quanto nos urbanos os túmulos mais antigos não buscam imitar igreja no seu todo, caso dos túmulos-capelas, mas parte delas imitam sacrários, nichos, altares e torres sineiras (Figuras 16 e 17).

Figura 16 – AFER: Túmulo com torre sineira em alvenaria – década de 1920 [Foto do Autor]

Fonte: Foto do Autor.

[395] ARIÈS, 1983.

Figura 17 – ASCM: Túmulo em alvenaria - década de 1920 [Foto do Autor]

Fonte: Foto do Autor.

Conforme a Tabela 19, aos poucos o mármore foi sendo substituído pelo granito produzido industrialmente, enquanto as estátuas de mármore e as inscrições primitivamente esculpidas nas lápides dão lugar aos modelos estereotipados de bronze. As estátuas de mármore, localizadas nos túmulos mais antigos, foram encomendadas na Europa ou nas oficinas artísticas do Rio de Janeiro e de Salvador, enquanto que nos túmulos mais recentes o granito e o bronze eram adquiridos, em sua maioria, em oficinas paulistas e mineiras, havendo um deslocamento dos mercados abastecedores de imagens e materiais para a construção e reforma de túmulos no sul da Bahia.

Tabela 19 – Material dos túmulos por décadas

Material Associado	1880-1900	1910-1930	1940-1950	Total	%
Mármore/Cimento	31 (77,5%)	84 (49,1%)	48 (18%)	**163**	**34,1**
Granito/Bronze	01 (2,5%)	17 (9,9%)	105 (39,5%)	**123**	**25,8**
Granito	01 (2,5%)	16 (9,4%)	53 (19,8%)	**70**	**14,7**
Mármore	05 (12,5%)	27 (15,8%)	08 (3%)	**40**	**8,4**
Cimento	-	18 (10,5%)	14 (5,3%)	**32**	**6,8**
Granito/Cimento	01 (2,5%)	02 (1,2%)	16 (6%)	**19**	**4,0**
Mármore/Bronze	-	04 (2,3%)	10 (3,8%)	**14**	**3,0**
Mármore/Granito	-	02 (1,2%)	06 (2,3%)	**08**	**1,6**
Mármore/Granito/ Bronze	01 (2,5%)	01 (0,6%)	06 (2,3%)	**08**	**1,6**
Total	**40**	**171**	**266**	**477**	**100**

Fontes: ANSV, ASCM, ACOR, AFER e ACAN.

Logo que os fazendeiros recém enriquecidos perceberam que as suas fortunas os promoviam à condição de membros da elite social regional, os seus esforços se dirigiram naturalmente para a construção de suntuosas sepulturas, que expressam a ideia que faziam de si mesmos. Desse modo, os cemitérios foram se urbanizando segundo uma lógica semelhante à da cidade dos vivos, com a predominância de túmulos verticais e, como complemento, uma intensa utilização de estatuária e objetos decorativos. Evidentemente, a intensidade dos investimentos diferia conforme a capacidade financeira dos municípios.

As áreas de maior produção de sacas de cacau – a exemplo de Ilhéus, Itabuna ou Canavieiras -- puderam promover amplas reformas no espaço cemiterial e possuem um acervo tumular de aspecto monumental, tão ao gosto da elite econômica do período. Por outro lado, os cemitérios dos municípios situados em áreas de menor produção e capitalização de recursos, como Camamu, ou Barra do Rio de Contas, mantiveram o tamanho original e apresentam poucos sinais de melhorias na sua infraestrutura, apesar de possuírem alguns exemplares que se distinguem no material empregado e nos símbolos esculpidos nos túmulos das principais famílias.

O cemitério como espaço de identidade familiar

Ao longo da História, diferentes sociedades construíram imagens materiais com o objetivo de reter e transmitir lembranças, mais particularmente os monumentos comemorativos. A partir do século XIX, os monumentos públicos exprimiram e ao mesmo tempo moldaram a memória nacional, na chamada era da invenção das tradições. Nessa perspectiva, o

espaço exerceu um papel fundamental. As imagens que se deseja recordar deveriam ser colocadas em locais particulares, os teatros da memória[396].

É próprio dos monumentos comunicar um significado de valor e recordar um fato ou uma personalidade. Desse modo, monumentos de caráter privado se transformaram em comunicadores de valores reais ou atribuídos à condição social ou econômica dos proprietários, mediante o aparato simbólico e material que se tomam emprestado dos monumentos-modelos. O jazigo de mármore ou granito, a estátua, o epitáfio e as fotografias irão afirmar o novo culto dos mortos, consolidado pela gestão familiar e pelas visitas ao cemitério.

No Ocidente, em geral, as sepulturas individuais em espaços que podem ser qualificados como teatros da memória, como cemitérios e o interior de igrejas, expressam o desejo de uma sobrevivência na memória coletiva. A morte do indivíduo não é decretada somente pelo aspecto orgânico; as instituições sociais também desempenham um importante papel nesse processo. A morte física não é bastante para realizar a morte nas consciências. As lembranças do morto possibilitam a continuidade da sua presença no mundo dos vivos, de modo que a consciência não consegue pensar o morto como tal e lhe atribui "uma certa vida"[397].

Como foi referido anteriormente, nos anos oitocentos consolidou-se o esforço da conservação individualizada dos despojos mortais. Esta prática social será utilizada na tentativa de preservar a identidade e a memória individual. Momento especialmente importante para a confirmação de solidariedades familiares ou políticas, consideradas merecedoras de registro para a posteridade, o investimento material no túmulo faz parte do processo de diferenciação social, especialmente quando se busca prestígio para um determinado sobrenome[398]. Há uma ruptura com os aspectos mais tradicionais nas práticas relativas ao morrer, gradualmente substituídos pela pompa e verticalização dos túmulos.

O fim das inumações *ad sanctos,* no interior dos templos, foi encarado pelos setores mais tradicionalistas como uma ameaça à memória histórica das comunidades, aos grupos familiares, e à crença na ressurreição final dos corpos. Em Ilhéus membros de famílias mais abastadas continuaram, com a devida licença do bispado, a ter sepulturas no interior

[396]BURKE, 1992.
[397]RODRIGUES, 1983.
[398]VALADARES, 1972..

das capelas construídas em suas propriedades, como é o caso dos Sá Bittencourt na capela do engenho de Santana, ou do coronel José das Neves César Brasil na capela de sua fazenda no distrito ilheense de Aritaguá.

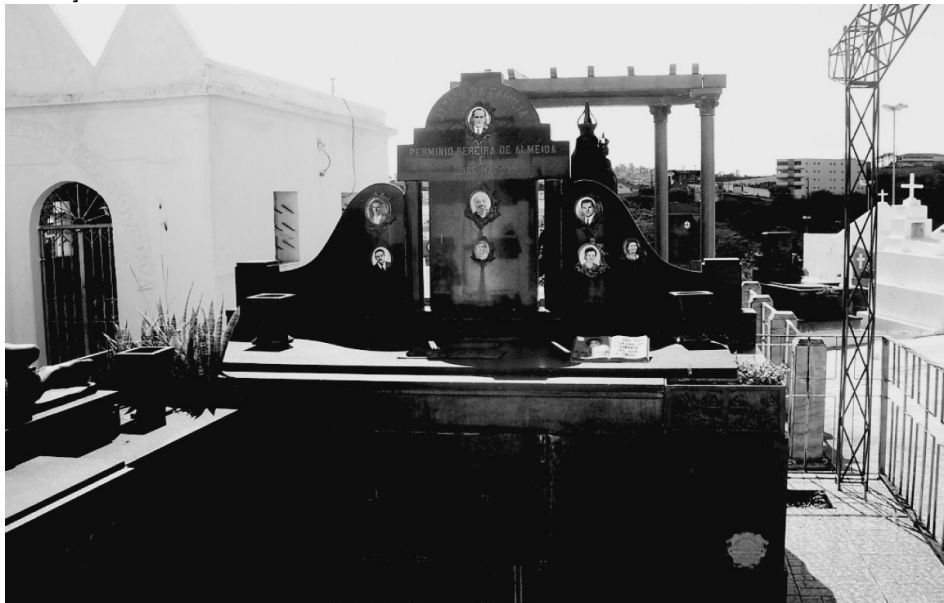
Este tipo de comportamento demonstra a vontade de preservação de um elo simbólico que ligava, espiritual e geograficamente, as gerações entre si. O local onde viviam também deveria receber os corpos dos membros das famílias ligadas por laços de sangue e vizinhança. Era uma forma de distinção no contexto de uma sociedade cada vez mais plural, onde negros, descendentes de índios, migrantes europeus e nordestinos, sírios e libaneses buscavam cada vez mais uma maior visibilidade social. Processo semelhante ocorreu no âmbito do sepultamento em cemitérios. Os túmulos passaram a constituir um bem imóvel, privado e transmissível por herança, forma simbólica de assegurar a preservação da memória do proprietário e da sua família. Esse processo, evidentemente, está associado à capacidade que os sobreviventes tinham para perpetuar o patrimônio herdado. Os custos de investimento na elevação de monumentos funerários não tinham retorno financeiro e, assim como o que era gasto em outras pompas, revelam a importância do supérfluo para a legitimação social no campo simbólico para a legitimação social.

As fotografias colocadas em jazigos acentuam a função da imagem de perpetuar a existência do indivíduo morto. São, em sua maioria, fotos em porcelana, cobertas por vidro e encaixadas em molduras de bronze com motivo floral. Segundo Koury, o retrato mortuário era uma forma social aceitável e fez parte do imagético familiar, cumprindo o papel de "manter viva a memória do falecido e, ao mesmo tempo, relativizar a sua ausência"[399]. A fotografia mortuária integra um conjunto iconográfico que se convencionou chamar retratos de família, ligados aos rituais de passagem e que objetivam registrar momentos sacralizados. Este fato é ilustrado nos túmulos onde um grande número de parentes faz-se representar pelas fotografias dispostas em cachos, símbolo da família extensa (Figura 18).

Como o registro fotográfico tem por finalidade amenizar a dor dos "entes queridos" quando da evocação ao falecido, um dos seus principais atributos seria retratar a tranquilidade e a paz do fotografado. A fotografia deve não somente deter o processo de deterioração do cadáver, mas também fixar uma espécie de imagem ideal da personalidade retratada, "uma espécie de máscara de eterna presença pela paz que emanava[...],

[399]KOURY, 2001, p. 13.

uma espécie de boa morte e de sua presença eterna junto ao Senhor e no olhar para os seus ainda vivos”[400]. O direito de ser enterrado no túmulo da família exprime um sentimento de pertencimento. Da mesma forma, as práticas de filiação política e de outras ordens influenciaram decisivamente a territorialização do cemitério.

Figura 18 – ASCM: Túmulo com painel fotográfico – década de 1950 [Foto do Autor]

Fonte: Foto do Autor.

O desejo de distinção e de demarcação da identidade familiar delimitou espaços específicos preferencialmente ocupados por alguns sobrenomes. As alianças de sangue e afinidade levaram à formação de grupos responsáveis, inclusive, pela construção de cemitérios em terrenos de propriedades particulares, como os cemitérios das fazendas Almada, de propriedade da família Cerqueira Lima, e Cordilheira, da família Lawinscky, construídos no final do século XIX, conforme datação dos túmulos mais antigos. Os sobrenomes dos ocupantes e as datas existentes nos túmulos indicam que, até o início do século XX, era costume, entre as famílias, enterrar seus mortos em local próximo às propriedades que lhes pertenciam, principalmente entre os que ainda não haviam transferido residência para a cidade.

400 *Ibidem*, p. 68.

No cemitério da fazenda Cordilheira observa-se o desejo, mencionado anteriormente, de uma maior visibilidade por parte das famílias da elite. Os túmulos maiores e mais antigos foram erguidos no alto de uma pequena elevação, o que os torna mais visíveis devido à sua localização estratégica em relação às sepulturas coletivas. Estas foram situadas na encosta anterior à elevação, como se houvesse a intenção de escondê-las do olhar dos visitantes. Nesse cemitério, os túmulos maiores e mais custosos estão agrupados em núcleos familiares, como os pertencentes à família Cordier, construídos sobre uma plataforma de grande dimensão, e da família Lawinscky, agrupados em uma área próxima.

Da mesma maneira que os povoados, ou mesmo algumas ruas, na cidade, eram habitados por certos grupos familiares, os espaços no interior do cemitério se definiam como um território de vizinhança que guardou padrões associados a laços de família. Os grupos familiares do período possuíam referenciais bastante definidos, tanto na zona rural quanto na urbana, que restringiam e regulavam os laços de afinidade. Determinados espaços cemiteriais são valorizados pela família como ponto de referência para o enterro dos seus membros.

Essas finalidades identitárias e filiadoras do culto dos mortos faziam das sepulturas, sobretudo as dos antepassados que serviam de referência aos membros do tronco familiar, uma expressão da descendência grupal. As famílias, através dos jazigos perpétuos e de suas inscrições, passaram a identificar-se e a fazer render o investimento simbólico. Conforme a Tabela 20, os descendentes e ascendentes diretos do ocupante usaram profusamente o túmulo como forma de reforçar os elos internos e sua permanência entre as gerações. Em um universo de quinhentos e onze jazigos perpétuos analisados, quatrocentos e setenta e um deles, 92 % do total, apresentam, no epitáfio, referência a parentesco direto ou colateral e, em menor grau, outros tipos de afinidade em relação ao morto.

Tabela 20 – Relações de parentesco e afinidade registradas nos epitáfios

Parentesco	1880-1900	1910-1930	1940-1950	Total	%
Filhos / Pais / Esposos/ Netos	29 (72,5%)	116 (67,4%)	201 (77,6%)	**346**	**73.2**
Irmãos /Tios / Sobrinhos	08 (20%)	40 (23,3%)	35 (13,5%)	**83**	**18.0**
Genros / Sogros / Cunhados	02 (5%)	11 (6,4%)	19 (7,3%)	**32**	**6.7**
Padrinhos / Afilhados / Amigos	01 (2,5%)	05 (2,9%)	04 (1,6%)	**10**	**2.1**
Total	**40**	**172**	**259**	**471**	**100**

Fontes: ANSV, ASCM, ACOR, AFER e ACAN.

Se, em alguns casos, a sepultura era construída com o objetivo de materializar a imagem que o morto quis conservar de si, em outros projetava a ideia que os vivos faziam de si mesmos. A significação dada pelos vivos à consagração mnemônica dos seus mortos demonstra o desejo de se representarem como herdeiros de um patrimônio familiar simbólico[401]. A importância deste tipo de mecanismo se expressa no fato de que algumas famílias chegaram a possuir uma dezena ou mais de túmulos, espalhados em toda a área do cemitério ou, quando possível, agrupados em terrenos geralmente próximos ao de um antepassado tido como referência familiar.

As sepulturas perpétuas, no caso dos recentemente enriquecidos, funcionaram como um marco inaugural de poder. Existe uma memória genealógica profunda em sociedades de emigrados, onde as referências a antepassados de duas ou três gerações são altamente valorizadas, sobretudo para afirmar a ascendência de um "colateral prestigioso, cuja atuação confere brilho à família em questão"[402]. Como já foi dito, uma das maiores correntes migratórias para o sul da Bahia, entre finais do século XIX e princípios do século XX, foi composta por famílias oriundas da Síria e do Líbano, muitas das quais constituíram importantes patrimônios financeiros.

A Tabela 21 evidencia que, entre os túmulos em que foi possível determinar a origem étnica dos ocupantes, existe uma predominância de euro-brasileiros nos grupos de descendência estrangeira. Tal fato deve-se à corrente migratória formada por europeus ao longo do século XIX, configurada pelos túmulos dos seus descendentes. É possível perceber que, enquanto cresce o fluxo sírio-libanês, a corrente migratória europeia perde força no século XX, limitando-se então a alguns poucos comerciantes dedicados à exportação de cacau, suíços em sua maioria, os ingleses da estrada de ferro e seus empregados.

Tabela 21 – Origem dos proprietários de túmulos por décadas

Origem	1880-1900	1910-1930	1940-1950	Total	%
Brasileira	12 (35,3%)	97 (76,4%)	192 (75,3%)	**301**	**72,4**
Euro-brasileira	19 (55,9%)	16 (12,6%)	26 (10,2%)	**61**	**14,8**
Sírio-libanesa	-	07 (5,5%)	30 (11,8%)	**37**	**8,8**
Europeia	03 (8,8%)	07 (5,5%)	07 (2,7%)	**17**	**4,0**
Total	**34**	**127**	**255**	**416**	**100**

Fonte: ANSV, ASCM, ACOR, AFER e ACAN.

[401] CATROGA, 1999.
[402] MATTOSO, 1992, p.172.

A maioria dos sírios e libaneses que migrou para a região cacaueira dedicou-se inicialmente ao comércio ambulante, pois a mercadoria neste tipo de comércio poderia ser obtida a crédito. Os primeiros imigrantes dessa procedência continuaram como mascates apenas o tempo suficiente para acumular capital e investi-lo em pequenas lojas de comércio a varejo. Na zona rural, abriram armazéns estabelecidos em pontos estratégicos, como o cruzamento de estradas, e, na cidade, pequenas lojas de armarinho e tecidos localizadas nas praças centrais e vias principais, tais como as ruas Pedro II e Almirante Barroso, em Ilhéus[403].

Logo que prosperaram, esses comerciantes mandaram buscar parentes e amigos nos seus países de origem. Os recém-chegados recebiam mercadorias e eram despachados a mascatear. Com o passar do tempo muitos abriram suas próprias lojas, em geral em local próximo ao da primeira, e assim iam estabelecendo uma maior influência no comércio e certa inserção na sociedade cacaueira. Ao adquirirem capital suficiente, alguns investiram na compra de roças de cacau, mas o comércio foi a atividade básica do sírio-libanês. Todas as suas atividades na sociedade local tiveram como ponto de partida o comércio, pois foi ali que eles "fizeram o seu nome", inserindo-se na ou excluindo-se da vida social.

Como a maioria dessas famílias havia chegado com poucos recursos financeiros, a preferência de moradia recaía em locais situados fora do centro, mais adequados aos limites de suas posses. Parentes e amigos iam se alojando nas proximidades, o que era fundamental para o convívio e a manutenção de sua cultura, permitindo que conservassem hábitos comuns, incluindo o casamento entre os membros da comunidade. O desejo de fomentar uma identidade pela origem comum e demarcar o seu espaço na construção da "civilização do cacau" está expresso nos epitáfios dos jazigos, como o do libanês Baracat Habib que exprime em versos a saga da imigração,

> *Vieram jovens para as jovens terras do cacau, de velhos montes para o novo chão.*
> *Olhos brilhando, brilhando de esperança e um velho cedro em cada coração.*
> *Qual riqueza dessas montanhas, qual sua herança? Uma tradição.*
> *Mas tinham brilho nos olhos tranquilos*
> *E um cedro em cada coração.*
> *Vieram jovens dos montes antigos onde a neve eterna o sol desafia e*

---

403 HALLA, 1996.

> *trabalham, desde cada aurora, até o cansaço em cada fim de dia. Deram seus filhos como gratidão, são brasileiros com brilhos nos olhos e um velho cedro em cada coração*[404].

O jazigo perpétuo, transformado em local de culto pelas visitas periódicas, era um capital simbólico necessário à identidade grupal. A prática do culto aos mortos fez com que cada indivíduo funcionasse como elo na cadeia da memória que liga o presente ao passado, dando um sentido de continuidade às gerações através do tempo. O jazigo representou a expressão material da memória familiar no espaço do cemitério, dando a impressão de eternizá-la perante a sociedade.

Símbolos funerários e memória social

Etimologicamente a palavra símbolo deriva do grego *symballein*, que significa lançar junto, compor, reunir em lugar significativo[405]. Entre os cristãos, o símbolo cumpria o papel de um testemunho vinculante entre o sagrado e o humano. Nos afrescos das catacumbas e nos sarcófagos dos inícios da era cristã são encontrados sinais simbólicos zoomorfos (peixe, pomba, cordeiro e serpente) e fitomorfos (árvore, ramo de oliveira e a rosa). A escolha dessas formas para explicar realidades não-materiais era fundamentada na sua oferta abundante nas representações bíblicas.

Era possível ressignificar figuras mitológicas pagãs com sentido simbólico cristão, desde que o mito não mais se relacionasse diretamente ao aspecto religioso anterior. A natureza simbólica das imagens se associa à noção de alegoria, na qual a imagem é "a revelação de uma outra coisa que não ela própria". A alegoria realiza a representação concreta de uma ideia abstrata. As representações são concebidas apoiadas nas condições reais de existência. É o contexto que fornece as bases da inteligibilidade das "ideias-imagens"[406].

Como o cemitério a céu aberto perdeu, em parte a sacralidade antes conferida pelo enterramento no templo, muitos túmulos do período foram construídos simulando igrejas. Estas pequenas igrejas permitiam transportar para o terreno do cemitério público a sacralidade anterior. Neste sentido, a cruz também desempenhou um importante papel como

---

[404]ASCM: Túmulo da família Habib.
[405]HEINZ-MOHR, 1994.
[406]*Ibidem*., p. x.

símbolo por excelência do amor de Deus, da redenção do homem e do triunfo da fé cristã[407].

Com o avanço do cristianismo, as cruzes difundiram-se na Europa durante a Baixa Idade Média. Inicialmente de madeira ou pedra, a presença da cruz indicava que o local era agenciado pelo homem dotado de crença específica. A sua intensa utilização serviu, posteriormente, como expressão da dimensão religiosa dos cemitérios públicos. A mediação religiosa teve na cruz a sua manifestação maior, sendo este símbolo muito frequente nas sepulturas mais simples.

A cruz, como ligação de pontos diametralmente opostos, simboliza a unidade dos extremos: o céu e a terra, o superior e o inferior, o positivo (ou vertical) e o negativo (horizontal), a vida e a morte[408]. Conforme a Tabela 22, a cruz é insuperavelmente o símbolo por excelência da religiosidade presente nos túmulos, uma ligação inequívoca entre os homens e o sagrado. Observa-se, porém, que a configuração individualista e menos sagrada do uso de retratos e medalhões aumentou consideravelmente a partir da segunda década do século XX.

Um conjunto de símbolos presentes no cemitério do município objetivava indicar o destino da alma. A subida da alma para o céu é indicada pelos anjos e ampulhetas aladas. Como a cruz, o anjo e a ampulheta alada simbolizam a relação ascendente e descendente entre o céu e a terra, entre a fonte da vida e o mundo material. O fogo, representado pelas tochas, e as flores entrelaçadas sugerem a vitória sobre a morte, assim como as coroas de louro representam a vitória da imortalidade. Alguns desses símbolos são antigos, até mesmo da época pré-cristã, que o século XIX reatualizou[409].

Tabela 22 – Imagens tumulares por décadas

Imagens	1880-1900	1910-1930	1940-1950	Total
Cruz	17 (74%)	112 (70%)	215 (57,7%)	**344**
Retrato	02 (8,7%)	19 (11,9%)	85 (22,5%)	**106**
Medalhão	-	06 (3,8%)	22 (5,9%)	**28**
N. Senhora	-	03 (1,9%0	19 (5,1%)	**22**
Anjo	03 (13%)	11 (6,9%)	04 (1,1%)	**18**
Sag. Coração	_	05 (3,1%)	10 (2,7%)	**15**

407 PÉREZ-RIOTA, 1997.

408 CIRLOT, J. E. **A dictionary of simbols.** London: Routledge & Kegan Paul, 1978.

409 CHEVALIER & GHEERBRANT, **Dicionário de símbolos***:* mitos, sonhos; CIRLOT, **A dictionary;** HEINZ-MOHR, 1994.

Tabela 22 – Imagens tumulares por décadas

Imagens	1880-1900	1910-1930	1940-1950	Total
Santo Antônio	01 (4,3%)	02 (1,2%)	04 (1,1%)	**07**
São José	-	-	05 (1,1%)	**05**
São Jorge	-	01 (0,6%)	04 (1,1%)	**05**
Sag. Família	-	01 (0,6%)	04 (1,1%)	**05**
São Pedro	-	-	02 (0,5%)	**02**
Total	**23**	**160**	**374**	**557**

Fontes: ANSV, SCM, AFER, ACOR e ACAN.

A estatuária sacra faz-se notar de imediato e representa uma das tendências fundamentais do espaço do cemitério. Maior ênfase foi dada à estatuária feminina, que mais se relacionava com a sensibilidade romântica do período. Os principais modelos são as figuras femininas da "saudade" a lamentar-se sobre o túmulo (Figuras 19).

Figura 19 – ANSV: imagem da desolação em mármore – década de 1920 [Foto do Autor]

Fonte: Foto do Autor.

A criança passou a ter uma dignidade no culto dos mortos, havendo um número razoável de túmulos destinados aos "anjos". Nos textos bíblicos, as crianças estão associadas à candura (Mt. 18,3; Lc. 18,7). Na

tradição religiosa, elas possuem algo de paradisíaco, próximas a Deus. Na arte cristã é comum a reprodução de anjos na figura de crianças, significando pureza. O anjo representado como uma criança em atitude de oração é apontado por Tânia Lima, em estudo sobre a iconografia dos cemitérios cariocas, como tendo tido uma notável persistência temporal durante o período aqui estudado[410]. Este talvez seja um elemento que atesta as influências do cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, sobre o cemitério da Vitória. A imagem possuí, nos cemitérios, um papel bastante definido como referência nos túmulos de jovens e crianças, "anjos do céu", como escrito nos epitáfios.

Um outro tipo, o anjo adulto, que por vezes porta a tocha, representa uma sensibilidade religiosa diferenciada. A partir da segunda metade do século XIX, passou a ser esculpido com formas fluidas e feições femininas, mas conservou sua significação própria: "espalha as flores da lembrança e interroga com seu sorriso enigmático". Com frequência também será associado ao defunto, transportando-o para o céu[411]. As imagens de anjo não são originárias do contexto cemiterial, porém este espaço lhes confere uma posição proeminente. O símbolo emerge em posição destacada, como o anjo da fé, concepção mais humanista da morte, que atua como sentinela que vigia o corpo, anunciando o caminho ascendente para a salvação (Figuras 20 e 21).

No total das imagens sacras antropomórficas dos cemitérios pesquisados, as que representam a Virgem (Figura 22) são as mais comuns, destacando-se esta como mediadora mais requisitada, seguidas pelas imagens de anjos e de santos de devoção familiar. A imagem de Maria simbolizando virgindade e maternidade tornou-se *testis fidei*, testemunha e geradora da crença da salvação. Entre as imagens de santos da igreja católica existentes nos cemitérios, a de Antônio de Pádua é a mais popular, com sete unidades existentes nesse corpus (Figura 23).

Santo Antônio, apesar de português, é cognominado "de Pádua" por ter vivido e morrido nesta cidade italiana, onde permanecem as suas relíquias. Muitas das suas estátuas representam-no envergando o traje dos frades menores, segurando o Menino Jesus sobre um livro. Uma das suas atribuições mais populares é a de "protetor dos pobres", graças à dedicação

---

[410]LIMA, **De morcegos e caveiras a cruzes e livros**, p. 106.
[411]VOVELLE, **Imagens e imaginário**, p. 331.

Figura 20 – ACAN: Anjo alado adulto em mármore sobre pedestal – década de 1920 [Foto do Autor]

Fonte: Foto do Autor.

Figura 21 – ANSV: Anjo alado infantil em mármore sobre pedestal – década de 1920 [Foto do Autor]

Fonte: Foto do Autor.

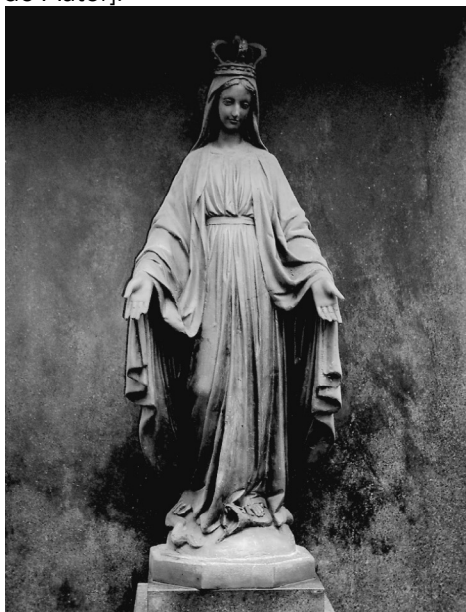
Figura 22 – ASCM: Imagem em bronze de Nossa Senhora com os pés sobre uma serpente – década de 1950 [Foto do Autor].

Fonte: Foto do Autor.

Figura 23 – ANSV: Imagem em bronze de Santo Antônio de Pádua – década de 1940 [Foto do Autor]

Fonte: Foto do Autor.

em vida aos membros desta camada social[412]. Nada mais adequado a uma sociedade que teria sido formada por homens e mulheres de origem humilde do que a devoção ao santo dos humildes.

Nos símbolos tumulares estão muitas vezes representados aspectos das vidas dos seus ocupantes que resultaram no seu emblema: um instrumento, uma espada, um livro, uma tocha. No espaço da morte, esse processo era homólogo ao que ocorria no contexto da cidade dos vivos, apesar de observar uma certa repetição de uma arte estereotipada e de catálogo nos túmulos. Visto que o sul baiano representava um importante mercado de arte, muitas das obras em mármore, presentes nos cemitérios, são de autoria de artistas de qualidade. Por mais que o escultor erudito estivesse sob a influência de determinadas escolas, ele trabalhava por encomenda para representar a ideia esperada pelo proprietário.

Reverenciar o morto, depositar e confiar seus restos mortais à "última morada" implica a construção de um abrigo que pode variar em termos de soluções arquitetônicas, em geral seguindo a lógica dos recursos materiais de que dispõe cada família, indo do simples túmulo horizontal ao mausoléu. No cemitério da Vitória, em Ilhéus, e no da Santa Casa, em Itabuna, muitos dos jazigos foram feitos por artistas estrangeiros e com materiais muitas vezes importados, imagens em tamanho natural, esculpidas em mármore carrara procedente da Itália, que ocupam primeiro plano nas construções, seguidas por outros elementos escultóricos de igual valor.

A exemplo do que se verifica quanto à motivação para a construção de jazigos, o caráter individualizador do nome da família foi uma das preocupações que motivaram a aquisição de obras de arte para o seu enobrecimento. A comunidade representa-se no cemitério; as famílias usuárias tratavam seus túmulos como se fossem prolongamentos das suas próprias casas. Os familiares vivos buscavam informar o artista sobre dados da vida do morto e da sua família. Em alguns casos era importante retratar, no metal ou na pedra, aspectos da vida do falecido que indicassem uma existência digna e próspera.

Os maiores e mais custosos túmulos, em sua maioria erguidos entre as décadas de 1920 e 1930, sofreram influência da *belle époque*, porém em um período posterior ao do movimento na Europa. São referências explícitas à riqueza regional, que acabaram por determinar novas e

---

[412]Sobre o assunto ver AUGRAS, M. **Todos os santos são bem-vindos**. Rio de Janeiro: Palas, 2005.

reconhecíveis características. O traço que distingue esse período corresponde à diminuição, e mesmo quase ao desaparecimento da simbologia escatológica tradicional, representada por tochas, ampulhetas, guirlandas e outros símbolos.

A *belle époque* se realiza com uma nova espiritualidade, procurando impregnar as alegorias com uma aparência de profundo realismo. As alegorias do período ganham sexo, expressam idade, refletem juventude, mas também assumem atitudes mais teatrais e melodramáticas quando pretendem traduzir a desolação ou a saudade, expressões comuns no romantismo. A *belle époque* incorporou novos elementos escultóricos que buscaram enfatizar uma nova concepção de beleza, procurando enaltecer a gestualidade teatral das figuras humanas e dos anjos[413].

Os cemitérios regionais são basicamente dominados por túmulos de uma burguesia de origem recente, formada por imigrantes enriquecidos. A maioria deles indica o poder econômico dos seus ocupantes, muito especialmente os de, na formulação de Valadares, "espantoso *kitsch* tumular à base de granito polido e figuras de bronze"[414]. Este último tipo tornase comum a partir da década de 1930, quando os membros da primeira geração de lavradores enriquecidos começam a falecer e as suas famílias iniciam a construção das suas sepulturas, em um padrão de ocupação superior ao delimitado pelo código de posturas vigente.

O período situado entre as décadas de 1890 e 1930 caracterizase, principalmente, como a fase de realização econômica de imigrantes e antigos pequenos lavradores locais. Estes, quando adquiriram um capital suficiente, passaram a reconhecer a importância do simbólico para a sua ascensão social e a investir em túmulos monumentais encomendados nas principais marmorarias de São Paulo e Belo Horizonte. Principalmente durante a última década do período aqui estudado a industrialização da produção tumular, levada a termo por marmorarias mecanizadas associadas às fundições de bronze, massificou determinados protótipos estereotipados de baixa qualidade artística.

O fato de que as encomendas feitas às casas mineiras e paulistas decorriam menos de um apurado critério artístico, que do desejo de afirmar a individualidade, implicou um ecletismo do espaço cemiterial, com a coexistência de vários estilos em uma mesma época. Determinados jazigos

[413]VALADARES, 1972.
[414]*Ibidem*, p. 1091.

buscaram inspiração em estilos paradigmáticos, como o classicismo greco-romano, pretendendo enobrecer, legitimar e "envelhecer" as linhagens regionais, muitas das quais bastante recentes.

O túmulo do coronel Misael Tavares (Figura 24) constitui o exemplo maior da pompa tumular em Ilhéus. Conhecido pela imprensa da época como o "rei do cacau", Tavares foi considerado o maior produtor individual do mundo entre as décadas de 1920 e 1930. Nascido na zona do Cururupe, área predominantemente habitada por etnias indígenas entre Ilhéus e a antiga vila de Olivença, Tavares transferiu-se para o distrito de Cachoeira, onde abriu uma pequena casa comercial e adquiriu a sua primeira roça de cacau. O comércio e a plantação prosperaram, o que lhe permitiu a aquisição de novas propriedades por todo o município.

A pompa do túmulo não está expressa apenas nas dimensões e nobreza dos materiais, mas também no lavor decorativo. A sua temática é eclética, ao mesmo tempo realista e alegórica, com a utilização de símbolos pagãos e cristãos, como a escultura em mármore de um soldado com trajes romanos, em tamanho natural, subjugando a serpente aos seus pés. Um conjunto de figuras humanas contorcidas, homens, mulheres e crianças, em um painel de bronze assinado pelo artista italiano Di Chirico, busca enaltecer biograficamente as ações do grande comerciante e fazendeiro, incluindo, na ornamentação tumular, instrumentos de trabalho e símbolos ligados às suas atividades financeiras (Figura 25).

Figura 24 – ANSV: Imagens antropomórfica e zoomórfica em mármore (tamanho natural) – Túmulo de Misael Tavares – década de 1930 [Foto do Autor]

Fonte: Foto do Autor.

Figura 25 – ANSV: Painel em bronze com figuras antropomórficas – Túmulo de Misael Tavares [Foto do Autor]

Fonte: Foto do Autor

A representação de poder se dá através de elementos escultóricos sob a forma de uma figura humana subjugando um dragão aos seus pés. Para os primeiros cristãos, o dragão representa a incorporação do mal, identificando-se, nesse caso, com a serpente. As imagens em que o arcanjo Miguel e São Jorge são representados como matadores do dragão são bastante difundidas, e devem datar do período em que a Igreja reprimiu, em vários países, o culto pagão aos deuses[415]. A espada que a figura do túmulo porta é o instrumento da decisão, símbolo da força, bem apropriado à imagem de um capitalista e chefe político. Verifica-se, também, na sepultura, a presença de imagens pagãs, como a cornucópia repleta de frutos, expressando abundância, e o caduceu, símbolo do comércio e da prosperidade[416].

[415]HEINZ-MOHR, *op. cit*.; e CIRLOT, **A dictionary of simbols**.

[416]Este símbolo está reproduzido no vitral das escadarias da Associação Comercial de Ilhéus, da qual o coronel Tavares foi sócio remido e presidente.

O jazigo do coronel Tavares pode ser considerado um monumento religioso em um sentido não-ortodoxo, pois o ecletismo dos seus motivos atesta certo grau de afastamento dos símbolos católicos tradicionais. É o maior túmulo do sul da Bahia, em termos de dimensão e lavratura em pedra e bronze[417]. É a maior evidência do desnível social e da ostentação tumular existente no período de construção de rápidas e imensas fortunas, servindo como ilustração da ascensão da nova burguesia baiana consolidada mediante o cultivo do cacau.

O trabalho na lavoura do cacau é representado, no túmulo, através da imagem da colheita levada a termo pelos trabalhadores rurais, do que deriva a fortuna do coronel Tavares (Figura 26). A família de desbravadores, com seus instrumentos de trabalho, retratada no túmulo, representa toda uma geração de homens e mulheres que desafiaram a mata atlântica e enriqueceram com a lavoura do cacau, da qual o coronel Tavares é a figura mais emblemática (Figura 27).Tais símbolos são mais comuns nos túmulos da Santa Casa de Misericórdia, que abrigam a maioria dos autorrepresentados pioneiros do cacau oriundos de Sergipe e do sertão baiano (Figuras 28, 29, 30, 31, 32 e 33).

Figuras 26 e 27 – ANSV– Painéis em bronze com imagens antropomórficas e fitomórficas – Túmulo Misael Tavares

Fonte: Fotos do Autor.

[417]O túmulo mede 5, 40 m. de largura por 4, 40 m. de comprimento - Área total: 23, 76 m2.

Figuras 28 e 29 – ASCM – Imagens antropomórfica e busto em bronze – Túmulo do coronel Henrique Alves, década de 1940 [Fotos do Autor]

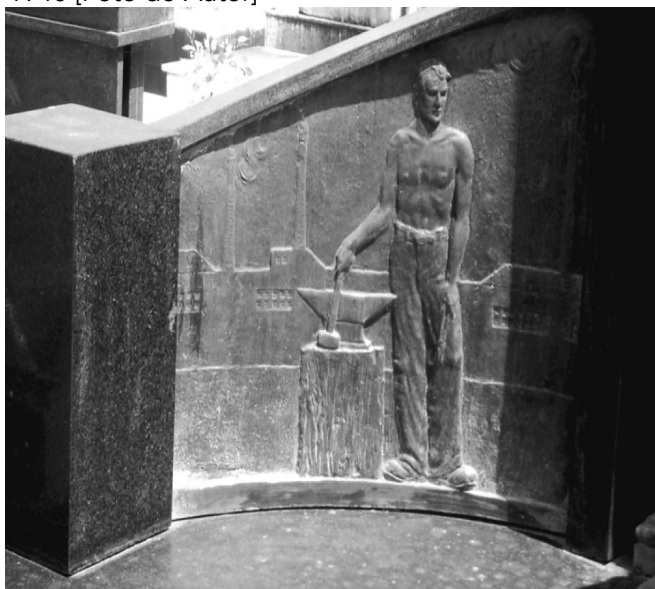
Fonte: Foto do Autor.

Figuras 30 e 31 – ASCM – Imagens antropomórficas em bronze – Detalhes Túmulo Henrique Alves [Fotos do Autor]

Fonte: Fotos do Autor.

Figura 32 – ASCM – Imagem antropomórfica de bronze em tamanho natural com símbolos do trabalho agrícola e medalhão – Túmulo de Anacleto Alves, década de 1930

Fonte: Foto do Autor.

Figura 33 – ASCM: Painel lateral em bronze com imagem antropomórfica e símbolos do trabalho – Túmulo do coronel Tertuliano Guedes de Pinho, década de 1940 [Foto do Autor]

Fonte: Foto do Autor.

Outros túmulos, como os de Gabino Kruschewsky, em Ilhéus, e o de Paulino Vieira, em Itabuna, correspondem ao ápice do processo de enriquecimento da burguesia cacaueira. Valadares observa que, em qualquer cemitério de comunidades enriquecidas, é visível o investimento nos símbolos que representam a ascensão e a afirmação individual no meio social, "e o valor que seus descendentes atribuem e desejam usufruir"[418]. Família descendente de poloneses, os Kruschewsky se instalaram em Ilhéus às margens do Cachoeira no século XIX, estabelecendo plantações de cacaueiros.

Posteriormente desbravaram as matas da zona do rio do Braço, onde se tornaram grandes proprietários de terra. Paulino Vieira, sergipano de nascimento, se transferiu para a região nas primeiras levas de migrantes daquele estado trazidos pelo coronel Firmino Alves no final do século XIX, e se tornou um importante fazendeiro e líder político. Seu túmulo segue o padrão arquitetônico da família Kruschewsky, ambos encomendados à oficina de M. Rocafort, de Salvador. Ambos os túmulos possuem um formato piramidal, sendo o de Kruschewsky encimado por uma estátua de anjo em mármore carrara. A imagem do anjo adulto em tamanho natural, envolto em drapeados e panejamentos, com mais de 2 metros, sugere a ideia de vitória, já que porta um ramo de palmeira que simboliza desejo de imortalidade, a vitória das almas sobre as angústias da morte.

A parte frontal dos dois túmulos apresenta o retrato do proprietário em medalhão e uma tocha invertida em bronze. A tocha faz parte da simbologia da luz, indicando a vitória da alma do indivíduo sobre a morte e também a alegria. Essa simbologia da luz desempenhou, no mundo do pensamento cristão, importante papel. Para a honra dos mortos e para consolo dos vivos, a chama é o símbolo da claridade do céu (Figuras 34 e 35)[419].

O caráter relativamente estereotipado e uniforme das sepulturas não tão destacadas quanto as das famílias Tavares, Kruschewsky e Alves dos Reis tinha como modelo os cemitérios mais importantes do Brasil, como o de São João Batista, no Rio de Janeiro, o que contribuiu para a importação de estátuas de oficinas fluminenses e obras de artistas europeus, na consolidação do cemitério da Vitória. Contudo, a imitação dos modelos de fora sofreu mediações, como o uso do cimento por artistas locais.

---

[418] VALADARES, 1972, p. 1078.
[419] HEIZ-MOHR, 1994.

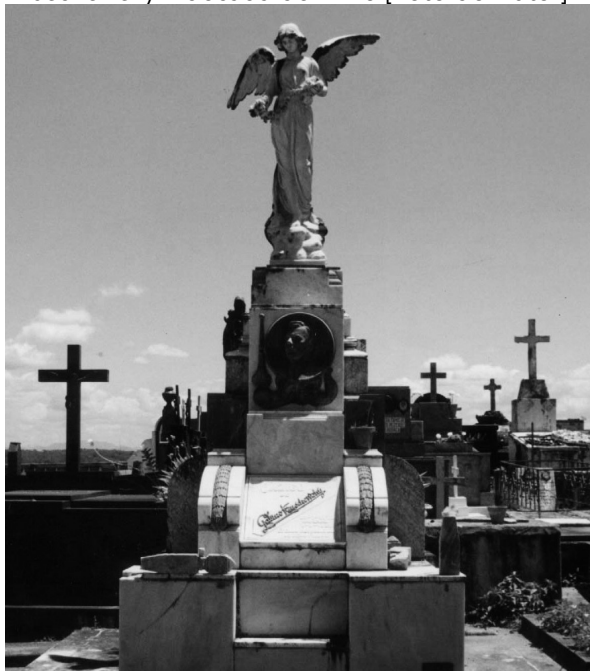
Figura 34 – ANSV: Túmulo do coronel Gabino Kruschewsky – década de 1920 [Foto do Autor]

Fonte: Foto do Autor.

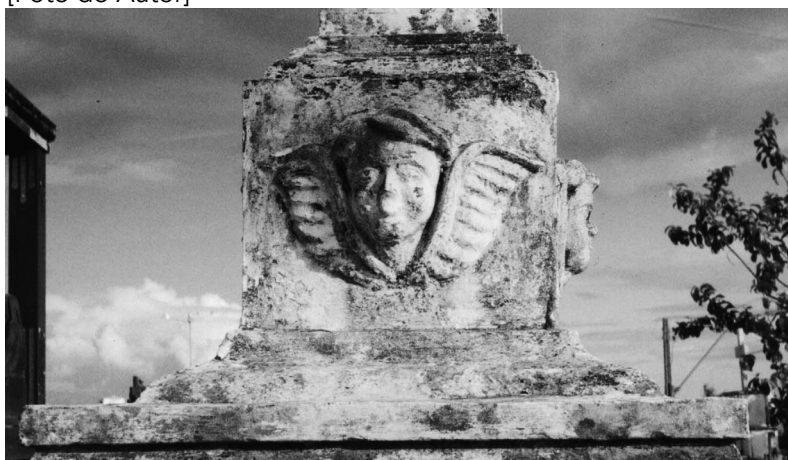
Figura 35 – ASCM: Túmulo do coronel Paulino Vieira. Tipologia e símbolos semelhantes aos da Figura 44, ambos fabricados pela oficina Rocafort, de Salvador – década de 1920 [Foto do Autor]

Fonte: Foto do Autor.

As camadas sociais com algum capital tentaram solucionar a falta de recursos com imitações dos protótipos industrializados ou adquirindo-os em menor quantidade e tamanho. Os artesãos estrangeiros, cujos trabalhos eram altamente valorizados, eram substituídos pela mão de obra local. Guirlandas, ampulhetas e cabeças aladas em argamassa substituem as estátuas de mármore e bronze. As guirlandas esculpidas em argamassa eram usadas nas fachadas das residências e aparecem nos túmulos como um sinal auspicioso, comemorativo do caráter vitorioso da vida do falecido (Figuras 36 e 37).

Figura 36 – ANSV: Guirlanda e ampulheta alada em argamassa – c. de 1910 [Foto do Autor]

Fonte: Foto do Autor.

Figura 37 – ANSV: Cabeça alada em argamassa – c. de 1910 [Foto do Autor]

Fonte: Foto do Autor.

Como vimos, quando não era possível revestir o túmulo totalmente, ao menos a lápide deveria ser de mármore, com inscrições entalhadas sem maior riqueza de detalhes e criação. Somente com disponibilidade de capital o jazigo é completado o revestimento e ocorre uma maior incidência de detalhes e objetos decorativos. Contudo, é importante lembrar que a maioria da população, com minguados recursos financeiros e sem condições de possuir um jazigo perpétuo, era enterrada em sepulturas coletivas, sem o privilégio de registros duradouros, como estátuas e epitáfios.

A família compõe inscrições conforme o discurso religioso do período, em parte laicizado. Os epitáfios são pródigos em expor as qualidades do morto. Nas inscrições funerárias são fixadas as virtudes identificadoras do evocado e "qualificada a herança espiritual a transmitir através de uma síntese edificadora da exemplaridade do finado"[420]. Mediante a análise dos epitáfios, é possível perceber uma diferença entre as fórmulas de cunho religioso mais direto – a exemplo de "rogai por ele"-- e as que privilegiam a conservação da memória do morto entre os vivos -- como "lembranças ou saudades eternas" -- muito mais constantes. As orações e citações bíblicas estão pouco presentes nas lápides e vão diminuindo à medida que o século XX avança.

A consagração anunciava a vitória da memória sobre a morte e buscava garantir a perenidade do nome do indivíduo em proporção direta à sua ascendência perante os vivos. Os valores morais e políticos dos mortos exemplares produziram figuras-referência de comportamento social. O jazigo, o busto, o medalhão, a estatuária e, posteriormente, a fotografia funcionaram como expressões iconográficas de um processo dissimulador da morte e simulador da presença simbólica do morto, além de emblemas da perpetuação da memória e do poder dos proprietários dos túmulos. Nesse processo, o materialismo e o individualismo se fazem cada vez mais presentes e, gradativamente, substituem simbolicamente as práticas tradicionais de luto e de sepultura.

Os cemitérios constituíram espaços públicos e afetivos onde os homens passaram a dramatizar a tensão existente entre a finitude humana e a vontade de superação do transcurso do tempo. Aos chamados campos-santos foi-se impondo uma nova função, além da estritamente religiosa: a de local privilegiado da perpetuação da memória individual e familiar "imortalizada" em materiais nobres e duradouros, como o bronze, o granito e o mármore.

[420]CATROGA, 1999, p. 108.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da produção do cacau e a ampliação do território utilizado para o seu plantio fizeram emergir uma nova lógica nos comportamentos e nas atitudes da população da região sul da Bahia. A região cacaueira teve a sua identidade cultural constituída mediante a formação, patrocinada por membros de suas elites, de uma memória que remete às suas origens como área de fronteira agrícola, aberta na mata atlântica por elementos das mais diversas procedências, agrupados em núcleos familiares e políticos. As motivações e os mecanismos da constituição de tal memória podem ser observados em fontes como os jornais, mas também na literatura, nos edifícios e equipamentos urbanos, e nos ritos e arquitetura associados à morte.

Nas primeiras décadas do século XX, os mais importantes plantadores passaram a investir parte do seu capital em empreendimentos urbanos, especialmente em edifícios residenciais e em melhorias da infraestrutura dos principais logradouros, proporcionando uma nova feição às paisagens citadinas. As cidades serviram como local por excelência do modelo civilizacional que se aplicou, de preferência, nos locais de maior visibilidade social.

Em Ilhéus e Itabuna, os espaços centrais foram ocupados pelas elites econômicas mediante construções residenciais e comerciais de sua propriedade. Nestas áreas privilegiadas instalaram-se os principais edifícios públicos e religiosos, os melhores hotéis e os principais estabelecimentos de crédito. As diferenças estabelecidas entre os palacetes situados nas ruas centrais e as casas populares dos bairros periféricos eram análogas às que existiam entre os jazigos perpétuos e as sepulturas rasas localizadas nos espaços menos valorizados dos cemitérios.

O empenho na demonstração de *status* verificava-se, sobretudo, entre os novos-ricos do cacau, os quais investiram intensamente no campo simbólico para alcançar o prestígio social das famílias mais antigas. O esforço na construção de uma imagem positiva para si, desencadeado durante o período de luta violenta pela posse das melhores terras para a lavoura

cacaueira, serviu como enredo para os principais autores regionais. Jorge Amado e Adonias Filho representaram, em sua ficção, uma sociedade na qual o poder foi estabelecido pelo uso indiscriminado da força, instituindo um passado fundador marcado pelo signo da morte violenta ou "selvagem". A sua obra literária apresenta a morte como elemento legitimador do poder social trazido pela posse de fazendas de cacau. A morte permeia a identidade dos construtores da chamada "civilização grapiúna".

Há, neste sentido, uma concordância entre o discurso da imprensa e o da literatura quanto ao período abordado. Ambas as narrativas enfatizam as mortes violentas como elemento fundamental para o acúmulo de terras e de capitais. As informações contidas nos jornais denotam as filiações de cada veículo e a organização dos acontecimentos e informações segundo seus próprios filtros políticos. A confrontação no plano jornalístico deu-se entre o "eu" civilizado e o "outro" bárbaro, confrontação na qual a morte e a violência eram prerrogativas dos adversários políticos. Desta forma, a imprensa colaborou decisivamente com a visão ficcional da região cacaueira da Bahia como uma terra adubada com o sangue dos que tombaram assassinados nas tocaias e encontros armados.

Esta visão foi posteriormente rejeitada pelas novas gerações, não tão afeitas às armas e à violência. O processo de transformação da imagem regional passou pela "civilização" da morte e pela consagração dos mortos ilustres. O culto dos mortos formou um panteão formado por grandes homens e mulheres. O investimento nas cerimônias de recordação era coerente com o desejo de reduzir os efeitos da morte física e, consequentemente, o desaparecimento dos vestígios sociais do indivíduo.

Os cortejos, o luto, os anúncios fúnebres e os necrológios constituíram formas de perpetuar a memória individual ou familiar e ajudaram a construir uma imagem ideal da existência do morto. Os rituais fúnebres, como o velório, possuíam uma importante função no desenvolvimento das relações sociais. Realizados no interior das residências ou nas igrejas, com o caixão em destaque, congregavam os parentes e, a depender do prestígio individual ou familiar, um grande número de pessoas. Os rituais fúnebres incluíam uma rede de gestos e práticas que acompanhavam o morto em todo o processo de despedida e separação dos vivos.

As práticas religiosas e cívicas, desde o velório até o acompanhamento do enterro, revelam não somente padrões de comportamento e suas mudanças, como estratificações sociais típicas de uma sociedade altamente hierarquizada. As transformações no padrão arquitetônico e urbanístico dos cemitérios são mais evidentes nos acervos urbanos, onde percebeu-se

uma maior ruptura com os padrões tumulares típicos do século XIX, e um significativo investimento no aumento da área ocupada e na aquisição de materiais custosos para os túmulos. Neles, ocorreu a diminuição dos traços arquitetônicos similares aos dos templos católicos e o aumento das dimensões das áreas ocupadas e do aparato simbólico de caráter individualista. Os cemitérios urbanos, diferentemente dos cemitérios rurais, tornaram-se ícones da expressão do poder econômico regional.

O novo culto aos mortos transformou os cemitérios em familistérios, e o seu aparato arquitetônico em altares erguidos à memória dos antepassados. A importância que os grupos de cunho familiar e político atribuíram à consagração dos seus membros nos funerais contribuiu para a consolidação das linhagens regionais, fazendo de cada jazigo perpétuo um capital simbólico relevante para o exercício do poder local.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado da Bahia

Seção Colonial e Provincial:

Atas da Câmara de Ilhéus – maços 2395-1, 2397, 2398, 2400, 5440 e 5459.

Registro Eclesiástico de Terras do Município de São Jorge dos Ilhéus (1857-1863) - maço 4713.

Registro Eclesiástico de Terras do Município de Canavieiras (1857-1864), maço 4637.

Série Diversos. Ofício do Ouvidor da Comarca de Ilhéus Enviado ao Conde dos Arcos, Governador-Geral da Bahia, 4/7/1815, maço 2330.

Seção Judiciária:

Correspondência dos Juízes de Ilhéus – maços 1316, 1317, 1318, 1319, 2391, 2395-1, 2397, 2398, 2400 e 2404.

Leis do Estado da Bahia: Contratos, 1906.

Arquivo da Cúria Diocesana de Ilhéus

Registro de Casamentos de São Jorge dos Ilhéus (1857-1892).

Cartas dos Bispos de Ilhéus (1915-1957).

Carta de Salomão da Silveira ao Professor Arquimedes Memória (23/12/1931).

Arquivo Público Municipal de Canavieiras

Atas da Câmara Municipal de Canavieiras, Sessões Ordinárias, 1886-1888, 1892 e 1917.

Registro do Expediente Interno da Intendência de Canavieiras, n. 345, Secularização dos Cemitérios, 1890.

Arquivo do Fórum Epaminondas Berbert de Castro

Registro de Óbitos do Cartório de Pessoas Naturais de Ilhéus

FONTES IMPRESSAS

ABN. Coleção Documentos Históricos, v. 43.

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Inventário do Patrimônio e Acervo Cultural da Bahia. **Monumentos e sítios do litoral sul**. Salvador: [s.n.],1988. v. 5.

BAHIA. I.C.B. **Relatório da Diretoria referente ao ano de 1935**. Salvador, Companhia Editora e Gráfica, 1938.

BAHIA. RELATÓRIO que apresenta à Assembleia Legislativa da Bahia o Exmo. Barão de São Lourenço Presidente da Mesma Província em 11/4/1869. Salvador, Typographia Tourinho, 1869.

BAHIA. RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Bahia pelo Exmo. Presidente da Bahia Comendador Manoel Pinto de Souza Dantas, 1/3/1866. [Salvador]:Typographia Tourinho, 1866.

BARROS, F. B. de. **Ilhéus, documentos que interessam à sua história**. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1933.

BONDAR, G. **A cultura de cacao na Bahia**. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunais, 1938.

CARDOSO, J. **Ilhéos, a pérola da Bahia**. Ilhéus, 1929. Folheto.

DA RIN, M.; GONÇALVES A. **O Plano Director para remodelação e expansão da cidade de Ilhéos**. Ilhéus: Prefeitura Municipal, 1933.

FERREIRA CÂMARA, M. **Ensaios de descripção fízica e econômica da comarca de São Jorge dos Ilhéus**. Memórias econômicas da Academia das Sciências de Lisboa. [Lisboa: s.n.], 1789. 1 ()

GÂNDAVO, P. de M. **Tratado da terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Annuario do Brasil, [20--].

GÓES, J. de A. Reivindicando a epopeia do cacao. **Revista Espelho**, Rio de Janeiro, n. 3, jun.-jul. 1937.

ILHÉUS. Código de Posturas do Município de Ilhéos. Estado da Bahia, Lei n. 277 de 1/out/1924. Typografia Indiana de I. Cezimbra, 1925.

JABOATÃO, A. de S. M. **Novo orbe seráfico**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1858/1862.

LISBOA, B. da S. **Memória sobre a comarca dos Ilhéos**. Annaes da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 32-37, 1913-1918, V, Bahia, 1801-1807.

PESSOA, A. **Um testemunho do passado**: meio século de Ilhéus contado pelo coronel Pessoa. Revista Espelho, Rio de Janeiro, 1937.

SANTA MARIA, A. de. **Santuário Mariano**. Lisboa: s/ed.1722.

TAVARES, J. da S. **O comércio do cacau, particularmente no Estado da Bahia**. Bahia: s/ed.1915.

VASCONCELOS, S. **Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil**. Rio de Janeiro, 1864.

ZEHNTNER, L. **Le cacaoyer dans l'etat de Bahia**. Berlin: Friedland & Sonh, 1914.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

Acervo do Arquivo Público de Ilhéus

Diário da Tarde (1935-1942)

Acervo do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz / CEDOC

A Época (1917 a 1921)
A Notícia (1931)
Cidade de Ilhéos (1908)
Correio de Ilhéos (1921 a 1924)
Diário da Tarde (1928 a 1931 - 1938)
Gazeta de Ilhéos (1901 a 1905)
Jornal de Ilhéos (1912 a 1915 -1923)

FONTES ORAIS

Acervo audiovisual do Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz / CEDOC

Entrevista com Alfredo Amorim da Silveira [set, 2007].

Entrevista com Dione Pereira Rosa Ribeiro [maio, 2007].

Entrevista com Maria Albertina Gouveia Pacheco [ago, 2008]

FONTES ICONOGRÁFICAS

Acervo do Cemitério de Nossa Senhora da Vitória

Acervo do Cemitério da Fazenda Cordilheira

Acervo do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna

Acervo do Cemitério de Ferradas

Acervo do Cemitério Municipal de Canavieiras

REFERÊNCIAS

ABREU, A. **A fabricação do imortal**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ADONIAS FILHO. **A sabedoria da idade**. Discurso em comemoração do 70º-aniversário de Itajuípe-Ba. Cacau Letras, Itabuna, n. 4,mar.1985.

_____. **Sul da Bahia, chão de cacau**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **As velhas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ADONIAS FILHO; AMADO, J. **A nação grapiúna**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965

ADONIAS FILHO. **Os servos da morte**. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1964.

_____. **Corpo vivo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

AGUIAR, D. V. **Descrições práticas da província da Bahia.** Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília, DF: INL, 1979.

ALBERTI, V. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4. n. 7, p. 66-81, 1991.

ALBUQUERQUE JR., D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massagana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, G. A. Notas sobre a evolução de Ilhéus. **Revista Especiarias**, Ilhéus, ano 2, n. 3-4, 2000.

ALMEIDA, M. do C. E. **A Victoria da renascença baiana, a ocupação do distrito e sua arquitetura na Primeira República (1890-1930)**. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

AMADO, J. **O menino grapiúna**. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. Ilustrações de Floriano Teixeira.

______. **Gabriela, cravo e canela**: crônica de uma cidade do interior. 88. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. Ilustrações de Di Cavalcanti.

AMADO, J. **Discursos**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1993.

______. **Terras do sem fim**. 38. ed. Rio de Janeiro: Record: 1978. Ilustrações de Clóvis Graciano.

______. **São Jorge dos Ilhéus**. 10. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1964.

______. **Cacau**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982. Ilustrações Santa Rosa.

AMARAL, B. do. **História da Bahia.** Salvador, s.n., 1919.

ANDRADE-BREUST, A. D. **Itabuna, história e estórias**. Ilhéus: Editus, 2003.

ANDRADE, J. D. **Dicionário histórico e ilustrado de Itabuna**. Itabuna: Colorgraf, 1986.

ARAÚJO, J. de S. **Dionísio & Cia. na moqueca de dendê**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ARIÈS, P. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

______. **Images de l'homme devant la mort**. Paris: Editions du Seuil, 1983.

AUGEL, M. P. **A visita de Maximiliano da Áustria a Ilhéus**. Salvador: CEB/UFBA, 1981.

AUGRAS, M. **Todos os santos são bem-vindos**. Rio de Janeiro: Palas, 2005.

BACZKO, B. **Les imaginaires sociaux**. Mémories et espoirs colletifs. Paris: Payot, 1984.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BERTUCCI, L. M. **Influenza, a medicina enferma**. Campinas: Unicamp, 2004.

BONDAR, G. **A cultura de cacau na Bahia**. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1938.

BRANDÃO, A.; ROSÁRIO, M. **Estórias da história de Ilhéus**. Ilhéus: Edições SBS, 1970.

BERBERT DE CASTRO, E. **Formação econômica e social de Ilhéus**. Ilhéus: Prefeitura Municipal de Ilhéus, 1981.

BONNET, J-C. Les morts illustres. In: Nora, P. **Les lieux de mémoire II**: La Nation. Paris: Gallimard, 1986.

BORGES DE BARROS, F. **Memória sobre o município de Ilhéus**. Ilhéus: Prefeitura Municipal de Ilhéus, 1981.

______. **Ilhéos, documentos que interessam à sua história**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1933.

BOSI, E. **Memória e sociedade***:* lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BREFE, A. C. F. **A cidade das memórias***:* São Paulo dos relatos memorialistas. **Revista História**, São Paulo, v. 15, p. 161-174, 1996.

BRITO, R. de S. **O livro de Ilhéos**. Rio de Janeiro: Tipografia Linconl, 1923.

BURKE, P. **O mundo como teatro**. Lisboa: Difel, 1992.

CALDEIRA, C. **Fazendas de cacau na Bahia**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1954.

CAMPOS, A. A. **A terceira devoção do setecentos mineiro**: o culto a São Miguel e Almas. 1994.Tese (Doutorado em História)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

CAMPOS, J. da. **Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.

CARDOSO, J. B. **Literatura do cacau**: ficção, ideologia e realidade em Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado e Jorge Amado. Ilhéus: Editus, 2006

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLO, J. Realismo sensualista. **Revista Entre Livros**, São Paulo, ano 2, n. 16, ago. 2006.

CATROGA, F. **O céu da memória**: cemitério romântico e culto cívico dos mortos. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

CHALHOUB, S. **Machado de Assis historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

______. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, S.; PEREIRA, L. (orgs.). **A história contada**: capítulos da história social da leitura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 8

CHARTIER, R. Literatura e História. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 197-216, jan.-dez.2000.

COSTA, E. V. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: s.n., 1997.

COSTA, I. T. M.; GONDAR, J. **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

COSTA, J. P. **Terra, suor e sangue**: lembrança do passado da região cacaueira. Salvador: EGBA, 1995.

COSTA LIMA, L. **Pensando nos trópicos**: dispersa demanda II. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

DANTAS, B. et alli. Os povos indígenas do nordeste brasileiro. In: CUNHA, M. da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998

DANTAS, J. de A. **Documentário histórico ilustrado de Itabuna**. Itabuna: Proplan, 1986.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, M. H. **Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial**. 2007. Tese (Doutorado em História)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007

DUARTE, E. de A. **Jorge Amado**: romance em tempo de utopia. Rio de Janeiro: Record, 1996.

DUARTE, R. H. Olhares estrangeiros: viajantes no vale do Mucuri. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002.

EDELWEISS, F. **Ensaios biográficos**. Salvador: CEB/UFBA, 1976.

FALCON, G. **Os coronéis do cacau**. Salvador: Ianamá, 1995.

FOLLIS, F. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FRANCESCHI, F. de (org.). Jorge Amado. **Cadernos de Literatura Brasileira**, São Paulo, v. , n. 3, 1997.

FREIRE, J. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FUCHS, W. **Le immagini della morte nella societá moderna**. Turim: Einaudi, 1973.

GIRADERT, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLDSTEIN, I S. **O Brasil best seller de Jorge Amado**: literatura e identidade nacional. São Paulo: SENAC, 2003.

GUERREIRO DE FREITAS, A. F. (org.). **Testemunhos para a história**: Sá Barretto. Ilhéus: Editus, 2001.

_____. **Os donos do fruto de ouro**.1978. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1978.

GUERREIRO DE FREITAS, A. F.; PARAÍSO, M. H. B. **Caminhos ao encontro do mundo**: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul. Ilhéus: Editus, 2001.

GUIMARÃES, L. M. P. Memórias partilhadas: os relatos dos viajantes oitocentistas e a ideia de "civilização do cacau". **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, UERJ, v. 8, p. 1059-1070, 2001. Suplemento.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALLA, R. D. **Imigração e adaptação dos sírios libaneses na região cacaueira, o caso de Ilhéus**: 1910-1950. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História) Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 1996.

HAROUEL, J-L. **História do urbanismo**. São Paulo: Papirus, 1998.

HEINZ-MOHR. G. **Dicionário dos símbolos**: imagens e sinais da arte cristã. São Paulo: Editora Paulus, 1994.

HÉRITIER, F. **Parentesco.** In: Enciclopédia Einaudi, v. 20, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

HERTZ, R. **La muerte y la mano derecha**. Madrid: Alianza, 1990.

HOBSBAWN, E. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KOURY, M. G. P. (org.). **Imagem e memória***:* ensaios de antropologia visual. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LANA, A. L. A cidade controlada: Santos (1870-1913). In: RIBEIRO, L. C.; PECHMAN, R. M. **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LAVIGNE, E. **Paz e humanismo**. Rio de Janeiro: O cruzeiro, 1968.

______. **Regionalismo literário**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1969.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1994.

LEJEUNE, P. **Le pacte autobigraphique**. Paris: Seuil, 1975.

LEMOS, C. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989

LIMA, A. P. dos S. **O discurso iluminista de Balthasar da Silva Lisboa.** In: Anais do III Encontro Regional de História: Poder, Cultura e Diversidade – ANPUH-BA, 2006.

LIMA, J. de A. **Explicação didática da Santa Missa**. Salvador: Mensageiro da Fé, 1951.

LYNCH, K. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MACEDO, J. R. **Espelho de cidade**: fotografia e espaço urbano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., Londrina, 2005. Anais... Londrina: [s.n.], 2005.

MACEDO. J. O. de. **Santa Casa de Misericórdia de Itabuna**: uma história edificante. Itabuna: Colorgraf, 1985.

MACHADO, R. **Nada do que é urbano lhe é estranho**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAHONY, M. A. Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 25-26, p. 95-139, 2001.

MAHONY, M. A. **The world made cacao**: society, politics and history in southern Bahia, Brazil (1882-1919). 1996. Tese (Doutorado em História)– Faculty of the Graduate School of Yale University, Yale University, New Haven, 1996.

______. Afro-brazilians, land and the question of social mobility in southern Bahia, 1880-1920. In: KRAAY, H. (org.). **Afro-brazilians culture & politics**: Bahia, 1790-1990. New York: M. E. Sharp, 1998.

MANGABEIRA, F. **João Mangabeira**: República e socialismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARANHÃO, J. L. de S. **O que é a morte**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARCIS, T. **A hecatombe de Olivença**: construção e reconstrução da identidade étnica, 1904. 2004. Dissertação (Mestrado em História)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

MARIANI, B. S. C. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: PUCCINELLI, E. (org.). **Discurso** fundador – a formação do país e a construção de identidade nacional. Campinas: Pontes Editores, 2001.

MARTINS, O. S. B. H. **Pequeno ritual romano**. Rio de Janeiro: Edições Lúmen Christi, 1958.

MATTOSO, K. de Q. **Bahia no século XIX, uma província no império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

______. **Família e sociedade na Bahia no século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1988.

_________. **Bahia**: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MORTON, F. W. O. The Royal timber in late colonial Bahia. **Hispanic American Historical Review**, Trinity, n. 58, n. 1, p. 41-61, fev. 1978.

MOTT, L. **Os índios no sul da Bahia**: população, economia e sociedade, 1740-1854. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1998.

OLIVEIRA, W. F. de. **A saga dos suíços no Brasil, 1557-1945**. Joinville: Editora Letradágua, 2007.

PARANHOS, M. da C. **Adonias Filho, representação épica da forma dramática**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.

PARAÍSO, M. H. B. **Caminhos de ir e vir e caminho sem volta**: índios, estradas e rios no sul da Bahia. Universidade Federal da Bahia. 1982. Dissertação (Mestrado em História)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador,1982.

PECHMAN, R. M. "O urbano fora do lugar?" In: RIBEIRO, L. C.; PECHMAN, R. M. (orgs.). **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PEIXOTO, N. B. **Paisagens urbanas**. São Paulo: SENAC – Marca d'Água, 1996.

PEREIRA FILHO, C. **Ilhéus, terra do cacau**. Rio de Janeiro: Andes, 1959.

PÉREZ-RIOTA, J. **Diccionario de symbolos y mitos**. Madrid: Editorial Tecnos, 1997.

PESAVENTO, S. J. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, L. C. & PECHMAN, R. (org.). **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

______. **Em busca de uma outra história**: imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, n. 29,1998.

PESSOA, M. de C. **No tempo de Mário Pessoa**. Salvador: EGBA, 1994.

PRADO JÚNIOR, C. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRATT, M. L. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru, EDUSC, 1999.

RAMA, A. **A cidade das letras**. São Paulo: s. n., 1985.

RELPH, E. **A paisagem urbana moderna**. Lisboa: Edições 70, 1987.

REIS, J. J. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras 1991.

______. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). **História da vida privada no Brasil***:* Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2.

RIBEIRO, A. L. R. **Memória e identidade**: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacaueira, 1880-1950. Ilhéus: Editus, 2005.

_____. **Família, poder e mito**: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880-1912). Ilhéus: Editus, 2001.

RIBEIRO, L. C.; CARDOSO, A. L. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, L. C.; PECHMAN, R. (org.). **Cidade, povo e nação**: gênese do urbano moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIBEIRO, L. C. Transparências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, L. C.; PECHMAN, R. (org.). **Cidade, povo e nação**: gênese do urbano moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ROCHA, L. B. **O centro da cidade de Itabuna**: trajetória, signos e significados. Ilhéus: EDITUS, 2003.

RODRIGUES, J. C. **O tabu da morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

ROUANET, S. P. A cidade iluminista. In: SCHIAVO, C.; ZETTEL, J. (org.). **Memória, cidade e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Iphan, 1997.

SALES, F. **Memória de Ilhéus**. São Paulo: GRD, 1981.

SCHWARTZ, S. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA F. C. T.; LINHARES, M. I. **História da agricultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SINGER, P.; CARDOSO, F. H. A cidade e a política. In: ______. **A cidade e o Campo**. São Paulo: Cebrap,1972. (Cadernos do CEPRAP 7).

SOUSA, M. A. S. de. **A conquista do sertão da Ressaca**: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

SOUZA, R. S. A. **A cidade e sua sombra**: conformação urbana contemporânea e exclusão sócio espacial em cidades de médio porte: Ilhéus-Bahia.1998. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)– Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

THOMAS, L-V. **La muerte, una lectura cultural**. Barcelona: Paidós, 1991.

______. **La mort aujourd'hui**. Paris: Antropos, 1977.

URBAIN, J-D. **La societé de conservation**: étude sémiologique des cemitières de l'occident. Paris: Payot, 1978.

VALADARES, C. do P. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros.** Um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. 2 v.

VASCONCELOS. P. de A. **Salvador, transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2001.

VIANA, I. L. **A estrada de ferro de Ilhéus a Conquista e a lavoura do cacau. 1986.** Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.

VIEGAS, S. D. de M. **SocialidadesTupi**: identidade e experiência vivida entre os índios-caboclos, Bahia-Brasil. 2003.Tese (Doutorado em Antropologia Social)– Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra. 2003.

VIEIRA, E. S. **A posse de terras no sul da Bahia na literatura de Adonias Filho**. 1990. Dissertação (Mestrado em História), Pontíficia Universidade Católica de São Paulo, 1990.

COSTA, E da C. Urbanização no Brasil do século XX. In: ______. **Da monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: s.n., 1977.

WIED-NEUWIED, M. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

WILDBERGER, A. **Notícia histórica de Wildberger & Cia.1829-1942.** Salvador: Tipografia Beneditina, 1942.

WOLF, G. H. **Trilhos de ferro, trilhas de barro**. Passo Fundo: UPF, 2005.

ZIEGLER, J. **Les vivants et les morts**. Paris: Seuil, 1975.

ZORZO, F. A. **Ferrovia e rede urbana na Bahia, 1870-1930**. Feira de Santana: UEFS, 2001.

O interesse nesse objeto surgiu a partir de estudos anteriores sobre formas pelas quais as elites econômicas da região expressavam seus projetos e situação social nas intervenções urbanas e na arquitetura, inclusive a cemiterial, focalizando o município de Ilhéus.

ISBN: 978-85-7455-450-1